



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**Instituto de Estudos da Linguagem**

**DANIEL MANZONI DE ALMEIDA**

**UMA ANÁLISE AUTOETNOGRÁFICA DA LEITURA DA OBRA “A VIDA DE  
GALILEU” DE BERTOLT BRECHT: O DESENVOLVIMENTO DE UM *ANTICORPO*  
POLÍTICO**

**CAMPINAS**

**2021**

**DANIEL MANZONI DE ALMEIDA**

**UMA ANÁLISE AUTOETNOGRÁFICA DA LEITURA DA OBRA “A VIDA DE GALILEU” DE BERTOLT BRECHT: O DESENVOLVIMENTO DE UM *ANTICORPO* POLÍTICO**

Tese apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutor em Teoria e História Literária, na área de Teoria e Crítica Literária.

Orientadora: Profa. Dra. Cristina Henrique da Costa.

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA PELO ALUNO DANIEL MANZONI DE ALMEIDA E ORIENTADA PELA PROFA. DRA. CRISTINA HENRIQUE DA COSTA.

**CAMPINAS**

**2021**

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem  
Leandro dos Santos Nascimento - CRB 8/8343

M319a Manzoni-de-Almeida, Daniel, 1983-  
Uma análise autoetnográfica da leitura da obra "A vida de Galileu" de Bertold Brecht : o desenvolvimento de um anticorpo político / Daniel Manzoni de Almeida. – Campinas, SP : [s.n.], 2021.

Orientador: Cristina Henrique da Costa.  
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Autoetnografia e crítica literária. 2. Autoetnografia de um cientista. 3. Autoetnografia de um professor. 4. Autoetnografia lendo literatura. 5. Autoetnografia e teoria literária. I. Costa, Henrique Cristina da, 1964-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

**Título em outro idioma:** An autoethnographic analysis of reading of the work "Life of Galileo" by Bertolt Brecht : the development of a political antibody

**Palavras-chave em inglês:**

Autoethnography and literary criticism

A scientist's autoethnography

A teacher's autoethnography

Autoethnography reading literature

Autoethnography and literary theory

**Área de concentração:** Teoria e Crítica Literária

**Titulação:** Doutor em Teoria e História Literária

**Banca examinadora:**

Cristina Henrique da Costa [Orientador]

Josalba Fabiana dos Santos

José Leonardo Tonus

Manuel Fabricio Alves de Andrade

Jefferson Cano

**Data de defesa:** 13-12-2021

**Programa de Pós-Graduação:** Teoria e História Literária

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: 0000-0002-1729-9833

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/1643350252335747>



**BANCA EXAMINADORA:**

**Cristina Henrique da Costa**

**Jefferson Cano**

**Josalba Fabiana dos Santos**

**Manuel Fabricio Alves de Andrade**

**José Leonardo Tonus**

**IEL/UNICAMP  
2021**

**Ata da defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria de Pós Graduação do IEL.**

“(...) é impossível falar sobre a história única sem falar sobre o poder. Existe uma palavra em igbo na qual sempre penso quando considero as estruturas de poder no mundo: nkali. É um substantivo que, em tradução livre, quer dizer ‘ser maior do que o outro’. Assim como o mundo econômico e político, as histórias também são definidas pelo princípio do nkali: como elas são contadas, quem as conta, quando são contadas e quantas são contadas depende de muito poder (...)” (Chimamanda Ngozi Adichie, *O perigo de uma história única*, p.23, 2019).

Dedico esse meu estudo as pessoas LGBTQIAP+ que fazem Ciências pelo mundo  
e

Ao homem dos olhos de jabuticabas,  
Da paleta de cores no punho,  
dos sabores de um prato,  
das palavras e  
dos sons da floresta do mato grosso.

## **AGRADECIMENTOS**

À minha orientadora Profa. Dra. Cristina Henrique da Costa por todo trabalho paciente e precioso de leituras, discussão, orientação primorosa, amizade rara e coligação de anticorpos na resistência;

Ao departamento de História e Teoria Literária do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP pela acolhida e por proporcionar o desenvolvimento desse estudo;

À Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) pela acolhida e por ser um ambiente democrático, de resistência e de excelência na sociedade brasileira;

Aos professores Márcio Seligman e Jefferson Cano pela participação, discussões e contribuições preciosas na banca de exame de qualificação;

Ao professor Márcio Seligman pela disciplina de “Testemunho” que me ajudou muito na tomada de decisão da escrita desse estudo; Ao professor Márcio Siscar pela disciplina de “Poética”, minha primeira disciplina na pós-graduação, que possibilitou a escrita e publicação do meu primeiro ensaio nos estudos literários; À professora Cristina Henrique da Costa pela disciplina “O mal na literatura” que me fez aprofundar no tema do mal em Filosofia e Literatura;

Ao Professor Hening Tescki que participou do processo seletivo para meu ingresso no doutorado e foi meu orientador no primeiro ano da tese;

Ao meu querido amigo e parceiro de disciplinas Fábio Riggi por todas as conversas, caronas, leituras e amizade verdadeiramente indispensável no mundo que vivemos;

Aos meus pais, Iraídes e Marli, por todo apoio incondicional e amor. Ao meu querido e amado irmão Vinicius pela cumplicidade e amor. À minha cunhada Gabriela pelo apoio e amor. Ao meu marido Hernane pelo apoio, amor, resgate.

## RESUMO

As autoetnografias consistem em um conjunto de metodologias qualitativas de investigação que tem como espinha dorsal o material subjetivo do pesquisador como maneira de análise, ou seja, o investigador é ao mesmo tempo objeto e sujeito da pesquisa. Dessa forma, como a experiência de ser um leitor de uma obra literária pode ser importante para a construção de uma interpretação e crítica sobre uma cultura à sua volta? Partindo dessa pergunta e da minha experiência como professor e pesquisador nas ciências naturais a proposta dessa tese é realizar um estudo via uma análise autoetnográfica lendo e interpretando “A vida de Galileu” de Brecht no Brasil do século XXI. Para tal objetivo, essa investigação está dividida em três capítulos. O primeiro capítulo traz a abordagem do método autoetnográfico como forma de pesquisa válida, em crescimento nas humanidades e a sua possibilidade nos estudos literários como instrumento de construção crítica, em especial, na leitura da obra “A vida de Galileu”. O segundo capítulo consiste em uma análise literária da obra “A vida de Galileu” partindo das indagações: há uma neutralidade na ciência? Como a questão da não neutralidade da Ciência pode ser explorada no texto de Brecht? No terceiro capítulo são apresentadas duas camadas de análise autoetnográfica, realizadas por meio da escrita de um ano de diário de leitura de “A vida de Galileu” e uma segunda análise, refletindo com teorias e minhas experiências pessoais, por meio do “efeito do estranhamento” brechtiano, pós leitura da obra literária e escrita do diário, norteado pela questão central: como a vulnerabilidade de corpos dissidentes podem estar em aliança para os usos e trabalho responsável com as Ciências? Em conclusão, as autoetnografias possibilitam a expressão de vozes em aliança como estratégia de resistência, tendo como combustível a exposição das vulnerabilidades como maneira de chamar atenção a outras vulnerabilidades silenciadas como formas de preservar vidas, existências e corpos que valem ser vividos.

Palavras-chaves: autoetnografia e crítica literária; autoetnografia de um cientista; autoetnografia de um professor; autoetnografia lendo literatura; autoetnografia e diário; autoetnografia e teoria literária.

## **ABSTRACT**

*Autoethnographies consist of a set of qualitative research methodologies whose backbone is the researcher's subjective material as a way of analysis, that is, the researcher is at the same time the object and subject of the research. Thus, how can the experience of being a reader of a literary work be important for the construction of an interpretation and criticism of a culture around you? Based on this question and my experience as a professor and researcher in the natural sciences, the purpose of this thesis is to carry out a study via an autoethnographic analysis by reading and interpreting Brecht's "The life of Galileo" in 21st century Brazil. For this purpose, this investigation is divided into three chapters. The first chapter brings the approach of the autoethnographic method as a valid form of research, growing in the humanities and its possibility in literary studies as an instrument of critical construction, especially in reading the work "A vida de Galileo". The second chapter consists of a literary analysis of the work "A vida de Galileo" starting from the questions: is there a neutrality in Science? How can the question of the non-neutrality of Science be explored in Brecht's text? In the third chapter, two layers of autoethnographic analysis are presented, carried out through the writing of a year of reading diary of "The life of Galileo" and a second analysis, reflecting on theories and my personal experiences, through the "strangeness effect" brechtian post reading the literary work and writing the diary guided by the central question: how can the vulnerability of dissident bodies be in alliance for the uses and responsible work with Science? In conclusion, autoethnographies enable the expression of voices in alliance as a resistance strategy, fueled by the exposure of vulnerabilities as a way to draw attention to other silenced vulnerabilities as ways to preserve lives, existences and bodies worth living.*

*Keywords: autoethnography and literary criticism; autoethnography of a scientist; self-ethnography of a teacher; autoethnography reading literature; autoethnography and diary; autoethnography and literary theory*

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO: O ANTICORPO</b> .....	11
<b>CAPÍTULO 1: AS AUTOETNOGRAFIAS COMO PROPOSTAS METODOLÓGICAS DE ANÁLISES E CRÍTICAS LITERÁRIAS</b> .....	34
<b>CAPÍTULO 2: ANÁLISE DA NÃO NEUTRALIDADE CIENTÍFICA NA OBRA “A VIDA DE GALILEU” DE BERTOLT BRECHT: UMA PROPOSTA DE OLHAR SOBRE A GÊNESE DE UM CONHECIMENTO</b> .....	82
<b>CAPÍTULO 3: AS AUTOETNOGRAFIAS DA LEITURA DE “A VIDA DE GALILEU”</b> ...	143
<b><i>AUTOETNOGRAFIA I.</i> O DIÁRIO DE LEITURA DE “A VIDA DE GALILEU”: UMA FORMA DE VESTÍGIO DA EXISTÊNCIA DE UM PESQUISADOR</b> .....	155
<b><i>AUTOETNOGRAFIA II.</i> O EFEITO DO ESTRANHAMENTO: UMA CAMADA AUTOETNOGRÁFICA DE UM ANO – E PÓS – DA ESCRITA DO DIÁRIO DE LEITURA SOBRE “A VIDA DE GALILEU”</b> .....	201
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	242
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	247

## INTRODUÇÃO: O ANTICORPO

“(...) GALILEU: o fruto da árvore do saber! Ele já está se empanturrando. Ainda que seja a maldição eterna, ele não resiste e se empanturra, comilão infeliz! Às vezes eu penso: bem que eu ficaria preso dez braços debaixo da terra, onde não visse mais luz, para saber o que é isso: a luz. E o pior: o que eu sei, eu passo adiante. Como um namorado, um bêbado, como um traidor. É propriamente um vício, e leva à desgraça (...)” (BRECHT, *A vida de Galileu*, 1991, p.137).

A Ciência é uma forma de expressão da cultura humana (LATOURE & WOOLGAR, 1986; KNORR-CETINA, 1999; LONGINO, 2002; 2017). O estudo dos sujeitos, personagens produtores dessa expressão cultural, pode ser colocado em foco na tentativa de estabelecer uma crítica e entender as dinâmicas internas de negociações políticas, sociais e econômicas da produção de saberes. Quem são esses corpos?

Aqui trago uma forma de estudo, articulando a teoria e a prática dessa expressão cultural por meio da análise autoetnográfica de um indivíduo, *Eu* – o pesquisador/professor – um corpo dissidente e inserido nessa cultura científica desde 2003 na sociedade brasileira. No meu caminho de análise não estou só: me valho da leitura e interpretação da obra literária “A vida de Galileu” de Bertolt Brecht (1943), que versa sobre a responsabilidade do cientista no mundo contemporâneo, para tecer a crítica e me ajudar a refletir, como uma forma de “distanciamento brechtiano”, acerca da pergunta central dessa pesquisa: como é ser um pesquisador/professor homossexual na sociedade brasileira do século XXI?

Neste sentido, o objetivo principal deste estudo é realizar uma análise autoetnográfica de um pesquisador/professor lendo e interpretando “A vida de Galileu” de Brecht no Brasil do século XXI.

Os objetivos específicos são:

- Descrever a metodologia qualitativa da autoetnografia e o seu potencial uso para os estudos literários;
- Dar forma à discussão acerca da não neutralidade da Ciência através de uma proposta de leitura da obra “A vida de Galileu” de Brecht para refletir sobre o fato de podermos, a partir desse texto, pensar criticamente o significado da não neutralidade, instância à qual um cientista adere na construção de um saber;
- Construir uma análise autoetnográfica por meio dos diários de leitura da obra “A vida de Galileu” de Brecht.

Com o intuito de justificar a investida desse estudo, começarei por dizer que há poucos relatos e análises sobre como a vida privada de cientistas influencia nas construções das suas epistemologias. O Brasil passou por um processo de mudança de paradigma de suas políticas científicas no início do século XXI. Essa mudança veio com as políticas de expansão do ensino privado e dos incentivos de desenvolvimento científico e tecnológico no país a partir de 2003 com os governos encabeçados pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Uma massa de estudantes teve a oportunidade de adentrar as universidades públicas e privadas por meio do aumento de bolsas de estudos, de programas de financiamento estudantil e maior fluxo de verbas para pesquisas, e uma nova geração de pesquisadores e pesquisadoras, professores e professoras, principalmente da classe trabalhadora, tiveram a oportunidade de adentrar a cultura científica e intelectual do país. Uma nova face e maneira de pensar totalmente nova, proveio de escolas públicas, da militância, de movimentos sociais, de filhos e filhas da classe trabalhadora, que passaram a compor o *ethos* científico e intelectual brasileiro na segunda metade do século XXI, como consequência dessas políticas. Não é difícil imaginar que algumas perguntas possam ser feitas: quem são esses pesquisadores e pesquisadoras? Como a experiência da inclusão no ensino superior e na cultura científica se relaciona com a tradição das estruturas científicas e intelectuais do país? Como a experiência dessa geração pode influenciar em uma epistemologia? Como as questões sociais brasileiras são abordadas por essa geração? Também não é difícil concluir que

essas perguntas são absolutamente complexas, abrangentes e não podem ser respondidas em uma rápida análise. Porém, a expressão das narrativas dos indivíduos em diálogo com outras narrativas e com teorias que ocupam esse espaço hoje pode ser um caminho importante para entender essa dinâmica e tecer uma crítica a partir da complexidade real dessa cultura. Ou seja, podemos nos perguntar, nada impede, como as narrativas individuais e entrelaçadas com a cultura podem ser importantes para compor um conjunto de epistemologias?

Há diversos estudos mostrando a importância das narrativas como metodologia de pesquisa (CLANDININ & CONELLY, 2011). As narrativas são, como colocado por Albuquerque e colaboradores (2010), “estruturas linguísticas e psicológicas que podem ser transmitidas culturalmente e historicamente, delimitadas pelo nível do domínio de cada indivíduo e pela combinação de técnicas sociocomunicativas e habilidades linguísticas – como define Bruner (1991) e, de forma não menos importante, por características pessoais como a curiosidade e a paixão (BROCKMEIER; HARRÉ, 2003)”. Dessa forma, as narrativas são formas inerentes de alcançar conhecimentos, possibilitar a expressão de vozes que estruturam a experiência do mundo e de nós mesmos como maneiras de representar e analisar o mundo.

As narrativas, como ferramentas metodológicas de estudo, ganham força partir da década de 80, em especial na área de antropologia, com a perspectiva do “giro narrativo” das autoetnografias, quando a subjetividade do pesquisador ou da pesquisadora passa a ser o objeto de estudo, em detrimento de uma análise etnográfica estritamente estruturalista e colonialista. Enquanto metodologias importantes de pesquisa, as autoetnografias aliam uma perspectiva crítica aos fundamentos conceituais dos métodos científicos clássicos com uma denúncia das ideologias dos discursos dominantes na esfera acadêmica, abrindo a possibilidade para que se ultrapasse a cristalização do sujeito hetero-*cis*-normativo em torno do *logos* do homem branco e ocidental. Tais análises possibilitam ainda dispositivos de insurgência de vozes em diálogo a partir de culturas que podem estar soterradas por outras, a partir de camadas de privilégios turvando a realidade. Em suma, a pulsação da pesquisa autoetnográfica permite simplesmente caracterizar a jornada de um pesquisador ou de uma pesquisadora em sua investigação.

Além da tomada de decisão, por parte das autoetnografias, de se colocarem como métodos apropriados a epistemologias silenciadas, cabe um segundo grau na questão: que narrativa, então, é importante de ser levada em consideração? Ou melhor, refinando a questão, por que a minha narrativa, enquanto pesquisador/professor, é importante enquanto análise? Longe de querer reivindicar uma posição narcísica, tentarei ser fiel à essência do próprio método autoetnográfico na defesa da pluralidade das narrativas, fugindo do perigo de uma narrativa única, cristalizada e dominante na história de uma cultura. Desse modo, não sou obviamente o único modelo dessa cultura que analiso através de minha própria narrativa, mas ao mesmo tempo procuro considerar-me experiencialmente singular, preocupado com a oportunidade de “narrar” para compor uma camada que pode promover identificações úteis à luta política e social. Ainda, sou um desses indivíduos contemplados pelas políticas educacionais e científicas iniciadas no Brasil de hoje. Fiz graduação, mestrado e doutorado em Ciências a partir da expansão do ensino universitário no Brasil. Hoje componho a massa dessa geração de cientistas, intelectuais brasileiros que vieram da escola pública, são filhos da classe trabalhadora, do movimento social, militante LGBTQIA+ e têm como profissão a Ciência, o universo do conhecimento e intelectual, no mundo cultural do Brasil pandêmico da COVID-19 de 2020. Esse meu corpo localizado é específico e especializado, mas não menos importante, e uma metáfora biológica pode defini-lo: nas moléculas do nosso sistema imunológico, cada anticorpo é produzido pelo corpo de forma específica para responder à agressão de um antígeno específico, ou seja, de um corpo estranho que penetra no nosso organismo. O anticorpo específico é uma molécula individual que reage a um estranhamento singular no organismo. Em outras palavras, cada molécula de anticorpo é produzida especificamente para um antígeno determinado. No entanto, em caso de infecção ou de grave agressão ao corpo, apenas o conjunto de várias moléculas de anticorpos específicos diferentes *em aliança*, cada qual produzido para certo antígeno específico, por exemplo contra um vírus ou uma bactéria, pode neutralizar os microrganismos agressores. Já um anticorpo sozinho não possui essa capacidade. Eis a metáfora: assim como um anticorpo é uma molécula de resposta produzida por um sistema contra uma agressão, mas age em aliança com outros anticorpos, minha experiência grafada é uma resposta desprovida de poder isoladamente: *eu sou um*

*anticorpo*, ou seja, minha ação está em uma aliança com outros anticorpos (BUTLER, 2018).

Outra metáfora biológica: O processo de pesquisa autoetnográfica pode ser tomado como uma cebola que está composta em camadas: cada análise escrita é uma camada da subjetividade do pesquisador que vai sendo revelada. A presente pesquisa é uma das camadas do processo autoetnográfico de um professor de ciências, em especial de Biologia.

Esse processo teve um primeiro texto-início em “Uma autoetnografia sobre os bastidores de ensino de literatura na formação de futuros cientistas em um curso de ciências biológicas” no livro *Faces da Leitura da Escrita: teoria e práticas* (MANZONI-DE-ALMEIDA, 2020)<sup>1</sup>. Nesse texto, realizei um recorte autoetnográfico do momento em que estava vivenciando a escrita do memorial para um concurso de professor na universidade e compartilhei esse processo com meus alunos do curso de Ciências Biológicas – futuros cientistas. No texto do memorial e no documento autoetnográfico que compõem o capítulo do livro, trouxe à baila o cerne da questão que me havia conduzido, quando adolescente ainda e no início da vida adulta, à escolha pela carreira de cientista e de professor na área de Imunologia especificamente: o preconceito de sexualidade. Aqui, nesse presente trabalho, continuo aprofundando o mesmo ponto, analisando: *i*) como essa questão me foi ficando cada vez mais clara quando, desde 2017, mergulhei na pesquisa autoetnográfica para tentar entender como a problemática do preconceito sobre a minha sexualidade foi o ponto nevrálgico dos caminhos epistemológicos que percorri dentro da educação, da ciência, no engajamento com a militância LGBTQIA+ na sociedade; *ii*) como hoje me reconheço como um sujeito *queer epistemológico*; e *iii*) como essas questões de saúde e justiça social afloraram para mim no confinamento da pandemia da COVID-19 desde o início de 2020 enquanto professor e pesquisador.

Lembro-me de meu primeiro contato com a ideia de pandemia. Em um dia não tão qualquer de aula de Biologia na escola pública Maria Trujilo Torloni, em São Caetano do

---

<sup>1</sup> A publicação desse texto tem certa importância política interessante. Primeiro que foi aceito e publicado em uma reunião de aliança com outros textos produzidos por professores e professoras da grande área das Letras e Literaturas. Um segundo aspecto que destaco é que foi um movimento editorial realizado por pessoas de universidades que atendem com cursos de Letras para a classe trabalhadora e feito por escritos produzidos por pessoas com essa experiência.

Sul, quando minha professora Maria de Lourdes realizou a clássica aula de tipagem sanguínea.

*Eu*, ao ver a professora pingar as gotas das soluções chamadas anti-A e anti-B, minhas gotas de sangue, extraídas de uma alfinetada na ponta do dedo, em uma lâmina de vidro, perguntei: “Por que aglutinou em uma gota de sangue e na outra não?”. *A professora*: “Porque em uma solução há anticorpos que são específicos para o antígeno A nas hemácias e na outra solução há anticorpos para antígeno B nas hemácias”. Lembro de ter ficado paralisado ao ouvir aquela palavra “anticorpo”. Era minha chance de descobrir um pouco mais sobre aquela palavra que eu ouvia muito na minha infância ao ver meus tios, tias, pais abrirem seus exames: “O meu não tem anticorpo!”. *Eu*: “O que são os anticorpos?”. *A professora*: “Vixe, coisas muito pequenininhas que o corpo produz especialmente para antígeno que entra no corpo. Teu corpo produz uma diversidade grande deles. É essa diversidade que combate todas as infecções”. Eu nunca mais esqueci dessa cena na aula...

Por que Imunologia diante de tamanha diversidade de subáreas da Biologia? Uma questão que martelava a cabeça de um jovem de 18 anos tanto quanto a pergunta no vestibular: por que o curso de Biologia? Eu entro oficialmente na Imunologia logo no primeiro ano do curso de licenciatura de Ciências Biológicas. Havia escolhido Ciências Biológicas pela possibilidade de ser professor de biologia e estudar ciências, entender o mundo e, antes de mais nada, de forma inconsciente em verdade, me entender. Vinha de um contexto de um jovem nascido e criado na década de 80 do século XX. Na ocasião, mais precisamente nos anos de 1988 e 1989 o mundo vivia o drama da recente descoberta e da pandemia do vírus HIV, que causava uma doença devastadora e completamente nova que destruía o sistema imunológico dos infectados. Na ocasião, os primeiros infectados foram homens declaradamente homossexuais nos EUA. A mídia norte-americana, vinculada ao preconceito de linhas cristãs neopentecostais que infectavam as mentes de então na terra do tio Sam e que mais tarde vinham se alastrar com intensidade pandêmica na América Latina, pregavam que o vírus HIV era um castigo divino e a AIDS era “praga gay”. Não foi difícil que essa ideia fosse abraçada pela população que já era desconfiada e crítica às discussões das liberdades individuais, étnico raciais e de sexualidade, que explodiram no final da década de 60 pelo mundo e

havia ganhado certa força revolucionária mudando costumes seculares em sociedade. Direitos civis haviam sido conquistados; a homossexualidade fora despatologizada e os movimentos sociais libertários ganharam força no macro e micro cotidiano da sociedade. O surgimento de um vírus em meio a comunidade gay expoente da época foi um prato cheio para os fundamentalistas. Mesmo com o aparecimento de evidências científicas de que o vírus HIV circulava em mulheres e homens com práticas heterossexuais, em material sanguíneo para transfusão nos hospitais e entre usuários de drogas injetáveis, na época foi impossível dissolver a cristalização do estigma do HIV/AIDS como uma doença de homossexuais. A relação “lógica” rasteira da equação era simples: alguém era homem homossexual, logo era promíscuo e era contaminado pelo vírus HIV. A contaminação pelo vírus, além das problemáticas fisiológicas ocasionadas, vinha no combo da culpa por levar uma vida considerada desvirtuada por ser homossexual. O estigma da “peste gay” pesou nas costas de qualquer sujeito que percebia sua sexualidade homossexual no final dos anos 1980 e início dos anos 1990. Na minha geração, o indivíduo, ao se assumir homossexual, ouvia as seguintes perguntas clássicas: “Você está doente?” ou “Você já pegou AIDS, não foi?” ou, ainda, “Você usa camisinha, não é?” mesmo que nem ao certo houvesse praticado sexo ainda. O mesmo indivíduo ainda usufruía dos conselhos que talvez grande parte dos jovens com práticas heterossexuais não tenham ouvido com tanta frequência: “Se previna, ok? A AIDS está por aí” ou “Cuidado para não pegar AIDS, viu!”. Para nós, gays, os conselhos sobre a questão do sexo desprotegido não passavam pela prevenção do medo da gravidez precoce das meninas nem pelo problema da paternidade precoce, mas era o estigma de que ser gay significava ser portador de “uma praga” (inúmeras vezes escutei de tios e tias essa expressão). A homossexualidade, já oficialmente desconsiderada doença pelos órgãos internacionais de saúde, estava ainda sob o domínio da ideologia do preconceito nas mentalidades brasileiras. A sentença estava dada pelo imaginário geral: por mais que homossexualidade já não pudesse ser taxada de doença, ela podia veicular uma outra doença.

Eu era muito novo nessa época. Havia começado a entrar na pré-adolescência, mas já sentia meu corpo diferente, meu desejo diferente do esperado pelos outros, meu olhar nos outros diferente. Apesar de não entender o porquê meu olhar pelos meninos

era tão mais interessante, os outros já haviam notado e já então haviam feito a descoberta em mim de algo que nem eu mesmo sabia. Os nomes que eu recebia eram: “bixa”, “viado”, “marica”, “gay”. Já estava classificado por algo que eu não sabia o que era, mas que estava na mídia e nos discursos da família, dos amigos da família, de colegas de sala, de professores e professoras. Ora, “gay transmitia a peste”. O terror se instalou logo de vez no início da década de 90 quando houve a desconfiança de que a “peste gay” tocara misteriosamente a minha família. Um tio de primeiro grau começou a emagrecer repentinamente e ficar adoentado. Emagrecimento repentino era sinal “dela”, o nome impronunciável da doença não porque era uma doença, mas porque trazia consigo um “conceito”: “gay”. O tio correu para a testagem e incentivou todos e todas da família a se testarem para o HIV. Tios, tias, primos, primas mais velhos, pai e mãe realizaram a testagem. Telefonemas e mais telefonemas uns para os outros: “Estou negativo e você?”, respostas, “Também estou”. Alívio atrás de alívio. “Não tem anticorpos para o vírus!”, lembro de um parente comemorando. “Ninguém estava positivo e a doença do tio era por outro fator. “Menos mau, não é?”, dizia uma tia, “Não é gay também”, diagnosticava junto com o resultado do exame de ELISA<sup>2</sup> do laboratório.

Um mistério na família ainda pairava. Um primo de segundo grau da minha mãe que adoeceu e morreu sem que a causa da morte fosse divulgada com clareza empolgou as rodas de boato. A desconfiança era de que “morreu de AIDS”, pois viajava muito para França, para os EUA e sempre havia a desconfiança de que poderia ser “diferente”, ou seja, na melhor tradução: gay. Até hoje não se sabe do que ele morreu. A família mais próxima dele diz que foi de um tipo raro de câncer que o consumiu rapidamente. As bocas mais malignas da família juram de pé junto que foi de AIDS, pois assim juntam a *causa mortis* com a conclusão da sexualidade.

---

<sup>2</sup> “*Enzyme-Linked Immunosorbent Assay*” é uma técnica laboratorial, baseada na busca de antígenos dos patógenos ou de anticorpos no sangue de pacientes, que é utilizada como exame de diagnóstico. Por exemplo, um paciente chega ao hospital com suspeita de uma infecção pelo vírus da dengue. Uma amostra do sangue é coletada e no laboratório faz-se a separação da parte sólida (células) e líquida (soro) do sangue total. Para realizar o ELISA utiliza-se o soro. Na amostra de soro é pesquisada, por reações químicas específicas, a presença de moléculas – os antígenos – do vírus (chamado de ELISA direto) ou os anticorpos do paciente (denominado de ELISA indireto) que foram produzidos pelo sistema imunológico do paciente caso tenha tido contato com o vírus. A detecção positiva da presença dos antígenos do vírus ou a presença dos anticorpos na amostra fornece o diagnóstico da infecção por dengue.

E foi assim que cresci. De um lado me descobrindo homossexual e tentando me desvencilhar do estigma de que eu não era um “mal”. Eu, na verdade, repito, ingressei no curso de Ciências Biológicas, de uma maneira muito inconsciente, na tentativa de me lançar ao conhecimento de entender o que era essa doença e de me convencer a mim mesmo de que não era uma “peste gay”. Além disso: talvez eu ainda quisesse entender e alertar outros como eu, para que não sentissem a dor do preconceito que eu sentia. Foi assim que entrei na licenciatura em Ciências Biológicas: para viver ciência, me entender pela ciência e trabalhar como educador em ciência. Foi um ponto revolucionário dentro de mim. A entrada no curso para ser professor de Biologia foi importantíssima para começar a me defrontar com uma angústia, a qual se não fosse encarada de frente poderia ter me levado ao suicídio real ou talvez social. Logo de início senti a liberdade que o ambiente universitário continha. Foi já no primeiro ano da faculdade de Ciências Biológicas que me descobri realmente e me assumi homossexual, foi ali que fiz meus primeiros amigos assumidamente homossexuais, foi naquele ano primeiro do curso que conheci a noite LGBTQIA+ da cidade de São Paulo, foi no primeiro ano da faculdade que conheci meu primeiro namorado e me apaixonei por outro rapaz e fui retribuído afetiva-sexualmente, foi no primeiro ano do curso que um amigo homossexual muito próximo descobriu que estava positivo para HIV e aprendi com ele que não era um castigo, foi no primeiro ano da faculdade que tive na disciplina de imunologia uma aula sobre a biologia da infecção, foi no primeiro ano que fui ser professor de biologia na comunidade do Heliópolis em um cursinho pré-vestibular do movimento EDUCAFRO e foi logo nesse primeiro ano que consegui meu primeiro estágio em um laboratório para aprender sobre a infecção pelo vírus HIV e sobre imunologia. Como na tragédia grega eu não estava fugindo do meu “destino”.

A entrada na área de Imunologia veio logo de cara no primeiro ano do curso de graduação, quando fui aceito em um estágio voluntário de um ano no laboratório de análises clínicas do hospital do Centro de Referência e Treinamento (CRT) em doenças sexualmente transmissíveis (DST<sup>3</sup>/AIDS) do governo do estado de São Paulo. Eu não havia procurado estágio. Foi uma dessas coisas de “uma amiga de uma amiga, que

---

<sup>3</sup> Na época, ano de 2001, a nomenclatura era essa. Atualmente, essa nomenclatura foi revista para IST “Infecções sexualmente transmissíveis”

conhece outra amiga”, que soube que estavam precisando de um estagiário. Fui indicado. Bati na porta do laboratório sem saber com o que trabalhavam ali e me apresentei. Lembro claramente de uma das perguntas da recrutadora ser sobre eu ter alguma restrição em saber que o hospital tinha o foco e mais de 90% dos pacientes com diagnóstico positivo para HIV. Fiquei surpreso e entusiasmado. O que eu mais queria era aprender imunologia e entender como essa ciência era importante para minha comunidade. A função do meu estágio era aprender as técnicas bioquímicas, microbiológicas, hematológicas e sorológicas do diagnóstico das ISTs. Meu estágio voluntário durou um ano exato. Eu não me contentava com ficar apenas no laboratório. Queria conhecer outras partes e projetos do hospital. Me enfiava em reuniões sobre educação em saúde, seminários sobre pesquisas de vacinas para HIV e epidemiologia e até de coral com pacientes e funcionários do hospital participei. Meu aprendizado em Imunologia foi muito mais significativo quando circulei pelas áreas fora do hospital do que propriamente na rotina do laboratório com as técnicas padronizadas.

Quando o estágio terminou, eu queria continuar aprendendo sobre Imunologia. Dali saí para a iniciação científica em Imunologia no Instituto Butantan, que derivou no mestrado em Imunologia no Instituto de Ciências Biomédicas (ICB) da Universidade de São Paulo. Na dissertação de mestrado estudei o potencial de neutralização de uma nova proposta de soro antiveneno das aranhas *Loxosceles*. Os anticorpos estavam novamente na minha vida: “eram específicos ou não para os antígenos dos venenos das aranhas ou não?”, “Eram efetivos para neutralizar as ações tóxicas dos venenos ou não?”, “Qual quantidade de anticorpos é boa?”. No desenvolvimento de tratamento à base de um soro, o anticorpo é o foco central para neutralizar o mal instalado pela doença. Eu queria entender mais de imunologia, conhecer outros mecanismos, outras técnicas, outros discursos. Na verdade, queria voltar ao que queria estudar sobre doenças negligenciadas, entender e contribuir para a construção do conhecimento de alguma doença negligenciada no mundo e, em especial, no Brasil. Foi quando decidi mudar para Belo Horizonte e estudar imunoparasitologia. Passei no doutorado em Ciências Biológicas, com ênfase em imunoparasitologia, na Universidade Federal de Ouro Preto, e durante a tese realizei um estágio na Universidade da Pensilvânia nos EUA. A tese, orientada pela Profa. Dra. Leda Quercia Vieira e coorientada pela Profa. Rosa Arantes,

consistiu em pesquisar uma proposta de tratamento experimental em modelo de camundongos, via células indiferenciadas obtidas da medula óssea de camundongos saudáveis, para as lesões cutâneas causadas pela infecção pelo parasita *Leishmania*.

Há um fato pessoal importante que me ocorreu nos EUA enquanto fazia estágio de doutorado: conheci meu primeiro marido, norte-americano, e me casei. Na ocasião eu não poderia ficar legalmente nos EUA, pois em meados de 2011 o casamento entre pessoas do mesmo sexo não era reconhecido em território nacional, embora viesse a ser reconhecido alguns anos depois por Barack Obama. A solução era meu marido (ex-marido na atualidade) vir morar no Brasil. Na ocasião, por aqui, já havíamos tido a aprovação da união estável e conseguimos o visto permanente dele no Brasil. Fomos um dos primeiros casais homoafetivos a realizar esse procedimento no Brasil. Por conta da inexperiência geral no trato da questão burocrática referente à união estável de homossexuais, necessitei de apoio social, político e afetivo da minha comunidade. Nesse momento me aproximei da militância LGBTQIA+ da cidade de São Paulo e do Brasil inteiro, e tal aproximação da militância foi bem importante. Logo no início, quando me apresentei como pesquisador, recém doutor em imunologia, fiquei impressionado com o fato que muitos militantes quisessem saber sobre ciência, em especial, sobre imunologia. Fui convidado a participar das reuniões para falar de questões de saúde tematizadas no âmbito da Imunologia e relativas ao corpo humano. Muitos desses conhecimentos ainda não são acessíveis à grande maioria das pessoas. Participei inclusive como organizador e mediador de mesas em um evento sobre a questão da prevenção de HIV/AIDS em 2012.

Passei a participar então como professor voluntário na disciplina de Imunologia com a Profa. Karina Bortolucci na UNIFESP, no *campus* de Diadema. Karina havia sido minha professora na pós-graduação em Imunologia na época do mestrado. Na ocasião, o programa da disciplina para o curso de Farmácia e Bioquímica era enorme. Foi uma disciplina de seis meses bem intensa de conteúdos científicos em imunologia. Ao final da disciplina decidi abrir para uma conversa com os estudantes, para discutir sobre as dificuldades encontradas pelos discentes. A maioria esmagadora deles apontou que o conteúdo sobre diferenciação dos linfócitos B e produção da diversidade molecular de

anticorpos era a mais difícil e por isso gostariam de ter aulas práticas. Novamente os anticorpos!

Para entender o rearranjo gênico para a produção específica de anticorpos era preciso primeiro entender conceitos de bioquímica, de biologia molecular e celular, no âmbito de uma perspectiva interdisciplinar. Como não havia nada, na literatura específica publicada, que aproximasse a imunologia das metodologias de ensino contemporâneas, por exemplo, das metodologias ativas, levei a demanda dos discentes para o pós-doutorado que realizava na Faculdade de Educação com a Profa. Silvia Trivelato, e propus-lhe um projeto de pesquisa voltado para o desenvolvimento de uma sequência de ensino investigativo aplicável às aulas de imunologia. Construimos a sequência de ensino, aplicamos em alguns contextos, e as análises dos dados mostraram que ao executar a sequência de ensino observamos a mobilização das chamadas marcações de práticas epistêmicas pelos estudantes nos relatórios escritos (MANZONI-DE-ALMEIDA e colaboradores, 2016), a mobilização da construção e produção de estruturas de argumentos lógicos-científicos escritos nos relatórios dos estudantes (MANZONI-DE-ALMEIDA, 2016) e em outros, trabalho a observação de evidências, via mobilização de alguns marcadores de práticas epistêmicas, da alfabetização científica nos escritos dos estudantes ao realizarem a atividade investigativa na modalidade de ensino *online* (NATALE, 2020). Desse estudo cresceu a linha de pesquisa em ensino de imunologia que se desdobrou em outros estudos de iniciação científica, em tese de doutorado, e deu origem ao grupo de pesquisa em ensino na universidade em que trabalho atualmente, e tais pesquisas agora se relacionam com as questões de gêneros e sexualidades<sup>4</sup>.

Voltando, então, à metáfora inicial, e agora ressignificando-a melhor: *eu sou um anticorpo!* Gosto do fenômeno do anticorpo: uma molécula altamente específica produzida em resposta a um estímulo por outra molécula, um antígeno, que pode ser estranho ou não ao corpo. Gosto desse fenômeno, pois cada anticorpo produzido em sua especificidade é importante em uma resposta imune coletiva: é como se uma molécula de anticorpo produzida fosse um indivíduo formado na imensidão do coletivo para

---

<sup>4</sup> Na atualidade, até o presente momento de entrega da tese em novembro de 2021, sou docente de Fundamentação biológica (disciplinas de Bioquímica e Imunologia) da Escola de Ciências Biológicas, Saúde & Bem-estar do Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU) da cidade de São Paulo. Nela também sou coordenador do Núcleo de estudos de Gêneros e Sexualidades (NUGE).

desempenhar uma função em uma microfísica e fosse significativo para uma macro física. Cada molécula de anticorpo produzida, assim como cada indivíduo em sociedade, tem uma narrativa única, foi estimulado por “antígenos específicos”, orquestrado por células do sistema imune de maneira muito cuidadosa para que em seguida fosse produzido e liberado para sua ação em várias engrenagens de mecanismos coletivos no corpo.

Assim como o sistema imune produz moléculas muito diversas o tempo todo, a sociedade produz indivíduos muito diversos o tempo todo. A Ciência brasileira produziu, nas últimas décadas, uma variedade imensa de cientistas e intelectuais em resposta às demandas sociais, políticas e econômicas do país. A especificidade de uma molécula de anticorpo, assim como de cada intelectual, não deve ser ignorada como não importante. Em uma dada infecção ela pode não ser mobilizada, mas certamente está sendo aproveitada em uma outra infecção por algum patógeno que tenta ou entra silenciosamente em outra parte do organismo. O que faz nossas riquezas em sala de aula ou quando pensamos as formas de educação e ensino não são, apenas, as afinidades, mas a diversidade de possibilidades de interações e funções que podemos exercer. Assim como as moléculas de anticorpos, tão diversas, tão específicas, tão complexas realizam a dança da imunidade nos corpos, os indivíduos diversos, pensando as possibilidades de educação, podem contribuir significativamente para a sociedade. Blocos únicos e com pensamentos fechados, impenetráveis e com pouca diversidade, só reproduzindo o mais do mesmo estão fadados ao fracasso. Assim como no sistema imunológico: a produção de um único tipo de molécula de anticorpo não ajuda a combater uma infecção.

A pergunta agora é: um cientista na teoria literária?

É curiosa a minha ligação com a Literatura, pois a experiência que tenho com a realidade precede a leitura de literatura. Explico. A literatura para mim funciona como uma amiga na qual busco e diálogo na tentativa de que por meio do imaginário de outrem, do escritor ou da escritora, encontre ajuda para reler aquilo que eu já havia percebido, mas não organizado. Como se as palavras do autor ou da autora tivessem em mim, por meio do seu diálogo, ajudado a organizar aquilo que vejo caótico. Isso tem já uma explicação. Paulo Freire em sua obra “Alfabetização” (2021) nos traz a ideia de que a leitura do mundo precede a leitura das palavras, ou seja, o sujeito freireano é aquele que

“lê” primeiro o mundo e, depois com as palavras escritas, faz uma “releitura” do mundo. Considero então igualmente que a minha entrada na leitura data do ensino médio, na mesma época em que nasce o interesse pela Ciência, como foi relatado anteriormente. A percepção que tenho dos anticorpos nas aulas de biologia, em verdade, foram secundárias, pois eu só consegui imaginar a possibilidade das diversidades de anticorpos naquela aula porque estava imerso no mundo imaginativo e crítico das narrativas, primeiramente, pelas aulas de Literatura. O meu grande motor interno era começar a fazer uma leitura do mundo para entendê-lo. A Literatura, aí, assumiu uma importância muito grande na minha vida. Foi nas aulas e com as recomendações de literatura da minha Profa. Elizete Bomtempo Bispo que eu conseguia *interpretar* o mundo. Talvez a Profa. Elizete tenha sido a minha primeira orientadora, pois ministrou aulas para mim da 7ª série do ensino fundamental II, até o terceiro ano do ensino médio, na escola pública. Quando eu chegava com a questão X ou Y da vida, na ponta da língua, ela já dizia: “o escritor X ou a escritora Y falou sobre isso no livro tal”. Aquilo era fogo em pólvora, pois me lançava diretamente para a biblioteca modesta da escola ou minha ida para a biblioteca Mário de Andrade no centro de São Paulo ou ainda vasculhar alguma loja-sebo de livros usados para encontrar a obra. Ao mesmo tempo, na adolescência, eu tinha conseguido uma vaga para estudar língua espanhola no centro de línguas do governo do estado de São Paulo. Eu ouvia que estudar inglês era mais importante para conseguir um trabalho, mas não tínhamos condições financeiras. Cursos de língua inglesa na década de 90 eram caríssimos. O curso gratuito de língua espanhola oferecido pelo estado de São Paulo, via os centros de línguas, era o que estava ao meu alcance e hoje é meu idioma predileto. Foi o que eu precisava, pois logo de início eu ouvi o nome de Federico Garcia Lorca e que havia sido um escritor gay e a palavra “resistência”. Eram poucas as informações que circulavam sobre um ou outro artista, escritor, pensador ser gay. A referência que tinha era da imagem destruidora do cantor Cazuza com AIDS, que a mídia explorava perversamente para assustar a população e associava com a “doença gay”. Ou então os *closes* do estilista Clodovil tomado inteiramente como deboche nos canais da televisão aberta.

Lembro da professora do curso de espanhol, Profa. Rosalba, contar que Lorca havia sido morto. Morto, por quê? Lembro, nitidamente, de fazer essa pergunta interna.

Eu queria saber o porquê Lorca havia sido morto. A professora, então, falou: “Porque resistiu”. Foi quando me lancei a ler seus poemas, suas peças de teatro em espanhol e perceber um outro universo linguístico. A descoberta do motivo da morte de Lorca, seu espírito subversivo e sua posição contra o fascismo e o autoritarismo espanhol me foram inspiração. Queria saber se havia outros escritores como ele. E, misteriosamente disfarçados de representantes dos esquemas didáticos das escolas literárias, pelas mãos da minha professora de Literatura na escola pública vieram os textos de Oscar Wilde (o perturbador *De profundis* [1897]), Caio Fernando Abreu (o angustiante *Morangos mofados* [1982]), Arthur Rimbaud (os alucinantes poemas que encontrava traduzidos já em uma internet discada no final da década de 90). *Eu estava em contato com gays que escreviam*. Essas descobertas foram poderosas e importantes na autoconfiança de um adolescente que se percebia gay.

Hoje a leitura do mundo que me presto a fazer, como pesquisador, é o embaralhado no limite entre Literatura e cultura científica. Entendo que em um mundo compartimentalizado em departamentos de áreas fica difícil de entender um cientista na Literatura. Porém, fica mais palatável de explicar tomando uma perspectiva antropológica. O antropólogo francês Bruno Latour em “Jamais fomos modernos: ensaios para uma antropologia simétrica” (1991) traz a ideia dos *híbridos*, pertinente aqui. Para Latour, como pesquisadores e pesquisadoras, somos híbridos: “Por falta de opção nos autodenominamos sociólogos, historiadores, economistas, cientistas políticos, filósofos, antropólogos (...) Nós mesmos somos híbridos, instalados precariamente no interior das instituições científicas, meio engenheiros, meio filósofos, um terço instruídos sem que o desejássemos (...)” (LATOURE, 1994, p. 9). Para o pensador francês, no mundo atual, não deveria haver separação entre os saberes das disciplinas das ciências naturais, por um lado, e as humanidades, por outro. Mais ainda: não ocorreria a nenhum etnólogo estudar separadamente a relação dos homens primitivos com a natureza, por um lado, e com sua organização social, por outro. Neste sentido, qualquer separação destas esferas, para fins de estudo etnográfico ocidental, só pode ser fruto de uma ilusão moderna. A antropologia simétrica entende que a real natureza das existências individuais e coletivas híbridas é legível apenas na confluência da política e da ciência, ou ainda da educação e da ciência. Considerar-me como híbrido significa então que posso interpretar-me como

um legítimo representante do pesquisador contemporâneo. Ou ainda posso dizer que sou um *pesquisador-queer* mobilizando a teoria *queer* para explicar pesquisadores como eu: estranhos, sem forma definida, em construção de um corpo (acrescento para além: de uma intelectualidade), viajantes (LORO, 2008). Para a pesquisadora Guacira Loro (2018), que estudou a teoria queer e a educação no Brasil em “Um corpo estranho”, tais corpos são os “viajantes pós-modernos”, que não se deslocam geograficamente, mas estão sempre na estrada da sua existência, pelo caminho de uma viagem em busca de si, uma construção de existência e acima de tudo de uma resistência. O importante no corpo-intelecto *queer* é a possibilidade do processo. Um pesquisador-*queer* como eu causa o estranhamento da alteridade, e é essa a intenção enquanto processo de construção de mim e no mundo, na ação política, para tomar emprestado o pensamento de Hannah Arendt.

Por fim, a necessidade de escrever sobre a cultura científica combinou um desejo muito simples de justiça social, de direito de estar no mundo, com uma perplexidade específica: o fato que o acesso ao universo refinado da Ciência não impeça as situações de preconceito. Minha proposta investigativa está alicerçada no questionamento de um ambiente profissional que mantém estruturas de poder, as quais fomentam a discriminação de classe, étnico-racial, de gêneros e sexualidades. Quais são as condições de trabalho dessa geração de cientistas e intelectuais brasileiros às voltas com a discriminação? Quais responsabilidades podem ser levantadas para a nossa geração de cientistas? Nesse exercício de análise, decidi ser estimulado pela leitura de literatura, apostando num diálogo entre as disciplinas que pudesse auxiliar-me decisivamente na definição da narrativa, já que tal conceito está ausente das ciências naturais, pretensamente frias e objetivas, e têm sido ocultados até mesmo na área da educação e do ensino, infelizmente preocupada hoje em atender demandas de uma estruturação metodológica similar à das ciências naturais. Ao trabalhar com o paradigma da narrativa, devo esclarecer que o meu interesse por pesquisar situa-se também na realização da leitura de texto de literatura e no próprio ato subsequente da escrita do atual projeto. Em 2017 fiz o processo seletivo no Programa de História e Teoria Literária do IEL/UNICAMP<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Na ocasião do processo seletivo no programa de pós-graduação eu entrei como orientando do Prof. Henning Teschke devido a sua experiência com a obra de Brecht. Com a saída do Professor Henning da

Gosto do estranho. A figura do demônio na cultura ocidental traz o imaginário negativo do monstruoso. Associar essa imagem a uma linha de pensamento contribui para certa sensação de subversão, algo que estimulou o filósofo da ciência Paul Feyerabend (1924-1994) construir a sua crítica à Ciência. Feyerabend, de forma irônica, utiliza a metáfora do monstro para a Ciência para dar título ao seu livro, “Ciência, um monstro”, que contém o conjunto dos seus escritos reunidos das palestras sobre Ciência que ministrou na Itália (FEYERABEND, 2016). A metáfora da Ciência como um monstro para Feyerabend é: “(...) com ela, o autor busca ilustrar como, enquanto *práxis*, a atividade científica é heterogênea, conflituosa, desarmônica, fragmentada etc. Um *monstrum*, enfim (...)” (ABRAHÃO, 2016, p.11). Quando o pensador francês Antoine Compagnon em “O demônio da teoria: literatura e senso comum” (2014) utiliza de Baudelaire em “Espanquemos os pobres!” (*apud* COMPAGNON, 2010) para valorizar o demônio, é no sentido de denunciar os poderes de uma teoria literária dogmática e árida, e com o objetivo de mostrar o excesso de significação positiva da própria literatura. Ambos os autores, em perspectivas distintas, advogam pela importância da relação democrática entre os saberes empíricos da vida comum, a teoria e as ciências. Trata-se para mim de tentar também articular ambas as esferas, com a consciência crítica de que o cientista não pode ser possuidor de um conhecimento isolado nem pode fazer da ideologia do isolamento um argumento de autoridade. Para essa empreitada me filio, como ponto de partida do meu lugar intelectual-pedagógico-político em literatura, aos movimentos de Teoria literária do século XX, que destacam o papel do leitor, em especial a teoria da recepção, na construção de uma crítica do texto literário (ISER, 1999, 2002; JAUSS, 2002; ZILBERMAN, 1989; FISH, 1992 e ECO, 2002, 2005). Filio-me também à proposta de articulação entre as autoetnografias e a teoria literária (VERSIANE, 2005; SANTOS, 2016) que me possibilita um exercício teórico-prático autoetnográfico através da escrita e da análise dos meus registros em diários de leitura (LEJEUNE, 2014). A leitura e interpretação de obras canônicas por corpos dissidentes, marginalizados e descartados pode ser tão válida para pensar e criticar as culturas quanto as já

---

Instituição fui acolhido pela Profa. Cristina Herinque da Costa. Eu havia feito uma disciplina com a Profa. Cristina, “O mal na literatura”, em 2017 e encontramos afinidades intelectuais na proposta de tese autoetnográfica sobre a leitura da obra “A vida de Galileu” do Brecht. Dessa forma, a Profa. Cristina e eu estamos trabalhando juntos desde meados de 2019.

dominantes, feitas por corpos brancos, elitizados, privilegiados hetero-*cis*-normativos nos espaços de poder dos meios universitários e intelectuais.

Então, qual obra ler para realizar uma análise autoetnográfica? “A vida de Galileu” de Brecht (1991) entrou no meu mundo da leitura ainda na adolescência quando, também entre as aulas do ensino médio e as de língua espanhola, estudei um pouco de teatro na fundação das artes do município de São Caetano. Eu não queria ser ator. Estudar teatro foi uma maneira de ficar mais perto do mundo da criatividade como eu gostava. Acredito que a junção da experiência linguística, literária, científica e artística, com o teatro na adolescência em especial, tenham sido fundamentais para o meu desenvolvimento para o universo da intelectualidade. A obra “A vida de Galileu” de Brecht (1991) na época foi uma leitura importante como meu primeiro contato sobre como poderiam ser os problemas de um cientista. Já no período adulto e profissional, quando aconteceu a releitura, foi como apagar uma fogueira com gasolina da vida de cientista que eu já vivia e que me consumia. A espinha dorsal do texto de Brecht, a *liberdade de expressão intelectual* posta, me dragou para o “efeito do estranhamento” que o autor propôs em sua teoria teatral. Dessa maneira, a tomada do texto “A vida de Galileu” do Brecht (1991) como parceiro da crítica da vida científica e análise das possibilidades de uma Ciência em aliança com as lutas sociais foi imperativo para a construção dessa tese. Foi com e lendo Brecht que me associei à crítica literária.

Nesse texto, Brecht representa em gênero dramático uma ficção, tomando como base a biografia de Galileu Galilei, um cientista envolvido em uma disputa entre Ciência e Fé que podemos hoje traduzir por disputa em entre liberdade de pensamento e autoritarismo. Abordar esta obra é uma operação tão delicada quanto instigante. Por dois motivos, delicada: em primeiro lugar, em decorrência da complexidade do campo teórico-literário que se dedica a distinguir (ou a não distinguir) os espaços do real histórico e do ficcional. A peça de Brecht é literatura, logo pode/deve ser lida como ficção. Neste sentido, é metodologicamente necessário distinguir a peça de teatro “A vida de Galileu” da vida real de Galileu Galilei. Mas a vida real do cientista também se distingue de sua própria biografia, enquanto narrativa (mais ou menos fiel) de sua existência concreta. É verdade que o enredo da peça se apoia em algo como uma narrativa prévia, uma biografia, mas pode-se dar ao termo o mesmo sentido que Aristóteles deu, na *Poética*, à

dimensão de *mythos* da tragédia (RICOEUR, 2010). Lida como ficção, a peça, enquanto discurso, também precisa ser distinguida de seu autor biográfico, o próprio Brecht, mesmo que se possa em seguida mostrar como funcionam nela as ideias do autor. Na literatura, o objeto construído o é pela inteligência construtora do sujeito humano, e neste sentido a ficção desde sempre depende da subjetividade. Trata-se, portanto, aqui de mostrar que o conjunto de tais distinções metodológicas não impede o trato autoetnográfico com o objeto literário. Se o domínio literário da ficção não significa necessariamente a separação radical entre o real e o irreal, é também possível que não alimente a ilusão de neutralidade, uma vez que, tomadas as devidas precauções, a articulação fundamental entre sujeito e objeto poderá recair sobre o ato de leitura, único capaz de preparar o texto literário para uma análise crítica da objetividade literária, em paralelo com uma prática da narrativa enquanto fonte de conhecimento e esclarecimento. Operação delicada também porque, em segundo lugar, a própria elucidação da polaridade “liberdade de pensamento” *versus* “autoritarismo”, no sentido de “dogmatismo ou obscurantismo” está sob a dependência de uma conquista científica: a da ciência moderna. A peça de Brecht (1991), assim como a própria proposta de esclarecimento do teatro brechtiano são, talvez, devedores longínquos de uma conquista ilustrada pela figura de Galileu. *Mise en abîme* ou ironia? O certo é que tal ambiguidade irá assombrar também a *démarche* autoetnográfica de minha proposta, e estarei às voltas com esta questão<sup>6</sup>.

Com a conclusão de meu doutorado em Ciências Biológicas, quando as políticas educacionais e científicas brasileiras estavam começando a sofrer os primeiros abalos

---

<sup>6</sup> Há um ponto importante aqui para discutir que pode, ao longo do texto, passar como um “ponto cego” da tese: a perspectiva da proposta do “efeito do estranhamento” brechtiano e a proposta autoetnográfica como propostas opostas. Uma das características do efeito do estranhamento, como propõe Brecht, é a não experiência de catarse do espectador (ou do leitor) diante da situação dramática apresentada. O estranhamento deve acontecer de forma crítica e não por meio da identificação do espectador, leitor ou ator com a situação exposta. Por outro lado, no método autoetnográfico o autoetnógrafo ou a autoetnógrafa se lançam radicalmente a uma análise, em primeira instância, às beiras catárticas da realidade. Em um primeiro momento a leitura autoetnográfica, então, de um texto brechtiano parece orbitar um universo em lados opostos. A válvula de escape para essa situação em que podemos encontrar um caminho de convergência em ambas propostas é que a perspectiva autoetnográfica não está limitada apenas a expulsão de emoções via identificação emocional com o real (ver capítulo 1 as formas do método autoetnográfico), mas com um diálogo permanente em associação com a cultura, teorias e perspectivas do mundo. Dessa forma, o efeito do estranhamento brechtiano, pode ser tomado em fusão a essa perspectiva, como uma experiência autoetnográfica do leitor ou da leitora diante de um texto literário.

que viriam a culminar na crise e nas discontinuidades atuais, retornei a esse texto de Brecht quando me deparei com o desafio de ser um cientista, formado e preparado para lidar com os problemas sociais e, no entanto, confrontado com as limitações de ações concretas em decorrência da falta de oportunidades, incentivos e políticas de absorção de qualificações. Como eu poderia me engajar nas responsabilidades sociais dessa forma? Como toda a formação que havia me sido dada poderia ser utilizada para a sociedade à qual eu pertencia? Como sobreviver profissionalmente? Brecht havia colocado na boca da sua personagem Galileu esses mesmos questionamentos, e a proposta dessa tese nasceu. Como a personagem de Galileu de Brecht pode me ajudar a pensar o que é fazer Ciência no Brasil? Como é ler esse texto de Brecht, que basicamente trata da luta entre a razão e o obscurantismo, trazendo-o ao cenário do Brasil pandêmico em um governo de extrema direita? Em que o Galileu de Brecht reflete em mim enquanto pesquisador LGBTQIA+ em meio a esse cenário? O método autoetnográfico talvez possa contribuir na reflexão em torno de tais perguntas complexas e com várias dimensões: o herói real da ciência moderna, Galileu, a relação entre vida, biografia e ficcionalidade na representação do cientista, a visão de mundo e de ciência de Brecht, a leitura da representação do cientista do ponto de vista da subjetividade do cientista de hoje, visto pelo prisma de meu caso individual, e as eventuais indagações éticas e existenciais que isso pode gerar.

Esta pesquisa autoetnográfica está dividida em quatro partes.

1) O que são as autoetnografias? O capítulo 1 discute a autoetnografia como um dispositivo metodológico temporal e contextualizado para uma análise literária. Enquanto metodologia qualitativa, a autoetnografia tem como espinha dorsal o material subjetivo do pesquisador. O objetivo deste capítulo é apresentar e descrever o método, fornecer alguns exemplos de investigações e construir o quadro de análise da obra “A vida de Galileu” pela via da autoetnografia. Assim, esse capítulo está dividido em três partes. A parte 1 consiste nas definições conceituais da autoetnografia. Na parte 2 apresento os tipos desenvolvidos e caracterizados de investigação autoetnográfica até hoje, dou exemplos, e exponho sua crítica. E finalmente, na parte 3, descrevo a realização da análise autoetnográfica da leitura de “A vida de Galileu”.

2) O que o texto “A vida de Galileu” de Brecht (1991) já nos disse sobre o cientista? O que ele ainda pode nos dizer sobre a responsabilidade do cientista com o conhecimento? No capítulo 2 apresento uma análise do texto “A vida de Galileu” de Brecht (1991), que me possibilita uma discussão sobre a não neutralidade da vida e sobre benefícios privados que envolvem o cientista, o trabalhador da ciência, na sociedade a partir do século XX. Uma metáfora, novamente, pode ser usada para qualificar o texto “A vida de Galileu”: que ele tenha sido ele mesmo uma “experiência científica” observada por Brecht, e uma representação do que ele percebeu sobre a Ciência no século XX. Desse texto, verdadeiro laboratório do mundo, chegou até nós uma terceira versão, até o momento tida como definitiva. Trata-se de uma versão com certa intenção clara, como afirmam seus estudiosos, e cujo objetivo é fazer uma crítica ácida à Ciência e à responsabilidade do cientista, através da representação do trabalhador da Ciência diante do conhecimento que se produz e é disponibilizado para a sociedade. Com esse texto, Brecht (1991) nos leva a pensar sobre como as condições sociais, econômicas e políticas podem influenciar no conhecimento produzido para a sociedade. A ferocidade crítica de Brecht se materializa aqui na composição de uma personagem de cientista, Galileu, sem escrúpulos e maquiavélico para conseguir dinheiro e poder, colocando em xeque a imagem intocável, comum ao imaginário social, do cientista como um sujeito distante de valores subjetivos e engajado apenas com o bem maior do conhecimento e com sua dimensão coletiva. Algumas perguntas surgem imediatamente a partir desse prisma: mas quem é esse sujeito que, ao ser um privilegiado do trabalho no campo do saber, volta-se para si mesmo e dá as costas para a responsabilidade social? Quem é esse “corpo” mostrado por Brecht e que está envolvido com a Ciência? É daí que se abre outra chave de leitura para “A vida de Galileu”. Minha hipótese é que o texto de Brecht coloca de forma pedagógica algo que a autoetnografia também afirma: a existência da não neutralidade da Ciência. Assim, para Brecht, através de seu *Galileu*, a construção de um determinado saber está impregnada de jogos políticos, relações de poder e dinheiro, e claro, da própria condição da classe social a que o cientista pertence: o texto nos fala dos interesses e benefícios próprios do cientista.

Ampliando essa noção de responsabilidade do cientista em relação ao conhecimento e à sociedade, exponho no capítulo 2 uma análise de como a situação

social e econômica do cientista pode influenciar o conhecimento e explicar a forma como esse conhecimento é produzido e disponibilizado. Partindo do princípio que a não neutralidade científica não está apenas situada em decisões macro políticas, por exemplo governamentais, e sugerindo, inversamente, que ela possa estar ancorada no espaço privado, nos desejos e anseios particulares do indivíduo cientista, serei levado a colocar algumas perguntas sobre o texto: afinal, por essa perspectiva analítica, a figura do cientista, através do *Galileu* de Brecht, ainda poderia ser encarada como representação de um sujeito inescrupuloso e capaz de qualquer coisa pelo poder? Ou o cientista seria como qualquer outro sujeito, alguém esmagado pela engrenagem do capital, e cuja responsabilidade pode ser amenizada, tendo em vista a natureza de seus interesses próprios? O que necessariamente conduz a pelo menos formular uma questão ética importante para Galileu, para Brecht, para mim mesmo e no contexto do Brasil contemporâneo: a da legitimidade do interesse individual dos sujeitos cientistas.

Este capítulo está dividido em quatro partes. A primeira parte discute leituras, pesquisas e interpretações do texto realizadas sob o prisma da questão da Ciência e da responsabilidade do cientista, leituras estas que tomam a questão no contexto da macro política e da economia. A segunda parte confronta o tema da não neutralidade da Ciência com epistemologias da Ciência e pensadores dedicados a refletir sobre política e Ciência. A terceira parte analisa a importância do texto produzido por Brecht, no sentido de poder nos ajudar a pensar novas categorias importantes: o contexto da vida, os interesses e benefícios do próprio cientista, enquanto aspectos determinantes para a natureza do conhecimento que é produzido. Na quarta parte, em conclusão, apresento um resumo das três possíveis categorias de análises extraídas a partir do texto “A vida de Galileu” de Brecht (1991).

3) O que foi ler e analisar “A vida de Galileu” (BRECHT, 1991) nos anos de 2020-2021 no Brasil em plena pandemia da COVID-19? No capítulo 3 realizo a análise autoetnográfica da leitura de “A vida de Galileu” (BRECHT, 1991). Este capítulo está dividido em três partes. A primeira parte consiste em uma apresentação da teoria no campo dos estudos literários sobre diários e seus usos em pesquisas. A segunda parte está centrada na escrita de um diário de leitura, feito ao longo de quase um ano, da obra “A vida de Galileu” (BRECHT, 1991). O objetivo foi registrar o contexto em que eu realizei

a leitura, mais propriamente a releitura, do texto de Brecht como uma análise autoetnográfica. Os escritos do diário que iniciam na data de 10/03/2020 vão até 17/01/2021 estão mantidos sem qualquer alteração posterior aos dias em que foram escritos. A terceira parte é uma outra camada autoetnográfica, na qual realizo uma análise descritiva e analítica, em diálogo teórico e minhas experiências pessoais, dos principais pontos que emergiram do diário.

4) Nessa parte apresento as considerações finais ou conclusões do estudo por meio de duas perspectivas. Uma primeira a partir da localização temporal da pesquisa, ou seja, decorrente do período da escrita autoetnográfica do diário e das análises que foram extraídas desses escritos. Uma segunda em formato de diálogo que respondo os principais questionamentos que foram realizados ao longo do processo dessa pesquisa. O importante dessa parte do trabalho é a perspectiva de que uma pesquisa autoetnográfica não tem a pretensão de botar pontos finais em discussão ou trazer conclusões para as questões, mas é uma forma “ao vivo” de fazer pesquisa em que fios podem ser puxados e discussões serem abertas. Um pesquisador autoetnográfico é um sujeito em abertura com o diálogo permanente.

# CAPÍTULO 1:

## AS AUTOETNOGRAFIAS COMO PROPOSTAS METODOLÓGICAS DE ANÁLISES E CRÍTICAS LITERÁRIAS

“(...) GALILEU: (...) já se descobriu muita coisa, mas há mais coisas ainda que poderão ser descobertas. De modo que também as novas gerações têm o que fazer. (...) Todo mundo diz: é, está nos livros – mas, agora nós queremos ver com nossos olhos (...)”. (BRECHT, 1991, *A vida de Galileu*, p.15).

### ***O que são as autoetnografias?***

Definir a autoetnografia é um movimento complexo, pois o posicionamento claro e didático dessa metodologia não passa apenas pela categorização de uma forma de investigação, mas é colocado, também, como base de um *engajamento político* radical do pesquisador ou da pesquisadora. Assim, a autoetnografia se configura na realização de uma investigação cultural, em que o próprio “Eu” do sujeito que se propõe a fazer a investigação, se reconhece e se coloca como uma voz em articulação com o campo científico e intelectual.

Esse “Eu” não se coloca apenas como aquele que tenta buscar um universalismo, próprio de sujeitos uníssonos e cristalizados, mas formula a hipótese de que a sua narrativa, radicalizada na análise da cultura, em articulação com a sua experiência no mundo, possa ter valor epistêmico. Ou seja, antes de mais nada, realizar uma autoetnografia é desafiar as formas tradicionais de pesquisa na busca de afinar uma voz, de retratar aquele que está inserido no cotidiano e muitas vezes não é ouvido, de realizar certa crítica da cultura. O movimento autoetnográfico de pesquisar é, antes de mais nada, dizer que corpos negligenciados, experiências ignoradas, lutas silenciadas, pensamentos

esmagados são válidos e importantes para a constituição de uma linha da epistemologia marginal à linha hegemônica, universal e dominante.

A princípio, e talvez, a forma mais abrangente e palatável de enfrentar os críticos que não concebem essa forma de investigação como científica seja tomar a autoetnografia como mais uma metodologia qualitativa. Dentro do catálogo das abordagens qualitativas de pesquisa investigativa, a autoetnografia em particular, tem base firmada na análise do desenvolvimento das narrativas do próprio sujeito que mergulha na investigação. Uma vez admitida a ideia de que um sujeito não é unívoco nem monolítico, todo problema aqui é saber como se dá a escolha dos elementos que um sujeito irá escolher como parte de si importante de narrar. O que consideramos “significativo” é necessariamente da ordem da escolha e dos valores. Não se pretende aqui ignorar a complexidade desta questão, mas apenas apostar, apesar dela, no interesse geral da proposta metodológica.

Como uma forma diferenciada de método qualitativo, a autoetnografia apresenta características próprias, diferentes de outros métodos qualitativos de investigação. Há algumas formas de conceber o método autoetnográfico. Aqui, adoto a abordagem autoetnográfica organizada e proposta por uma das criadoras da metodologia nos anos 80 do século XX, a Professora Carolyn Ellis da *University of South Florida* (EUA), cujos trabalhos abrem a possibilidade de investigação da voz do sujeito o qual pode lançar-se a compreender o processo da sua própria realidade, e que propõe, como resultado, um produto narrativo e analítico, com valor epistêmico, da própria experiência.

O método autoetnográfico surge, portanto, na área da antropologia, e vem se consolidando desde meados do século XX em resposta crítica a uma forma estruturalista que eclipsou a pesquisa qualitativa na Europa e nos EUA. Ellis, Adams e Bochner (2015) relatam que é na década de 1970 a primeira vez em que a palavra autoetnografia é mencionada no campo antropológico. À época, a autoetnografia é apresentada sob dois grandes pilares: um primeiro como um *processo* e um segundo como um *produto* de uma investigação. Os autores definem a autoetnografia como uma forma de investigação e de escrita em que há uma análise da experiência pessoal do pesquisador (*auto*) em conjunto com uma análise sistemática (*grafia*) da experiência cultural (*etno*). Metodologia qualitativa de investigação significa que o pesquisador se coloca, com sua subjetividade

e com suas objetivações, no centro do processo investigativo, não mais como apenas um agente exterior que analisa um objeto de pesquisa à distância, e sim como próprio objeto da pesquisa (ELLIS, ADAMS e BOCHNER, 2011, MANZONI-DE-ALMEIDA, 2020)<sup>7</sup>.

Diferente da prática clássica etnográfica na pesquisa em Antropologia, em que o pesquisador é um observador participante do contexto cultural de interesse, porém, sem se colocar a si próprio como parte integrante da cultura que observa, a autoetnografia, ao acrescentar o “Eu” do pesquisador como o epicentro de interesse da investigação, integra o sujeito como parte dos mecanismos de uma cultura. O seu “Eu”, antes descolado da investigação como parte descartada em favor de um objetivismo e de uma neutralidade científica, agora é colocado como processo de investigação, é reconhecido como constitutivo da realidade cultural na qual está inserido. Dizendo de outro modo, para o autoetnógrafo, a investigação não está descolada de um contexto. Se seu “Eu” pode ser focalizado para explicar os processos culturais dos quais faz parte, o processo autoetnográfico pode mostrar também que a relação de pesquisa com um universo alheio não é neutra e objetiva.

Aqui, é importante eliminar, já de lance, a crítica primeira ao método, de que o “Eu” do autoetnógrafo seria narcísico. Com efeito esse “Eu”, que está conectado a uma cultura e que emerge para dizer o seu ponto de vista, constitui-se como elemento importante da dinâmica cultural de outros sujeitos envolvidos. Dessa forma, embora a escrita do processo de investigação autoetnográfico esteja impregnada da subjetividade do pesquisador, em especial do universo cultural que o pesquisador ou pesquisadora quer situar, isto ocorre não por meio da descrição de um objeto ou de uma interioridade abstrata, mas como um processo narrativo amarrado ao seu real. É a partir da investigação autoetnográfica que a narração do “Eu” do pesquisador ou da pesquisadora ganha um *status* de saber, pois a individualidade do universo do sujeito investigador

---

<sup>7</sup> É importante aqui fazer referência às ideias teóricas e críticas ao colonialismo e ao pós-colonialismo desenvolvidas por pensadores e pensadoras como Gayatri Spivak (1942-), Franz Fanon (1925-1961); Edgardo Lander (1942-); Walter Dignolo (1941); Aníbal Quijano (1928-2018); Boaventura Sousa Santos (1940-); Maria Paula Meneses; Grada Kilomba (1968-), dentre tantos *autres*, que ajudaram (e ainda ajudam) na fermentação de uma perspectiva metodológica de pesquisa no pós-estruturalismo em meados da metade do século XX e que a vertente autoetnográfica é devedora desse caldo intelectual como maneira de se estruturar como metodologia de pesquisa e debate político-científico nas mais diversas áreas do pensamento intelectual.

autoetnográfico passa a ser um importante artifício de trazer saberes à baila, antes camuflados ou silenciados (ELLIS, ADAMS & BOCHNER, 2011; MANZONI-DE-ALMEIDA, 2020). A escrita autoetnográfica, é a utilização de uma lupa para pesquisar um mundo desconhecido, microcósmino, importante de ser dito e invisível a “olho nu”. Em outras palavras, a investigação autoetnográfica é a possibilidade para o pesquisador ou para a pesquisadora de desnudar sua participação no mundo e tornar-se um saber. Aqui, novamente, todo o problema é que, uma vez definidas as condições de desocultação autoetnográfica do pesquisador e de sua cultura, será preciso que o saber obtido não seja mero solipsismo, e por isso mesmo é necessário que a autoetnografia não se confunda com um idealismo da subjetividade (MANZONI-DE-ALMEIDA, 2020).

Logo de primeira vista, para os pesquisadores mais tradicionais, positivistas, a autoetnografia é sentida com estranhamento, pois, para eles, o “Eu” entra apenas como amálgama ou adjuvante do saber, geralmente acreditado como objetivo e neutro. Na disputa do campo de forças das correntes epistemológicas para a construção de conhecimentos e saberes, a perspectiva autoetnográfica é uma proposta alternativa em que perspectivas não generalistas e universalistas podem também ser tomadas como motores da construção de conhecimento válido. Tal virada epistêmica, no sentido da valorização do “Eu” do sujeito pesquisador como proposta de saber é consequência das mudanças significativas pelas quais o mundo cultural e científico passou após meados da década de 60 nos processos sociais e revolucionários da sociedade ocidental (ELLIS, ADAMS e BOCHNER, 2011).

Mais especialmente, no bojo do pós-estruturalismo, isto é, nas últimas décadas do século XX, as ciências humanas passaram por uma virada na forma de concepção de métodos de pesquisa, questionando o positivismo e incentivando a transição da análise centrada no coletivo para a análise do indivíduo, através da ideia de sujeito como forma de conquista de uma nova epistemologia, o chamado “giro narrativo”. Este último parte do pressuposto de que as narrativas dos indivíduos são elementos importantes na construção do debate cultural, social e político. A exclusão de determinadas narrativas do debate intelectual e do conhecimento passa então a ser vista como tentativa de silenciamento de perspectivas que não têm voz na sociedade. A investigação na autoetnografia, emergindo desse ponto, necessita de um fio condutor narrativo, o qual

passa pelo autobiográfico, mas também “agarra o entorno” pelo caminho, costurando a narrativa em forma de análise da cultura pelo olhar do sujeito inserido nela, dotado das ferramentas críticas para realizar esse tipo de análise.

O relatar a si mesmo não é novidade. Não é incomum adotar essa valorização do “Eu” do pesquisador como material de pesquisa e tal fato pode, a princípio, causar algumas confusões com outras metodologias qualitativas ou estilos literários, como por exemplo, a autobiografia, e outras ferramentas metodológicas de relatar a si mesmo. O importante a destacar, isto é, a primeira e grande diferença entre autobiografia e autoetnografia é que a segunda é um método de pesquisa acadêmica, uma forma de expressão do “Eu” do sujeito que realiza a análise da cultura dentro do espaço acadêmico, e reivindica esse espaço institucional como fundamental para a validação das experiências pessoais em análise conjunta com a cultura, enquanto contribuição ao *status* epistêmico. O que é diferente das autobiografias, em que o indivíduo não tem o comprometimento epistemológico direto com a validação de suas memórias, seus escritos e sua experiência no mundo, não associados a um valor epistêmico. Assim, a autoetnografia guarda para si algumas características importantes que devem ser destacadas. Tomamos algumas dessas especificidades a seguir.

Mercedes Blanco, pesquisadora do Centro de *Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social* do Distrito Federal do México, abre seu artigo de 2012 “*Autobiografía ou autoetnografía?*” citando Franco Ferraroti – um pesquisador do campo da autobiografia – que afirmou em uma entrevista de 1986: “A tese central é que é possível ler uma sociedade através de uma biografia”. Tal afirmação nos leva a pensar (e entrar no campo do questionamento de) como uma narrativa pode trazer em si uma perspectiva universal, decorrente do próprio fato de que sua voz se revela como algo que estava abafado pelo supostamente universal. Blanco (2012), em seu artigo, partindo da pesquisa sobre autobiografias, afirma então que a autoetnografia não é como uma vertente do campo autobiográfico, e sim como uma nova forma de narrar a si mesmo com o objetivo de empossar uma voz abafada pelo discurso do universal, defendendo assim a especificidade da autoetnografia. Além do relato de uma história, na medida em que relaciona a fala do pesquisador com o espaço cultural em que ele mesmo está envolvido, a autoetnografia é caracterizada como uma forma de realização, uma investigação e

escrita, que tem como objetivo analisar sistematicamente a cultura e não apenas a história particular de um sujeito, como ocorre na autobiografia.

Ainda no terreno da distinção entre autobiografias e autoetnografias, não se pode ignorar a importância dos estudos de autobiografia no campo da teoria literária. Nem tampouco se pode ignorar como as autobiografias podem estar em articulação com a nova proposta, autoetnográfica, de investigação do “Eu” do pesquisador ou da pesquisadora. A discussão do conceito de autoetnografia na literatura não passou despercebida no campo de pesquisa da teoria literária. Logo no final do século XX e início do XXI, teóricos do mundo inteiro dedicaram esforços para entender essa nova forma de estudo do “Eu” inserido na cultura. Em sua tese de doutorado, com a posterior publicação do livro “Autoetnografias: conceitos alternativos em construção” (2005), a pesquisadora e crítica literária, Profa. Daniela Versiani faz um estudo aprofundado sobre a origem e a relação entre o estilo autobiográfico e a autoetnografia na literatura e nos estudos literários. Nesse trabalho de fôlego, a pesquisadora nos traz uma análise da leitura de diversos autores e autoras nas áreas de Teoria literária, da Filosofia, da Sociologia e da Antropologia que discutiram a “escrita de si” no século XX e que vão desaguar na nova metodologia de pesquisa autoetnográfica.

D. Versiani (2005) argumenta para começar que, na literatura, a autobiografia é o estilo literário marcado pela característica de “relatar a si mesmo”. A crítica literária, nos últimos tempos, tem dado uma determinada importância às autobiografias como maneira de trazer a público as narrativas de experiências privadas de sujeitos que possam de certa maneira fazer parte da constituição ou do movimento da história de uma determinada sociedade. Diferente da biografia, pautada pelo olhar de um outro e onde a narrativa de um determinado sujeito será contada a partir desse olhar do outro, segundo as convicções sociais e filiações políticas desse outro, a autobiografia é o movimento de escritura em que o sujeito visualiza a importância do seu percurso e, em um jogo, literário organiza os fatos importantes de sua vida para que, de certa maneira façam algum sentido dentro do contexto social e histórico para a sociedade de uma forma geral. Obviamente, o risco largamente analisado no âmbito dos estudos literários, é de que uma autobiografia seja também *in fine* uma construção ficcional. No campo literário, as relações entre ficção e realidade são complexas e pautadas pelo critério da

verossimilhança (ARISTÓTELES, 1964; 2000; JAKOBSON, 2003). Assim como uma narrativa de ficção pode conter “elementos de realidade” que não ultrapassam a esfera do verossímil a não ser por decisão crítica do leitor, paralelamente uma narrativa autobiográfica, quando situada na esfera da produção canônica literária, poderá conter fragmentos de ficcionalidade, no sentido de irrealidade. Na medida em que um texto se destaca de seu autor, e na medida em que esta é a própria condição de sua sobrevivência histórica, e, portanto, de sua sobrevivência enquanto objeto real, dentro da perspectiva dos estudos literários há certa incompatibilidade entre o valor de um texto enquanto testemunho de realidade, por um lado, e a fidedignidade de seu autor individual, por outro lado. Sem desconsiderar esta questão importante para a leitura da obra *A vida de Galileu*, talvez se possa afirmar que a distinção decisiva para nós não enteja entre a biografia e a autobiografia, e sim entre esta última e a proposta autoetnográfica.

Na sequência, a autora (VERSIANI, 2005) reflete sobre a diferença da autoetnografia enquanto nova proposta de investigação refletida na escrita. Segue então uma discussão, já travada por pesquisadores da área de crítica literária, sobre a origem das autoetnografias. A principal tese defendida pela pesquisadora nesse caminho investigativo baseia-se na observação de uma cisão entre o estilo clássico e as novas propostas contemporâneas do relatar a si mesmo. Em outras palavras, o estilo narrativo passa a ser um elemento importante para a determinação da validade da escrita autoetnográfica. Para a autora, o movimento de busca de novas formas de leitura de textos autobiográficos, na tentativa de dar voz e iluminação a diferentes formas de “Eu”, foi uma importante etapa para que pesquisadores e pesquisadoras pudessem realizar novas abordagens com esse objetivo de investigação. Mas a pergunta central é como ler novas formas de relatar a si mesmo que podem ser importantes para catapultar diferentes expressões de “*selfies*”? (VERSIANI, 2005). Para explicar o surgimento da autoetnografia e dar uma determinada “validade” ao estilo de investigação literário situado na zona de convergência de ambos os campos de saberes, a professora traça ainda um paralelo entre a Teoria literária e a Antropologia contemporânea. Para tanto, a autora se vale do trabalho de Júlia Watson, em especial “*Toward an anti-Metaphysics of autobiography*” e discute a preocupação dada pela autora em abalar estruturas de “*selfies*” estabelecidos enquanto rígidos e cristalizados (VERSIANI, 2005).

Na crítica da construção das autobiografias que Júlia Watson realizou, Versiani (2005) vai expor duas principais teses defendidas pela pensadora. Ambas as teses estão ligadas ao objetivo da construção autobiográfica, entretanto, diferem no processo dessa construção. A primeira tese se propõe a distinguir os objetivos de uma autobiografia monológica e de uma autobiografia dialógica. Para Watson (em VERSIANI, 2005), vem ocorrendo o movimento de deslocamento do estilo de autobiografias monológicas *à la* Rousseau, mais centradas na descrição e na colocação de um “Eu” autárquico do sujeito. Pois em contraponto, há formas de colocação e construção do sujeito em diálogo com outros sujeitos e com seu tempo histórico, ou seja, surgem as autobiografias mais dialógicas ou “subjetividades dialógicas”. Nessas últimas, o movimento de escritura se estrutura de forma que o outro, ou os outros “*selves*”, vão ajudando na construção da narrativa, por meio das memórias e da grafia das condições históricas em que se deu o processo de subjetivação (*apud* VERSIANI, 2005). A segunda tese colocada por Watson é uma crítica à própria definição do sujeito autobiográfico, tal como ele costuma ser visto pela crítica literária, uma definição que ela qualifica de “Sujeito metafísico” e simboliza o padrão e o espírito de uma época:

Partindo do pressuposto de que discursos que permitem a expressão de novas subjetividades continuam sendo hoje aqueles de matizes autobiográficas e memorialistas – que eu chamo de discurso de construção de “*selves*” -, Julia Watson busca, para além da crítica ao modelo tradicional de autobiografia que construiu o Sujeito metafísico, estabelecer um modelo alternativo de autobiografia, que possa dar conta de uma outra noção de subjetividade, que está construída de modo dialógico. (Watson, 1993:62, *apud* VERSIANI, 2005, p.77).

Ambas as teses apontadas por Watson formam o *corpus* da expressão autobiográfica pensada por ela. A descoberta de uma cisão no tradicional modelo de leitura e análise da autobiografia é um germe importante para o nascimento das autoetnografias. É assim que Watson busca nas clássicas autobiografias de Montaigne, De Quincey e Rilke alternativas ao discurso rousseauista, centrado no princípio da descrição apenas do “Eu”, entendido como *bios*. Segundo Versiani (2005), o ponto central da argumentação de Watson é que os modelos das autobiografias clássicas do século

XVIII e que atravessaram todo o tempo são os responsáveis pela proposta de construção de um sujeito unívoco. A autora convida então a acolher novas estratégias:

A busca por estratégias alternativas de leitura de textos de construção de *selves* se torna mais urgente na medida em que amplia o interesse teórico/crítico em atribuir ao discurso autobiográfico um valor político na visibilidade de subjetividades de alguma forma associadas a grupos minoritários. Nesse sentido, ao tentar resgatar nos discursos de matizes autobiográficas a construção de subjetividades marginais (distintas do sujeito hegemônico branco, masculino e europeu, que se sobrepôs ao próprio conceito de Sujeito), teóricos e críticos literários evitariam as antigas estratégias de leitura que, afinal, construíram a noção de Sujeito unívoco e estável que ora pretendem desconstruir. (VERSIANI, 2005, p.58).

O que para Watson já está contido nas propostas de autobiografias não clássicas:

Em suma, Watson parte de uma concepção de subjetividade histórica que se constrói pela constante interação e diálogo com outras subjetividades. Esse processo intersubjetivo e contextualizado revela-se, no entender de Watson, no próprio processo da escrita. (VERSIANI, 2005, p.78).

Para Versiani (2005) a proposta não se resume a uma discussão literária, e precisa ultrapassar o campo da Teoria literária. A desconfiança da pesquisadora a leva a atravessar o campo da Teoria da literatura e encontrar correlações no campo das ciências humanas. E é nesse percurso dialógico com outra área de saber que ela irá buscar a convergência das escritas de si, isto é, na virada epistêmica da Antropologia da segunda metade do século XX, em especial na Antropologia interpretativa proposta pelo historiador da antropologia James Clifford. Para ela, ainda o fundamento comum à Teoria literária e à Antropologia proposta por Clifford é a percepção da construção dos discursos dos “*selves*”, que podem ser lidos como textos de valor etnográfico:

É portanto através da aproximação de suas reflexões teóricas sobre autobiografias e etnografias que acredito que o conceito de autoetnografia seja uma alternativa conceitual útil ao pesquisador

da cultura preocupado em superar, ao aproximar-se de discursos de construção dos selves, uma série de dicotomias que tem sido até pouco tempo predominantes na reflexão teórica dedicada tanto a autobiografias quanto às etnografias, já que convida a pensar as dicotomias self/alter, indivíduo/coletividade, sujeito produtor de conhecimento/objeto ou subjetividade pesquisado/a como termos de continuidade e não mais em oposição (VERSIANI, 2005, p. 87).

É interessante pensar nesse giro epistêmico dentro do campo antropológico, que consiste em tomar o pesquisador como autor e protagonista epistêmico do saber que ele mesmo produz. A mistura entre sujeito e objeto faz surgir, em oposição à tradicional forma estruturalista de investigação antropológica, o conceito de autoetnografia.

Pelo caminho da literatura, parte-se do consenso de que novas estratégias de leitura de “Eu(s)” são necessárias para a abordagem de indivíduos de grupos minoritários. Assim, Versiani (2005), a partir da crítica do campo da teoria literária e antropológica, discorre:

(...) o conceito de autoetnografia, mais do que refletir a ‘descoberta’ de um objeto anterior e exterior ao pesquisador, surge como delimitação do objeto construído pelo pesquisador, preocupado em estabelecer estratégias de leitura das produções culturais que tematizem processos de identificação e subjetivação coerentes com as alternativas conceituais ético-políticas de construção de uma episteme não dualista. (p.56).

Essa distinção entre a autobiografia e autoetnografia não se restringe ao campo dos conceitos e toca a etimologia dos termos. A criação e adoção do termo autoetnografia é recente no percurso das metodologias qualitativas de investigação, porém, o “Eu” como forma de investigação dos processos culturais está espalhado em outras denominações dessa filiação de pesquisa. A autoetnografia é a denominação, talvez, mais contemporânea para diversas formas de investigações do “Eu” que estão na constelação de metodologias qualitativas nas áreas das humanidades e estudos sociais. Ellis & Bochner (2000) realizaram um levantamento da polissemia do “campo autoetnográfico”, o qual contém mais de vinte formas de abordagem por diversos autores e autoras nas disciplinas de sociologia, literatura e antropologia, por exemplo: “sociologia introspectiva”, “método autobiográfico”, “método de experiência pessoal”, “método feminista”, “análise

experimental”, “investigação narrativa”, “construção de narrativas”, “autobiografia sociológica”, “sociologia privada”, “sociologia emocional”, “antropologia autobiográfica”, “antropologia narrativa”, “antropologia nativa”, “antropologia do Eu”, entre outros que se multiplicam de forma performática.

Além da diversidade de relatar a si mesmo no “campo autoetnográfico”, essa metodologia pode ser multimídia, ou seja, ser utilizada como estrutura para narrar o “Eu” dentro de uma cultura por diferentes formas. Ellis & Bochner (2000) interessam-se pelo estilo da composição da autoetnografia: ela pode estar além das diversas “mídias” tradicionais dos textos, em textos de ficção, poesias, em ensaios de fotografia, documentários, depoimentos, entrevistas, textos fragmentados etc. Ou seja, uma característica da autoetnografia é a exploração, pelo pesquisador, de um universo mais amplo da narrativa e da análise da cultura por diversas maneiras de expressividade, o que proporciona a abertura de possibilidades de criações, por várias maneiras, e múltiplas formas de dizer sobre as culturas e sujeitos para além do conceito dos sujeitos cristalizados, como formas imperativas de explicações e entendimento de mundo, como define Versiani (2005).

Enquanto avaliação e análise do sujeito investigador que está inserido na pesquisa, Ellis, Adams e Bochner (2011) afirmam que a autoetnografia é um *processo* que analisa os sujeitos da cultura. O caso é diverso da etnografia (MASO, 2001), onde o enfoque é a análise da cultura e dos sujeitos vistos de fora, e onde o pesquisador envolvido não se enxerga como parte do processo, entende-se como um sujeito à parte, que está no campo da pesquisa apenas para capturar e descrever suas impressões e interpretações do lugar e cultura que tem como objeto:

Quando os pesquisadores fazem etnografia, estudam as práticas relacionais de uma cultura, os valores e crenças comuns, as experiências compartilhadas com o propósito de ajudar os *insiders* (pertencentes à mesma cultura) como os *outsiders* (os que estão fora ou longe daquele grupo cultural) a compreender melhor essa cultura. A importância do lugar do pesquisador na investigação está na contramão da antropologia tradicional, estruturalista, herdada do positivismo, a qual separa, no campo investigativo, a relação entre o sujeito e o objeto, tornando o pesquisador um sujeito distanciado:

Para eles, os etnógrafos se convertem em observadores participantes de uma cultura. (ELLIS, ADAMS e BOCHNER, 2011).

Ao inverso, no processo autoetnográfico, o pesquisador passa a estar apenas dentro do campo observacional do Outro, e passa a observar a *sua própria* experiência de maneira analítica, utilizando ferramentas metodológicas da literatura científica para analisar a sua experiência como parte integrante da cultura.

Em termos de *produto*, isto é, enquanto “texto” o autor e as autoras também analisam as semelhanças e as diferenças entre uma etnografia e a autoetnografia. Na autoetnografia os autores buscam trazer um texto estético e evocativo no estilo de contar uma história com aspectos ricos em emoções e ações:

Na etnografia o pesquisador vai escrever um texto-produto com uma descrição densa da cultura com a qual está envolvido, com o objetivo de facilitar a compreensão dessa cultura pelos próprios sujeitos e também para aqueles de fora. Na autoetnografia o investigador vai produzir uma descrição densa, estética e evocativa da própria experiência pessoal e interpessoal: (...) o autoetnógrafo não apenas trata da experiência pessoal resultante significativa e comprometida com a experiência cultural, mas ao produzir textos acessíveis, o autor também pode ser capaz de levar ao um público mais amplo e diverso que a investigação tradicional geralmente não tem em conta, um movimento que pode fazer possível a mudança pessoal e social a mais pessoas (...). (ELLIS, ADAMS e BOCHNER, 2011).

Neste sentido, é importante apontar a dimensão retórica da autoetnografia, à qual retornaremos na sequência do presente capítulo. Por ora, concluímos que, com base nos referenciais mobilizados nessa primeira parte, é importante notar que o método autoetnográfico não se encontra enquadrado sob uma definição metodológica rígida. Dessa maneira, pode-se dizer que a autoetnografia cumpre o propósito de romper o silenciamento das vozes subalternizadas e de conferir de forma aberta um valor epistêmico aos discursos dos sujeitos de tais vozes.

### ***A matéria e a forma de realizar uma autoetnografia***

Não é incomum que aconteçam questionamentos sobre a materialidade das informações narradas que possam constituir a pesquisa na autoetnografia. Em muitos casos esse questionamento está atrelado à apresentação de “dados” concretos que possam “provar” as informações narradas na pesquisa. A questão é compreensível quando se entende que o questionador vincula o método autoetnográfico à lógica da constituição de um corpo de saberes e conhecimentos ligados à construção de “dados” de um objeto de investigação neutro, ou seja, quando a externalidade e concretização de dados está alheia à constituição subjetiva do investigador. Inversamente, a não validação ou o não reconhecimento da voz ou testemunho do narrador como maneira de dizer sobre o mundo pode ser também denunciada como exercício da violência do epistemicídio<sup>8</sup>. De maneira que não há ainda uma forma delimitada de seleção do material para a constituição de um corpo de dados e para a composição de uma autoetnografia. Isto é, não há critérios rigidamente estabelecidos. Como se trata de um método em que o principal material é o “Eu” do pesquisador ou da pesquisadora, todas as formas de material físico ou de material subjetivo que possam remeter e sustentar a narrativa do “Eu” ali explicitado, podem constituir-se como aquilo que, na perspectiva positivista, chamamos de “dados”. Na verdade, no campo autoetnográfico, o que há é uma pluralidade de formas de produção do ato de relatar a si mesmo, realizadas a partir de diversos materiais que ajudam a narrar o universo de cada sujeito. Por exemplo, há autoetnografias que são realizadas por meio de exposição de fotografias, outras pela produção de poesia, outras por gravações dos diálogos e das aulas e por meio da leitura de literatura. Assim, o produto que pode ser considerado como final de um processo de uma pesquisa autoetnográfica é algo no formato “multimídia”.

Vejamos alguns exemplos de autoetnografias com o olhar na forma multimídia da composição desse produto de investigação.

---

<sup>8</sup> Termo cunhado pelo pensador Boaventura Sousa Santos (1940-) que atravessa todas as suas obras. Resumidamente é um termo utilizado para designar todos os conhecimentos e saberes que não são reconhecidos e como consequência são descartados pela cultura ocidental, branca e colonizadora.

Na produção de poesia como meio de construção de dados em autoetnografia podemos tomar como exemplo o estudo realizado por Rich Furman (2004). O autor compusera uma coletânea de poemas durante a fase de descoberta do câncer de pulmão de seu pai e do processo de quimioterapia, em que narrava sobre a incerteza da perda do pai e sobre o sentimento de luto que enfrentava. Dez anos depois de passado o evento, Furman analisou as poesias que compôs durante cada uma das fases da doença do pai. Para o estudo, ele selecionou dez (10) desses poemas e realizou uma análise baseada na releitura desses textos, com o objetivo de entender seu processo de luto. Furman adotou um caderno de anotações em que foi relendo os textos e anotando as sensações, memórias e cenas que vinham à mente no momento em que escrevia cada um dos poemas, o que chamou de momento de “reflexão” sobre cada poema. Neste estudo é interessante notar como o autor explora o próprio material produzido no passado para rememorá-lo e construir uma análise sobre o presente. Em concordância com a literatura especializada sobre a escrita como terapia, o autor acredita que a escrita dos poemas é um excelente instrumento no acompanhamento dos familiares ao longo do processo de tratamento de um sujeito acometido por uma doença. Um ponto que chama a atenção no estudo de Furman é o que muitos podem pensar como uma tentativa do autor de tornar científico o próprio material, quando ele traz a teoria terapêutica do poema. Porém, uma das características da autoetnografia é a articulação dialética entre o material subjetivo do pesquisador e a cultura na qual está inserido. O trabalho de Furman, ao final, tem o proveito de mostrar como a escrita poética do autor e a análise dessa escrita poética, transformada no conjunto de poemas, pode auxiliar famílias que acompanham pessoas em processos de tratamento, no suporte sentimental desses sujeitos à volta que também são e estão acometidos por um sentimento de desesperança e temor diante da morte. Apesar da dor desse luto ser apenas de Furman em diversos aspectos particulares, o compartilhamento das experiências diante do processo de luto e as reflexões sobre os sentimentos ali vividos podem ser também identificados por outros sujeitos que estejam passando pelo mesmo processo e situação. Além de trazer ao conhecimento público as profundezas de sentimentos e sensações que só quem passa por esse tipo de situação é capaz de exprimir. O exercício terapêutico por meio da escrita é inegável e vem sendo mostrado em diversos trabalhos não apenas como forma de

produção autoetnográfica da produção de um sujeito, mas também como forma de análise da produção de poemas por terceiros.

Outra forma de trazer material e transformá-lo em dados na autoetnografia é fazê-lo por meio de gravações do momento “autoetnográfico”, de entrevistas individuais, ou de reuniões coletivas em que o pesquisador – sujeito da pesquisa – está inserido em cenas do seu cotidiano e as tem como alvo de investigação. De forma geral, o pesquisador em etnografia utiliza-se desse recurso para captação das cenas do ambiente em que seu objeto de estudo está inserido. A pesquisadora Célia Elisa de Magalhães, no artigo “Autoetnografia em estudos da linguagem e áreas interdisciplinares” de 2018, vai além e traz uma proposta de organização da coleta dessa forma de pesquisa na área pedagógica.

Como coordenadora de professores em uma escola, ela tinha o interesse de explorar a própria atuação na área e de compreender como o corpo docente, o qual coordenava, organizava a percepção crítica sobre seu trabalho. A autora também estava interessada em entender as repercussões da crítica sobre si enquanto sujeito criticado, e analisar suas formas de se relacionar então com o corpo docente em sua atuação profissional. Assim, ainda que baseada na clássica etnografia, realizou entrevistas gravadas individuais e coletivas com os professores inseridos naquele contexto. A opção pelo método de gravação para captar determinadas situações pode fornecer, talvez, maior pluralidade de linguagens verbais e não verbais, para a composição da análise da pesquisadora. A proposta foi realizar entrevistas individuais, com os sujeitos participantes do seu cotidiano, em diferentes fases. A primeira fase de entrevistas gerou dados para investigar a percepção dos professores sobre o coordenador da disciplina de língua inglesa. Em uma segunda fase, o objetivo era captar a percepção dos participantes sobre o assunto, seu trabalho como coordenadora, o qual estava em questão. Numa terceira fase, o objetivo era proporcionar aos participantes da pesquisa, professores e professoras, conhecer as percepções dos demais colegas participantes da pesquisa sobre as funções e, também, os papéis e o agir do coordenador da disciplina de língua inglesa. Compartilhar maneiras de coleta de informações para uma análise autoetnográfica, por exemplo no caso da pesquisadora que pesquisou um ambiente de trabalho, pode ser importante. Dois aspectos podem ser ressaltados. Em primeiro lugar,

o material coletado pode ser utilizado para diversas vertentes de pesquisas futuras ou novas interpretações, ou mesmo para comparações com a situação contextualizada, ali, por um determinado recorte. Em segundo lugar, surge algo que muitos autoetnógrafos podem considerar como uma tentativa de submissão às forças de investigação tradicionais e colonizadoras, que é o uso sistemático e organizado de registros gráficos. Para esses críticos, tal método pode levar ao cerceamento das interpretações e dar lugar a uma crítica mais ampla, ambas as coisas seriam possibilitadas pela utilização do material concreto captado pelo registro. Em considerações finais, a pesquisadora (MAGALHÃES, 2018) concluiu que a pesquisa autoetnográfica feita por ela pode proporcionar um desenvolvimento pessoal e profissional, na medida que ela propõe uma reflexão sobre o próprio exercício enquanto coordenadora do corpo docente.

Com este exemplo, vê-se que a questão dos potenciais investigativos da subjetividade, uma vez grafados, colocam problemas específicos de escrita aos estudos autoetnográficos. Neste sentido, talvez o importante a dizer acerca da materialidade da construção dos dados em autoetnografia não seja que ela precise tomar a forma de uma cristalização das informações ou dos dados apresentados, e sim de que pode haver certa fluidez para deixar em aberto a maneira como esses pedaços de “dados” poderiam ser processados pelos pesquisadores e pesquisadoras no ato de compor as próprias narrativas em autoetnografia. É interessante que nas autoetnografias a validação do que vêm a ser “dados” ou “material” pertinente a ser utilizado na investigação parte de critérios críticos do próprio pesquisador ou da própria pesquisadora. Para o sujeito tomado pelo objetivo de “epistemizar” sua narrativa, os dados e o material partem do seu universo e são validados pelo contexto de importância da narrativa que o pesquisador está se propondo a construir.

### ***Os tipos de autoetnografias***

Como apontam as conclusões anteriores, não há uma forma única de relatar o “Eu” pela investigação por meio da autoetnografia. Entretanto, o método autoetnográfico pode ser dividido em três formas de pesquisa com objetivos intrínsecos distintos. São elas:

1) as duas principais formas que compreendem a chamada autoetnografia evocativa ou sentimental;

2) a autoetnografia analítica;

3) mais recentemente desenvolvida, a exo-autoetnografia.

Abordarei cada uma delas através de exemplos de pesquisas realizadas.

Autoetnografia evocativa ou sentimental: A adoção dessa forma de investigação autoetnográfica tem como características estar relacionada ao aprofundamento de narrativas que evocam memórias afetivas, uma profunda introspecção no universo do pesquisador, com relatos das próprias experiências íntimas e sentimentais. Esta forma de investigação autoetnográfica tem o objetivo de vincular emocionalmente os relatos do pesquisador com o emocional dos leitores, evocando a descrição de sentimentos e de imagens, os quais podem tocar as emoções dos leitores. O importante nessa forma metodológica é ligar a descrição das emoções com a combinação de histórias da memória, em formato de narrativas, do próprio pesquisador. Essa forma de autoetnografia foi uma das primeiras da prática metodológica a surgir nos anos 80 do século XX e, por mobilizar as experiências subjetivas do pesquisador, é a mais criticada por aqueles que não a consideram como prática investigativa válida, visto que as emoções do pesquisador prevalecem como “objetos” da investigação (ELLIS & BOCHNER, 2000). Esta discussão não é recente, mas datada já do pensamento de Platão na antiguidade grega. Em *Górgias*, Platão estabelece na obra um desacordo entre os sofistas (representados por Górgias, Polo e Cálicles) com a Filosofia (representada por Sócrates) em que os usos da retórica pelos sofistas, apenas no espaço da oratória para o convencimento, não é apenas inútil, mas está no campo do imoral. De um lado, a Filosofia está no campo da verdade, de outro há o sofismo (PLATÃO, 2006). Por um lado, os perigos da linguagem retórica estão naquilo que Platão já denunciava nos sofistas, isto é, que a arte de convencer (ou de comover), por estar baseada no objetivo da eficácia do discurso (por exemplo, no âmbito político) (PLATÃO, 2006; 1991) seja mais importante do que o *logos*, a ciência, a linguagem que busca a verdade pela Filosofia, e cujo único objetivo é o amor (PLATÃO, 1991), o desejo pelo saber. Por outro lado, no tocante à questão da emotividade, está claro que se coloca novamente a questão da fronteira entre o texto literário e a pesquisa autoetnográfica, uma vez que o fenômeno da catarse

(*catharsis*) encontra-se no cerne da definição do poético, desde Aristóteles (ARISTÓTELES, 1999). Entretanto, no coração da minha pesquisa, está o texto de Brecht. Para Brecht, em sua proposta com a teoria do efeito do distanciamento, a rejeição da identificação catártica aos acontecimentos dos fatos, do enredo ou de cenas pelo espectador ou pela espectadora (ou pelo leitor assim como pela leitora) é primordial (BRECHT, 1967, 2004, 2005). O ponto de escape para a armadilha do cruzamento entre o processo autoetnográfico emotivo e a catarse é a mediação crítica entre o relato do pesquisador ou pesquisadora e as teorias existentes. A evocação de emoções devido a uma identificação do autoetnógrafo e as personagens de um texto literário pode ser regulada pelo exercício crítico com o aporte teórico que o pesquisador ou pesquisadora articula com sua pesquisa.

Na tentativa de validar essa abordagem como uma subforma da autoetnografia enquanto prática de investigação, Ellis (2004) propõe características importantes que distinguem a autoetnografia evocativa ou sentimental de outras formas de narrativas do “Eu”, como por exemplo, as autobiografias. As características são:

- i) o autor ou a autora, o pesquisador ou pesquisadora, no caso, necessariamente escreve em primeira pessoa, se fazendo dele ou dela mesma como objeto de pesquisa;

Trata-se da característica principal do processo de pesquisa autoetnográfico, em que não existe separação entre sujeito – o investigador ou investigadora, – e objeto de pesquisa, mas sim sinergia entre eles, provinda do “Eu” do pesquisador, objeto da pesquisa. Nesse estilo de autoetnografia evocativa, o aparecimento do “Eu” emocional é a base da pesquisa, e o que vale são os sentimentos do pesquisador ou da pesquisadora. Colocar em foco suas emoções pessoais é uma estratégia de análise para dar voz ao seu “Eu” silenciado, ou para que a análise das próprias emoções possa ser pedagógica para outros *se/ves* que se identifiquem com essas emoções. Para os autoetnógrafos ou autoetnógrafas evocativos, as emoções não são apenas sentimentos, mas adquirem o estatuto de saberes importantes que devem ser relatados e compartilhados, já que ao serem extraídas de si tais emoções podem encontrar reciprocidades em sentimentos abafados de outrem que os identifiquem.

- ii) o foco de qualquer generalização, durante o relato autoetnográfico evocativo, dá-se geralmente dentro de um único caso, o caso próprio do pesquisador ou da pesquisadora, ao longo do tempo, e não em vários casos;

O critério do estrito relato de si como foco do universo em que o eu está inserido é fundador da importância epistemológica: trata-se de catapultar vozes com saberes de “Eu(s)” de sujeitos epistêmicos não cristalizados, que possam ser valorizados com seus valores epistêmicos próprios.

- iii) o estilo da escrita se assemelha a um romance, a uma biografia, ou a uma autobiografia, no sentido em que a composição é apresentada como uma história com um narrador, personagem e enredo. Entretanto, essa personagem não é fictícia, mas é o próprio autor em análise, com base teórica, incluindo a cultura na qual o pesquisador se encontra;

Esta colocação de Ellis pode gerar um desconforto: nessa etapa da nossa discussão, pois como já colocado anteriormente através dos estudos de Versani (2002) e Blanco (2012), que as autoetnografias são diferentes do estilo autobiográfico. O estilo da escrita na autoetnografia é tomado como metodologia qualitativa, passa a ter importância e valor epistêmico em que o “Eu” é legitimado.

- iv) o texto narrativo é evocativo ou emocional, muitas vezes revelando detalhes ocultos da vida privada e da experiência emocional do pesquisador ou da pesquisadora;

Na autoetnografia, as emoções tornam-se “dados” de pesquisas importantes. Os sentimentos do pesquisador ou da pesquisadora, quando em contato com um campo de investigação de interesse, não são negligenciados e são, ao contrário, “instrumentos” poderosos de desvelamento de novas facetas epistêmicas antes silenciadas.

- v) as relações narradas pelo pesquisador ou pela pesquisadora podem ser dramatizadas como episódios conectados desdobrando-se ao longo do tempo e não como instantâneos;
- vi) as relações de vida do pesquisador ou da pesquisadora são estudadas e esmiuçadas com as vidas de outros sujeitos participantes do mesmo

universo. Isso é feito de forma reflexiva e em conexão com a temática pesquisada;

Esse aspecto de crueza pode conduzir pesquisadores e pesquisadoras à seguinte questão: como executar uma autoetnografia sem ferir a ética de relatar a si mesmo e de relatar o outro em pontos com a divulgação dos quais o outro não concorda? Ainda: a acessibilidade da escrita posiciona o leitor como um participante ativo no diálogo com o autoetnógrafo e não apenas como um receptor passivo. Ao ler uma autoetnografia o leitor e a leitora certamente farão juízo de valor sobre as emoções e sentimentos expressos no texto. Juízos de valor esses que podem ir em concordância ou contra o posicionamento do autoetnógrafo ou da autoetnógrafa. O que pode gerar conflitos importantes entre o autor, o leitor e os demais envolvidos no universo autoetnografado. Realizar a conexão emocional do sujeito que relata e crítica a si com o leitor que busca entender, ou entender-se, ou ainda que busca entender a cultura por meio do relato/crítica de outrem, passa a ser um ponto importante.

É no campo artístico das artes performativas que a autoetnografia evocativa ou emocional pode ser melhor encontrada e está sendo explorada como uma forma importante de investigação.

Retomo o texto autoetnográfico de Furman (2004), que utiliza a autoetnografia emotiva para explorar o impacto da descoberta de um câncer desenvolvido por seu pai e os abalos que a doença vai causar em sua vida. Nesse momento, essa autoetnografia de Furman pode ser recebida enquanto forma de avaliar os tipos de emoções e sentimentos que o autoetnógrafo nos oferece com sua experiência. A autoetnografia do autor é realizada a partir da análise dos poemas que compôs durante a descoberta e o tratamento do tumor de seu pai. É por meio dessa escrita que ele traz uma densa carga de imagens as quais lhe possibilitam refletir sobre o impacto emocional, e até mesmo social, que ele e familiares à volta experienciaram com o processo. Aparentemente, os poemas produzidos por um sujeito que enfrenta o caso de um pai com uma doença grave parecem não ter grande importância para além da lembrança das emoções negativas do próprio autor. Porém, a análise da experiência vivida, das emoções e do luto, quando compartilhada, pode servir como forma de identificação e amparo para centenas de

outros sujeitos que enfrentam, ou poderão enfrentar, situações similares. A autoetnografia de Furman, tomada como evocativa, oferece uma experiência empática para que leitores e leitoras se coloquem no lugar do outro e vivenciem os sentimentos e as emoções trazidos pelo pesquisador.

Na mesma linha da produção de autoetnografia como forma de relatar o redemoinho das emoções em momentos de doenças, outros trabalhos de autoetnografia evocativa foram realizados na área das ciências médicas como maneira de tornar perceptível a subjetividade dos sinais e dos sintomas de uma doença vivida por um sujeito. José Carlos Pinto Costa (2016), antropólogo do Centro em Rede de Investigação em Antropologia da Universidade Nova de Lisboa, Portugal, em sua pesquisa autoetnográfica relata a própria condição no desenvolvimento de uma doença tireoidiana, provavelmente a tireoidite de Hashimoto (o autor não deixa claro o diagnóstico definitivo), uma doença autoimune que começara a destruir a glândula tireoide de José Carlos<sup>9</sup>. Desde as primeiras manifestações dos sintomas da doença – que o levou a uma experiência de quase morte por ter sido diagnosticado em um estado de emergência – até os momentos de estabilização, tratamento e controle da doença, Costa usou o método de captação do percurso como forma de colocar-se à crítica por ser um antropólogo e conseguir fixar o que se passava com sua subjetividade.

Como qualquer autoetnógrafo, Costa enfrentou a dificuldade de uma metodologia para o relato dos seus achados e a construção de sua análise. No percurso, o autor optou pela narrativa da memória, visto que no momento do aparecimento de sintomas e dos sinais da doença tireoidiana, devido ao estado de emergência em que se encontrou, e dentro do quadro em que foi hospitalizado no mesmo dia de descoberta da patologia, a

---

<sup>9</sup> É importante aqui fazer um esclarecimento biológico. Todos os indivíduos nascem com o sistema imunológico. Esse sistema é importante para realizar a manutenção homeostática dos tecidos, ou seja, a manutenção do equilíbrio e integridade dos tecidos. A integridade dos tecidos pode ser rompida quando um agente externo infeccioso, por exemplo um microrganismo (vírus, bactérias etc.) ou uma lesão química ou física externa (fogo, produtos químicos) ou lesões de tecidos internos (desenvolvimento de tumores, por exemplo) se desenvolve ocasionando um dano tecidual. O sistema imunológico, composto por células e moléculas especializadas, tem função de promover a integridade e reparo desses tecidos lesados. Em uma doença autoimune, o sistema, programado para responder prioritariamente aos antígenos estranhos, se instala, por algum defeito genético do indivíduo, e começa a reagir contra os próprios antígenos teciduais levando a lesões significativas e à instalação de doenças não curáveis e de difícil tratamento.

busca pela narrativa da memória, ao invés de um diário, foi a opção mais válida e útil. Dessa forma, o percurso metodológico de Costa baseia-se no rearranjo das memórias:

Embora não haja uma regra sobre a estruturação da narrativa autoetnográfica em relação ao modo como se apresentam os dados e as reflexões, na situação sugerida como caso de estudo, o colapso da função da tireoide, optei por adotar a estrutura comum dos itinerários de procura de ajuda em saúde para estruturar a narrativa. Por razões relacionadas com a escassez de espaço, furto-me a justificações mais pormenorizadas sobre a adoção do constructo e peço que o aceitemos como estrutura de referência para a narração da minha experiência de doença. De entre os vários esquemas existentes sobre os itinerários de procura de ajuda em saúde, adoptei o de John McKinlay (1981), estruturado em sete etapas classificadas em duas fases – a pré-paciente e a paciente. A fase pré-paciente corresponde ao período anterior à consulta médica, que representa a quarta etapa e consiste no confronto com o sistema formal de cuidados médicos. Antes desta etapa, temos a da constatação do problema (etapa 1), a da resposta aos sintomas (etapa 2), e a da consulta de leigos e eventual automedicação (etapa 3). A etapa 4 marca o início do *sick role*, ou seja, a fase em que o indivíduo assume o desempenho que lhe é prescrito oficialmente. A etapa 5 consiste no percurso prescrito na etapa 4 normalmente associado à sujeição a tratamentos e exames clínicos que podem incluir o internamento. Desta etapa derivam duas, mutuamente exclusivas: a etapa 6, que corresponde à reabilitação, ou a etapa 7, que corresponde à morte ou à privação. (COSTA, 2016).

Acompanhamos Costa (2016) em sua pesquisa autoetnográfica desde os primeiros sinais e sintomas apresentados da doença ao final do término de sua tese de doutorado no ano de 2012, baseada em investigação de questões relacionadas ao ambiente médico-hospitalar. O autor dá a entender por seu relatório de pesquisa que quando procurou ajuda médica a profissional médica reagiu de forma seca e sem sensibilidade, já havia percebido seu estado e feito pedidos de exames. Na mesma ocasião, Costa (2016) lembrou do besouro de Kafka. Esta imagem mobilizada pelo autor é muito interessante, pois expressa a vulnerabilidade de um paciente que está frágil como um inseto prestes a ser atacado e esmagado diante de algum poder, como por exemplo o da médica insensível à sua condição. A própria médica resgata o devir animal de Costa

ao explicar-lhe sua doença: sua tireoidite era uma mula empacada que, por mais que fosse chicoteada pelo montador – o cérebro – uma vez que o chicote era a glândula hipófise – não funcionava. A tireoide-cavalo selvagem, domada pelo cérebro-montador habilidoso, assessorado pela glândula hipófise-chicote, é quem produz tantas outras substâncias que controlam outras funções importantes do corpo, por exemplo, o ritmo dos batimentos cardíacos, as funções de filtração renal e outras fisiologias humanas. Mas no caso de Costa, estava desenfreada. Assim, a riqueza da narrativa autoetnográfica está no conjunto destas imagens animais mobilizadas pelo pesquisador para explicar o entendimento da doença; isto se dá a partir do sujeito que sente os sinais e sintomas e, além disso, está vulnerável em relação à sua própria condição de vida. Na passagem de pré-paciente a paciente, Costa (2016) passa pelo processo da submissão e da objetificação de um corpo que encontra nas imagens da metamorfose de Kafka um poderoso eco.

Essa construção de narrativa é tida como terapêutica, ou seja, como uma forma de expurgar os sentimentos negativos trazidos pela experiência da doença. Sobre a investigação autoetnográfica para a construção da sua narrativa, Costa afirma:

No final, a autoetnografia dos percursos de procura de ajuda em saúde revela-se como uma tecnologia – nem é uma técnica pura e simples nem um método por si só, mas uma lógica técnica – preciosa para revelar e sistematizar sentimentos e percepções face às situações de vulnerabilidade (...) a realização de uma autoetnografia é um ato de liberdade, pois permite incluir na descrição do humano todo o tipo de lógica, seja esta revelada ou apenas insinuada ou sugerida (...). (COSTA, 2016).

Esses dois exemplos de pesquisas autoetnográficas evocativas ilustram como as emoções e os sentimentos podem ser trabalhados para sua transformação em saberes e conhecimentos com valor epistêmico.

2) Autoetnografia analítica: Essa modalidade de construção de saber autoetnográfico está relacionada à análise e à crítica do “Eu” do pesquisador ou da pesquisadora, inserido em uma situação de um grupo particular ou em uma sociedade em específico. Anderson (2006) a define como um subgênero realístico da etnografia tradicional contendo cinco características:

- i) o pesquisador ou a pesquisadora pertence a um grupo social ou ao universo ao qual está submetido o estudo;
- ii) o engajamento do pesquisador ou da pesquisadora é analítico, demonstrando uma consciência da influência recíproca que se exerce entre si, o cenário, seus informantes e outros *se/ves* que compartilham o espaço de interesse investigativo;
- iii) o “Eu” do pesquisador ou da pesquisadora é visível na narrativa não apenas com a carga emocional (muitas vezes nessa modalidade as emoções não são tão explicitadas como objeto central de análise), o destaque é da relação dialógica do “Eu” do pesquisador ou da pesquisadora com o cenário cultural em que se está atuando.

A grande intenção do autoetnógrafo ou da autoetnógrafa analítica é a confluência da crítica da cultura pela perspectiva do seu “Eu”. No subestilo de autoetnografia analítica o pesquisador ou a pesquisadora realizam o exercício de um sobrevoo no espaço onde se está atuando, sem deixar-se escapar, e analisa a cultura que causa influência, que pressiona a si e aos outros à sua volta. É o que Versani (2005) extrai da análise de Watson (1993) como “Subjetividade dialógica” (em VERSANI, 2005, p.77), na ênfase da presença do outro na escrita do “Eu”.

- iv) o pesquisador ou a pesquisadora tem forte engajamento com o outro, com quem se dialoga em busca de informações que servirão para a construção da narrativa do “Eu” do pesquisador ou da pesquisadora;
- v) o pesquisador ou a pesquisadora realizam uma análise teórica, ou seja, uma análise que considera as teorias sociais, filosóficas e psicológicas existentes, a qual está associada com uma análise pessoal. Dessa forma, a análise realizada pelo pesquisador ou pela pesquisadora não está centrada apenas no seu relato de experiência pessoal e íntima, mas encontra-se localizada também no espaço de uma discussão na perspectiva teórica sociocultural.

O autoetnógrafo ou a autoetnógrafa que opta por uma autoetnografia analítica não enxerga seu relato como separado da cultura teórica que o rodeia. Toma essa cultura

como forma de leitura e crítica do real. Sua experiência e visão, únicas e especiais daquele recorte cultural, ganham importância ao relacionarem-se com a base teórica produzida até então. Toma-se a cultura como maneira de justificar um ponto de referência analítica no real. A antropologia contemporânea diferencia da tradicional etnografia essa forma de realizar autoetnografia. Lembremos que para Versani (2005), leitora de Clifford, o “Eu” do pesquisador ou da pesquisadora é parte da pesquisa de campo da cultura.

Vejamos alguns exemplos:

Exemplo de uma autoetnografia analítica temos em Holt (2003), em cujo trabalho parte da análise autoetnográfica da sua pesquisa é utilizada nas aulas de educação física, como instrumento pedagógico. O objetivo é a construção de uma narrativa na perspectiva do questionamento da cultura e das práticas científicas de avaliação de trabalho pelos pares para a publicação em jornais de alto impacto científico. Ou seja: primeiro Holt faz sua tese de doutorado em didática da educação física, utilizando a autoetnografia como método de pesquisa, análise e reflexão da sua prática docente, como uma maneira útil de examinar sua forma de ensino, e suas experiências de forma autorreflexiva. Ao final, escreve um artigo para ser publicado, mas encontra diversas dificuldades de publicação, visto que a área está imersa dentro de um mundo positivista, exigente de uma ciência uníssona.

O trabalho de Holt (2003), a princípio, voltado para a descrição e análise do seu papel enquanto professor de educação física no ensino básico norte-americano, passa então a ser, a partir das dificuldades de publicação dos achados, uma maneira crítica de discutir os desafios de um pesquisador em publicar seus achados em revistas especializadas que não sustentam, nem admitem a autoetnografia como prática científica qualitativa aceitável. Voltarei a este desafio para diversos autoetnógrafos.

Com a abertura de uma nova perspectiva no seu trabalho de pesquisa, o autor elenca então duas características predominantes, aos olhos dos revisores, os quais questionam seu método de pesquisa. A primeira característica diz respeito à escrita científica como *medium*: ou seja, a representação do objeto pelas palavras tem que corresponder à possibilidade de verificação daquilo que está sendo escrito. Neste caso, explicitamente, exige-se da autoetnografia que componha “dados” e “fatos” científicos verificáveis por meio de objetos concretos de estudo, tal como costuma ocorrer com as

ciências naturais. A segunda característica diz respeito ao critério de avaliação e interpretação que se pretende aplicar à pesquisa. Embora tal critério seja oriundo de métodos quantitativos de pesquisa (que usam termos como “validade”, “realidade”, “objetividade”), exige-se seu cumprimento como elemento fundamental de legitimação dos saberes e conhecimentos construídos de forma autoetnográfica.

Diante de toda essa problemática, Holt (2003) decidiu escrever um artigo com base em seu desafio de conseguir publicar e construir uma narrativa a partir das respostas, dos *feedbacks* dados pelos revisores da revista de educação em que submeteu o artigo. Ao total foram sete revisores (sendo quatro deles editores das revistas). Especificamente, os comentários dos revisores estão em duas dimensões: 1) a ausência pelo pesquisador do uso das estratégias de verificação nos estudos autoetnográficos; e 2) o uso do “Eu” como única fonte de pesquisa de dados.

Pesquisando as políticas e o enfoque das revistas às quais submeteu o artigo, o autor observou que eram abertas às pesquisas qualitativas, inclusive sobre análise de dados de campo, por exemplo, os etnográficos, mas não diziam claramente se eram abrangentes ou restritivas a certos tipos de pesquisas qualitativas, como as autoetnográficas. Ele então seguiu criticando as políticas das revistas e os pareceres dos assessores. O que se pode acompanhar na análise de Holt (2003) é que, em muitas situações, o teor das avaliações pode estar associado à filiação metodológica e filosófica da leitura exercida pelo revisor. E esta leitura pode influenciar no aceite ou não da proposta do artigo. Como conclusão de sua experiência, o autor afirma que seu artigo, após passar por sete revisores em várias revistas, foi finalmente aceito mediante críticas por parte dos revisores no sentido de a autoetnografia ter que ser mais precisa e conter dados palpáveis e verificáveis.

A submissão e a aprovação do artigo foi, para o pesquisador que as relatou, uma experiência frustrante dada a falta de acolhimento e compreensão, por parte dos revisores, do método de autoetnografia. Em vários momentos, relata que teve a sensação de inadequação como pesquisador, que se sentiu marginalizado por suas práticas de pesquisa e pedagógica não serem tidas como adequadas e pelo fato de que o método escolhido não tenha sido aceito. O fato de ter conseguido publicar o trabalho significa para o autor um ato pequeno, mas pessoalmente significativo, de vitória e abertura de

novas perspectivas. Como se trata de um artigo publicado em 2003, quando a autoetnografia ainda era uma metodologia nova, o autor termina o artigo encorajando novos pesquisadores a terem resiliência, persistência, e convicção, pois teriam que se deparar com os processos de rejeição e crítica em decorrência do gênero que escolheram para relatar suas pesquisas.

A estranheza causada no meio acadêmico pautado na objetividade e no positivismo científico, é maneira de ruptura com a lógica positivista acadêmica. Mas são os alvos de desconfiança que dificultam o trabalho de pesquisadores que estão interessados em usar a autoetnografia como metodologia de trabalho. Sua aceitação passa por mecanismos de validação do método, dentro do engendramento burocrático da máquina universitária.

Um exemplo dessa batalha no espaço acadêmico para o aceite da autoetnografia é descrito no trabalho de Anjali J. Forber-Pratt (2015), que toma como fonte de pesquisa seu próprio percurso dentro do espaço acadêmico. Percorrendo as burocracias internas de uma universidade, com a esperança de validação pessoal pelos pares da sua pesquisa autoetnográfica, Forber-Pratt (2015) faz um estudo que ela mesma descreve como angustiante, visto que enquanto autora ela passa pela estranheza interna da sua própria pesquisa, questionando-se em diversos momentos sobre se estava escolhendo a metodologia certa e desenvolvendo a ansiedade quanto a saber se o outro, ou seja, os outros do espaço acadêmico, os pares, iriam aceitar seu projeto de pesquisa.

O título do escrito de Forber-Pratt, “Você irá fazer o quê?” (2015) dá o tom. O sentimento de deslocamento desconfortável em não atender o método científico tradicional é comum entre os autoetnógrafos e a pesquisa de Forber-Pratt, então, passa a analisar os desafios da própria autora em impor um diálogo consigo mesma e com os membros da universidade, na tentativa de transpor a barreira do desconhecido método para os pares acadêmicos.

O primeiro desafio da autora foi encontrar a voz autoral. Para ela, isso significava colocar-se na posição de vulnerabilidade, despir-se diante dos familiares, dos colegas, dos pares da academia. A decisão é corajosa, pois em muitos momentos, estar protegido por detrás do objetivismo e da descrição em terceira pessoa, nos faz criar uma imagem vendável de nós mesmos.

O segundo desafio foi negociar com os procedimentos em relação à política universitária, inclusive com os comitês de ética.

Em relação ao primeiro desafio colocado pela autora, o de expor sua vulnerabilidade, é certo que a universidade, ao integrar a proposta da autoetnografia, acabou legitimando sua aceitação no caminho da vulnerabilidade. Quanto ao segundo desafio, após percorrer todo o caminho burocrático da universidade, a autora recebeu um parecer positivo quanto ao uso da autoetnografia no seu percurso científico. O parecer significou, afinal, certa compreensão da própria universidade com o método de pesquisa qualitativo.

Mas houve também um terceiro grande desafio, levantado pela autora (FORBER-PRATT, 2015): o reconhecimento científico, e não apenas burocrático, do método autoetnográfico na sua pesquisa. Para contar sua história a autora recorreu a fotos, diários e memórias. O método interno para construir sua narrativa passou pela reflexão da autora em torno de seis perguntas com critérios éticos claros: 1) isso faz sentido para mim? (quando a autora se depara com uma memória, fato existente e relevante para sua pesquisa); 2) isso faz sentido para alguém que me conhece realmente? (ou seja, citar pessoas que a conhecem bem e que possam confirmar ou, como diz a própria autora, finalizar o que ela está dizendo, dar continuidade à voz que ela está usando); 3) isso faz sentido para alguém da minha família? (a família esteve com ela no período da escola e pode constituir um conjunto de vozes, por exemplo o irmão, para continuar o que ela diz); 4) isso faz sentido para a academia ou para os acadêmicos? (se todos da academia estão entendendo o que ela está querendo comunicar com a escrita e narração da sua história, se faz sentido a eles); 5) isso faz sentido para os não acadêmicos? (da mesma forma como é importante para ela que a academia a entenda, é importante que também pessoas não acadêmicas possam entendê-la, pois a finalidade do seu trabalho é que seu conhecimento passe para além dos muros acadêmicos, ou seja, escrever uma autoetnografia que ficasse presa apenas ao ambiente acadêmico poderia ser um percurso inútil); 6) isso faz sentido para alguém que não me conhece bem? (a preocupação da autora é válida, pois a escrita da autoetnografia corre o risco de permanecer centrada no “Eu” de forma tão fechada e estagnada, que se torna

intransponível ou inutilizável por não fazer sentido para outra pessoa. O risco é que uma reflexão importante para uma comunidade acabe se reduzindo a um discurso de autoindulgência sem aproveitamento para o coletivo, cuja função seria apenas a de uma válvula de escape do próprio narrador. Neste caso, perde-se a qualidade crítica da pesquisa).

O trabalho da autora pareceu-me bem-sucedido neste ponto, e mostrou que há no universo particular uma abertura para a dimensão coletiva. Ou seja, sensações e subjetividades que aparentemente estão encerradas nas experiências singulares dos sujeitos podem ser comuns a todos.

3) Exo-autoetnografia: Nos últimos anos, o método autoetnográfico passou por desdobramentos que derivaram em outras formas de expressão de investigação para além da evocativa e analítica, cuja espinha dorsal é o sujeito atingido pelas memórias de outros sujeitos. Esta forma de investigação, caracterizada pela pesquisadora Anna Denejkina (2017) explora eventos e experiências que o pesquisador não vivenciou diretamente, mas que se referem aos familiares ou às pessoas relacionadas a ele ou a ela. Tais eventos expressam a conexão do pesquisador com a história de outros, seja ela pessoal, ou seja, uma experiência comunitária. As narrativas são realizadas sob forma de estudos chamados “Transmissão de Traumas Transgeracionais” (TTT), ou seja, o foco é a capacidade de que traumas vividos por uma geração possam ser passados, de forma social, para as gerações subsequentes e como essa geração lida com isso, e como incorpora essa “herança cultural”.

Tal subgênero recente de autoetnografia ainda carece de exemplos para sua ilustração. O de Anna Denejkina (2017) é a própria investigação da autora, inspirada em suas experiências familiares de guerra e trauma (seu pai era capitão do exército soviético e serviu no Afeganistão durante a ocupação soviética). Sua pesquisa se concentra no conflito soviético-afegão de 1979-1989 e analisa como a ocupação soviética do Afeganistão teve impacto na primeira geração pós-soviética. A investigação de Denejkina incluiu entrevistas com veteranos soviéticos e filhos de veteranos soviéticos, sendo, portanto, um relato exo-autoetnográfico de como a história e o trauma de seu pai, durante o período de guerra, tiveram impacto no seu desenvolvimento e na sua história pessoal. A discussão da autora tem foco nos elementos de transmissão transgeracional de trauma

(o modelo sociocultural e de socialização), no modelo relacional psicodinâmico, nos sistemas familiares e na comunicação familiar. Denejkina nos explica:

O método desenvolvido visa conectar um passado nunca experimentado em primeira pessoa ao presente: fazer conexões com a história do outro que dirige o presente do pesquisador por procuração. Um relato exo-autoetnográfico visa explicar ao pesquisador e à comunidade um pouco do contexto de sua vida; o como e por que do que ela herdou através de uma história familiar; e o impacto desses eventos no pesquisador e na comunidade do pesquisador. Como método de desenvolvimento, a exo-autoetnografia visa agregar conhecimento ao estudo da transmissão transgeracional de trauma. Seu objetivo é entender e compartilhar a experiência pessoal e cultural de filhos de pais com TTT e o impacto da transmissão de trauma na criança. Estudos atuais e futuros podem ser utilizados para tratar de políticas relacionadas ao tratamento e apoio eficazes de pessoas com TTT e trauma, a fim de interromper o ciclo de transmissão do trauma. (DENEJKINA, 2017).

Como se vê, trata-se de um subgênero com potencial de filiação e utilização para investigar o impacto de narrativas não vividas diretamente pelo “Eu” que irá narrá-las, discutindo sobre como elas impactam significativamente na formação de uma geração.

A metodologia da autoetnografia, desde sua criação, ganhou desdobramentos importantes no modo de realizá-la. Claro que não há uma definição explícita e engessada de realizá-la, e com certeza, nem seja a intenção dentro do campo autoetnográfico, enquadrar suas investigações em um determinado estilo. O importante em caracterizar os tipos de autoetnografia é no sentido de como essa metodologia foi ganhando formas, ampliando possibilidades de investigações e desdobramentos de realização à medida que foi sendo explorada e utilizada, ganhando público e espaço no meio de estudos acadêmicos das ciências humanas.

### ***As críticas ao método autoetnográfico***

Apesar do forte apelo democrático, a autoetnografia, como forma de realizar uma pesquisa, não está isenta de críticas diversas quanto à forma do exercício e quanto à metodologia da autoetnografia. A grande maioria das críticas consiste em não validar a

autoetnografia como uma metodologia de investigação séria, a pretexto de que ela envolve a participação do pesquisador intimamente vinculado com o objeto de pesquisa. Os ataques ao método da autoetnografia vêm por meio de pesquisadores e pesquisadoras, mesmo da área de humanidades, que têm fortemente a convicção em sua visão de pesquisas que os processos de investigação científica não podem conter a fusão entre sujeito e objeto. Um dos exemplos de crítica feroz vem da professora Sara Delamont da *School of Social Sciences at Cardiff University*, apresentado no *British Educational Research Association Annual Conference* em 2007. Seu artigo, posteriormente publicado pela mesma associação, coloca a autoetnografia como uma maneira “preguiçosa” de fazer pesquisa científica. Segundo Delamont (2007), o pesquisador fica sentado dentro do escritório, recebendo “altos salários”, não vai a campo para coleta de dados e escreve uma análise centrada no “Eu”, ignorando todo o trabalho de pesquisa prática das ciências humanas. Enumera então seis objeções contra a autoetnografia como método de pesquisa, que traduzo e comento:

- i) A autoetnografia pode não encontrar familiaridade dos dados entre si, ou seja, o fato de cada sujeito relatar sua experiência, não significa que tais experiências podem não cruzar semelhanças entre si<sup>10</sup>;
- ii) É impossível escrever e publicar eticamente uma investigação autoetnográfica, ou seja, não se pode escrever algo sem distanciá-lo ou sem citar os nomes dos envolvidos declaradamente no texto da pesquisa<sup>11</sup>;
- iii) Uma investigação tem que ser analítica e não meramente experiencial, ficando subentendido que a autoetnografia é meramente a experiência do sujeito e não uma análise concreta<sup>12</sup>;

---

<sup>10</sup> “*Auto-Ethnography cannot fight familiarity it is hard to fight familiarity in our own society anyway even when we have data (see Delamont, 2002)*”

<sup>11</sup> “(...) *Auto-Ethnography is almost impossible to write and publish ethically: when Patricia Clough published poems about a lovers genitalia, did he agree to them, when Carol Rambo Ronai (1996) published My mother is mentally retarded did her mother give informed consent? Other actors cannot be disguised or protected. Readers will always wish to read autoethnography as an authentic, and therefore true account of the writers life, and therefore the other actors will be, whatever disclaimers, or statements about fictions are included, be identifiable and identified (...)*”

<sup>12</sup> “(...) *As Paul Atkinson (2006) argues research is supposed to be analytic not merely experiential. Autoethnography is all experience, and is noticeably lacking in analytic outcome (...)*”

- iv) A autoetnografia está focada no lado errado da questão quando a metodologia se concentra na narrativa de sujeitos mais ou menos em situação de algum poder e não no impotente a quem se deve estar dirigindo o olhar sociológico<sup>13</sup>;
- v) A autoetnografia não faz coleta de dados. Os “altos salários” dos investigadores precisariam ter como contrapartida o fato de irem para fora dos escritórios para a coleta de dados e o entendimento da sociedade, e não o fato de ficarem escrevendo baseados em suas próprias experiências<sup>14</sup>;
- vi) Os sociólogos não devem estar interessados em chamar a atenção de outros pela angústia e publicizar, em jornais ou outras mídias, estas questões. A autoetnografia é uma forma de chamar a atenção dos outros, arriscando-se a dar publicidade a isso<sup>15</sup>.

Os argumentos de Delamont (2007) não devem ser ignorados por completo, pois são importantes para a formação da crítica dentro do campo metodológico da autoetnografia. Entretanto, isto não significa que estejam corretos quanto à postura adequada e suficiente para uma Ciência democrática, preocupada com a multiplicidade epistêmica e o multiculturalismo científico. Ora, o processo investigativo pela autoetnografia não me parece ser um processo “preguiçoso” como colocado pela professora. Buscar memórias, escrever diários, relatar a si, relatar angústias, coisas íntimas, muitas vezes dolorosas, se expor, não é um processo fácil e requer uso de muita energia para analisar e correlacionar tais achados a processos e discussões culturais da

---

<sup>13</sup> “(...) *Autoethnography focuses on people on the wrong side of Beckers (1967) classic question (whose side are we on?) Autoethnography focuses on the powerful and not the powerless to whom we should be directing our sociological gaze (...)*”

<sup>14</sup> “(...) *It abrogates our duty to go out and collect data: we are not paid generous salaries to sit in our offices obsessing about ourselves. Sociology is an empirical discipline and we are supposed to study the social (...)*”

<sup>15</sup> “(...) *Finally and most importantly we are not interesting enough to write about in journals, to teach about, to expect attention from others. We are not interesting enough to be the subject matter of sociology. The important questions are not about the personal anguish (and most autoethnography is about anguish. Sociologists are a privileged group. Qualitative sociologists are particularly lucky as our work lasts: what sociology is remembered for the great ethnographies: City of Women (Landes, 1947), The Silent Dialogue (Olesen and Whittaker, 1968), Street Corner Society (Whyte, 1955), Boys in White (Becker et al., 1961), (Liebow, 1967) (...)*”

literatura e teoria especializadas. Dessa forma, dizer que qualquer processo de investigação é uma escolha “preguiçosa” de trabalho é violência gratuita. Deve poder haver outras epistemologias válidas nas investigações científicas que não passem pelo monólito irrefutável da metodologia única, e por isso, a deslegitimação gratuita do método é redutora.

Passados mais de trinta anos de uso em diversas áreas das ciências humanas, a autoetnografia se coloca como uma metodologia qualitativa legítima importante. Sendo assim, quanto aos seis argumentos levantados por Delamont, respondo em defesa da autoetnografia:

- i) É justamente a intenção das autoetnografias, como processos e produtos de investigação, não encontrarem familiaridades entre si. O principal objetivo da autoetnografia é possibilitar a emergência de vozes, de situações e de particularidades que possam romper com os sujeitos cristalizados ou com as epistemologias dominantes, os quais inviabilizam a escuta do outro e de outras epistemologias. (VERSIANI, 2005);
- ii) Esta é uma discussão complexa e talvez seja uma das principais dentro do campo da autoetnografia: como relatar o “Eu” sem expor o outro que não quer ser exposto? Porém, afirmar a impossibilidade da publicação por questões éticas é propalar uma inverdade. Diversas autoetnografias são publicadas todos os anos e preservam o caráter ético e formal das publicações. As recomendações éticas para a publicação de autoetnografias afirmam que aqueles fatos que possam constranger e desagradar outros envolvidos nas narrativas, bem como os nomes dos envolvidos sejam trocados, que os locais sejam remodelados e que a temporalidade seja fosca, ou seja, remodelada a ponto de não incidir na exposição de outrem. Quanto ao limite da exposição do sujeito pesquisador da autoetnografia, por exemplo, pode-se tomar o interessante trabalho realizado por Doloriet & Sambrook (2009) que se colocaram a pensar sobre a “confissão ética” do “Eu” como um dilema do estudante. Para os autores um ponto importante dessa discussão está em indagar como se sentirá um estudante de doutorado, com um percurso ainda limitado dentro do campo de investigação, ao se colocar em exposição de

sentimentos, emoções, opiniões e análises dentro de uma situação de vulnerabilidade, por exemplo a de fazer uma tese de doutorado e de submeter-se à avaliação para publicação. A sugestão colocada pelos autores é que o estudante possa fazer recortes de memórias, dentro do seu processo investigativo, em que não fique absolutamente vulnerável para além do suportável;

- iii) O objetivo da autoetnografia é justamente ser uma metodologia em que o sujeito se coloque em análise com a cultura, pois ele “próprio” está envolvido com a cultura e não se situa fora. A experiência do sujeito, única e individual, deve ser valorizada com valor epistêmico importante. É o olhar daquele sujeito, inserido em uma cultura talvez não de fácil acesso a qualquer outro sujeito, que o método autoetnográfico pode proporcionar. Para essa argumentação, recorro novamente ao trabalho de Costa (2016), que nos traz as emoções, os sentimentos e os sentidos dos sintomas, para além de clínicos, do desenvolvimento de uma doença na tireoide. Será que as sutilezas das sensações físicas e emocionais sentidas pelos sujeitos que desenvolvem essa patologia estão disponíveis nos manuais de medicina? Na certa não. Porém, os relatos das sensações e da subjetividade da doença trazidas pelo autoetnógrafo são importantes para o entendimento da doença;
- iv) Sobre a saída do pesquisador enclausurado no escritório para a coleta de dados, podem-se criticar dois pontos. O primeiro: de que *dados* estamos falando? Provavelmente da construção de dados empíricos típicos, cujo modelo é o das ciências naturais, onde se enxergam o real e o outro como objetos disponíveis a fornecer dados, os quais podem ser processados e analisados de um ponto de vista distanciado, ignorando as formações subjetivas na construção de dados obtidos do campo. O segundo: argumentar que os pesquisadores recebem “altos salários” para desenvolver autoetnografia, ao invés de pesquisa de campo, é ignorar as condições de trabalho e salariais a quais pesquisadores, intelectuais e cientistas estão sujeitos no mundo de hoje;

- v) Expor emoções e analisá-las à guisa da cultura não é chamar a atenção de forma pejorativa. Qualquer resultado de pesquisa, das ciências humanas às ciências naturais, tem a intenção de chamar a atenção. Um pesquisador, por exemplo de Física, não se dispõe a trabalhar horas, dias e anos debruçado sobre uma questão científica, se não for para que tenha toda a amplitude de divulgação, seja para si mesmo ou para prováveis mudanças conceituais que a pesquisa acarrete. Realizar um estudo traz embutida a intenção de chamar a atenção, mesmo que o material da investigação seja sua própria voz.

O método, contudo, de fato apresenta, tal como em outras formas metodológicas, fraquezas que podem ser reconhecidas e criticadas com responsabilidade. Voltando ao estudo crítico sobre a autoetnografia realizado por Doloriet & Sambrook (2009), os autores performam o dilema de um estudante de doutorado que decide adotar a autoetnografia como forma metodológica do seu estudo. Para realizar o trabalho, construíram uma situação fictícia a partir de recortes dos relatos reais de uma estudante que está usando a autoetnografia em sua tese de doutorado. Esses recortes expressam o quanto exposta e vulnerável essa estudante pode estar ao realizar esse tipo de abordagem metodológica.

Doloriet & Sambrook (2009) levantam pontos importantes de crítica na investigação autoetnográfica:

- i) Qual momento é importante (pessoal [*auto*] ou cultural [*ethno*]) para ser analisado no percurso da pesquisa?
- ii) O momento eleito da história pessoal é relevante para uma narrativa autoetnográfica?

Mas o “tendão de Aquiles” da autoetnografia segundo seus críticos está na questão da ética na pesquisa. Quais são os procedimentos éticos relevantes para uma investigação de autoetnografia? Doloriet & Sambrook (2009) analisam a ética convencional, mostrando que está baseada em duas posições principais; a postura deontológica *versus* a teleológica. A visão deontológica (ou formalismo) argumenta que o fim nunca pode justificar o uso de pesquisas antiéticas, enquanto as visões teleológicas argumentam que os fins servidos justificam os meios (KELMAN, 1982; MACKLIN, 1982;

MURPHY & DINGWALL, 2001). Diener e Crandall (1978), listam quatro preocupações para pesquisadores e pesquisadoras éticos: danos aos participantes, falta de consentimento informado, invasão de privacidade e existência do engano (por exemplo, transgressão ética), como ocorre quando se diz que a pesquisa trata de X, mas na realidade realiza Y ou Z sem que os participantes estejam cientes de objetivos de pesquisa, não informados. Os comitês de ética estão preocupados com a ética “*etno*”, convencional, para a qual existe aconselhamento e regulação, descritos nas literaturas acadêmicas substanciais e nas políticas de pesquisa e organizacionais. Portanto, para a autoetnografia de pesquisadores e pesquisadoras, pelo menos o elemento *etno* do estudo estará “protegido” por marcos éticos convencionais. Mas como fica a ética do “*auto*”, ou seja, daquilo que se refere ao próprio do pesquisador/pesquisado, e quais filosofias e estruturas existem (se houver) que buscam “proteger” e guiar as autoetnografias?

A ética “*auto*” é uma questão altamente complexa, pois o risco para os alunos que revelam suas histórias é que elas se desdobrem em compaixão do público/leitor. Pode dizer respeito ao tipo de texto que está sendo escrito e seus regulamentos associados (artigo de periódico anonimizado *versus* dissertação de doutorado auto divulgada); pode depender da epistemologia da escola acadêmica (predominantemente positivista *versus* interpretivistas); da experiência e reputação do autor (Carolyn Ellis *versus* Josie, a estudante de negócios). Através da nossa conceituação das relações entre pesquisador e pesquisado na autoetnografia, fornecemos uma estrutura teórica que os alunos (supervisores e examinadores/revisores) podem usar para identificar possíveis riscos de amplo alcance conceitual (MORSE, 2002) e o risco de danos aos quais eles podem se expor ao revelar o eu altamente pessoal e vulnerável.

A autoetnografia expõe pontos importantes de crítica como qualquer outro método de investigação. Sem ignorar os elementos de fragilidade do método, destaco apenas que os mais tradicionais investigadores e investigadoras vão atacar a metodologia da autoetnografia pela tangente, afirmando que não a consideram rigorosa em termos de coleta de análise de dados e o distanciamento entre sujeito e objeto, tão caro e idealizado nas ciências chamadas duras e transplantado em algumas ciências humanas. Entretanto, a autoetnografia, enquanto uma proposta contrária às formas estruturalistas de pesquisa,

busca o estado da resistência em um espaço acadêmico para oportunizar a expressão dos indivíduos e das individualidades que não têm espaço ou que tiveram suas vozes silenciadas. O compromisso da autoetnografia é justamente político e científico. Por este aspecto, é uma disciplina que denuncia a pretensão de neutralidade de uma suposta ciência, e propõe compor com corpos de sujeitos, espera-se que sem idealização ou naturalização.

### ***As autoetnografias no Brasil***

Por todos os motivos já expostos até aqui, de adesão, críticas e desconfianças, o método autoetnográfico, nos últimos anos, ainda está ganhando espaço nos diversos campos de pesquisa. No Brasil não é diferente. A autoetnografia começou a ganhar adeptos e validação como instrumento interessante e importante de investigação no país na segunda década do século XXI e até o presente momento em todas as grandes áreas do conhecimento, classificadas segundo os critérios da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), já houve a utilização da metodologia como forma de investigação científica. Isso pode ser percebido quando avaliamos o número de dissertações e teses realizadas - com a procura de palavras-chaves: “autoetnografia”; “autoetnográfico”; ou “autoetnográfica”, com base na busca realizada na academia, no catálogo público de dissertações e teses da CAPES.

A análise mostra que a partir de 2016 até 2020 houve um total de 277 trabalhos acadêmicos realizados utilizando a metodologia autoetnografia ou o método autoetnográfico ou a pesquisa autoetnográfica (Quadro 1). Desse total, 159 são dissertações de mestrado e as outras 82 são teses de doutorado realizadas em diversas universidades públicas e privadas do país (68 instituições ao total) das cinco regiões do país (por exemplo: UFBA = 20; USP = 14; UFRS = 10; UnB = 9; UFRJ = 8; PUC-RJ = 14, pesquisas acadêmicas realizadas) e em 95 programas de pós-graduação. Essa análise nos mostra que a autoetnografia é um método que já circula com facilidade e validação acadêmica importante na comunidade intelectual e científica brasileira na última década.

<b>Grande área de conhecimento</b>	<b>Quantidade</b>
Linguísticas, Letras e Artes	114
Ciências Humanas	66
Multidisciplinar	31
Ciências Sociais Aplicadas	23
Ciências da Saúde	16

Quadro 1. Quantidade de pesquisas acadêmicas de mestrado e doutorado realizadas nas diversas áreas dos saberes científicos de 2016-2021 em “autoetnografia”, “autoetnográfica” ou “autoetnográfico”.

Entretanto, as publicações em artigos científicos, em revistas especializadas, utilizando o método autoetnográfico, no Brasil e em língua portuguesa, ainda é tímida. A realização de um levantamento dos artigos científicos indexados publicados com as mesmas palavras-chaves de busca anteriores, “autoetnografia”, “autoetnográfico” ou “autoetnográfica”, na base *Scielo* mostra que o primeiro estudo foi publicado a partir de 2013, e há um total de 18 artigos publicados até 2021. Estes artigos estão espalhados em diversas áreas dos saberes como mostrado no quadro 2 abaixo:

<b>Área de publicação</b>	<b>Quantidade</b>
Ciências humanas	7
Ciências da Saúde	6
Ciências Sociais aplicadas	3
Literatura e Artes	2

Quadro 2. Quantidade de artigos científicos publicados no Brasil nas diversas áreas dos saberes científicos de 2013-2021.

Esses artigos estão publicados em 12 tipos de revistas científicas brasileiras diferentes, enquadradas nas quatro áreas de saberes científicos mostradas. São elas: i) Interface – comunicação, saúde, educação; ii) Cadernos brasileiros de terapia ocupacional; iii) Cadernos de saúde pública; iv) Organizações & Sociedade; v) RAM. Revista de Administração Mackenzie; vi) Revista Brasileira de Ciências Sociais; vii)

Revista Brasileira de Educação Médica; viii) Revista Brasileira de Estudos da Presença; ix) Revista Brasileira de Linguística Aplicada; x) Revista de Administração Pública; xi) Saúde e Sociedade; xii) Trabalho, Educação e Saúde; xiii) Veredas.

Como mostram os quadros acima, poucas pesquisas acadêmicas autoetnográficas têm sido publicadas em artigo científico no Brasil. Levanto algumas hipóteses para explicar tal fenômeno:

1) A falta de familiaridade das revistas de diversas áreas com o método pode intimidar a submissão de autores e autoras dos seus manuscritos, pois ainda não há no Brasil uma revista especializada em autoetnografia. Os trabalhos publicados estão espalhados em revistas de diversas áreas. Algo similar ocorreu no passado no contexto internacional, quando as pesquisas autoetnográficas eram publicadas em coleções organizadas, números especiais de revistas das ciências humanas básicas e aplicadas, das letras e das artes. A partir de 2020, pesquisadores e pesquisadoras precursores da autoetnografia nos EUA, como Tony Adams e Carolyn Ellis, abriram a primeira revista internacional de autoetnografia, ativa até hoje, a *Journal of Autoethnography*, vinculada a *University of California Press* que já conta com 67 publicações de artigos científicos, quatro críticas ou revisões de livros temáticos, cinco ensaios, um editorial e uma introdução sobre o tema.

2) Mesmo se arriscando a subverter o escopo anunciado das revistas, os autores e autoras ainda podem encontrar alguma resistência por parte dos revisores ou revisoras dos periódicos em entender e aceitar as pesquisas derivadas dos processos autoetnográficos. Holt, em 2003, já identificou o fenômeno, por meio de um artigo autoetnográfico, e narrou a saga da publicação da sua pesquisa autoetnográfica nos periódicos e a dificuldade de conseguir publicar seu texto com base na resistência de revisores que usam o caminho do desvalor da sua pesquisa como sendo científica.

3) Uma terceira hipótese está vinculada ao limite do espaço que as publicações em periódicos oferecem o qual, em muitas situações, não comporta o volume de detalhes da pesquisa realizada em autoetnografia. Diferentemente das pesquisas qualitativas que utilizam os métodos tradicionais e cumprem uma exigência de síntese das ideias e dos textos bem maior, a autoetnografia, devido à sua complexidade narrativa e textual, pode ter seus resultados comprometidos quando submetida a um corte no material da

investigação de maneira a se encaixar na limitação de páginas exigidas por uma revista. Isso, de certa maneira, pode inibir também a submissão dos autores e autoras dos manuscritos às revistas.

4) Classifico como a política consciente ou inconsciente da classe trabalhadora em matéria de produção de saberes no Brasil algo que pode ser a quarta causa explicativa da escassez autoetnográfica em periódicos acadêmicos. Escrever uma autoetnografia é relatar a si mesmo e vir a público em forma epistêmica. Submeter sua existência, sua singularidade, sua memória ao molde da publicação de um texto em um periódico que irá forçar a cessão, deter direitos autorais e lucrar com sua história é um ato de violência que não condiz com a própria postura crítica da autoetnografia em relação à cultura científica dominante. Em seu estudo, Versiani (2005) já havia percebido nos escritos do método autoetnográfico estrangeiro certa expressão de resistência na forma nova de relatar a si mesmo para além da universalidade cristalizada que o homem ocidental do hemisfério norte produz e pela qual se deixar ele mesmo explorar. O problema é epistemizar-se a si mesmo sem entregar-se à outra lógica, colonizante e opressora, das máquinas de produção científica. A circulação da produção das autoetnografias, no Brasil em especial, em formato de dissertações e teses, e em algumas situações de publicação de livros, pode ser interpretada como uma maneira de resistência à lógica positivista, neoliberal e comercial que tomou conta das ciências pelo mundo.

### ***Fazendo autoetnografia na leitura de literatura***

A prática da investigação autoetnográfica ainda é tímida na pesquisa brasileira em todas as áreas dos saberes de uma forma geral. A metodologia, pouco conhecida, quando defrontada, é vista com desconfiança, como nos relata Rodrigo Calatrone Paiva (2018), em seu primeiro capítulo de tese de doutorado “*Contando estórias para pesquisar ensino-aprendizagem de língua inglesa por meio de projetos: uma autoetnografia*”. Paiva relata o estranhamento dos membros da banca de ingresso e defesa do programa de pós-graduação em Letras na Universidade Federal do Paraná.

Na Antropologia, a autoetnografia ainda é utilizada com parcimônia, mas tem sido bem recebida nas pesquisas em Educação e Ensino, área em que professores/pesquisadores veem na metodologia uma possibilidade interessante de explorar o ambiente e a cultura da sala de aula (RODRIGUES & GONZALES, 2015). No campo das artes, principalmente nas artes cênicas, a autoetnografia, no Brasil, tem outro aproveitamento, com o objetivo de explorar as possibilidades performáticas. Já na pesquisa no campo da Literatura, há poucos trabalhos que utilizam a autoetnografia como possibilidade metodológica de exploração do crítico ou do leitor.

Nesse meu percurso de investigação, tive contato com a dissertação de Eline Marques Santos (2016), realizada na Universidade Federal de Sergipe, a qual apresenta uma pioneira proposta metodológica para o trabalho com a autoetnografia no campo dos estudos literários. A dissertação de Santos propõe o uso de diários de leitura do pesquisador como instrumento para análise da construção da subjetividade e interpretação do crítico de literatura. Ou seja, o trabalho de Santos nos abre a possibilidade de capturar o processo de formação subjetiva da construção da análise crítica de um texto literário nos momentos de leitura e investigação do próprio pesquisador. Tal forma de análise do texto literário, por meio da “técnica” proposta por Santos (2016), possibilita novas chaves de leitura por meio do repertório subjetivo do pesquisador ou da pesquisadora.

Na pesquisa de mestrado desenvolvida por Santos (2016), versa-se sobre a análise da construção da subjetividade da própria pesquisadora durante a leitura do livro “Nove Noites” de Bernardo de Carvalho. Para ela, a experiência de leitura do livro, com seu repertório individual de pesquisadora, acrescenta pontos de crítica importantes que ainda não estavam explorados na fortuna crítica da obra, pois não se restringem à análise objetiva e contextualizada dentro de um panorama teórico de discussão, mas incluem impressões subjetivas que ela como crítica experienciou enquanto leitora da obra. Para entender e fundamentar sua proposta metodológica, Santos valeu-se da onda crítica denominada “Estética da Recepção”. Para a autora, a grande maioria dos estudos literários da estética da recepção baseia-se na dicotomia do leitor/texto ou do autor/leitor, mas não categoriza a natureza social de quem é esse leitor no processo de leitura. Um leitor comum pode ter uma determinada impressão de uma obra, já um leitor com um

repertório de leitura<sup>16</sup> diferente desenvolve uma outra visão daquela obra. E o leitor-pesquisador, ou então ainda, o leitor-crítico literário? Quais são os repertórios teóricos, emocionais e de sensibilidades que esse leitor pode mobilizar para a construção do seu pensamento sobre a obra? Trata-se de questões fundamentais, pois tocam aspectos que podem envolver o gênero, a classe, a raça e a sexualidade, ou as interseccionalidades do crítico ou da crítica diante de uma obra. Todo o problema está no caráter de abstração dos pares (leitor/texto; leitor/autor) elencados pela fenomenologia da leitura (ISER, 1999), pois a abstração não contempla o verdadeiro significado concreto da subjetividade do pesquisador na área dos estudos literários. Saindo desse esquema simples, apenas “autor-leitor” ou “texto-leitor”, a pesquisadora irá propor a investigação literária por meio dos processos interpretativos voltados para o pesquisador concreto, para o crítico na formação da sua interpretação do texto:

(...) muitas dessas pesquisas não privilegiam a apreensão do processo interpretativo, e restringem-se às dicotomias, tais como texto-leitor ou autor-leitor. Portanto, parece-me relevante uma alternativa que tente ir além dessas dualidades e relacione o/a pesquisador/a e o/a leitor/a como partes essenciais para a pesquisa e para a construção do objeto (...) (SANTOS, 2016, p.9).

Quem é esse crítico ou crítica? Qual o universo cultural desse sujeito ou dessa que lê a obra literária? Qual o corte social, corte de classe social, raça, gênero e sexualidade desse leitor ou leitora de crítica literária? São perguntas importantes que devem e podem ser levadas em consideração para entender a gênese de uma crítica a um texto literário.

---

<sup>16</sup> Conceito proposto pelo teórico da recepção literária Wolfgang Iser (1926-2007), dentro da perspectiva de uma fenomenologia da leitura, em que o ato de leitura é uma interação entre o texto e o leitor/leitora em que o leitor vai construindo o sentido do texto, completando os “vazios do texto”, com sua imaginação, suas experiências de mundo, de outras leituras realizadas previamente e de expectativas. Comentando a obra de Iser, Para Caldim (2012) “(...) as expectativas, ou seja, as protensões, desempenham papel fundamental no processo da leitura e há constantes modificações nos horizontes de leitura, visto que as expectativas vão se transformando à medida que o leitor se movimenta pelo texto. Dessa maneira, segundo o pensamento iseriano, o texto só se completa quando o leitor infere sentidos ao texto lido e a transferência do texto para a consciência do leitor dá-se não apenas pelo texto, mas também pela ativação da capacidade de apreensão e de processamento da consciência do leitor (...)”. (CALDIM, 2012).

Para a pesquisadora, é importante que o ato da leitura e o trabalho com o texto não se restrinjam a uma forma de visão do sujeito descontextualizado. Para melhor caracterizarmos o alvo do método aqui exposto, dada a complexidade de sua execução na esfera dos estudos literários, será necessário distinguir dois aspectos da subjetividade da leitura. Enquanto ato individual e silencioso, a leitura subjetiva (por exemplo silenciosa) apoia-se num gesto de consciência que pode deixar no escuro uma parte importante do sujeito concreto que lê. Como ensina a fenomenologia da leitura, ler supõe abstrair-se de si mesmo, ausentar-se de uma parte de si para acolher a voz do texto/autor. Neste sentido, paradoxalmente, na prática da leitura literária, o acesso à subjetividade concreta está sob a dependência de uma atitude autorreflexiva, uma espécie de observação do leitor por si próprio. Ora, tal gesto de autorreflexão corre o risco de se tornar abstrato quando perde o vínculo com o estudo concreto que o torna necessário, isto é, a leitura do texto literário. Mas a autorreflexão pode também permanecer abstrata por não encontrar formas de objetivação de si mesma: registros, documentos, grafias. Neste sentido, quando trazida ao campo dos estudos literários, a autoetnografia toma a forma de uma grafia da auto-observação do ato de leitura, e o método irá consistir em lançar mão de diversos recursos capazes de objetivar o processo do leitor, para torná-lo concreto sem torná-lo objetivo.

Assim a autora (SANTOS, 2016), dentro desse contexto, grafa como nasceu seu processo de pesquisa a partir do contato com o livro “Nove noites” de Bernardo Carvalho, na disciplina de literatura brasileira: foi em meio a um grupo de leitura em sala que ela percebeu que os integrantes do grupo elaboravam leituras e interpretações do texto muito diversas entre si, em vista de solucionar os mistérios propostos pelo autor da obra. Para fazer sua busca metodológica e explicar seu processo de análise, a pesquisadora precisou usar teorias que valorizam o leitor e sua interpretação como, por exemplo, as teorias da escola da recepção literária.

Indagando sobre as maneiras de grafar a leitura subjetiva, questão sobre a concretude do material de análise na pesquisa autoetnográfica que já não é nova por aqui, Santos (2016) irá usar a escrita do diário como forma metodológica de coleta de dados e captação da subjetividade do próprio processo de leitura. Vale observar que os diários são comumente utilizados como fonte de processos de pesquisa em diversas

áreas do saber, em antropologia, em educação, em psicologia e outras tantas. Nos estudos literários, dão origem ao campo imenso da crítica genética que os reconhece como boas fontes na tentativa de entender os processos criativos de autores. Entretanto, os diários são ainda pouco, ou quase nada explorados no entendimento do processo de análise do texto pelo crítico. Por mais que o diário seja uma boa maneira de dimensionar a subjetividade mobilizada pelo leitor-crítico ou pela leitora-crítica, ainda assim não esgota a dimensão de possibilidades subjetivas envolvidas no ato de uma leitura e na construção de análise. Santos afirma:

“(...) este trabalho visa ao estudo do processo de leitura de um texto literário, para isso segue uma posição contrária às pesquisas tradicionais, que procuram essa resposta exclusivamente no texto. Contudo, não busco aqui responder a todos os questionamentos sobre a interpretação, muito menos uma resposta definitiva sobre esta problemática, pois a complexidade em analisar este tema envolveria um *corpus* muito maior, e, mesmo assim, não asseguraria um resultado conclusivo, principalmente devido à subjetividade envolvida. O objetivo, assim, é muito mais compreender como ocorre este processo de leitura, sem a pretensão de definir um modelo, como um primeiro passo, para tentar entender o que pode, por sua vez, ocorrer com outros/as leitores/as” (SANTOS, 2016, p.13).

Como irá ficar mais claro na sequência do trabalho, não irei no sentido de acatar as observações de Santos quanto ao caráter inconclusivo de sua pesquisa, na medida em que considerarei que sua proposta me abriu perspectivas de estudos para a construção do meu próprio percurso de leitura da obra “A vida de Galileu” (BRECHT, 1991).

Assim que o trabalho de pesquisa realizado por Santos começa pela leitura do romance escolhido e depois se estende para a crítica sobre o que já levou a uma pluralidade de interpretações. Mas, o que Santos fez não foi apenas discutir a perspectiva das múltiplas interpretações estabelecidas, dadas e disponibilizadas sobre a obra “Nove Noites”. A autora colocou, também, sua perspectiva de leitura como integrante nesse movimento de construção de corpo de crítica da obra.

(...) Meu trabalho iniciou-se pelo texto literário e depois sua crítica, o que possibilitou uma contraposição com a minha leitura e também entre as interpretações dos/as outros/as estudiosos/as. A partir dessa experiência, pareceu-me que o romance possibilita divergências em interpretações, porque os fatos não são construídos para que se tenha uma linearidade na narrativa. Para além disso, as leituras são divergentes porque nenhuma interpretação é única, haja vista que os/as leitores/as possuem experiências diversas, o que nos torna diferentes até mesmo em duas leituras do mesmo texto (...) (SANTOS, 2016, p. 55).

Os diários são reconhecidos como poderoso instrumento nos processos investigativos, seja para pesquisas de fundo positivista, focadas em medidas quantitativas de fatos; seja para as pesquisas qualitativas, focando nas descrições e narrativas (JESUS e colaboradores, 2013; BORGES & SILVA, 2020). Em seu trabalho de investigação autoetnográfica da leitura de “Nove noites”, a autora constrói o diário seguindo o resultante das discussões do grupo de pesquisa em leitura literária do qual participava na universidade em que realizou o estudo da sua dissertação, visto que a construção de um diário parece ser um espaço com liberdade para a constituição de subjetividades. Dos Santos estrutura seu processo de leitura e captação no diário:

(...) o diário será usado neste estudo como uma forma de registrar o processo interpretativo no momento da leitura do texto literário. Apesar de prevalecer a liberdade esperada no gênero, busco seguir algumas questões norteadoras, como uma forma de manter um padrão no registro. Entretanto, não é algo tão fixo, já que é possível transgredi-las ao escrever as impressões e até criar outras. As questões se referem a anotações das reações afetivas e cognitivas, de maneira detalhada, no momento da leitura de cada capítulo. De modo geral, as seguintes questões nortearam a leitura: 1) o que fiz, quando fiz, como fiz, onde fiz, por que fiz; 2) o que pensei, em que pensei, quando pensei, como pensei, por que pensei; 3) o que senti, quando senti, como senti, por que senti (...) (SANTOS, 2016, p.38).

Santos explica que a organização do seu diário não foi uma escrita aleatória, mas estruturada de forma que pudesse captar pontos específicos da própria interpretação, em que fosse valorizada a construção da subjetividade na formação da crítica literária que a autora faz sobre a obra em questão. Cabe aqui uma ressalva: toda proposta da

autoetnografia é pensada para construir um processo investigativo desgarrado definitivamente das exigências estruturalistas nas ciências humanas, mas observa-se que o trabalho de investigação acaba por desaguar na tentativa de mostrar “dados” e “evidências” palpáveis e verificáveis sobre o processo investigativo. Esclareço que não há aqui uma condenação do processo de registro das impressões por meio dos diários, visto que é um instrumento importantíssimo de registro de memórias e impressões do real. Porém, o diário, nesse caso da autoetnografia, deve ser utilizado como instrumento importante de rememoração e auxílio interpretativo na construção da narrativa, ou talvez, o diário constitua a própria narrativa construída. O diário não deve ser utilizado como motor historiográfico comprobatório de verdades. Santos (2016) não se aventura por essa discussão metodológica, mas sugere ao leitor do seu trabalho essa possibilidade, ao disponibilizar na íntegra, como material suplementar da dissertação, os diários de leitura transcritos.

O trabalho de Santos (2016) é, até o presente momento, o único estudo autoetnográfico brasileiro encontrado em literatura. Mesmo não havendo nela um aprofundamento suficiente acerca da subjetividade concreta da leitura, a importância desse estudo, para mim, está no campo metodológico, na possibilidade de ser utilizado enquanto modelo. Assim, ainda que a autora não assuma esse desfecho da sua pesquisa em seu caráter de exemplaridade da metodologia nos estudos literários, tomo-os para meu trabalho. Mais explicitamente: para a minha pesquisa não consigo considerar que haja um local definido de “coleta de dados”, mas o que há é o objeto em que os dados das reflexões provenientes da leitura da obra literária serão cristalizados na forma da escrita, visto que o processo da leitura é dado de forma geograficamente difusa.

Dessa forma, tomei o trabalho desenvolvido pela autora como base metodológica para a construção da minha crítica de leitura de “A vida de Galileu” (BRECHT, 1991).

***Então, como capto o meu processo da leitura da obra literária que estudo e como construo uma autoetnografia?***

Neste estudo realizei duas camadas de autoetnografia analítica: a primeira por meio da escrita de um diário analítico e a segunda por meio da análise dos escritos do diário de leitura.

Não será a primeira vez que me aproximo do texto “A vida de Galileu”, de Brecht (1991). É um texto que me acompanha por alguns anos, tendo sido lido e relido em diversos contextos, e tendo passado por diferentes “digestões” no meu percurso. As minhas impressões de leitura e análise foram realizadas de vários modos para não privilegiar uma única vertente analítica. O objetivo foi poder fornecer ao leitor não uma versão final e universal de análise, mas a oportunidade de construir suas próprias impressões e sua crítica a partir da minha autoetnografia.

Em consequência dessa relação com a obra, aqui apresento duas formas de como as minhas análises de leitura foram capturadas. Uma primeira, como proposto por Santos (2016), por meio de um diário organizado, com algumas modificações que realizei para adequar à minha realidade, como uma *autoetnografia analítica*. Dessa forma, seguindo, de modo geral: 1) o que foi realizado, quando foi realizado, como interpreto, por que escolhi; 2) o que pensei, por que concordo, por que não concordo, por que ignoro; 3) o que senti, quando senti, como senti, por que senti; 4) alguém comentou, como comentou, quanto é importante, quanto impacta na cultura das ciências e humanidades.

O desenvolvimento do processo de leitura das versões e traduções da obra “A vida de Galileu” de Brecht (1991) foi registrado em um diário pessoal, num processo semelhante ao que foi realizado por Santos (2016). Para esse estudo, o processo de captação da construção de interpretação e de subjetividade da leitura levou quase um ano, durante o período de março 2020 a janeiro de 2021, em que o registrei minhas impressões pessoais, sentimentais, analíticas e críticas do meu próprio processo de leitura, em princípio para fins dessa pesquisa, *endereçado a mim*<sup>17</sup> como forma de registro da realidade da minha subjetividade como “dados” para análise futura. O diário

---

<sup>17</sup> Explico melhor. A opção por essa forma de endereçamento literário do diário foi realizada para que o pesquisador pudesse registrar as impressões, os sentimentos, as sensações e os acontecimentos como maneira investigativa de registro de memórias na composição de uma pesquisa autoetnográfica analítica. Essa opção de endereçamento abre possibilidades nevrálgicas de neutralizar a crítica presentes e futuros leitores e leitoras, por exemplo, a leitura da orientadora e das bancas de avaliação, visto que, o diário é privado e não tem endereçamento, momentâneo, de composição ou para leitura de terceiros. Entretanto, essa opção de endereçamento não impossibilita por completo a discussão coletiva do captado pelo pesquisador, pois ao realizar a tese e tomar o diário como fonte material de registro de construção de dados, como exposto anteriormente neste capítulo, assumo que o diário se torna um documento público e de acesso à crítica de leitura, sem anular meu ponto de análise em outros tempos futuros ou a análise coletiva. Dessa forma, ao colocar que o endereçamento do diário, em princípio, está para mim é no sentido do recorte temporal (ano de 2020) dos registros que captei durante o processo de leitura da obra “A vida de Galileu”.

foi estruturado como proposto por Santos (2016), para a captação da subjetividade enquanto modalidade autoetnográfica evocativa. Algumas adaptações foram realizadas para a realização de uma *autoetnografia analítica*, ou seja, no âmbito de uma análise da leitura de “A vida de Galileu” situada dentro da cultura na qual estou eu mesmo inserido. Essa adaptação metodológica na composição do diário foi importante para que me possibilitasse o exercício de práticas epistêmicas e científicas importantes durante a composição do diário.

Em uma próxima camada autoetnográfica analítica, a segunda autoetnografia analítica *endereçada ao outro*<sup>18</sup>, vou no percurso da captação das minhas impressões, realizo uma análise geral no fio da memória de uma obra lida por diversas vezes em que minha análise está abordando três tópicos importantes os quais observo e que pinço do texto de Brecht, para confrontá-los com a realidade que me cerca como um pesquisador brasileiro a partir do olhar em 2020 e 2021.

Esse percurso de pesquisa não passou isento de alguns cuidados éticos e burocráticos. O projeto de doutorado foi submetido e aprovado no comitê de ética do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da UNICAMP (Número do Parecer: 3.737.464/CAAE: 25310619.9.0000.8142). Nomes, cargos e indivíduos que foram, porventura, mobilizados para o estudo da narrativa foram trocados ou suprimidos para sua preservação e para que identidades e subjetividades possam ser mantidas com integridade.

---

<sup>18</sup> Nesse momento a opção do endereçamento literário está em abertura para maior amplitude das leituras de leitores, leitoras e discussão com as teorias que mobilizo para a análise dos registros de dados. Ou seja, abro uma análise que realizei a partir dos registros do diário para uma segunda camada de discussão com a audiência de leitores e leitoras da tese.

## **CAPÍTULO 2:**

# **ANÁLISE DA NÃO NEUTRALIDADE CIENTÍFICA NA OBRA “A VIDA DE GALILEU” DE BERTOLT BRECHT: UMA PROPOSTA DE OLHAR SOBRE A GÊNESE DE UM CONHECIMENTO**

“(…) GALILEU: (...) eu ensino e ensino, e quando é que estudo? Homem de Deus, eu não sei tudo, como os senhores da Faculdade de Filosofia. Eu sou um estúpido eu não entendo nada de nada. De modo que sou forçado a tampar os buracos do meu saber. E quando é que tenho tempo? Quando é que faço pesquisa? (...) como é que vou fazer progresso, se para sustentar minha casa sou forçado a me dedicar a qualquer imbecil, desde que tenha dinheiro, enfiar na cabeça dele que as paralelas se encontram no infinito? (BRECHT, *A vida de Galileu*, 1991, p.28).

### ***A obra “A vida de Galileu” de Bertolt Brecht***

Quando mergulho na obra e sobre a vida de Bertolt Brecht (1898-1956) é inegável que a Ciência teve uma importância ímpar em seu trabalho. É perceptível que a Ciência, para Brecht, foi alvo de uma admiração iluminadora a ponto de o autor vincular sua teoria aos fundamentos lógicos da Ciência. Ela também está na origem de sua decepção, já em meados de sua vida, quando começou a criticá-la tão ferozmente, a ponto de aproximá-la a um dos males do século XX. Esse sentimento contraditório é, de acordo com o que os estudiosos identificam através de suas leituras críticas de Brecht, algo legível através de sua encenação teatral do problema central ético da responsabilidade dos cientistas em relação ao conhecimento que produzem no mundo (FITAS, 1998; GIL, 2003; ROESSLER, 2008; PARKER, 2018). Na maturidade de sua crítica à Ciência, Brecht não se limitou apenas a criticar a instituição “Ciência” como se fosse dotada de poder próprio

de decisão, mas também fustigou aqueles que a sustentam, a produzem e participam das administrações dessa instituição na sociedade, ou seja, os próprios cientistas.

Em “A vida de Galileu” Brecht (1991) usa a vida da personagem histórica do cientista Galileu Galilei para realizar uma crítica sobre a atuação do cientista no século XX. Brecht mergulhou na vida de Galileu para entender como um dos maiores gênios da Ciência moderna viveu e enfrentou o processo de julgamento realizado pela inquisição da igreja católica que o levou a abjurar suas descobertas. Resumidamente, a narrativa na peça de Brecht se inicia, no ano de 1609, quando o cientista Galileu é um jovem professor de matemática em Pádua e está às voltas com as suas descobertas dos cálculos que provam a veracidade da teoria de Copérnico sobre a Terra não ser o centro do universo e termina, no ano de 1637, quando Galileu, envelhecido e quase cego está em uma “prisão domiciliar” vigiado pela igreja, recebe a ajuda do seu ex-aluno Andreas para conseguir fazer que sua obra *Os “Discorsi”* fosse salva e saísse dos domínios da igreja.

Brecht usa os acontecimentos históricos desse espaço temporal na vida de Galileu para construir e trazer à baila os conflitos políticos, sociais e pessoais do cientista. Esses conflitos são expressos em diversos personagens e situações vividas pelas personagens. Por exemplo, a questão da educação na classe trabalhadora que podemos tomar via a personagem de Dona Sarti, empregada de Galileu, e seu filho Andrea; as suas questões familiares na figura da personagem da sua filha Virgínia. Porém, percebe-se que o grande pano de fundo da história construída por Brecht é o conflito político-científico que Galileu trava com o poder autoritário da igreja. Brecht usa desse embate histórico para explorar os limites da Ciência, em especial, do cientista diante das pressões do Estado. Diante desse maior conflito vivido por Galileu na história da humanidade, Brecht vai despir o cientista de um olhar heroico e expor uma reflexão original sobre a vida privada de um homem da Ciência diante do mundo: qual a responsabilidade do cientista na sociedade? Além disso, qual a responsabilidade de um intelectual em tempos sombrios de uma sociedade?

Em outras palavras, penso que Brecht não escapou de olhar a ética na Ciência como também se interessou pelas influências da Ciência na ética na sociedade. Mais especificamente, o problema da ética científica foi expresso nitidamente por Brecht em

“A vida de Galileu”, texto mais claramente dedicado aos resultados das suas investigações sobre a Ciência. Não é estranho pensar que a obra “A vida de Galileu” tenha sido inclusive um dos textos mais importantes para o autor alemão, a julgar pelo tempo que ele dedicou à sua escrita e reescrita durante a vida, mas também em decorrência dos temas importantes abordados no caso de Galileu, como os embates entre fé e razão, e enfim até mesmo pelos insertos autobiográficos de Brecht, por exemplo a perseguição por Hitler e a condenação por associação comunista nos Estados Unidos da América, fatos de sua vida que o levaram ao afastamento nacional, e influenciaram, de acordo com Norman Roessler (2008), na composição do texto. Ou seja, a luta pela liberdade de expressão contra o autoritarismo é a marca registrada do autor na composição de “A vida de Galileu”, que flerta com a História e comporta certo tom de processo autobiográfico de um autor preocupado com sua função enquanto intelectual em uma sociedade ainda dominada pelo autoritarismo, a qual tolhe a liberdade de expressão por mecanismos do próprio aparelho estatal.

Concordo com os estudos críticos que afirmam ser a espinha dorsal de “A vida de Galileu” a responsabilidade do cientista diante do seu tempo, o que envolve situar o trabalho do cientista em um sistema autoritário em que a liberdade de pensamento está em jogo diante dos interesses do poder autoritário. Essa situação fica clara na cena VII do texto escrito por Brecht, quando Galileu é confrontado pelos cardeais Bellarmino e Barberini, na festa na casa de Bellarmino em Roma, a dar explicações sobre seus estudos científicos. Nessa altura do texto, as ideias de Galileu já haviam sido popularizadas e circulavam na sociedade. Na cena Bellarmino e Barberini cercam Galileu na festa e montam uma sequência de falas que não são argumentos para contestar os resultados científicos e a crença nos estudos de Copérnico de Galileu, mas são falas com a intenção clara de intimidá-lo com o poder da igreja. Galileu as rebate com argumentos científicos que não são acolhidos pelos cardeais que insistem na intimidação. Bellarmino, já cansado das insistências argumentativas de Galileu, dispara autoritariamente, relatando que a obra de Copérnico foi para no INDEX do poder da igreja:

(...) Senhor Galileu, o Santo ofício decidiu esta noite que a doutrina de Copérnico, segundo o qual o Sol é o centro do universo, e é imóvel, enquanto a Terra não é o centro do universo e é móvel, é tola, absurda

e herética da fé. Eu tenho a incumbência de pedir ao senhor que abjure essa opinião (...). (BRECHT, 1991, p.122).

Ou seja, a figura da personagem de Bellarmino tem a função na cena de exercer o poder a qualquer custo. Enquanto membro do Estado e da autoridade, essa personagem, representa os interesses autoritários do modelo político instalado que não leva a Ciência em consideração, mas a ideologia predominante. Porém, Galileu se mostra mais relaxado, pois acredita que está entre homens da “razão” em detrimento de homens puramente da igreja, devido ao fato de Barberini ser matemático. Entretanto, como será mostrado em cenas na sequência, Barberini será escolhido como o novo Papa e não penderá para o lado científico como acreditava Galileu, mas será a favor do seu interrogatório no julgamento da inquisição.

Primeiro vamos à história da composição desse texto. Ao longo de todos os anos de escrita e reescrita do texto por Brecht, “A vida de Galileu”, teve três versões catalogadas por estudiosos. Ou seja, Brecht escreveu e reescreveu o texto como uma espécie de projeto experimental crítico da Ciência do seu tempo.

Pesquisadores, como Bernard Dort, segundo consta nos estudos de Fitas (1998), apontaram que o interesse de Brecht pelo mundo da história da Ciência e da própria cultura científica já existia anteriormente, em 1920 e 1930, em arquivos que mostram vários esboços primários do texto sobre Galileu. E parece que o interesse pela Ciência não começou nessa data, já que pode até ser localizado também, embora sob uma forma pueril, na adolescência e início da vida adulta do autor. Em biografia intelectual do escritor, Martin Esslin, em “Brecht: dos males, o menor” (1959), trouxe para o público a narrativa do início de vida de Brecht, sugerindo que ele já estaria voltado para o conhecimento científico, com, por exemplo, o ingresso no curso de Medicina e para estudar Ciência em 1916. Brecht, entretanto, teve que abandonar o curso devido à convocação para a Guerra de que participou como atendente no hospital militar. Tratou-se de uma experiência severamente traumática para o jovem, que tanto presenciou quanto executou o atendimento de feridos, mutilados e mortos vindos do campo de guerra. Segundo Esslin (1959), a vivência de Brecht através da violência do horror dos pedaços e retalhos humanos teve uma forte influência na personalidade combativa, agressiva do autor e da obra (p.21-22). O que nos sugere que o interesse de Brecht pela

Ciência poderia estar arraigado na crença nos poderes que a razão poderia exercer em sociedade.

Brecht passa sua vida inteira defendendo a Ciência e constrói toda sua teoria intelectual estética teatral com base nos moldes da Ciência, como podemos ver no “*A short organum for the theatre*” (1964), em que o escritor transplanta a lógica da construção de saberes para uma proposta de uma nova estética artística das cenas. Porém, ao mesmo tempo ao longo da vida e experimentando as forças políticas espremerem as liberdades, o pensamento intelectual e a vulnerabilidade dos cientistas diante dos governos autoritários ao limite durante as guerras mundiais, é nítido que Brecht não se afasta da crítica da Ciência e escreve as três versões de “A vida de Galileu” em que o epicentro dessa crítica é a corrupção que uma mente intelectual pode sofrer diante do autoritarismo ou das tentações do capitalismo. Já reticente com a razão, a Ciência para Brecht, como colocado na boca do seu Galileu no final da sua vida ao reformular a terceira e última versão da peça, é:

(...) Eu sustento que a única finalidade da ciência está em aliviar a canseira da existência humana. E se os cientistas, intimidados pela prepotência dos poderosos, acham que basta amontoar saber, por amor ao saber, a ciência pode ser transformada em aleijão, e as novas máquinas serão novas aflições, nada mais. Com o tempo, é possível que vocês descubram tudo que haja por descobrir, e ainda assim o seu avanço há de ser apenas um avanço para longe da humanidade. O precipício entre vocês e a humanidade pode crescer tanto, que ao grito alegre de vocês, grito de quem descobriu alguma coisa nova, responda um grito universal de horror. (...). (BRECHT, 1991, p.224-225)

É importante ressaltar que as três versões do texto sofreram significativas mudanças de enredo e caracterização das personagens, principalmente o de Galileu, como consequência dos fatos históricos que Brecht ia observando e vivenciando no mundo real, dominado por guerras mundiais no contexto das quais a Ciência tinha participação.

Uma primeira versão, escrita entre 1938-39, chamada de versão dinamarquesa, é concebida por Brecht durante o período de exílio na Dinamarca, quando em 1933, ano de comemoração do tricentenário da condenação de Galileu Galilei pelo Tribunal do

Santo Ofício em Roma, Brecht presenciou o crescimento da perseguição de intelectuais e artistas como ele pelo governo nazista na Alemanha. Na ocasião, não encontrando outra saída, Brecht foi forçado ao exílio passando por diversos países da Europa e instalando-se na Dinamarca. Ali, frequentou e participou, como uma espécie de ouvinte, do grupo de pesquisa de cientistas (físicos, em especial) liderado pelo expoente cientista Niels Bohr (1882-1962). Esse conjunto de fatos levou Brecht a escrever a primeira versão do texto que tem como espinha dorsal um enredo voltado para a discussão sobre Galileu enquanto figura histórica importante no percurso da Ciência moderna. Nessa primeira versão, Brecht concentrava sua atenção em criticar o caso Galileu e o autoritarismo de Estado frente à liberdade de expressão.

Já a segunda versão, a chamada versão inglesa, foi escrita quando a Segunda Guerra Mundial já havia feito seu estrago mundo afora e em meio às discussões sobre as armas nucleares e o financiamento descarado dos Estados à guerra nuclear. Tais fatos fizeram Brecht perceber a Ciência, em especial o trabalhador da Ciência, o cientista, com outros olhos, e não mais com olhos de assombro de admiração e “fé” na razão. Nesse novo contexto, reescreveu o texto em 1945 em colaboração com o ator, roteirista, produtor cinematográfico e intelectual Charles Laughton (1899-1962). Houve, no texto reescrito uma mudança significativa de enredo, quando Brecht começou a fazer um deslocamento para inserir o personagem central em uma trama de responsabilidade do cientista diante das escolhas que fez ao longo de sua vida. A primeira versão, contendo catorze cenas, traz uma narrativa mais curta e focada na defesa de Galileu contra o inquérito da inquisição. Nela Brecht traz um Galileu ameno que tenta defender a Ciência dos ataques da igreja. Essa primeira versão guarda um tom de uma pretensão de uma narrativa biográfica e histórica sobre a vida do cientista pisano. Já na segunda versão reescrita com conjunto com Laughton, por exemplo, os autores realizam as principais mudanças estruturais que são: a omissão da primeira metade da cena 4; o corte da cena 5a do final da cena 4 e a eliminação dela e 5b (a cena da pandemia da varíola); também o corte da segunda metade da cena 12 em que Galileu espera pelo Papa, ela rumo para uma versão mais crítica de Brecht sobre a Ciência, visto que já estava nos EUA e sob influência dos percalços do exílio e consequências da guerra. Nela Brecht acrescentou ainda ao personagem Ludovico um elemento social, que não consta na primeira versão,

que é o pertencimento da personagem a aristocracia. O interessante, ainda nessa versão, é que Brecht e Laughton reescreveram completamente a cena 11, a cena do carnaval, dando a ela um tom final onde Galileu é o “destruidor da bíblia” (*apud* notas e variações em BRECHT, 2008). Antes tido, na primeira versão, como um sujeito à mercê apenas das consequências dos fatos políticos, sociais e econômicos, Galileu agora nessa versão ganha roupagem de sujeito ativo nos processos de desgraceira do mundo. O caráter ambicioso e desmedido do protagonista começa a aparecer, dando sinais de suas falhas éticas.

Porém, foi na terceira versão que o caráter duvidoso do personagem Galileu ganhou maior expressão, pois foi nela que Galileu ganhou um *status*, quase uma caricatura de vilão. Essa terceira versão, chamada de versão berlinense, mais popular até nós, foi finalizada em 1954, e já veio influenciada por todos os acontecimentos do pós-guerra. Tratou-se de uma versão em que a crítica foi quase unânime, ao classificar Galileu como um sujeito de moralidade duvidosa, alguém ambicioso e inescrupuloso. Brecht, nessa versão de “A vida de Galileu”, de fato não poupou o personagem principal de figurar claramente como um vilão social e nem deixou de culpar o cientista como um dos grandes vilões da era contemporânea. Essa caracterização de Brecht do cientista como um vilão na terceira versão da peça fica clara com a inserção do conflito sobre a autoria do telescópio que começa na cena I e percorre até a cena V que não constam na primeira versão da peça. Galileu, cansado de ministrar um volume enorme de aulas e querendo um tempo maior para se dedicar à pesquisa, pede um aumento de salário à Universidade. A personagem do Procurador da Universidade diz ao cientista que só poderá conceder o aumento em situações em que “vale escudos somente o que rende escudos” (p.30), ou seja, que o aumento do salário de Galileu está, segundo a política da universidade, se as pesquisas de Galileu se reverterem em lucro monetário para o Estado, a ideia da ciência apenas utilitária. Galileu, desesperado pelo dinheiro, sabe via a personagem Ludovico, de uma invenção – um pequeno instrumento chamado de telescópio – que o jovem havia adquirido em sua viagem à Holanda. Vê nesse instrumento uma possibilidade de entregar à universidade uma “nova” invenção e obter o aumento. E o faz, tomando o telescópio como sua invenção. Tempos depois sua trapaça é descoberta, mas Galileu leva na diversão, pois já havia conseguido o seu tão

almejado aumento salarial e até uma nova proposta de emprego em outra universidade. A vilania de Galileu, expressa por Brecht, está na falta de ética do cientista que antes de abjurar ao conhecimento, abjura de sua integridade diante do mundo competitivo e controlado pelo dinheiro. O cientista, o último baluarte da esperança de um mundo controlado por uma razão minimamente sensata, se vendeu por cargos e benefícios individuais e privados.

Brecht, por meio da boca de Galileu, faz-se ali porta voz de uma razão acima de tudo estragada pela ambição sem limites de um intelectual corrompido pelo dinheiro, que abre mão de pensar a razão no sentido moral da palavra em detrimento das escolhas privadas e da vida ordinária, isto é, que pensa em função de sua razão instrumental<sup>19</sup>. O tema da responsabilidade do cientista diante do mundo em que vive fica agudo nessa última versão, talvez como resultante de toda a frustração de Brecht em relação à Ciência, à razão e aos intelectuais que diante do horror nazista se calaram ou que, mesmo quando se opuseram ao totalitarismo, aceitaram participar enquanto cientistas do plano de construção da bomba atômica.

Aqui marco que é interessante notar, com o passar dessas três configurações das versões do texto de “A vida de Galileu”, o afastamento progressivo de Brecht em relação à ciência, concomitante à tomada de posição de grupos importantes de cientistas, mais interessados nas questões de poder e dinheiro do que dedicados a assumir a capacidade de reflexão e responsabilidade científica diante da humanidade. Brecht, com “A vida de Galileu” construído e reconstruído ao longo do século XX, nos mostra sua dimensão de crítica do malfadado projeto moderno da razão, que de teórica passa a instrumental.

Já do lado da crítica literária, o drama “A vida de Galileu” é um texto bem estudado haja vista a importância no texto da temática da ética científica. A crítica ao texto é

---

<sup>19</sup> Vale aqui um esclarecimento maior sobre o termo de razão instrumental que uso e foi cunhado por Theodor Adorno e Max Horkheimer na perspectiva da teoria crítica da Escola de Frankfurt. Adorno e Horkheimer adotam essa perspectiva crítica da razão no pós-guerra quando concluem que o projeto de modernidade do uso da razão falhou ao culminar com o uso da razão para fins de guerra e extermínio nas Guerras Mundiais. Para os pensadores a razão instrumental se diferencia da razão crítica e se configuram como categorias distintas e opostas de análise da racionalidade instalada no século XX. A razão crítica, ligada às ideias iluministas concebe a ciência como uma forma de emancipação humana; já na razão instrumental a ciência passa a ser apenas um instrumento de dominação e opressão da natureza e de outros seres humanos (ADORNO & HORKHEIMER, 1985). Aqui faço o uso desse conceito com a mesma finalidade do uso da razão, ou seja, da Ciência, como instrumento de políticas de opressão e dominação.

extensa e abrange diversas camadas de estudos e interpretações. Porém, tem sido quase unânime nos estudos literários detectar a temática e acompanhar Brecht no raciocínio sobre a responsabilidade do cientista em relação ao conhecimento que produz no mundo em que vivemos. Aqui, tomo a decisão de trazer a visão crítica do texto de Brecht segundo o olhar descentralizado e privilegiado de críticos e críticas localizados fora dos centros de poder apenas do hemisfério norte. Trago a crítica feita por mulheres, mulheres professoras e pesquisadoras de universidades fora do eixo de privilégio e poder, crítico do oriente médio, mulheres em posição ainda de *scholarship* ao texto de Brecht. Vejamos alguns exemplos significativos nesse sentido.

As temporadas de exílio de Brecht não foram infrutíferas. Em ambos os grandes períodos de exílio, tanto na Dinamarca quanto nos EUA, Brecht se reuniu com grupos de cientistas para entender os progressos e a cultura das ciências naturais. A influência desses encontros frutíferos com cientistas foi percebida em estudos sobre as versões obra “A vida de Galileu”. Brecht, de fato, teve a oportunidade de vivenciar na Europa na primeira metade do século XX experiências importantes e de alto impacto na construção do texto “A vida de Galileu”.

O crítico português Augusto J. S. Fitas (1998) puxou esse fio condutor e reconstruiu essa importante passagem da vida de Brecht por meio dos diários escritos. Fitas (1998) nos apresenta em uma análise disponibilizada e publicada após sua versão oral pela ocasião do colóquio internacional Bertold Brecht em Évora de 1998, da convivência de Brecht com a comunidade de físicos importantes envolvidos, na época com questões latentes no desenvolvimento da física nuclear e quântica, cujo desdobramento posterior viria a ser a bomba atômica, a qual seria lançada sobre as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki matando de forma cruel e nunca vista antes pela humanidade milhares de pessoas. Fitas parte dessa análise direta dos diários de Brecht para defender um ponto importante da composição desse texto brechtiano: a importância dos fatos reais em Brecht para a tessitura de uma crítica social através do teatro e da literatura. Vale ressaltar que Fitas não é inédito ao trazer essa questão da percepção da realidade social no texto de Brecht, pois o próprio Brecht, na fundamentação da sua teoria para uma nova abordagem do teatro, distancia-se do teatro catártico e aristotélico, em direção a um teatro de cunho épico e didático que chama o

espectador a não apenas se entregar ao expurgo de emoções, mas a pensar sobre sua situação social e econômica. Porém, a originalidade da pesquisa de Fitas (1998) está em articular, por meio dos diários deixados por Brecht, a maneira como as reuniões com os cientistas, os físicos, influenciou na composição da sua dramaturgia. O interessante é que esses registros beiram um trabalho antropológico brechtiano. E não é de todo exagero aproximar os registros de diário de Brecht a certa maneira antropológica do autor em entender a sociedade. Claro que o trabalho de Fitas (1998) não tem o objetivo de demonstrar os fundamentos antropológicos do dramaturgo, mas apenas de entender as origens das impressões científicas no texto “A vida de Galileu” e como esse conviver de Brecht diretamente com os cientistas impregnou o texto.

Mas como quer que seja, os diários de Brecht, nesse sentido de buscar os fundamentos historiográficos presentes na obra literária do dramaturgo, são de extrema importância para entender o período de composição dos textos brechtianos. Nesse cunho de historiografia, Agenor Bevilaqua Sobrinho (2015), analisando como o documento histórico *Diários de Trabalho* Vol. II (1941-1947) — que cobre o período de exílio do dramaturgo nos EUA age sobre a obra, afirma:

(...) podem fornecer as razões pelas quais as observações do teatro que se praticava no contexto desse país constata as dificuldades e até impedimentos à aceitação da produção das peças do dramaturgo alemão. Ademais, os depoimentos do narrador da *intelligentsia* de esquerda não dogmática no *locus* da pátria do capital são fundamentais para compreendermos este importante período da história (...). (SOBRINHO, 2015)

A proposta de Dawsey (2009) clama por uma possível teoria antropológica da dramaturgia via “Benjamin-Brecht”, ou seja, uma forma de interpretação antropológica que toma emprestada a linguagem da literatura e dramaturgia, para expressar uma visão com embasamento teórico-antropológico da sociedade.

Toda essa ligação de fundo entre Brecht, seus escritos e sua antropologia estão refletidos na crítica realizada sobre a “A vida de Galileu”. O estudo de Fitas (1998) vai nessa direção, evidenciando a importância do real histórico no escrito “A vida de Galileu”. “Brecht, Galileo e os Físicos”, de Fitas (1998) é uma análise estrutural com base nas três

versões da peça escrita por Brecht e que leva a pensar o movimento interpretativo e crítico de Brecht quanto à Ciência.

Fitas (1998) utiliza esse caminho para mostrar, sempre em contraponto com os escritos nos dois volumes de diários de trabalho de Brecht que explicitam os acontecimentos do real, quais eram as discussões de que Brecht participava nos grupos de físicos que frequentava, durante seu primeiro momento de exílio na Dinamarca. Tais discussões estão vinculadas aos acontecimentos que a mídia mundial, em especial a norte americana divulgava acerca do desenvolvimento da bomba atômica, e vão até ao uso dela durante o final da segunda guerra mundial. Para Fitas (1998), em concordância com Norman Roessler (2008), a primeira versão do texto “A vida de Galileu” de 1933 mostra um Galileu heroico, dotado de valores científicos condizentes com uma moral rígida e comprometido com a ciência. A segunda versão da peça, já quando Brecht estava exilado nos Estados Unidos, foi realizada em coautoria com Charles Laughton em 1947 e contém uma reviravolta importante: já sob influência do ataque às cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki, surge uma representação de Galileu transformado agora em cientista distanciado dos valores puramente científicos e arraigado a valores sociais e políticos. Ao voltar para a Alemanha, após ter vivido no solo americano problemas sérios e perseguições por conta de seu envolvimento com o comunismo, Brecht reescreve a peça em sua terceira versão agora sob a forte influência dos dissabores quanto à real importância do intelectual engajado. Segundo Fitas, observa-se então uma guinada radical, apoiada na destruição total da imagem, antes ingênua, do primeiro Galileu enquanto cientista capaz de controlar suas próprias criações. Nesta terceira versão da peça, radical e polêmica, Galileu é um anti-herói, cínico, desestabilizado com suas próprias criações e humano, demasiadamente humano. A tese de Fitas (1998) é que o texto de ficção traz as marcas da capacidade analítica de seu autor, fino observador diante de uma determinada realidade, capaz de certa reflexão que se revela importante na composição do seu texto dramático. É o processo dos bastidores da criação do texto “A vida de Galileu” que o pesquisador Fitas descortina, juntando peças, descritas e vividas pelo próprio autor com os acontecimentos históricos, e fazendo com elas parte dos impulsos criadores para o texto. Essa perspectiva de análise se mostra interessante por não se prender a correlacionar os fatos literários diretamente com um contexto

histórico do qual eles seriam um reflexo verossímil, antes passando pela vivência própria de Brecht enquanto sujeito situado, o que inclui a forma como ele foi subjetivamente afetado pelos acontecimentos adversos, e como sua própria experiência foi se integrando ao projeto de escrever uma biografia da vida “real” de Galileu. Tudo se passa então como se, durante o processo da escrita e construção do personagem Galileu, Brecht estivesse, de certa forma, se materializando no personagem e expondo seus limites, os limites de uma sociedade imersa em uma cultura que o fizesse perder forças diante da tomada de ação. Enquanto a cultura científica ia por um caminho, a figura do cientista, ou o próprio intelectual Brecht surgia deslocado no seio da cultura.

Apesar de apresentar a interligação de fatos históricos importantes por meio de um material potente tal qual os diários deixados por Brecht, a análise de Fitas (1998) não alcança, entretanto, mostrar substancialmente como tais fatos podem ter relação real com a construção da composição literária, isto é, das cenas no texto de Brecht.

Ainda com o objetivo de escavar os documentos históricos para entender a composição do texto “A vida de Galileu”, Kelly Parker em “*The public intellectual and myth of heroic resistance: a critique of Brecht’s post-atomic bomb version of Galileo*” (2018) com base na análise da segunda versão da peça escrita por Brecht, em colaboração assinada com Charles Laughton, escrita em solo norte-americano e altamente influenciada pelo acontecimentos finais e tecnológicos da Segunda Guerra Mundial, insiste na violência do poder de instituições e sistemas que ceifam a autonomia do indivíduo, o intelectual no caso, o qual deveria ou poderia estar em condições de exercer seu poder de tomar decisões e ir contra a autoridade institucionalizada. Ou seja, a análise de Parker (2018) pretende defender o intelectual que está dominado por uma instituição ou sistema e não tem força de lutar sozinho com suas ideias por uma sociedade melhor. Para Parker (2018), Brecht tem uma postura muito parecida com a de um inquisidor que coloca Galileu na tortura ao longo da peça, querendo que ele confesse sua culpa diante do público: “(...) em essência, o dramaturgo desempenha o papel do inquisidor, que interroga os crimes do personagem e exige sua punição para que todos testemunhem”<sup>20</sup> (p.39) (*tradução minha*). De certa forma, o pesquisador tomaria aqui uma posição de

---

<sup>20</sup> “(...) in essence, the playwright performs the role of the inquisitor, who interrogates the character’s crimes and exacts his punishment for all of us to witness”

defesa do personagem, à revelia do dramaturgo. Onde Brecht condena o intelectual submisso às estruturas de poder, Parker critica a dureza de Brecht em relação ao intelectual sem força política.

Parker (2018) não consegue ver Galileu como um vilão, mas como um símbolo, uma vítima da violência de um sistema opressivo, pois “(...) suas ações não são devidas às falhas, mas aos problemas sistemáticos que ainda enfrentamos. Embora os indivíduos compreendam sistemas e instituições, essas formas de poder costumam criar vários obstáculos que impedem as pessoas de levantar sua voz, embora desafiem sua autoridade (...)” (p.40)<sup>21</sup> (*tradução minha*). Parker conclui que é comum na sociedade as pessoas não terem a liberdade de falar abertamente sobre suas decisões, suas posições éticas de forma compreensiva, devido ao sistema opressivo a que estamos submetidos.

A análise de Parker (2018), entretanto, mergulha nos bastidores da composição desse texto de Brecht para mostrar a correlação entre os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial, e a situação vivida por Galileu em seu tempo. Por exemplo, diante das pressões da instituição da igreja, Galileu estava em eminência da tortura e abjurou para não sentir dor física expondo suas limitações como humano. Tal limitação é explorada por Brecht, como apontado por Parker, no sentido de desumanizar Galileu até mesmo na composição do título da segunda versão da peça, em que a “A vida de Galileu” é trocada apenas por “Galileu”. Mas no olhar de Parker (2018), a limitação de Galileu, com medo da dor física da tortura, será um motivo para afirmar que os intelectuais e cientistas norte-americanos não tiveram chance de dizer “não” ao governo norte americano na construção da bomba atômica de destruição em massa. O financiamento das pesquisas, a sobrevivência pessoal, o medo da repreensão e da perseguição nessa época nos EUA eram dramas reais.

O que Parker (2018) quer nos trazer com sua análise é aliviar o peso da crítica severa que Brecht faz aos cientistas do século XX através de sua desconsideração de Galileu. Ao explorar a questão da postura “heroica” da personagem, Parker, de certa forma, tentar humanizar um Galileu desprezado por Brecht, contestando a ideia

---

<sup>21</sup> “(...) his actions are not due to mere shortcomings, but systematic problems which we still face. Even though individuals comprise systems and institutions, those forms of power often create several obstacles that prevent people from raising their voice to challenge their authority (...)”

romântica do poder individual do cientista diante do poder estruturado e opressor, desconstruindo a ideia de um herói individual, já que, para a estudiosa, o cientista sozinho não tem condições de salvar o mundo.

O interessante do conjunto da crítica a esse texto do dramaturgo é a maneira como capta o olhar de Brecht sobre a ciência e o cientista, e a maneira como mostra a análise da ciência do seu tempo por Brecht, baseada na responsabilização do cientista por sua criação, rompendo com o ideal moderno da ciência e, como consequência, com a razão enquanto baluarte do poder.

Thelma Lopes, por sua vez, em “O palco de Brecht e o céu de Galileu: tudo se move: teatro e Ciência na obra de Bertold Brecht” (2002) realizou de modo filosófico um estudo sobre o vínculo do autor alemão com a Ciência, através de uma tentativa de explicar o engajamento do autor pela imersão no universo das Ciências. Um engajamento que para ela vai além de apenas gostar e acreditar na importância da Ciência em sociedade, e que será mais precisamente entendido como forma para Brecht de aderir à estrutura científica enquanto algo aproveitável para a construção de sua nova teoria do teatro, um teatro, portanto, mais científico.

Assim, analisando o texto “Teatro e Ciência” do autor alemão, a pesquisadora nos apresenta primeiro uma análise da visão de Brecht do universo científico. Para Brecht não existe apenas a visão única de uma Ciência, mas há várias Ciências que podem dar contribuições diversas na sociedade. Lopes (2002) destaca algumas dessas vertentes científicas que Brecht considerava como importantes para o conhecimento humano junto às ciências naturais, como a sociologia e a psicologia. Segundo a autora, a primeira, a Sociologia, é a ciência preferida de Brecht, mas toda a apresentação das posições do autor é relevante por indicar novas maneiras de enxergar as ciências no século XX.

Algumas ideias já estavam em efervescência no pensamento intelectual ocidental sobre a Ciência. Alguns anos mais tarde, Thomas Khun (1922-1996), filósofo norte americano, publicaria “A estrutura das revoluções científicas” (1997) afirmando a tese da influência da história e do social nos processos de construção do conhecimento científico. Ou seja, para Khun (1997) o conhecimento científico está respaldado não apenas pela composição de sentenças lógicas e verificáveis - assim como a filosofia da ciência, encabeçada pelas ideias de Karl Popper e dos linguistas da Escola de Viena defendiam

- mas está sustentado também por fatos históricos, sociais e econômicos do tempo em que este conhecimento foi produzido. Além disso, para Khun (1997) a ideia de “paradigma” é central para a realização do progresso científico. Para o autor, a comunidade científica trabalha sempre com a ideia de um saber paradigmático que começa a ser rompido e é substituído por outro paradigma. Porém, pode-se também dizer que todo esse movimento é resultado do embate de teorias e de disputas teóricas dentro do próprio campo científico. Mais tarde, Paul Feyerabend, em “Contra o método” (2011) vai trazer a noção de “anarquismo epistêmico”, afirmando que o movimento de construção de conhecimento é anárquico. Brecht é anterior a essas discussões que aconteceram no âmbito da epistemologia das ciências, no entanto, é claro que o texto de Brecht, deslindado pelo olhar da crítica Thelma Lopes (2002), já trazia essas perspectivas de discussão histórica e social na construção de saberes científicos.

Brecht tenta, principalmente, em sua obra “Pequeno Organon” (1964), igualar a Ciência ao Teatro. Para ele o conhecimento está ligado ao prazer, o qual pode ser distinguido em dois tipos: os prazeres simples, aqueles ligados aos deleites que não o conhecimento, e os prazeres complexos, aqueles deleites ligados ao prazer do conhecimento puro.

A crítica não deixa de relacionar o projeto de uma dramaturgia e de um teatro científico de Brecht em a “Vida de Galileu”. Outro ponto nevrálgico da relação entre Brecht, sua obra e a Ciência estão em sua ligação com a própria história do cientista Galileu, conforme sugere Lopes (2002). De fato, a identificação de Brecht com Galileu, como não deixa de afirmar Lopes, deve-se ao experimentalismo revolucionário do pisano e à sua decisão de afastar-se da ciência aristotélica, ilustrada na época por seu contemporâneo Francis Bacon.

A partir desta ideia, a pesquisadora amplia a análise, correlacionando a Ciência de Galileu, prioritariamente experimental, na qual uma teoria precisa ser correlacionada à experiência e não pautada por verdades prontas, com a prática de Brecht na forma de construir teatro. Veja-se o próprio exemplo do caráter experimental do texto “A vida de Galileu”, que levou anos para ser construído, tomando três versões de acordo com a experiência do dramaturgo com a sua realidade.

Outros aspectos relevantes da peça também já foram analisados pela crítica de Thelma Lopes (2002): a ideia de pluralidade de saberes, e em especial, a relação da ciência com a psicologia e com a sociologia. Para a pesquisadora, Brecht não rejeitou totalmente a psicologia como uma forma científica de entendimento do ser humano. Mesmo que a psicologia tenha mais interesse pelo individual do que pelo coletivo, a rejeição de Brecht à psicologia não foi total, na medida em que considerava a psicologia importante no desenvolvimento do trabalho do ator para que ele pudesse entender a situação psicológica da personagem que estava encenando. Quanto à Sociologia, enquanto crítico feroz do sistema capitalista, e expectador da ascensão da sociologia como uma forma científica, Brecht, como nos mostra a autora, tinha verdadeira admiração por essa ciência como possibilidade de entendimento da sociedade.

Diálogos com outras vertentes do pensamento da Ciência foram observados na obra de Brecht. Ainda na busca de influência do pensamento científico na obra de Brecht que o levaria a pensar a responsabilidade do cientista na sociedade, Maria de Fátima Gil, em 2003, analisou a obra com o objetivo de exemplificar o afastamento do autor em relação às estéticas convencionais em seu teatro inovador, fazendo-o um grande laboratório científico. Nisso, inclusive, estaria a admiração de Brecht por Galileu, cujo lugar na ciência moderna é analogicamente próximo ao do próprio Brecht em relação ao modelo dramático aristotélico.

Para Gil (2003), segundo Brecht, o teatro é um instrumento ideológico, e as premissas do teatro épico foram adotadas como maneira de narrar uma história e por esse modo proporcionar ao espectador o efeito do distanciamento. Adepto da teoria marxista, Brecht incorporou ao teatro, como profundo observador que foi, os problemas latentes da sociedade, acreditando que dessa forma poderia compor um teatro pedagógico em que uma classe trabalhadora fortalecida pudesse, sob o efeito do distanciamento produzido pela estética do teatro épico, tomar consciência da realidade que está à sua volta.

Homem do século XX, era científica que tornava possível pensar dessa forma, Brecht acreditava na construção de uma aproximação entre dramaturgia e ciência. Segundo Gil (2003), “A importância que a ciência adquiria para Brecht se revelava desde logo na intenção de criar um ‘teatro da era científica’, como ele próprio também chamava

o teatro épico”. A aproximação de Brecht era tamanha com a ciência que ele pensava que o teatro poderia ser uma espécie de laboratório: “o teatro-laboratório, em que as formas de comportamento social seriam submetidas a um exame crítico, científico”. Gil (2003) argumenta que o próprio personagem Galileu de Brecht não é uma construção biográfica do cientista italiano, mas um ponto importante de reflexão sobre a articulação entre ciência, poder político e sociedade, ou seja, uma interpretação de Brecht sobre a cultura científica.

Afirma Gil:

“(...) a dramaturgia brechtiana vai buscar à ciência moderna a dúvida e a experimentação como princípios de conhecimento; cultiva o espectador o mesmo olhar distanciado e crítico, estranhante, com que o cientista observa os fenômenos da natureza; afirma o primado da racionalidade na apreciação do que é mostrado em palco (embora isso não signifique que se suprimam as emoções); elabora, por fim, tal como as ciências, um modelo de realidade, com o intuito de descobrir normas gerais e permitir que essa realidade seja dominada e modificada (...)” (GIL, 2003)

Dadas as características da construção do personagem, a estudiosa chegará a mencionar o ceticismo de Brecht em relação ao progresso das ciências, expressão na qual se incluem não só o fenômeno de acúmulo de conhecimento, a substituição de paradigma, como também a ideia de responsabilidade do cientista. Trata-se de uma questão relevante, que Gil (2003) analisa através das variações entre as três versões de Galileu, que evidenciam uma trajetória que vai do contribuinte positivo ao anti-herói.

Visto pelo ângulo de sua liberdade, é na terceira versão que Galileu se turva de ambiguidade, quando Brecht já havia tido a experiência da segunda guerra mundial:

“(...) por essa altura a relação ciência/poder político e a problemática da liberdade do cientista tornavam-se questões de domínio público, especialmente através dos casos judiciais: em 1950 começava o julgamento de Julius e Ethel Rosenberg, acusados de espionagem atômica para a União soviética e executados três anos mais tarde; em 1954 tinha o lugar o processo contra J. Robert Oppenheimer, o pai da bomba atômica. (GIL, 2003).

A crítica portuguesa vai além, identificando no terceiro cientista certa produção que está sob o signo do “traidor social”. Em conclusão, para Gil (2003), Brecht supera na peça o “tremendo lugar comum” da antinomia entre ciência e arte. Trabalha com uma realidade séria e sufocante de maneira didática, pedagógica, lúdica e inteligente e representa a condição de vida de um sujeito social, o cientista, de maneira que coloca a reflexão sobre os limites da razão.

A ideologia enquanto sustentáculo da Ciência, mesmo quando está a serviço de uma classe social, não escapou ao olhar crítico sobre “A vida de Galileu”. Quem levantou esse ponto foi Ihsan Alwan Muhsin em 2014, o qual afirmou que o Galileu composto por Brecht, dentro da perspectiva de Althusser seria o modelo da crítica de Brecht da ideologia burguesa. Para o crítico, o Galileu de Brecht é o retrato da burguesia do século XX que começou a existir na época de Galileu, às portas da revolução científica, na fase do pré-capitalismo.

Althusser faz de Brecht, de fato, um grande revolucionário marxista do século XX que usa o teatro como arma contra o capitalismo e a ideologia burguesa. Muhsin (2014) lembra que assim como Brecht, Althusser acredita que o sistema educacional, a vida cultural, o teatro e as artes em geral podem sempre servir de palco contra a dominância da ideologia do capitalismo. Na linha althusseriana, Muhsin (2014) argumenta que a ideologia moderna burguesa, centrada na ideia de liberdade do indivíduo livre de verdades religiosas, capaz de fazer escolhas racionais e tomar decisões, corrobora ideias de um pré-capitalismo.

O tema total característico da própria proposta do teatro de Brecht é ir contra um teatro que repetisse a não participação do público. Porque o teatro de Brecht é contra a ideologia burguesa, coloca o público em cena. Para o crítico, em todo o texto “A vida de Galileu” Brecht defende a tese do anti-herói burguês e realiza, portanto, a representação da falha da ideologia burguesa como “estilo de vida”. Nesta perspectiva, é lógico que para Muhsin (2014), Brecht tenha removido completamente de Galileu a ideia de um herói revolucionário e o tenha transformado em um homem comum, cheio de desejos, de prazeres e perdido, mostrando com isso a essência da ideologia burguesa encarnada em Galileu.

Em conclusão, esses textos críticos da obra “A vida de Galileu” concordam em apontar, junto com Brecht, a responsabilidade do cientista diante do conhecimento produzido. O que capto, além desse voo geral dos críticos, é o ponto pouco explorado por eles e elas, pesquisadores e pesquisadoras, da não neutralidade científica na construção de conhecimento na Ciência, em especial nas ciências naturais, ou seja, a ideia de que os valores subjetivos, eles mesmos envolvidos nos processos de conhecimento científico, estão intimamente ligados com a responsabilidade do cientista. Interessa-me indagar sobre a condição de vida do trabalhador da Ciência, condição essa que pode jogá-lo em um dilema ético importante entre a vida privada e o compromisso com a vida pública, sobretudo se pensamos na situação limite de um governo autoritário ou de condições questionáveis de trabalho e opressão. Ou seja, minha investigação supõe questionar: quem é esse corpo que produz conhecimento?

Antes mesmo de partir para a análise do fenômeno de produção de conhecimento não isento de questões subjetivas, uma produção feita por corpos bem delimitados, cabe a pergunta: o que é, então, a neutralidade científica?

### ***Existe Ciência isenta de valores?***

É comum o pensamento de que a Ciência é uma atividade objetiva, isto é, distante de valores subjetivos, o que também pode significar que um conhecimento, ao chegar pronto para a sociedade, é intencionalmente produzido sem levar em conta valores políticos, sociais e econômicos relevantes. Essa crença vem da sociedade em geral, e de algumas repartições da própria área científica, que desconhecem, ou ignoram, os processos e dinâmicas da construção de saberes na cultura científica. Ou até mesmo dos próprios operantes do pensamento filosófico e científico ao tentarem estabelecer partições com a intenção de neutralizar qualquer interferência exterior na produção interna dos saberes. Nas ciências naturais, por exemplo física, química e biologia, essa ideia ainda é muito mais impregnada e é nesse campo que situarei a discussão.

Esse pensamento não é recente. O afastamento do pensar a Ciência enquanto se faz a prática científica é histórico e começa na própria ideia de modernidade, na separação entre Filosofia e Ciência, quando esta última se torna o modelo da

racionalidade e um braço importante do capitalismo, na cooperação entre Ciência e progresso tecnológico. A ideologia da Ciência objetiva e neutra é interessante ao capitalismo, pois aliena a sociedade do que é produzido e oferecido à própria sociedade (OLIVEIRA, 2008). Esse amálgama pouco compreendido pela sociedade tem como base uma questão importante e cara à cultura científica, que é a existência de uma Ciência neutra de valores políticos, sociais e econômicos na hora das tomadas de decisões, no engajamento, na avaliação e na comunicação de saberes científicos. A neutralidade é uma discussão cara à cultura científica porque fatalmente esbarra em outra vertente preciosa na Ciência que é a objetividade, definida como prática clara em separar o sujeito do objeto de estudo, princípio básico da construção epistemológica da própria Ciência moderna definida como imparcialidade. Pensadores e pensadoras importantes na epistemologia das Ciências se debruçaram nos últimos anos para entender e expressar essa questão.

Para um cientista tradicional e alienado de que está imerso em uma cultura com dimensão política, social e econômica, inserido também em um sistema formando o mundo ocidental, a objetividade científica, enquanto prática epistêmica do produzir conhecimento protege os saberes da interferência da subjetividade mundana e confere uma imparcialidade científica no âmbito das deliberações entre esse ou aquele rumo temático na investigação científica. O que se esquece e se aliena, quase conscientemente, é o entendimento de que construção de uma cultura passa pela atividade do sujeito, no caso, do cientista detentor de história e dos valores através dos quais ele está intimamente ligado ao objeto eleito na investigação. Não apenas isso: o sujeito cientista é um corpo ligado historicamente, socialmente, politicamente, economicamente, e, também psiquicamente, à cultura. A construção do conhecimento nas Ciências é um amálgama constituído por valores cognitivos, sociais e de interesses pessoais. A questão é polêmica, mas nevrálgica na dinâmica das culturas científicas, e por isso mesmo passa por discussões discordantes entre várias linhas de pensamentos.

É importante apresentar um panorama do epicentro na discussão científica, em especial nas ciências naturais. Para tanto, recorro aos clássicos e didáticos, referências na discussão do tema, como o texto de Alan Chalmers, “O que é a Ciência, afinal?” (1993), Hugh Lacey (2003, 2008a, b & 2011), e Helen Logino (2017). Para discutir a

influência da explosão da discussão sobre a política na neutralidade na Ciência, trago Herbert Marcuse em “A responsabilidade do cientista” (1967). Já a aplicação da neutralidade ou não neutralidade na Ciência é discutida por Leslei Stevenson em seu artigo “*Is scientific research value-neutral?*” (1989). Entretanto, essa responsabilidade do cientista não deve ser encarada apenas pelo prisma das relações entre o cientista e as esferas sociais e coletivas. Donna Haraway (2009) traz à baila a discussão mais radical da não neutralidade da Ciência pela localização de um corpo histórico e social.

Chalmers (1993) traz de forma clara a questão do que é o objetivismo na Ciência. Chalmers faz a distinção entre objetivismo e individualismo para explicar o conceito de objetivismo. Para o autor, o objetivismo é uma posição do sujeito constituído por premissas, proposições ou teorias complexas que exigem a neutralização das crenças dos indivíduos, como se o arcabouço de saberes e conhecimentos estivesse distante a ponto de não estar contaminado por crenças dos sujeitos. O autor então acrescenta que o objetivismo se opõe ao individualismo, no qual as crenças dos indivíduos estão em conflito com o conhecimento colocado e construído pela consciência subjetiva capaz de pôr entre parênteses suas vivências empíricas.

O autor começa a explicar o que é o individualismo de uma forma interessante. Traz logo uma definição de que o individualismo é um conjunto de crenças e saberes que habitam apenas o universo do indivíduo concebido monadicamente, e neste sentido, trata-se de um conjunto que não se pode partilhar. Um exemplo utilizado pelo autor é quando alguém diz: “(...) eu conheço a data em que escrevi esse parágrafo específico, mas você não conhece (...)” (CHALMERS, 1993, p.150). Tal uso do verbo conhecer denota algo que está apenas dentro de crenças individuais, e talvez inacessíveis a outros indivíduos. Inversamente, a enunciação das leis da física newtoniana, as quais são discursos, ou seja, leis da física que estão compartilhadas com outros indivíduos e que podem ser verificadas com provas apropriadas, denota outro campo para a palavra conhecer. Dessa forma, o autor conclui que o conhecimento, tal como a ciência lida com ele, é feito de um conjunto de proposições que podem ser verificadas e provadas no compartilhamento com vários indivíduos simultaneamente. Chalmers (1993) completa seu argumento de que o conhecimento, se for considerado como forma individualista, é o retorno ao discurso em Platão acerca da *doxa*, da mera opinião.

O contraponto utilizado por Chalmers (1993) para apresentar o objetivismo como forma de saber das ciências naturais mobiliza o argumento de que o indivíduo já nasce em um mundo constituído repleto de conhecimentos. Alguém que tenha pretensões científicas, um físico por exemplo, terá o imenso trabalho de colocar-se a par de todo o universo de conhecimentos já formulado até aquele momento, terá que estudar, entender e propor algo que possa ser compartilhado com os demais sujeitos, como nova forma de conhecimento. Esse movimento, em constante diálogo com as proposições e teorias já colocadas em questão, está em oposição ao individualismo que considera teorias e proposições como fenômenos que brotam como cogumelos, sem qualquer interação ou diálogo com o já proposto por outrem na escala da história dos saberes. Ou seja "(...) o objetivista dá propriedade, em sua análise do conhecimento, às características dos itens ou corpos de conhecimento com que se confrontam os indivíduos, independentemente das atitudes, crenças ou outros estados subjetivos daqueles indivíduos. Falando de forma imprecisa, o conhecimento é tratado como algo exterior, antes que interior, às mentes ou cérebros dos indivíduos" (CHALMERS, 1993, p.153).

Reforçando o objetivismo como o cerne da Ciência, Chalmers nos lembra que um ponto a favor do objetivismo é o fato de que o conhecimento ou as teorias propostas por algum cientista, podem não ser controlados pelo próprio cientista e ter consequências que ele não previa. Essa briga entre teorias e proposições é importante no crescimento do conhecimento científico e é ainda mais um critério de exteriorização em contraponto à interiorização de verdades apenas pelo indivíduo.

Chalmers define na Ciência algo como uma prática social. A imagem que o autor mobiliza para falar sobre a ciência como uma prática social é a da construção de uma catedral como "resultado do trabalho combinado de um certo número de indivíduos, cada qual aplicando habilidades especializadas" (CHALMERS, 1993, p. 157), em que o conhecimento científico é algo complexo realizado a partir do empreendimento de vários indivíduos com uma interação especial com o mundo da natureza.

O autor nos traz como exemplo valioso o impacto de Galileu Galilei na física desenvolvida na idade moderna. Toda a Física desenvolvida por Galileu foi baseada em experimentos. Aliás, Galileu é o primeiro cientista que coloca habilidades técnicas e manuais a serviço da construção de modelos experimentais, enquanto ferramentas e

situações artificiais que possam simular a realidade. Essa destreza é dependente das habilidades e técnicas aprendidas pelos cientistas. Porém, ela precisa ser forte o suficiente e ser reproduzível por outro cientista para que ela possa ser validada, visto que, de outro lado, outro cientista com habilidades e destrezas similares desenvolvidas, pode realizar o mesmo experimento e obter (ou não) resultados similares, comprovando (ou não) as premissas e teorias colocadas e publicadas por seus pares. O que Chalmers (1993) quer nos sugerir com esse valioso exemplo é que um conceito científico materializado, por exemplo, o conceito de luz como uma onda partícula ou qualquer outro conhecimento científico que poderíamos mobilizar, é aceito e construído como uma prática social científica. Ou seja, a prática compartilhada de realizar experimentos entre os cientistas é uma prática social que engaja ao objetivismo. De um lado há um cientista que desenvolve uma técnica artificial para apresentar uma verdade científica e de outro há outro cientista que irá reproduzir a mesma técnica. Ou seja, o conhecimento gerado dessa performance das técnicas é validado, dentro da prática social das ciências, como conhecimento estabelecido e verdadeiro. Esse movimento é bastante importante dentro do campo das ciências naturais. Por outro lado, é bem questionado dentro do contexto de outras formas de construção de conhecimentos em outras áreas como a sociologia, por exemplo, no âmbito da qual é legítimo questionar se uma dada situação social é reproduzível em outros contextos civilizatórios ou não.

Chalmers (1993) também observa que a partir da Física de Galileu há a incorporação da matemática aos fenômenos naturais. Galileu incorpora a matemática à descrição da natureza, o que ajuda nesse processo de validação e reconhecimento dos saberes, afinal, a matemática, em casamento com a lógica, pode friamente ser utilizada para geometrizar o mundo: "(...) uma caracterização objetivista da física em algum estágio de seu desenvolvimento incluirá, então, uma especificação das proposições teóricas disponíveis para os cientistas individuais e as técnicas experimentais e matemáticas disponíveis para seu trabalho" (CHALMERS, 1993, p.159).

O objetivismo tenta proteger a fabricação de conhecimento científico e isentá-lo de valores subjetivos do mundo e de certa maneira aos olhos mais ingênuos protege a discussão de uma ciência dos valores subjetivos. Um saber científico, produzido por uma maneira de cultura humana pode ser neutro de decisões subjetivas?

Assim entramos em outro terreno, bem arenoso, que é o da existência ou não da neutralidade científica na construção de conhecimento.

Muito já se discutiu sobre a neutralidade na Ciência. Para os cientistas mais próximos das ciências naturais e agarrados ao valor absoluto da Ciência, ela é uma instituição neutra de valores subjetivos. Para aqueles mais críticos e mais aproximados da história e da filosofia das ciências e que não negam o diálogo com outras áreas, por exemplo com as humanidades, a Ciência não é neutra e está impregnada de decisões tendentes a valores morais e éticos vigentes; valores políticos do momento e decisões que atendem uma ou outra vertente política. Assim, o debate sobre não neutralidade na Ciência é mais polêmico, pois enquanto o objetivismo é tomado pelo cientista como ferramenta primeira para nortear o trabalho e acaba por cegá-lo para as interferências políticas e sociais à volta do seu mundo limitado do laboratório, a não neutralidade deixa transparecer que as decisões do âmbito político estão ali juntos aos tubos de ensaio.

Hugh Lacey (2003, 2008a, b) organiza em forma de projeto de discussão a questão da neutralidade nas Ciências. Para o pensador, as práticas científicas podem ser divididas em dois blocos independentes: algumas respondem aos interesses cognitivos, ou seja, epistêmicos, e outras estão relacionadas às práticas sociais e éticas na Ciência. Lacey reconhece que ambas as práticas, em alguns momentos, podem se relacionar e em algumas instâncias podem uma estar presente na outra. Entretanto, o filósofo defende que são categorias distintas de análise, visto que, "(...) valores cognitivos são distintos de valores sociais, éticos e de outros tipos, e os critérios de sua identificação não dependem de compromissos com valores não-cognitivos" (LACEY, 2003). É aos valores não-cognitivos que se nega um papel na apreciação teórica e nas decisões metodológicas fundamentais (LACEY, 2008a, b). Ou seja, valores subjetivos não teriam força o suficiente para interferir na construção de conhecimento científico.

Indo nesse sentido Lacey entra, propositalmente, em rota de colisão com a proposta de discussão de Helen Longino (2017) sobre a não neutralidade da Ciências. Longino, aderindo ao pensamento de um feminismo epistemológico que procura mostrar como as relações sociais (de gênero) podem moldar vários aspectos de produção e difusão do conhecimento, epistemológicos e também ético-pragmáticos, propõe "desmantelar (eliminar, finalizar) a opressão e a subordinação das mulheres" (LONGINO,

2017, p. 48, *apud*, FARIA, 2017). Isso traz como consequência, que para Longino, não há uma separação tão categórica entre práticas cognitivas e práticas sociais na Ciência, mas para ela o conhecimento científico é uma consequência das inter-relações entre essas práticas. Ainda no pensamento de Longino, essas práticas estão relacionadas às práticas coletivas e não individuais do cientista. Nesse sentido, a crítica de Longino choca-se com o pensamento de Thomas Khun.

Faria (2017) resume a relação de conflito entre a proposta de Khun (1997) e Longino. Em princípio é fácil de perceber que ambos partem de certo comum acordo de que a produção de conhecimento em Ciência tem imbricações históricas e sociais. Porém, como nos traz Faria (2017), Khun tenta responder aos críticos que o acusam de defender uma não racionalidade nas práticas científicas, por exemplo, na escolha das teorias. Dessa forma, para responder aos críticos, Khun (1997) elaborou uma lista com cinco valores com base em como os cientistas escolhem uma teoria científica, à distância de valores sociais e com afinidades aos valores cognitivos, ou seja, isentos de subjetividade e relativismo: i) precisão; ii) consistência (interna e externa); iii) abrangência; iv) simplicidade; e v) fecundidade.

Longino não aceita a proposta racionalista de Khun e rebate. Segundo nos traz Faria (2017), a questão central da crítica de Longino à teoria khuniana é a relação causal e direta entre evidência e hipótese. Para a pensadora, entre a formulação de uma hipótese e a construção de uma evidência científica, ou que dados empíricos podem fornecer hipóteses distintas, há um espaço importante de atuação em que as práticas sociais da Ciência podem estar envolvidas. Para ela, os valores cognitivos, dependendo do contexto sociopolítico, podem levar ao julgamento de verdades relevantes para aquela comunidade científica em específico. Assim, Longino (2017) propõe a sua lista: “i) a novidade; ii) a heterogeneidade; iii) a complexibilidade ou mutualidade da interação; iv) a aplicabilidade às necessidades humanas correntes e v) descentralização do poder ou o empoderamento universal”. Com essa subversão das categorias de Khun, Longino se aproxima de uma racionalidade científica democrática e em uma perspectiva pluralista como a do anarquismo epistêmico em Paul Feyerabend (2016). O importante dessa análise de Longino é reforçar os valores humanos em Ciências.

Nessa celeuma, quem colocou o dedo com mais força na ferida aberta da não neutralidade da Ciência em meados do século XX foi o filósofo Herbert Marcuse (1898-1979), não como epistemologista, mas como um crítico ferrenho da sociedade. Filiado à Escola de Frankfurt de pensamento, com uma tendência crítica poderosa, enxerga a problemática da neutralidade para além do tecnicismo da discussão, colocando a ética e a política como fortes motores das decisões quanto ao rumo da Ciência.

Em um breve artigo, fruto de uma conferência, mas já uma síntese do que havia discutido em sua obra "*One-dimensional man*" (1964), em que realizou uma crítica da ideologia da sociedade industrial, Marcuse sintetiza um dos seus pontos de análise e crítica da Ciência no século XX na fase industrializada do capitalismo. Nesse artigo, intitulado "A responsabilidade da ciência" (1967), Marcuse traz e defende a principal síntese da sua crítica sobre a ciência, em especial, aos cientistas: a impossibilidade de neutralidade da ciência. O interessante dessa defesa não está no sentido técnico, mas na perspectiva do pensamento da Ciência, enquanto criação e construção cultural humana, e na crítica quanto a ela ser isenta de valores humanos.

Marcuse (1967) começa sua defesa de forma polêmica. Coloca que o cientista é, sim, o grande responsável pelas consequências dos usos sociais da Ciência. O argumento de Marcuse não está dependente das normas morais, do ponto de vista religioso ou humanista, mas pauta-se pela estrutura interna, pelo *telos* da ciência, e trata do lugar e da função social que a ciência ocupa na sociedade contemporânea. Marcuse não separa razões científicas em dois campos distintos, mas defende que "elas são essencialmente inter-relacionadas, e nessa inter-relação, determinam o rumo do progresso científico (e sua regressão!)" e continua: "(...) não existem dois mundos: o mundo da ciência e o mundo da política (e sua ética), o reino da teoria pura e o reino da prática impura – existe apenas o mundo no qual a ciência, a política e a ética, a teoria e a prática estão inerentemente ligadas" (MARCUSE, 1967). E, novamente, aqui é o ponto importante da originalidade da perspectiva marcusiana da Ciência. Diferente de outros autores, por exemplo Hugh Lacey, que estudará a lógica pura e interna da Ciência como maneira de construção de saber, Marcuse explicita que o conhecimento é fruto da mistura de ética, de política e de técnica.

Marcuse não se atém em apenas destacar que o cientista tenha responsabilidades, e talvez apontando por já enxergar o cientista como o operário do saber, mas analisa como o cientista está responsável concretamente por esse conhecimento em sociedade. Para isso, levanta um ponto interessante e perverso sobre a figura do cientista. O cientista é um sujeito que está, por meio de um desejo difuso, comprometido com a curiosidade e é levado por um desejo “puro” de curiosidade. O que o cientista, nas palavras de Marcuse (1967), deseja é apenas a descoberta por meio dos experimentos para chegar a uma verdade. Essa motivação “pura” é legítima, segundo a visão do filósofo, e deve de alguma maneira ser preservada. Porém, há outro aspecto fundamental da curiosidade pura, relativo à publicidade desses resultados. Os resultados da curiosidade “pura” desse cientista, uma vez publicados, viram um produto com aquisição de um “valor social”, com características que podem ser progressivas ou regressivas à sociedade, pois nem todo o conhecimento produzido pode resultar em uma noção de “avanço” humano e social, pois pode significar também um “retrocesso” monumental em sociedade. Vale lembrar a ligação fantasmagórica entre as descobertas de Albert Einstein sobre matéria e energia em nível atômico e as centenas de mortes causadas pelo lançamento, anos mais tarde, das bombas atômicas nas cidades japonesas no final da segunda grande guerra. Mas assim, Marcuse (1967) continua sustentando o argumento de que no mundo ideal o cientista não tem controle desse conhecimento que ele produziu, visto que um cientista que trabalha em um gabinete ou laboratório não tem o absoluto controle dos rumos que aquele conhecimento levantado e construído pode tomar diante da sociedade. Pois a partir da era moderna, com o advento do capitalismo, a Ciência sofre certa fragmentação em uma Ciência “pura” ou Ciência “aplicada”. Essa dicotomia é fruto da própria ciência fundada por Galileu Galilei com seus inventos transformados em maquinarias utilitárias nas cidades italianas. O que Marcuse afirma é que esse conhecimento produzido pelos cientistas, nas mãos de engenheiros, homens especializados em transpor esse conhecimento básico em aplicação técnica, torna estes engenheiros os responsáveis pela construção e aplicação desses conhecimentos. Quando esse conhecimento transformado em uma grande técnica para a sociedade é adotado por governantes e processos políticos, simplesmente o cientista não é responsabilizado por essa questão. Marcuse (1967), ao mesmo tempo que entrega

o cientista ao julgamento social como o único responsável pelos males causados pelo possível mal-uso do saber em sociedade, salva o cientista tentando responsabilizar estruturas maiores. O que de certa forma não deixa de ser correto, pois ao reconhecer o cientista como um operário da construção do saber submetido, ao vender sua força de trabalho, ao Estado ou à iniciativa privada reconhece que esse operário, a partir de uma determinada instância da criação e de desenvolvimento do conhecimento, se aliena da sua participação naquele produto que foi gerado.

O filósofo agudiza a questão ainda. Se o argumento levantado, da neutralidade da ciência, fosse verdadeiro e palpável no nível do real, o cientista não poderia ser responsável por aquilo que cria. Logo, Marcuse nos traz o contraponto desse argumento, defendendo que o cientista é sim responsável por aquilo que cria, e pelo espraiamento social que a consequência da aplicação desse conhecimento toma no palco na sociedade. “O desenvolvimento teórico da ciência é assim enviesado em uma direção política específica, e a noção de pureza teórica e neutralidade moral é assim invalidada” (MARCUSE, 1967)

Marcuse dá dois exemplos importantes para ilustrar seu argumento. O primeiro é o montante, naquele ano, de 1,3 bilhões de dólares de aporte financeiro que o governo federal dos EUA injetou na ciência (dados do New York Times, de 11 de maio de 1966). O que naquele ano representou dois terços do total de gastos nas instituições de pesquisa. Isso quer dizer que há uma predominância de temas governamentais que direcionam os tipos de pesquisa que devem ser realizadas no espaço das universidades, uma vez que grande parte do valor monetário é estatal. O segundo exemplo discute essa mesma monetarização do investimento em pesquisa, mencionando o senador Fulbright, quando da conferência “*The university in America*”, Santa Barbara Center [maio de 1966]. Este último colocou em suspeita a influência do montante de verba aplicada pelo governo, que pode direcionar as pesquisas para uma determinada corrente, por exemplo, a virada de uma psicologia mais behaviorista nas sociedades humanas em detrimento das abordagens mais tradicionais de pesquisa em psicologia. O que Marcuse (1967) conclui, com esses dois exemplos simples e palpáveis, é que “a pretensa neutralidade da ciência e a indiferença quanto aos valores, das quais ela se gaba, na verdade promovem o poder

de forças externas sobre o desenvolvimento científico interno” (MARCUSE, 1967) Essa afirmação forte de Marcuse confirma sua tese da não neutralidade na ciência.

Marcuse (1967) discute a tese dos mecanismos internos de regulação de erros contra fraudes da ciência, dizendo que sua preocupação não está ligada à possibilidade de fraudes e sim a objetivos científicos perfeitamente legítimos. Aos cientistas são dados problemas científicos puros e legítimos, que podem passar por mecanismos de correção de erros e construção de saberes válidos. Porém, essas mesmas questões de ciência pura também têm impactos na manutenção ou destruição de vidas humanas onde mecanismos de autocorreção não são possíveis de detectar e consertar. Ou seja, o cientista mesmo provido dessa capacidade de executar os mecanismos de autocorreção da construção do conhecimento é incapaz de realizá-las, pois não tem essa ligação com as questões sociais.

É nesse ponto que a crítica de Marcuse (1967) se torna ainda mais aguda e ácida. Como a Ciência, isto é, os cientistas, estão agarrados a valores puritanos, aqueles já discutidos anteriormente relacionados à objetividade cega, ela, a Ciência, se torna impura porque está agarrada a uma neutralidade inexistente, a sua própria “indiferença aos valores e à vida humana”. Ou seja, afastar-se da ideia que a produção interna do conhecimento da ciência está vinculada aos valores sociais torna a “ciência cega” em relação a existência humana.

Tal crítica marcusiana levanta a questão de como o progresso pode na verdade tornar-se um retrocesso, ou como colocado diretamente por Marcuse (1967), “qual a relação entre progresso e destruição?”. O progresso pode ser destrutivo no bom sentido, segundo Marcuse, por exemplo, quando na era moderna, a ciência se levanta como forma de combate à falta de liberdade expressão, suplantando o pensamento medieval. Mas por outro lado, quando a ciência ganha liberdade e espaço, acaba se aliando com as forças repreensivas que ameaçam a autonomia humana e podam a existência livre e racional humana.

A proposta, em primeira linha, de cunho utópico pensa numa reconfiguração da sociedade na qual as necessidades individuais sejam, basicamente, replantadas por necessidades coletivas e para o bem comum. Ou seja, pensa uma reconfiguração das

necessidades do homem. Esta crítica está explícita no “*One-dimensional man*” (1964), em que Marcuse denuncia a incorporação das tecnologias a uma vida humana.

Pessimista quando situa historicamente a questão, Marcuse não localiza como o cientista possa contribuir com tal mudança, pois está intimamente ligado, como um trabalhador do conhecimento, à lógica da produção do saber. O cientista, para Marcuse: “já não é o pesquisador dissociado e isolado, mas se tornou o esteio de políticas e das instituições estabelecidas” (MARCUSE, 1967). E continua: “na medida em que a ciência é parte da base da sociedade ela se torna um poder material, uma forma política e econômica, e todo cientista individual é uma parte desse poder. Assim, como o cientista depende do governo e da indústria para o financiamento da sua pesquisa, também o governo e a indústria dependem do cientista” (MARCUSE, 1967).

Para Marcuse (1967) o cientista solitário é impotente contra essa força social estabelecida, visto que pode perder financiamentos e apoios para continuar seus estudos. Ele sempre pode se recusar a emprestar sua intelectualidade e sua força de trabalho, porém pode também sofrer perseguições. É um risco que o cientista deve correr, e mesmo que possa mobilizar outros nessa direção, será a princípio solitário nessa recusa negativa. Marcuse ainda nos lembra que a efetivação dessa recusa, enquanto pioneirismo, pode gerar pontos positivos. E a história está cheia de exemplos dessa natureza, não esqueçamos de Galileu Galilei, o sujeito histórico que sentiu o calor da fogueira da inquisição.

Ocorre uma ruptura a partir da ciência moderna quando os progressos tecnológicos que deveriam ser pensados para a manutenção do bem-estar da vida humana e da natureza são pensados de forma separada, deslegitimando o verdadeiro *telos* científico como razão interna da ciência enquanto campo cultural e criação humana de uma existência livre e racional. “o abandono é equivalente à ruptura entre razão e ciência”, Marcuse (1967) já o levantara.

Sem sombra de dúvidas um dos espectros da influência do pensamento de Marcuse vai tocar em Hugh Lacey (2011), uma das maiores autoridades na discussão sobre neutralidade e não neutralidade na Ciência, o qual, com uma reflexão original, nos ajuda a pensar a neutralidade na ciência por meio do conceito de imparcialidade em contraponto à responsabilidade dos cientistas.

A primeira originalidade de Lacey está em expor as diferenças entre o que é aceitação e endossamento de hipóteses e teorias científicas. Ele mostra também como esses dois conceitos estão articulados com a imparcialidade. Para Lacey (2011), ambos os conceitos estão no campo da lógica. A aceitação de uma determinada hipótese ou teoria seria a capacidade de julgar que uma teoria ou hipótese, dentro do arcabouço do conhecimento científico já estabelecido, dispensa demais investigações científicas, pois já está se tratando de um conhecimento estabelecido. O endossamento é quando teorias ou hipóteses científicas podem ser legitimadas provisoriamente até o momento em que mais evidências possam ser levantadas e sejam relevantes para que determinada hipótese ou teoria possa ser aceita.

Aceitação e endossamento de hipóteses e teorias são dois caminhos, distintos e independentes, que podem ser utilizados por um cientista, ou um grupo de cientistas em situação de institutos de pesquisa ou universidade para a tomada de decisões quanto ao fato de saber se um saber científico pode ser levado à sociedade. Estas definições de Lacey são cruciais para ajudar a pôr de lado o conceito de imparcialidade, quando decisões políticas ou de cunho privado não podem ser alocadas dentro do campo do conhecimento. Para Lacey (2011), a imparcialidade é possível dentro do campo da aceitação, cuja dinâmica interna permite que nasça a imparcialidade na construção do saber. Entretanto, do lado do endossamento, ainda carente de evidências suficientes para aquele conhecimento, decisões políticas podem levar à exposição de conhecimentos ainda não sedimentados ou amadurecidos para a sociedade e ao mal-uso desse saber.

Nesse ponto é que Lacey chama os cientistas à responsabilidade em relação à dinâmica da ciência. Lacey (2011) aponta primeiro o óbvio: a responsabilidade do cientista está em realizar a distinção entre aceitação e endossamento de conhecimento, de maneira a não comprometer a imparcialidade. Porém, mais importante é evidenciar o fato do cientista não se relacionar prospectivamente com os avanços do conhecimento que produz, por exemplo, com a geração de um produto de inovação, não o ligando a um julgamento mais profundo sobre a extensão de uma inovação, sobre como ela pode comprometer o conhecimento já estabelecido, ou sobre saber se esse conhecimento está no nível do endossamento. Neste sentido, Lacey aponta que a responsabilidade do

cientista é limitada. Limita-se ao que é chamado de responsabilidade no nível da análise do risco padrão, onde:

(...) nessas pesquisas, são empiricamente investigados (normalmente em estudos de curta duração) os riscos à saúde humana e ao ambiente, em relação às suas causas, efeitos e mecanismos físicos/químicos e biológicos/bioquímicos, os quais podem ser quantificados, estimando-se as suas probabilidades (...). (LACEY, 2011, p.490).

Ou seja, o envolvimento do cientista com a produção de um determinado saber está limitado em um espaço e tempo curtos, dentro do próprio escritório ou laboratório. Lacey, diante da análise do papel de cientista no mundo pós-moderno, clama, como ele mesmo diz polemicamente, para a ampliação desse espectro da responsabilidade do cientista. Solicita que o cientista possa articular-se de maneira a identificar as hipóteses que levam à concretização desse conhecimento. Por exemplo, que seja integrada a pergunta: há alguma outra hipótese concorrente? Pois ela ajuda a levantar precisamente os tipos de evidências empíricas que suportam aquela hipótese então aceita. Considerar as forças que as evidências têm a favor ou contra, significa aumentar o grau de conformação das hipóteses.

Para Lacey o cientista não tem competências para realizar uma análise aprofundada de riscos, mas sim de riscos padrões.

(...) A motivação, decorrente de valores particulares, é frequentemente necessária para assegurar que assuntos importantes sejam investigados. A investigação imparcial depende, não da exclusão dos valores de práticas da pesquisa, mas da inclusão, em seus lugares apropriados, de todas as perspectivas de valor viáveis em uma sociedade democrática. Depende do compromisso com a neutralidade, entendida em termos de inclusividade, ou seja, para cada perspectiva de valor viável ela fornece resultados que poderiam informar projetos práticos que incorporam os valores das perspectivas. A avaliação do risco padrão não é neutra. Uma maior realização do ideal de neutralidade depende do desenvolvimento de instituições que permitam tomar decisões democráticas a respeito das prioridades da pesquisa, e forneçam os recursos necessários para assegurar que, de fato na

medida do possível, todos os interesses sejam servidos equitativamente. A neutralidade não diz respeito à ausência de valores na ciência, mas a equitatividade com relação as perspectivas de valor; não diz respeito à exclusão dos valores da ciência (nos lugares apropriados), mas a inclusão de todos os valores relevantes. (LACEY, 2011, p.498).

A conclusão de Lacey é que a neutralidade da ciência está intimamente ligada à capacidade de instituições, dentro do plano democrático de ação, para contemplar as diferentes perspectivas de visão de um dado saber. O amadurecimento institucional proporciona esse exercício, e para um cientista, a maior importância em assumir uma investigação imparcial não é a de exclusão de valores, por exemplo éticos e sociais, que são de extrema importância na pesquisa científica, mas a de incluir, em lugares apropriados, as opções importantes de valores para deliberações democráticas.

Leslei Stevenson (2014), em seu artigo *"Is scientific research value-neutral?"*, também discute sobre o eventual valor neutro da pesquisa científica. A intelectual começa evocando o romance Frankenstein como um exemplo dos limites errados e da má aplicação da ciência. Vai questionar a convencional resposta que aponta a alternativa entre concepção de ciência pura e ciência aplicada e tecnológica:

(...) que a ciência nos oferece conhecimento objetivo de como o mundo funciona e, portanto, quais seriam as consequências de várias intervenções possíveis nele. Mas está implícito, por outro lado, que não existe tal "conhecimento objetivo" sobre se devemos fazer alguma intervenção específica: acredita-se que uma distinção nítida entre fatos e valores exclua qualquer conhecimento destes, de modo que a adoção de valores é uma questão de opinião individual meramente "subjativa" (...). (STEVENSON, 2014, p.214).

Em segundo ponto:

(...) que o único valor reconhecido pelo cientista como tal é o valor do conhecimento em si: ele pode aceitar a possibilidade de aplicações de sua pesquisa, mas como cientista é um estudioso dedicado exclusivamente à extensão do conhecimento humano como um fim em si, como o filólogo, o historiador medieval e o matemático puro (...). (STEVENSON, 2014, p.214)

E terceiro e último ponto:

(...) O terceiro elemento da sabedoria convencional é que as aplicações do conhecimento científico são para que a “sociedade” decida: o tecnólogo é o servidor de outras pessoas, aplicando seus conhecimentos para fins escolhidos da maneira que indivíduos e instituições decidem o que mirar. Alguns podem pensar que existe conhecimento sobre o caminho certo para os seres humanos viverem - sejam derivados de um livro sagrado, de uma igreja, de uma teocracia dos mulás, da ideologia de um partido no poder ou de um líder inspirado - e tudo isso pode aplicar conhecimento científico para seus vários fins. Os mais céticos em relação à possibilidade de conhecimento de valores normalmente apelam para o ideal de democracia neste momento e sugerem que os fins aos quais o conhecimento científico deve ser aplicado devem ser decididos por algum processo democrático pelo qual as decisões emergem da massa de indivíduos, “subjetivo”, opiniões (...). (STEVENSON, 2014, p.25).

As três questões são abertas demais para pensar a ciência, visto que essas decisões que parecem ser democráticas não são tomadas apenas por pessoas comuns da sociedade, e sim por várias instituições, como governos, universidades, empresas etc. Muitas dessas decisões ainda são endossadas e realizadas para atender interesses militares ou avanços industriais.

Stevenson (2014) também pensa sobre o assunto. Para ela, tudo se passa como se em um mundo quase platônico pudéssemos encontrar um sujeito, o cientista, que estaria envolvido apenas e unicamente com a construção do saber e afastado de desejo de fama, nomeação e outras vaidades sobre o conhecimento que descobriu ou construiu. Isso implica no volume de valores das verbas, de premiações e prestígio que esse cientista poderia angariar para seu laboratório. Essas questões fazem com que o cientista possa de alguma forma aproximar-se de produzir saberes por milhares e desvirtuar a ciência.

Na linha de Longino (2002; 2017), Donna Haraway (2009) afirma que os “Saberes são localizados” em um corpo com histórico social, político e econômico. Longino e Haraway, de certa maneira, convergem na ideia de uma epistemologia social e não uma epistemologia individual. Entretanto, é importante pensarmos esse “corpo” de Haraway como um corpo individualizado por pressões políticas opressoras, por exemplo como o

neoliberalismo, que esfacelou a estrutura coletiva e ultra individualizou os corpos (HARAWAY, 2009). Dessa forma, podemos pensar que um “corpo científico”, marcado por ideologias neoliberais de competição, individualismo exacerbado, meritocracia, alargamento do espaço privado e diminuição de espaço público pode exercer com destreza uma epistemologia individual voltada para os interesses e benefícios privados.

Sobre a importância da construção do conhecimento marginal, evocamos Donna Haraway em seu texto intitulado “Saberes Localizados” que, em 1995, lança a base para a constituição de um novo saber, novos conhecimentos e práticas científicas a fim de que corpos, vivências, locais transgressores, que fogem ao discurso científico hegemônico, tenham a possibilidade de fazerem-se ouvidos. Os agentes de construção do discurso científico são bem articulados e organizam-se de maneira que os postos de poder da biopolítica e da produção de conhecimento contemporâneo continuam, de geração em geração, nas mãos de indivíduos que adotam uma única ótica epistêmica: a do mundo normativo, masculino, branco, hetero-cis-normativo. Com o conceito de “local”, Haraway (2009) propõe não apenas que passemos a produzir uma nova ciência, como também questiona quem irá produzi-la, isto por que para a autora, não cabe que apenas passemos a voltar nossos olhares para as necessidades e determinados grupos reconhecerem-se no meio científico através de produções sobre suas vidas, mas que estes próprios indivíduos tenham a possibilidade de falarem sobre temáticas pertinentes às suas demandas enquanto seres sociais presentes na Ciência. Portanto, minorias sociais, sejam elas sexuais ou étnico-raciais, povos de países periféricos e classes sociais menos favorecidas saem do papel de objetos de estudo e tornam-se os produtores de conhecimento, abarcando a possibilidade de construir um conhecimento aprofundado, local, específico e ao mesmo tempo, abrangente em todas as possibilidades de existência e temas com que estas existências têm a contribuir ao conhecimento. As potências a serem exploradas com saberes localizados vão também além do tocante a temáticas. Estas com certeza são importantes, mas valoriza-se, sobretudo, a ótica, a perspectiva epistemológica, metodológica, isto é, a “ontologia” do saber produzido pelo marginal.

É interessante pensar, e é isso que notamos até aqui, que a questão da não neutralidade científica está apenas relacionada ao coletivo, privilegiando a forma como

as questões políticas, econômicas e sociais seguem influenciando na macro esfera das decisões das políticas científicas, mas não no micro universo do operário da Ciência. Ora, quais são as decisões metodológicas, as filiações epistemológicas, as leituras e os estilos de comunicações, as análises de dados, as escolhas estatísticas, as opções de publicar ou não um achado, as formas de divulgar esses resultados? Paradoxalmente, desde meados do século XX com o surgimento do neoliberalismo de Thatcher e Reagan, o mundo se deparou com formas políticas que penetraram no ambiente científico da mesma maneira como penetraram em outros setores organizados da sociedade. Valores como fragmentação do trabalho, individualismo, competição, meritocracia passaram a fazer parte do universo da Ciência como maneira de estimular a produção de saberes e conhecimentos com base no produtivismo. Universidades e institutos de pesquisa passaram a adotar o padrão administrativo e gerencial da ideologia política neoliberal (CHAUI, 1999) e pensadores e pensadoras passaram a ser atraídos para o ambiente acadêmico como oportunidade de um trabalho mais “seguro” (JACOBY, 1990). Assim, o operário da Ciência, ou seja, o cientista ou a cientista, passou a estar regido pela mesma lógica do mercado e do setor industrial. Todos esses valores passaram a fazer parte do cotidiano dos processos de pesquisa científica. Grupos de pesquisa produtivos, ou seja, com maior número de artigos, descobertas e patentes registradas, passaram a ter maior incentivo financeiro das agências públicas e privadas de financiamento e das indústrias que dão suporte financeiro às pesquisas. Inversamente, quem não produz da mesma maneira, em números e com objetivo tecnológico, ou não entra no ritmo do produtivismo, obtém recursos escassos ou mesmo não tem financiamento, pois acaba entrando em uma zona considerada medíocre de produção científica. Em muitos países a produção científica está ligada à manutenção ou à promoção de postos e cargos de trabalho. O individualismo e a competição são estimulados como maneira pela qual o produtivismo e as condições de vida privada possam ser mantidos. Dessa forma, como nos lembra Faria (2017), os cientistas estão ao sabor da lógica neoliberal e isso não pode ser ignorado ao analisarmos a natureza do conhecimento que é produzido ou daquilo que é divulgado. O quanto do que é produzido e chega até a sociedade está impregnado por essa lógica?

Esta questão, contemporânea de nosso atual trabalho, e necessariamente fundamental para uma leitura atual de “A vida de Galileu”, nos leva a indagar: o

conhecimento produzido pode estar neutro, também, dos interesses individuais do cientista? Ele, enquanto sujeito concreto, poderia ser reduzido à uma ética abstrata? Os benefícios próprios que um cientista pode conseguir, podem ser importantes no rumo do conhecimento que será produzido? Tais são os problemas que podem surgir ainda no convívio com a obra de Brecht.

***O texto de Brecht “A vida de Galileu” como holofote dos interesses e benefícios próprios do cientista.***

Como vimos, “A vida de Galileu” de Brecht (1991) já teve inúmeras análises. Há análises importantes que abordam pontos como a responsabilidade do cientista ou intelectual<sup>22</sup> com a sociedade. Com base na discussão da responsabilidade do cientista na sociedade, algumas hipóteses já foram levantadas aqui, como por exemplo a hipótese do compartilhamento do discurso da peça com os fatos acontecidos com cientistas no próprio contexto histórico do entre e durante guerras, como maneira de justificativa do comportamento do personagem Galileu grafado por Brecht. Entretanto, qual a relação que podemos estabelecer entre a responsabilidade do cientista na sociedade e seus interesses e benefícios próprios? A terceira versão da obra de Brecht representa um sujeito, Galileu, sem escrúpulos e capaz de qualquer coisa em função do benefício e de interesses próprios. Dessa forma, teríamos, com esse texto de Brecht, uma possibilidade de pensar a não neutralidade da Ciência, mas desta vez através de uma nova categoria, a dos interesses privados do cientista na Ciência?

Não é incomum no imaginário social a Ciência estar associada a um valor ético. Ou seja, ela é interpretada como uma atividade com um fim destinado apenas ao bem da

---

<sup>22</sup> É importante aqui fazer um esclarecimento quando colocar cientista e intelectual. Entendo e compreendo as discussões que estão postas e travadas sobre a diferenças entre cientista e intelectual. Porém, assumo a fusão entre as categorias de cientista e intelectual em uma só como sinônimos. Explico: Cientista, em especial o das ciências naturais, é um intelectual que pensa a natureza. Porém, ao aplicar o conceito e não neutralidade da ciência, na dinâmica da produção dos saberes nas ciências naturais, fatores subjetivos estão implicados nessa dinâmica. Dessa forma, o mundo da intelectualidade e cultural está intimamente envolvido nas ciências naturais e um cientista é um intelectual. Da mesma forma o contrário, o intelectual público não está alheio ao mundo permeado pela Ciência. A Ciência e a tecnologia o convidam constantemente a pensar e propor discussões que podem influenciar nos rumos da produção do saber em Ciência.

humanidade. O mesmo se pode perceber em relação ao cientista, o sujeito que produz o conhecimento científico. Essa imagem possui falhas importantes quando pensamos a crítica à ciência e à responsabilidade do cientista pós-guerras mundiais do século XX. A principal crítica versa sobre haver Ciência que não associada a valores tomados como subjetivos, e com base nas discussões anteriores assumo afirmar que não há, nem no sentido cognitivo nem no ideológico, neutralidade da Ciência. O que há são decisões e acordos em detrimento do espírito político que esteja regendo o momento. E é desse ponto que parto para formular a hipótese segundo a qual, no texto “A vida de Galileu” Brecht (1991) traz essa questão. Trabalharei diretamente com a terceira versão, final, do texto. Nela Brecht, ao vilanizar seu Galileu, expõe, e que pinço aqui, a discussão da não neutralidade, mostrando como os interesses da vida privada do cientista são fundamentais em influenciar os rumos da Ciência que o cientista produz.

A demonização do Galileu de Brecht (1991), pela crítica, e principalmente pelo próprio autor, como maneira ácida de descredibilizar a Ciência do século XX não pode ser tomada apenas como consequência de razões externas ao cientista, esquecida de um contexto da vida íntima, o que significa o fato que Galileu é consequência concreta do meio em que está inserido. Perguntas como: quais são as condições de trabalho do cientista? Quais são as condições materiais e ideológicas que o Estado garante aos cientistas? Como as condições privadas da vida dos cientistas podem influenciar no exercício público dos cientistas? Quem é esse sujeito que produz o saber da humanidade? Quais são os desejos e ambições que o levaram a engajar-se na Ciência? E quando engajado na Ciência, quais são suas estratégias pessoais nesse contexto? Essas questões ainda não foram suficientemente agudizadas, embora o texto “A vida de Galileu” permita que o sejam. A ética do campo privado e do campo público foram tratadas no texto como distintas e não como interdependentes.

Aqui o farei dessa maneira independente. O mais próximo dessa discussão, na análise da ética do Galileu de Brecht, foi Kelly Parker em “*The public intellectual and myth of heroic resistance: a critique of Brecht’s post-atomic bomb version of Galileo*” (2018) quando formula ao final do seu estudo, a ideia de que o Galileu de Brecht é a representação da tensão entre a vida privada e o compromisso público do intelectual/cientista, algo que não está em dissonância com os fatos que o autor constrói.

O que se entende com essa crítica é que, por mais que as intenções de Galileu, no texto brechtiano, fossem colocadas nos eixos corretos da ética, ainda assim os limites sociais e materiais o impediriam, como uma espécie de lobo solitário, de lutar contra todo um sistema instaurado. Ou seja, lê-se como impossível, mesmo para o próprio Galileu histórico, tal façanha e por isso para ele o jeito foi ceder. Ceder e não suportar a pressão do sistema. Pressão essa que à época do Galileu histórico poderia ter lhe custado a vida na fogueira da inquisição. Verdade ou não, o fato mais palpável sobre essa questão é que não se pode ignorar as condições sociais do cientista, imputando-lhe essa ou aquela responsabilidade, sem uma análise da situação social na qual ele está inserido, isto é, a situação de vida privada do cientista, o qual, diante da pressão, vai ceder ao sistema. Resta saber para o que e para quem o cientista pode ceder e se vai querer ceder. Resta, ainda, saber qual o nível dessa concessão e se está dentro do campo minimamente aceitável da ética. Dessa forma, a questão da responsabilidade do cientista com o conhecimento produzido e devolvido à sociedade é um ponto espinhoso, visto que, a partir da era moderna, a Ciência passa a ser um braço do capital, fazendo com que automaticamente aquele produtor do conhecimento científico seja passado à condição de operário da Ciência. E como um operário, tal produtor está submetido às condições sociais, econômicas e materiais da sua classe de inserção. Isso não impede que ele tenha em mente sua condição enquanto sujeito movido por uma curiosidade intrínseca, embora esteja diante da necessidade de vida material na qual está inserido. A pergunta é: como essas condições de vida social podem influenciar na construção do conhecimento nas mãos de um sujeito que tem desejos, anseios e ambições e que tem um poder de exercer no campo da Ciência? A hipótese é que Brecht desenha seu Galileu como um lobo solitário e expõe o fato que interesses e benefícios privados do cientista chocam em cheio com o processo de construção do conhecimento. O saber de Galileu ali exposto está impregnado do desejo de luxo, status, ambição e poder. A razão só é invocada, por Galileu, como maneira de justificar seu percurso (PARKER, 2018).

Antes de mais nada, o Galileu de Brecht precisa ser localizado, ter seu corpo localizado na linguagem de Donna Haraway. Ao localizar a figura do Galileu de Brecht como a representação da classe do produtor dos saberes temos um ponto interessante

para uma futura discussão, que nos interessa como sujeitos produtores de saber hoje: quem é o sujeito que produz o conhecimento na sociedade contemporânea?

Por ora, começamos por ver como em “A vida de Galileu”, em especial na terceira versão, Brecht tenciona esse local do sujeito produtor de saber. Minha hipótese de discussão é que com o Galileu da terceira versão, Brecht tenta representar de que forma os bastidores epistêmicos estão ligados à localização social, política e econômica do sujeito produtor de Ciência. Assim, a questão da não neutralidade da Ciência que identifico no texto de Brecht vai para além de obedecer apenas aos dois eixos já apontados da discussão, o cognitivo e o ideológico, evidenciando o que chamo de “os interesses apenas de benefícios próprios e da vida íntima” que contaminam a Ciência que se realiza.

Como já desenvolvido no subcapítulo anterior, Lacey (2011) discute sobre a imparcialidade e as responsabilidades dos cientistas distinguindo endossamento e aceitação de uma reivindicação. Ambos os movimentos são próprios da cultura científica, mas o aceitar está ligado ao fato que a comunidade científica, já suficiente de dados, não conduz mais investimentos para confirmar um saber. Enquanto o endossamento dá-se quando a comunidade científica ainda não tem dados suficientes para estabelecer o consentimento de uma verdade, mas diante das evidências já apresentadas endossa a proposta como está, até o tempo em que mais evidências relevantes se tornem disponíveis. Para Lacey (2011), endossamentos podem estar seriamente comprometidos com valores éticos e morais, aceitação não. Entretanto, podemos ir mais longe. Se o cientista é um corpo localizado, que diante de bagagem e reivindicações históricas, sociais e econômicas vai destinar suas energias produtivas para interesses individuais que podem se tornar coletivos, a imparcialidade defendida por Lacey, enquanto mecanismo de afastar apetites subjetivos na construção de conhecimento, é subvertida em Haraway (2009), já que o recorte do indivíduo é tomado por ela. Um exemplo hipotético pode ilustrar a questão. Quando um cientista molecular decide pesquisar a composição genética de uma população e constata que há uma mistura de genes de todas as “raças humanas” na população, não pode concluir que a característica X seja pertencente a uma raça X, mas o gene também pode estar na população Y ou Z. Se o cientista seguir estritamente a imparcialidade como proposta por Lacey a conclusão mais

óbvia é de que racismo e xenofobia são movimentos sociais e não determinados pela biologia. Entretanto, dependendo da “localização desse corpo científico”, por exemplo, um cientista branco, heterossexual, da classe dominante, com interesses e benefícios pessoais – por exemplo, se ele for dono de laboratório de genética para atendimento e venda de testes genéticos para a sociedade - pode concluir que não existe racismo ou xenofobia, pois todos somos iguais. Tal conclusão, dessa maneira, pode sustentar a formação de uma linha de pesquisa no sentido de que lutas contra racismo e xenofobia são desnecessárias e que um movimento de deslegitimação desses movimentos pode ser validado cientificamente. As conclusões do cientista foram individuais e, no entanto, validadas pela comunidade científica.

O texto “A vida de Galileu” traz exatamente isso: os interesses privados de um cientista nos rumos do que se deve saber. A física de Galileu, tal como trazida por Brecht (1991), só emergiu, não porque Galileu abdicou de sua vida para apenas pensar nos rumos da Ciência, e sim porque Galileu queria comer bem, casar bem a filha, morar bem, ganhar bem, ter poder e influência. Para isso, Galileu vai mentir, trapacear e enganar. Disso vão surgir o telescópio, os aquedutos, e inúmeros instrumentos tecnológicos que atendem os interesses das forças de poder e econômicas. O cientista, para Brecht, em verdade, é um lobo solitário (PARKER, 2018) e radicalizando ainda mais: individualista.

Podemos explorar essa questão no texto por meio do enredo, da trama e dos personagens construídos por Brecht. Destaco a espinha dorsal do enredo da peça: o telescópio ou luneta de Galileu. É a partir da história do telescópio que Brecht vai mostrar a ascensão, o desenvolvimento da epistemologia galileana e a “queda” de Galileu diante do tribunal da igreja. É o envolvimento de Galileu com a história do telescópio ou luneta que tomo como uma maneira para Brecht de discutir as influências que os valores subjetivos, a vida privada e a política têm na construção de um conhecimento “objetivo” na Ciência.

A história do telescópio guarda diversos significados nesse texto. Um ponto interessante que pode ser apontado é o uso do instrumento como método de investigação na ciência, pontuando a passagem de uma ciência aristotélica para uma ciência prática fundamentada em evidências experimentais. O que a leitura desse ponto na obra de Brecht vai nos trazer é como a construção desse instrumento e sua aplicação estão

recheadas de tramas, valores e interesses privados do sujeito construtor de saber. Em outras palavras, a questão cognitiva, defendida como distante do toque das subjetividades em jogo, não está limpa de tintas das decisões políticas externas e estranhas ao puro método científico defendido.

Podemos mesmo dizer que a responsabilidade do cientista está totalmente atrelada à *sua vida privada*. A forma como o texto sobre a vida de Galileu já começa é bem característica desta perspectiva. Brecht nos traz para a microfísica da vida privada, mais íntima de Galileu, como se ele, Brecht, ao invés de usar uma luneta para enxergar os mais distantes astros, estivesse de posse de um microscópio com a capacidade de visualizar o mais íntimo da vida de um homem. No entanto, a história da vida de Galileu só chegou até nós por meio dos seus feitos científicos e não pela análise da sua vida privada. Esse início da peça não é gratuito, mas é estratégico: funciona como uma maneira de expor ao leitor ou leitora à vida privada de um cientista, tido no imaginário em meados do século XX, como um sujeito não dotado de intimidade ou de vida pessoal. Como se o cientista fosse um sujeito asséptico e apenas um recorte do saber que pode produzir. Desejos íntimos, sentimentos grandiosos e até mesmo pequenos não entram nessa construção da imagem daquele que é em verdade um operário da Ciência.

Assim, Brecht (1991) começa a história com Galileu em sua casa, especificamente em seu quarto, onde acaba de acordar e começar a sua rotina. A descrição do quarto de Galileu é de um ambiente simples. Poucas mobílias e sem grandes recursos. O dia de Galileu começa como o de qualquer homem comum. Ele se banha, toma café da manhã, por sinal um café da manhã simples contendo apenas um copo de leite que é colocado, logo de início, como um alimento caro, o que traz complicações para o cientista em termos de dívidas com o leiteiro. Nessa rotina, mostra-se a vida privada do cientista, o que é completamente diferente de colocá-lo como um homem especial ou apenas cercado dos seus pensamentos e alienado de um cotidiano vulgar. Não, Galileu no texto de Brecht aparece logo de início despido, e envolvido com situações de homem normal: um banho e alimentação básica. Um banho e alimentação precários, em verdade. Ou seja, um homem comum, com necessidade básicas, de carne e osso, como qualquer outro homem, que pode ser tomado por apetites, desejos. O cientista aqui é um homem dependente das necessidades básicas da vida, e até certo ponto privado delas ou

pressionado por elas, que podem ser a pólvora para decisões maiores em seu cotidiano simples ou profissional, por exemplo, no coração do conhecimento que está construindo. E Brecht não irá se furtar de mostrar o fato.

Esse ponto é de extrema importância e subversivo no texto literário de Brecht (1991), quando comparado a outras imagens de cientista na literatura ou da retratação da ciência em textos literários. Os cientistas retratados em outros textos literários pouco têm a vida privada explorada, fato que marca a dicotomia entre vida privada e obra. Na própria literatura brasileira com Simão Bacamarte, em “O alienista” (2000), em que Machado de Assis retrata uma visão moderna do cientista frio, descolado e sem vida privada. Bacamarte é a pintura irônica e cômica do alienista alienado. É uma sátira do positivismo, que leva a acreditar no poder da ciência como explicação dos fenômenos da realidade. Por mais que Machado de Assis ali tente colocar pinceladas de vida privada com a personagem da esposa de Simão Bacamarte, ela ainda está ligada a uma incorporação do mundo da lógica científica na subjetividade da personagem. Ainda que Machado de Assis tenha colado uma pretensão de vida privada para Simão Bacamarte, a forma como a personagem decide escolher a esposa, por medidas frias e calculistas cientificamente detalhadas, leva mais tarde na trama a evidenciar que Simão Bacamarte não estava inserido, por inteiro, em um universo particular, mas sua retratação era apenas uma expressão da extensão da sua vida pública de cientista. Como a Ciência está supostamente envolta em um campo da ilusão da objetividade, e vem representada de forma distanciada em relação a valores subjetivos que não interferem na visualização do cientista, a diferença de Brecht em relação a outras imagens de cientistas consagrados na história da humanidade, sua visão do cientista como um homem comum, um trabalhador com necessidades tão comuns e realistas como de outros trabalhadores passa a ter aspecto subversivo: a figura do cientista levada à sério e não ironizado, por exemplo, como a figura machadiana. Além de inserir o cientista como esse sujeito importante nas decisões da sociedade e da não neutralidade.

O que nos leva a ligar esse movimento ao próprio engajamento teórico marxista de Brecht, situando a localização do conhecimento produzido por uma classe específica social, ou seja, a classe trabalhadora, que trará características próprias dessa classe. Não podemos esquecer, na própria figura histórica de Galileu que, diferentemente de

outros cientistas, Galileu não vem da fração social nobre, mas de família com habilidades artesanais, como nos traz Geymonat (1984) em sua biografia. Ao construir, em seu ateliê-laboratório, instrumentos para serem utilizados com objetivos das mais diversas engenharias nas cidades italianas, Galileu transformou a “ciência pura” em “ciência aplicada” pela simples questão da necessidade de sustento próprio e de sua família. Isso está bem documentado na própria biografia de Galileu enquanto um sujeito envolto em compromissos financeiros e dívidas para o sustento da família e de si (GEYMONAT, 1984). A Ciência de Galileu inaugurou uma importante fase na Ciência moderna através da utilização de experimentação e de instrumentos tecnológicos para a construção de conhecimento empírico nas ciências naturais, mas essa mudança de paradigma só foi possível devido a Galileu ser um cientista não localizado na nobreza da sociedade do seu tempo. Como artesão, e lidando cotidianamente com instrumentos, conseguiu vincular sua prática cotidiana, material a uma prática das ideias dando origem à ciência experimental e tecnológica (BLAGA, 2014). Essa condição material de Galileu com certeza reverberou na análise de Brecht. Na tônica da exposição da vida privada do cientista deve ter também ressoado forte em Brecht a vida de Albert Einstein no século XX, visto que Einstein não era da elite propriamente dita e por muitos anos foi excluído dos círculos de cientistas europeus.

Brecht, certamente muito atento, ao estudar a biografia do cientista pisano, parece ter percebido de fato que o “pulo do gato” de Galileu, na história da Ciência, não era apenas a contribuição legítima de conhecimentos na Física básica e na tecnologia, como também era a possibilidade para a sua condição de classe de favorecê-lo na passagem de uma ciência contemplativa e aristotélica para uma ciência útil, aplicada e mercantilizada. Galileu, o histórico, como precisava sustentar a família, viveu entre o desenvolvimento intelectual da sua Ciência e a tentativa de ganhar o sustento, associando ferramentas do cotidiano às necessidades da Ciência. Era por essa engenhosidade de Galileu que ele conseguia conquistar os olhares políticos importantes do seu tempo. O que um cientista diante dessa realidade social faria para conquistar suas ambições científicas e pessoais?

O dilema está claramente em algumas cenas de Brecht, principalmente, na cena em que Galileu tenta negociar o aumento de salário com o Procurador da Universidade.

O Procurador, defendendo os interesses da Universidade já logo lhe devolve em espelho, utilitaristamente: “(...) *vale escudos somente o que rende escudos* (...)” (BRECHT, 1991, p.30), sugerindo então claramente que não haverá investimento em Galileu para qualquer projeto, mas apenas para aqueles projetos que possam trazer o benefício tecnológico, e como consequência dinheiro imediato à República. Qualquer outro investimento, no pensamento do Procurador da Universidade, cai no equívoco de não ligar o lucro à criação e, conseqüentemente, é perda de tempo e potencial financeiro. Brecht já marca aqui que a Ciência e a tecnologia estão interligadas e que qualquer conhecimento deve estar impregnado de ideias que possam valer dinheiro – a marca cara do diagnóstico da não neutralidade em Ciência. Ou seja, o que for produzido de conhecimento que seja desde que seja lucrativo e útil.

Este dilema do saber básico, que não traz dinheiro, e do prático, que pode ser materializado em produto e dinheiro, é bem importante para Brecht nesse texto. Ele não o aborda apenas no diálogo de negociação entre Galileu e o Procurador da Universidade, pois na sequência o tema volta à tona de forma mais aprofundada, expandindo a não neutralidade da Ciência na visão da macro estrutura, ou seja, na valorização das disciplinas que compõem a constelação dos saberes. Refiro-me especificamente à cena IV (BRECHT, 1991, p.70), quando há o diálogo entre o matemático e o filósofo, e quando saem da boca desses dois personagens defesas parecidas sobre a questão. Por mais que a matemática seja uma Ciência importante, ela ainda não é tão importante quando a Filosofia, que na ocasião é aristotélica. Este é o assunto em pauta na discussão dos dois personagens, embora na verdade o cerne da questão colocada por Brecht ali seja a disputa de autoridade entre uma ciência voltada para a experimentação e o mundo prático, e outra sem vínculo com a natureza concreta. A matemática calcula o real, e a filosofia aristotélica não trabalha com os fatos, não sendo então aproveitável. Por trás da discussão, avulta de forma ambígua a diferença entre o saber aristocrático dos Gregos e o saber burguês e interessado dos modernos (BLAGA, 2014).

Depois da cena inaugural, logo os afazeres domésticos de Galileu são interrompidos pela entrada de Andrea, o jovem filho da empregada de Galileu, Dona Sarti. O jovem adentra o quarto de Galileu trazendo justamente um simples copo de leite que será o único alimento do cientista naquele café da manhã. Andrea, um jovem curioso,

como mostrado no enredo, não se contenta em apenas entregar o copo de leite ao patrão. Produz um enunciado científico "(...) Seu Galileu, minha mãe disse que, se nós não pagarmos o leiteiro, ele vai dar um círculo em volta de nossa casa e não vai mais deixar o leite" (BRECHT, 1991, p.11). Galileu, como um bom professor, corrige o jovem sobre o dito "Está errado, Andrea; *ele descreve um círculo*" (BRECHT, 1991, p.11) (grifo meu). Destaco aqui como, da fala de Galileu, se revela um ponto importante sobre a linguagem científica enquanto forma normalizadora de discurso. Brecht, na certa quer nos apontar, de forma interessante, que há uma divisão clara de universos de realidades e culturais. De um lado a vida cotidiana, em que há permissão para tudo dentro de uma lógica discursiva ordinária, de outro o universo da cultura científica com sua ordem de discurso própria em que as sentenças são construídas para a formulação de saberes. A mensagem é que o jovem Andrea, filho da empregada, precisa se apropriar dessa linguagem, ou seja, entrar no universo do conhecimento. Trata-se de uma cena já decisiva, pois é um dos primeiros cortes que Brecht já começa a fazer no texto para mostrar a distinção entre a vida cotidiana, na qual as personagens estão inseridas na lógica do saber teológico de então, e a vida científica do saber da Ciência que começa a se acercar para tomar o lugar do saber tradicional. Chama atenção que esse engajamento pelo saber não deva ser alienado do cotidiano de certa classe trabalhadora, pois é interessante também que esse saber esteja em construção pela própria classe trabalhadora. Ou seja, essa primeira cena do texto "A vida de Galileu", no diálogo entre Galileu e Andrea, já abre também a perspectiva para pensar que o conhecimento em uma sociedade capitalista, ali representada em meados da idade moderna, mas cuja referência é a divisão de classes posterior, é construído no seio de uma classe trabalhadora, e claro, irá tomar rumos a partir da dinâmica dessa classe. Isso fica bem claro com o percurso do personagem Andrea que ao longo do texto passa da infância à vida adulta. Ao final, na vida adulta, Andrea se dedicará à Ciência e é o que vai salvar os textos finais de Galileu de serem destruídos pelo poder da igreja. O personagem de Andrea de Brecht simboliza esse importante fato de classe social, isto é, que o conhecimento na Ciência, a partir da Era moderna, é realizado pela classe operária ao invés de apenas ser feito por uma elite intelectual, visto que Andrea é filho daquela classe.

Em continuação, Galileu interroga o jovem, certamente, por acreditar na curiosidade de Andrea, do que vem discutindo sobre astronomia e mostra seu novo invento: um novo modelo de astrolábio. Um astrolábio é um modelo construído por astrônomos e professores de astronomia que era utilizado para demonstrar a organização do universo. Galileu deixa claro que seu astrolábio é completamente diferente do modelo tradicional onde os astros e as estrelas, por exemplo, o Sol gira em torno da Terra. O novo modelo de Galileu, a partir dos seus estudos das teorias de Copérnico, coloca a Terra girando em torno do sol. Galileu apresenta seu novo modelo com empolgação a Andrea, que se mostra muito interessado e curioso com as descobertas do cientista. O modelo do astrolábio é outro marcador de Brecht para evidenciar a realidade em que Galileu está inserido e de onde provém, ficando subentendido que o conhecimento é uma articulação entre as ideias e a prática material.

É importante, nesse ponto, olhar com mais cuidado para o personagem de Andrea como um dos meus pontos de discussão da localização dessa construção de saberes. Há aspectos interessantes nesse personagem que podem abrir camadas de discussões sobre a relação de classe e sobre a construção epistêmica de saberes. O personagem de Andrea é importante na relação que estabelece como um contraponto do personagem de Galileu. Enquanto Galileu representa um homem já maduro e dotado de autoridade, portador do conhecimento tradicional, Andrea representa a juventude, a nova geração, o fato que a tradição “entrega” seu conhecimento para uma nova geração. Andrea é o filho da empregada de Galileu, Dona Sarti, que é uma das personagens representantes de outra face da classe trabalhadora. Na certa Brecht traz aqui uma discussão importante que não se pode deixar escapar sobre a questão de saber se o conhecimento está ao alcance da classe trabalhadora, ou até mesmo de saber como um conhecimento pode ser originado pela classe trabalhadora. Ainda que o texto de Brecht (1991) não seja de cunho biográfico e fiel à história, é importante notar na própria história do cientista Galileu Galilei aquilo que já foi dito aqui acerca do personagem: que ele não foi fruto das altas famílias tradicionais, e sim filho de uma família distante dos altos escalões sociais da aristocracia de então. Talvez tenha sido por essa questão que Brecht tenha estado fascinado com Galileu como forma de explicar o caldo primordial da origem outra da ciência moderna, e as novas orientações na produção do conhecimento que sucederam.

Ora, se o conhecimento está sendo gerado por uma classe, a qual está submetida a um salário, como esperar outra postura a não ser a venda dessa força de trabalho? É instigante notar a percepção de Brecht para essa questão inédita em termos históricos, epistemológicos e filosóficos da ciência. A reflexão de Brecht (1991), por meio da construção do personagem de Galileu, defende a tese de que o Galileu histórico não teve sua participação pioneira apenas como o precursor da ciência moderna desdobrada em tecnologia; o que fazia Galileu em sua casa com suas invenções depende de certa produção do saber incorporada a uma classe social.

Voltamos à construção da história da “invenção” do telescópio de Galileu. No momento da discussão, quase uma aula, em que Galileu está dedicado a ensinar Astronomia a Andrea que sempre se mostra muito curioso com as pesquisas do mestre, chega sua mãe, Dona Sarti, claramente discordante de que Galileu fique ensinando as novas ideias a Andrea. Dona Sarti não gosta das teorias de Galileu, mas não porque as conhece profundamente e quer tecer uma crítica sobre elas, pelo contrário, Dona Sarti não conhece as ideias de Galileu, mas teme que elas envolvam o filho, pois as autoridades da igreja têm outras teorias, as teológicas, como verdadeiras. Dona Sarti, com sua voz, representa o gosto por certezas absolutas e imutáveis, algo típico em certo universo científico. Chega até a verbalizar o medo que tem de o filho, o qual repete sem parar na escola as teorias de Copérnico, endossadas por Galileu, chamar a atenção dos padres da igreja. Não é de se espantar, pois ela é a representação da ignorância amedrontada não consciente: se tomasse consciência e o conhecimento para si não iria temer a autoridade dos padres da igreja.

Mas o que faz dona Sarti interromper a aula de Galileu para Andrea é outro motivo, interessante para o corte epistêmico que nos propomos a discutir, no tocante aos valores no campo científico. Pois os ventos que trazem dona Sarti para dentro do “ambiente de saber” criado na relação de diálogo entre Galileu e Andrea é o dinheiro. Esse é o ponto importante que estrutura a histórica polêmica do telescópio de Galileu. Dona Sarti interrompe a discussão intelectual entre Galileu e Andrea em um gesto bruto de trazê-los para o mundo real em que o dinheiro vai definir os rumos das novas ideias de Galileu. Este último, até a entrada de dona Sarti, discutia Astronomia básica com Andrea, ou seja, falava de conhecimento não aplicado e que em qualquer época da história moderna da

Ciência é tido como conhecimento que não traz lucros. Ela vem trazendo a carta de recomendação de mais um estudante particular para Galileu. Ele, que não consegue manter as contas e assegurar a sobrevivência da família com o salário baixo de professor na universidade, precisa constantemente aceitar dar aulas particulares para os mais diversos interessados como forma de complementar a renda. O café da manhã empobrecido, o famoso copo de leite é enfatizado através da alusão à dívida do mestre com o leiteiro, tornando-se uma metonímia do endividamento. Ora, Galileu se mostra muito contrariado em ter que abrir mão de mais horas de estudos pessoais e de pesquisa investigativa a pretexto de ensinar. Na concepção do Galileu inicial do texto, o que deve ser valorizado são suas horas de pesquisa e não suas preciosas horas de estudo destinadas a ensinar na universidade, ou em casa, em muitos casos, para alunos completamente sem interesse no tema. A intriga narrativa, desde a primeira cena, estrutura a futura mudança de comportamento de Galileu, que passa de desinteressado a oportunista, como veremos na sequência.

Por intermédio de sua narrativa dramática, Brecht (1991) capta o espírito intelectual da sua época acerca, em meados do século XX, das condições dos intelectuais, pois o conflito colocado por Brecht em Galileu – deixar de dedicar seu tempo maior para ter que ministrar um número grande de aulas – estava também no olho do furacão dos conflitos de grande parte dos intelectuais no pós-guerra. Russel Jacoby, em “Os últimos intelectuais” (1990), analisa na mesma época a situação dos intelectuais norte-americanos, mostrando que nos anos 40, passou a haver uma expansão significativa de universidades e conseqüentemente um aumento do ingresso de estudantes no mundo universitário. Tirando vantagem Segunda Guerra, os EUA decidiram de fato investir no desenvolvimento intelectual e tecnológico do país. Com o esgotamento da vida cultural, da boemia, e com a existência precária e a instabilidade de emprego em grandes revistas culturais, muitos intelectuais encontraram nas universidades e escolas superiores a segurança que o ensino assalariado proporcionava, com suas férias programadas e aposentadorias seguras. Como conseqüência, a produção intelectual foi canalizada para as revistas acadêmicas, circulantes dentro de um grupo selecionado de leitores, diferente do grande público como ao qual estavam acostumados a se dirigirem no debate público. Jacoby (1990) em sua análise atribui a

este fenômeno o desaparecimento dos intelectuais públicos e agitadores culturais que sumiram de cena e foram para dentro dos escritórios nas universidades, em um gesto de sobrevivência que acabou entregando a produção de conhecimento a uma engrenagem do capitalismo. O espaço de debate público foi esvaziado, os cérebros foram capturados mediante promessas monetárias para dentro dos espaços de produção do conhecimento. Quando Brecht coloca esse espectro em Galileu ele reflete sobre a condição sequestrada do pensador. Astronomia básica não é necessária. O que é necessário será pensar algo que volte imediatamente para a lucratividade da instituição empregadora seja ela privada ou pública. O que se instala no conflito de Galileu nessa cena é: se subordinar ou não à interferência no que se deve ou não estudar? Podemos aqui ainda temperar esse conflito de Galileu retomando Marcuse (1967) (“Responsabilidade do Cientista”) anteriormente discutido, e afirmando com ele que programas políticos da vez interferem, diretamente e de forma não neutra, no que deve ou não ser estudado. Também se pode recorrer ao pensamento de Lander (2008) sobre a relação entre conhecimento e política neoliberal nas universidades. Se o saber é visto como um capital acadêmico, políticas de mercado podem influenciar nos departamentos e nas universidades ditando o que deve ou não ser estudado. Dessa maneira, torna-se o cientista um pesquisador-empresário, ou extrapolando para uma linguagem mais atual, um pesquisador-empreendedor, para quem os conhecimentos se tornam mercadorias que podem ser negociadas. Assim, valores privados do cientista, como *desejo de poder ou de conforto financeiro* podem influenciar em qual tipo de conhecimento pode ou não ser importante para atender as necessidades mercantis. É no privado que se entranha a lógica do mercado.

Entra Ludovico. Representação da burguesia, filho da classe burguesa mandado para ter aulas de ciências com Galileu, pois segundo seus pais, em especial a mãe, é importante para o filho aprender sobre ciência. Ludovico, porém, logo de início, já confessa a Galileu que não tem afinidades com as ciências, mas que gosta de cavalos. Galileu irritado prevê que ensiná-lo será mais uma perda de tempo, mas Galileu está pressionado por dona Sarti motivo pelo qual acaba aceitando dar as aulas particulares de Ciências para Ludovico. Pressente-se que a decisão irá desdobrar-se em novo conflito, mais tenso, pois a intromissão de Ludovico, novo aluno particular de Galileu, reduz o número de horas restantes para dedicar atenção a Andrea. Assim, Galileu diz ao

rapaz secamente que suas horas estão comprometidas, dado que o filho da empregada não pode pagar por elas, como Ludovico pode fazer. O conflito aqui instalado por Brecht, clarissimamente de classe, exhibe pela narrativa ficcional como o conhecimento e a educação estão do lado de uma classe que pode pagar por eles. Mesmo se na mesma época da composição da peça de Brecht a ideia de massificação do ensino era uma questão importante para diversos governos do Ocidente, ela justamente não estava colocada como proposta de intelectualização da classe trabalhadora, mas como uma proposta ligada ao objetivo de um ensino tecnicista, voltado para a atuação no mercado de trabalho, como nos traz KUENZER (1986; 2005). Desse ponto de vista, a crítica de Brecht é importante como maneira de denúncia em seu tempo de que Ciência e educação não estavam na verdade disponíveis para a massa ou classe trabalhadora, mas eram destinadas à formação da burguesia.

Ora a visita de Ludovico terá outras consequências ainda. A primeira, é que na história, posteriormente, ele se tornará o noivo de Virgínia, filha de Galileu, mas certos conflitos por conta das polêmicas posições de Galileu e de seu desentendimento com o poder instituído, farão Ludovico desistir do casório com Virgínia por pressões familiares. A segunda, espinha dorsal da nossa atual discussão, é o estopim do projeto do telescópio de Galileu. Ludovico, durante o diálogo-entrevista admissional para aulas particulares com o famoso cientista, relata sobre um instrumento que conhece na Holanda com poderes de ampliar a visão de paisagens e objetos. Galileu se mostra imediatamente interessado por esse objeto que não conhecia previamente. Ao primeiro momento, parece que o interesse de Galileu no objeto descrito por Ludovico é sinceramente desinteressado e apenas motivado por suas descobertas científicas. Ou seja, o que moveria Galileu neste momento inicial seria a curiosidade esfomeada pela busca do conhecimento, seus olhos até brilham com a perspectiva do método capaz de lhe trazer as provas concretas de suas hipóteses teóricas e matemáticas. É claro que as motivações puras de Galileu são legítimas, mas embora envolvam um engajamento científico e uma vontade de saber, são motivos que não se estabilizam, pois, no entanto, ele é, como pinta Brecht, um indivíduo da classe trabalhadora, a necessidade da vida ordinária logo toma a frente de qualquer outro desejo de saber. É interessante como Brecht brinca magistralmente aqui, expondo os bastidores da Ciência: “(...) isto vai me

render quinhentos escudos” (BRECHT, 1991, p.35). Galileu vê no telescópio um instrumento importante para continuar suas pesquisas com Astronomia básica e ao mesmo tempo vê ali a possibilidade de dar uma finalidade prática para o uso que aquele estranho objeto ainda não tinha. Dito desta maneira, não há nada diferente da própria história biográfica de Galileu, já que ele foi o inventor da aliança entre a ciência básica e a prática na Era moderna. Porém, o Galileu da peça de Brecht expõe-se mais, pois como ele precisa de dinheiro e já está experiente de que só terá remuneração se der algo em troca para o lucro da República, cede a uma vertiginosa inclinação do interesse pessoal. Localizo que a vertigem de Galileu começa nesse instante, quando ele, por dinheiro, ultrapassa a lógica da subversão idealizada, de juntar teoria e prática tecnológica na Ciência, e aceita que interesses privados, os seus, comecem a contaminar essa episteme.

Nesse momento acontece outro corte no mundo intelectual importante de Galileu que sinaliza novamente a entrada do dinheiro na jogada. É a chegada da personagem do Procurador da Universidade de Pádua, onde Galileu é professor.

Quando chega o Procurador da Universidade de Pádua, onde Galileu é professor, e a motivação do dinheiro volta a contracenar, já é em outro contexto de significação. Galileu pedira aumento, na verdade pedira o dobro de seu salário, com o argumento de sua carga horária, mas também *por desejo de reconhecimento de seu trabalho de pesquisa*. A vinda do Procurador à sua casa é para ele, ansioso e entusiasmado, um sinal de que talvez sua demanda tenha sido atendida. Expectativa frustrada, o pedido fora negado, sob o pretexto de que Galileu não havia apresentado nenhuma justificativa que pudesse interessar a universidade. Por exemplo, a apresentação, nos últimos tempos, de algum invento importante e aplicável à sociedade de Veneza, um invento proveitoso para a sociedade. Na verdade, não exatamente apenas um invento para a sociedade, mas que esse invento pudesse de certa forma gerar um lucro para a universidade e o Estado. Vertente fundamental do pensamento crítico de Brecht, entra em cena a ideia de que a ciência, a partir da modernidade, é uma peça importante do capital, reforçada por esta outra, de que a classe trabalhadora está envolvida na produção do saber apropriado pela classe dominante com intenções de lucro.

O cientista se sente ofendido em não ter seu trabalho teórico em Astronomia reconhecido; tenta argumentar contra essa postura da Universidade trazida pelo Procurador, mas os argumentos são em vão. O Procurador persiste que o aumento desejado por Galileu, o qual faria uma grande diferença na qualidade das pesquisas do cientista, só virá mediante um novo invento. Rapidamente, Galileu aproveita a recente história do instrumento relatada por Ludovico e tem a ideia ali mesmo de apresentar o telescópio como sua invenção. Através dessa sequência completa, assistimos à alegoria da ética do cientista, que cai por terra em favor das suas necessidades individuais.

De um lado, Galileu enxerga o telescópio, a princípio, como um excelente instrumento em que possa direcionar suas pesquisas científicas básicas, capaz de suprir sua curiosidade intrínseca pelo saber e de manter seus desejos de pesquisa. De outro, ele já é tomado pela necessidade de transformar o saber em algum produto que possa lhe render o aumento de salário que possa cobrir suas necessidades básicas e providenciar alguns pequenos luxos alimentares e livros. Ser humano cheio de desejos que uma genialidade alienada dos jogos do mercado não sustenta por completo, Galileu é feito de sangue e carne com dores e necessidades. É a primeira vez que Galileu vai “ceder” no enredo. Cedendo ali aos seus próprios desejos, abre mão da lógica da seriedade da razão e dispõe-se a entregar-se ao dinheiro a qualquer custo, colocando em primeiro lugar o seu *desejo de status*.

A queda é friamente analisada por Brecht (1991), e será progressiva na cena. Galileu primeiro alega, na tentativa de convencer o Procurador, que a liberdade de pesquisa dada a ele na Universidade de Pádua é uma mera formalidade. Ganhando um salário baixo, não tem tempo para realizar suas pesquisas, pois tem que aceitar mais e mais estudantes para complementar a renda. Há, a princípio, um desdém da parte do Procurador da Universidade em relação a área de pesquisa de Galileu. E o Procurador é impassível, a matemática é vista por ele como uma área menor que não traz contribuições significativas para a sociedade, como poderiam trazer outras áreas de conhecimento, por exemplo, a filosofia (aristotélica no caso) e a engenharia. O Procurador sugere a Galileu que ele trabalhe, como no passado, para construir algum invento que possa ser utilizado na sociedade ao invés de pedir aumento, com base apenas em querer estudar coisas

abstratas e inúteis tais que a astronomia. Em resumo, a voz do Procurador é a da valorização utilitarista do saber em detrimento ao saber pelo saber.

Podemos então entender como Galileu se rende. Pressionado pela necessidade, e já de posse da ideia do objeto narrado por Ludovico, toma ali a decisão de “vender” a ideia do telescópio como sua. Pede, então a Andrea, logo após a saída do Procurador da Universidade, que o jovem compre as lentes. O jovem as compra e retorna sem o casaco porque teve que penhorá-lo em troca das lentes. O que representa, ao nosso ver, o sacrifício feito por qualquer jovem pesquisador no empreendimento da pesquisa em investir seus próprios recursos em prol de um projeto científico desconhecido ainda. Galileu constrói ali mesmo com Andrea um modelo rudimentar de um telescópio e mostra ao jovem o que podem fazer com aquilo: de um lado continuar suas pesquisas científicas e do outro vender, enganando a universidade e a República, como uma invenção sua.

Em contraste com o processo de desidealização do cientista que está embutido na narrativa de sua queda, Galileu e Andrea também aproveitam para observar então as ampliações dos astros proporcionadas pelo telescópio. A intenção do mestre é clara: ludibriar a Universidade que não valoriza seu trabalho para tentar conseguir o tão almejado aumento salarial. Recalcando princípios, se entrega à corrupção de valores pelo dinheiro. Podemos aproximar sua atitude da análise sociológica de Jacoby (1990), para indagar, à luz de Brecht: com o esvaziamento dos espaços públicos dos intelectuais, teriam eles agido da mesma forma que o personagem da peça, abandonando o engajamento público, trocando-o pelo conforto de estabilidade da universidade? Estariam, da mesma forma os intelectuais do século XX contaminando sua liberdade de pensamento?

Claro que a responsabilidade pelo processo interesseiro não depende exclusivamente, na peça, da personalidade de Galileu. Brecht constrói uma atmosfera política, da qual faz parte também o Procurador da Universidade, e as condições de vida do cientista estão objetivadas na sentença: o financiamento para suas pesquisas só virá se as políticas individuais do cientista estiverem submetidas às exigências e prioridades dos interesses do poder. A partir deste dado claro, o procurador insinua que as condições de liberdade do cientista estão garantidas, mas é óbvio que o autor, Brecht, dá um tratamento irônico à questão, seu discurso diz que a liberdade não estará assegurada

enquanto o dinheiro nas mãos do poder e da classe dominante estiver envolvido. É neste sentido que a ciência não é neutra. Ou seja, a questão de uma ciência neutra e isenta de valores morais está em xeque-mate: “vale escudos somente o que rende escudos” (BRECHT, 1991, p.30), diz o Procurador da Universidade a Galileu, sintetizando esse espírito.

Quanto ao telescópio: a administração da Universidade e o governo de Veneza aceitam-no como produto construído por Galileu e ficam impressionados com a invenção. Organizam uma apresentação pública do invento para a sociedade. A cena é hilária, que mostra o desespero de Galileu para ver logo seu dinheiro na mão, contracenando com o desdém de que ele mesmo reveste o novo objeto maculado pela finalidade claramente levantada pelos poderosos. Enquanto Galileu só está preocupado em ter seu aumento e voltar para dentro de sua oficina e continuar sua investigação em Astronomia, os poderosos estão preocupados em usar o novo invento de Galileu para além dos benefícios do cotidiano, mas também para a guerra.

Embora a situação colocada com o telescópio apenas alegorize a realidade complexa de um cientista, não deixa de aludir, pela representação da postura de Galileu diante de “sua” invenção, às consequências que uma invenção jogada na sociedade e nas mãos de poderosos poderia ter. O tema é o do mal-uso do conhecimento. Parece estar sendo significado na peça que, muitas vezes, diante da pressão por uma ascensão profissional e pessoal, o cientista não reflete sobre as consequências que seus achados podem trazer para a sociedade. Brecht presenciou a questão de forma dramática quando conviveu com grupos importantes de cientistas/físicos na Dinamarca e nos EUA que construíam o conhecimento da ciência básica da época, da Física Nuclear em específico, e foi testemunha de como esse conhecimento foi sequestrado por governos autoritários na Europa, e principalmente nos EUA, para construção da bomba atômica (FITAS, 1998). Documentos revelados após a morte de Brecht mostram que havia esboços de ideias destinados à construção de uma sequência do texto de “A vida de Galileu” inspirada na vida de Albert Einstein. A sequência mostraria o envolvimento público de um cientista em combate ao mal uso da Ciência, tal como Einstein havia feito nas últimas décadas de vida (ESSLIN, 1971) quando viu as consequências dos seus achados científicos virarem a ideia e a prática da bomba atômica.

Durante a festa de inauguração de do “invento de Galileu” – o telescópio – Cena II, (BRECHT, 1991, p. 32-44), Ludovico, já nesse momento pretendente e noivo de Virgínia, percebe a farsa mau caráter do telescópio de que Galileu apenas trocou a capa, e acaba ironizando acerca de como a Ciência funciona. Na boca de Ludovico, a questão da neutralidade da ciência se transforma, pois agora o foco passa a ser o problema, agudizado parodicamente pelo ridículo do disfarce da capa de couro mudada, da autoria individual da ciência. Uma invenção, pensa-se, é devida à genialidade de um sujeito solitário e nas narrativas históricas e científicas é esquecida a participação de outros sujeitos na construção desse saber. A princípio podemos tomar o comentário de Ludovico como apenas relacionado a trapaça de Galileu, mas se aprofundarmos na nossa interpretação podemos reconhecer facilmente que está sendo caracterizada essa atitude científica de ignorar o conjunto de sujeitos necessários na construção de um saber. Pouco se costuma relacionar esse ponto com a tese da neutralidade e objetividade na ciência. Valores e vaidades nem sempre estão ligados ao objeto construído.

Mas a euforia em torno da invenção de Galileu esfria quando tempos depois da inauguração do invento, o Procurador completamente fora de si vai até Galileu para comunicar (como se o culpado não soubesse) que a invenção que ele se apropriara não era de sua autoria. Furioso, ele desmascara o cientista, mas não impressiona Galileu que cinicamente não se sente responsável pelo “engano”, num jogo interessante e cômico de tensão entre responsabilidade individual e irresponsabilidade.

O cinismo torna Galileu irresponsável, mas o saber que ali é alegorizado por Brecht (1991), pode e será usado para fins bélicos, mas pode ser utilizado para outras questões de alimentação e doenças. Outros casos na ciência podem ser ligados a essa irresponsabilidade de Galileu no falseamento de dados que desencadeiam desastres. Não vamos muito longe com um exemplo nos casos recentes no Brasil e no mundo de cientistas que se submeteram a estudos eticamente deploráveis, criminosos e enviesados sobre o estudo de *kit-Covid*, com medicamentos já descartados para o tratamento da covid, para o lucro de grandes redes de planos de saúde e indústrias farmacêuticas.

Prolongando esta tensão, ao final da saga do telescópio, Galileu ainda se beneficia da mentira que conta. Consegue uma posição de professor em outra cidade mais promissora em matéria de liberdade de pesquisa, tempo e disponibilidade.

Uma segunda parte da história, desdobramento das trapaças de Galileu com a história do telescópio, pode ser tomada como exemplo da forma como a não neutralidade da Ciência era um tema evidenciado por Brecht no texto. É a sequência de cenas que culminam na acusação e julgamento de Galileu pela inquisição, como consta dos arquivos de História, já que o julgamento de Galileu é bem caracterizado por documentos. Brecht (1991), em “A vida de Galileu”, entretanto, não se limita a apenas retratar o processo da igreja contra Galileu, mas cria os bastidores do ambiente político conspiratório do Estado, dos cardeais e do Papa contra o cientista. Brecht quer explorar porque Galileu é levado ao tribunal do santo ofício: será ainda pelo caso da luneta, o mesmo que leva Galileu à fama e que o leva à derrocada. Trata-se da questão do conhecimento embebido de política. A luneta é o infortúnio, mas não por causa do ludibrio.

Descoberto pela falsa autoria, Galileu mostra-se cínico, mas pelo valor agregado ao “invento” havia sido “perdoado” pela elite e sociedade local. Ora, o caso esquecido franqueia o uso da luneta pelo cientista em suas pesquisas científicas. Daí que a peripécia decisiva da peça é que, ao invés de apenas usar a luneta como um instrumento de navegação ou para qualquer outra utilidade rentável do cotidiano, Galileu a aponta para o céu, realiza suas observações e faz descobertas importantes sobre a superfície lunar e movimento da Terra. São essas descobertas que Galileu divulga que o levarão ao tribunal. Questionando as verdades da santa igreja, Galileu acredita que, negociando com os cardeais Belarmino e Barberini, vai conseguir que a igreja o reconheça mesmo com suas descobertas científicas. Os cardeais recuam, principalmente, quando Barberini é nomeado Papa com a missão de manter a tradição da igreja.

Com a descoberta da farsa de Galileu, era de se esperar que ela poderia ser apagada por completo da “biografia” do então cientista. Porém, a luneta, reconfigurada por Galileu, com aprovação e congratulação da comunidade científica e da própria sociedade civil, já que era economicamente conveniente, subsiste. Então, Galileu muda-se para outra cidade, fica famoso, várias autoridades, como filósofos, matemáticos, e

estudiosos debatem, enquanto comunidade científica, seus achados. A luneta vive, sua origem fraudulosa.

O trabalho de Galileu toma então uma dimensão interessante pois passa a ser debatido não apenas de forma restrita na comunidade científica, mas também na própria sociedade. Galileu, cientista popular, está presente na cena de carnaval, com a qual Brecht (1991) quer nos mostrar como a ciência começa a tomar conta dos debates sociais ou como ela deveria tomar conta da sociedade enquanto um conhecimento do cotidiano. Os personagens da cena estão completamente envolvidos com o debate das descobertas científicas de Galileu, e só falam no assunto, mas a cena do carnaval, desenvolvendo o tema do conhecimento científico, é ambígua no que tange a cultura científica. Podemos tomá-la como uma crítica positiva de Brecht, no sentido de fomentar a ideia do conhecimento científico como algo que deve ser incorporado ao conhecimento do cotidiano dos sujeitos, inclusive como uma forma de diversão em que cultura científica e cultura normal podem ser mescladas, assim como todos os sujeitos participam dela. Podemos também tomar essa passagem como uma crítica negativa de Brecht à banalização da cultura científica, com tudo que ela pode significar de desqualificação do verdadeiro papel do cientista na nossa sociedade. Por mais atraente que essa última hipótese possa ser, enquanto penetramos na própria proposta brechtiana geral, reconhecemos que para o autor o conhecimento deve ser produzido e ampliado à classe trabalhadora, e assim seu acesso tem que ser ampliado para esta classe.

Como já dissemos, a peripécia decisiva da peça, isto é, a utilização que o cientista faz do instrumento ao apontá-lo para o céu como forma de investigação, repõe a narrativa no eixo do “Galileu histórico”. A luneta, já o dizia o próprio Galileu, poderia ser um bom instrumento científico, para além apenas do aspecto técnico e comercial, para além por exemplo de seu uso em navegações, e por isso ele afinal a aponta para o céu, a fim de realizar suas investigações acerca da superfície lunar e da existência de outros planetas, configurando na composição do personagem cientista seu caráter genuíno, o fato de ele ser um sujeito altamente movido pelo desejo da curiosidade e capaz de fazer descobertas importantes. Afinal, como está na história real, associar a ciência básica com a ciência prática fez “ver” objetos importantes não apenas como meros utensílios domésticos ou

comerciais, e sim como potencialidades científicas. Última artimanha do Galileu de Brecht (1991).

A fama conquistada por Galileu devido ao uso da luneta não só o faz conseguir uma posição importante em outra universidade, mas faz também com que os holofotes do poder recaiam sobre ele, que passa a ter uma atenção especial dos sujeitos do poder sobre suas ações. Ponto sensível vinculado ao *desejo de poder de influência ou poder de sucesso* individual, a questão do reconhecimento de Galileu pela igreja não impede que logo em seguida, esta última, detentora do poder institucional intelectual da época, tome na peça a decisão importante, correspondente à história real, de colocar a obra de Copérnico no INDEX como obra proibida. A mescla do ficcional e do real sinaliza um ponto importante na construção do discurso crítico de Brecht, que vê o poder como manipulação do poder do conhecimento científico em favor da manutenção do *status quo* vigente e tradicional. Ou seja, o Estado, em muitas situações, e novamente em referência à bomba atômica na Segunda Guerra mundial, mantém o controle da produção do conhecimento.

Brecht pensa, brincando com os fatos históricos, o processo de condução do julgamento de Galileu, explorando como o poder institucional realizava manipulação das informações científicas solapando a neutralidade científica. Neste momento, o Estado decide, por meio da força autoritária ou econômica, qual conhecimento vai florescer ou ter prioridade. A partir do caso clássico de Galileu, em especial do momento do julgamento do cientista pelo Santo Ofício, Brecht coloca à baila as manipulações de um Estado autoritário contra a liberdade de expressão e a produção de saberes. Ele nos faz questionar: como o rumo do Ciência pode se impregnar das decisões políticas?

A história contada por Brecht (1991) se encaminha para um golpe do destino, quando Barberini, o matemático, é escolhido como o novo Papa. Galileu é então talvez colocado por Brecht, em sua ficção, como figura ingênua que acredita no poder da objetividade científica, acredita que a ciência será considerada, a partir de então, como uma instituição séria. Os próprios dados científicos poderão ser tomados, quem sabe, como sérios, porque no poder agora está um “homem da ciência”. Engano seu. Galileu é levado ao julgamento mesmo assim. Os relatos históricos sobre o acontecido no julgamento real da figura histórica de Galileu não extrapolam para tais intenções de

Galileu que queria se salvar da fogueira e não ter o mesmo destino como de Giordano Bruno. Porém, Brecht retrata a célebre cena da abjuração do cientista, sua negação de todos os seus achados de investigação como uma alegoria da resistência como estratégia de defesa da liberdade de expressão e intelectual. Para Brecht, Galileu abjurar diante do tribunal da inquisição não se resume apenas a salvar a própria pele da condenação à morte, mas uma estratégia de resistência e destino adequado a sua obra que chega à posteridade, até nós. Tal intenção, a mim é clara, na cena final em que Andrea atravessa a fronteira com as obras de Galileu para outro país. Cabe aqui, ainda, uma última reflexão sobre estratégias de resistência da célebre frase de Brecht, que leva o título do livro de Esslin (1956): dos males o menor.

Claro que a discussão trazida por Brecht por via da representação teatral refere-se a tempos progressos de Estados autoritários, mas pode também ser importante para pensar em como os Estados organizam suas políticas científicas, priorizando o desenvolvimento do conhecimento básico em ciências naturais e humanas ou, então, incentivando políticas científicas de Estado ligadas à tecnologia e às guerras, por exemplo. A alegoria, com base na inspiração histórica de Brecht, da política estatal como maneira de manipular o conhecimento, é um dos ensinamentos da peça.

***Os interesses pessoais do cientista como categorias de análise do conhecimento público.***

Sem prejuízo de outras perspectivas de leitura da peça, a análise da “A vida de Galileu” de Brecht (1991) abriu a possibilidade de pensar as categorias de análise do conhecimento científico disponibilizado em sociedade interpretando-as a partir da ideia de não neutralidade da ciência. Em outras palavras, como sugere a história de Brecht lida por um leitor de hoje, o conhecimento produzido pode ser questionado não apenas por causa de sua contaminação por questões políticas, sociais e econômicas do coletivo, mas também pela via da figura individual do cientista ou da cientista submetido a uma lógica político-econômica que molda as subjetividades no mundo contemporâneo. Dessa forma, a proposta da pergunta autoetnográfica: “quais são os interesses pessoais do

cientista com aquele conhecimento?” pode ser desdobrada a partir de três categorias de *desejos* extraídas da análise da obra “A vida de Galileu” de Brecht:

- *Desejo de status* quando o cientista influenciado pela cultura capitalista e mercantil vê nas possibilidades de construção do conhecimento, nos cargos em centros e universidades de pesquisa, na noção da construção de uma obra como uma corporativa de carreira, a possibilidade de alcançar estruturas e símbolos de classe social superiores, possibilidade à qual está submetido ou submetida;
- *Desejo de poder financeiro* quando o cientista não é remunerado o suficiente por seu trabalho, deseja ser melhor remunerado para a realização de sua pesquisa e se vincula à venda dos seus saberes ou do seu potencial em produzir conhecimento para o capitalismo acadêmico, tornando-se um pesquisador-empresário ou empreendedor;
- *Desejo de influência* com seu conhecimento, quando o cientista ou a cientista expressa sua vontade de contribuir ou mudar realidades ou se aprofundar no conhecimento que produz durante sua carreira.

A proposta dessas categorias de análise é que elas não são estanques, regulatórias, factuais, causais ou determinadas apenas pelo julgamento moral negativo ou positivo do *ethos* científico singular do cientista ou da cientista, mas podem nos ajudar a pensar a produção, os destinos e as acessibilidades dos saberes e conhecimentos emergidos no século XXI. Nossa época está permeada por políticas e economias opressoras, exploradoras e desiguais fermentadas pelo capitalismo tardio que incentiva o individualismo e a competição desenfreada entre os indivíduos em sociedade e entre os pesquisadores dentro das instituições. Uma análise dos saberes, enriquecidos pelo prisma do olhar autoetnográfico e no conhecimento que brota em laboratórios e universidades pode ajudar, hoje, a repensar as desigualdades nos processos de poder de produção de conhecimento. São categorias para refletir sobre a condição do cientista no século XXI.

## CAPÍTULO 3:

# AS AUTOETNOGRAFIAS DA LEITURA DE “A VIDA DE GALILEU”

(...) “GALILEU: Você acabou entendendo o que lhe expliquei ontem?

ANDREA: O que? Aquela história de Copérnico e da rotação?

GALILEU: É.

ANDREA: Não. Por que o senhor quer que eu entenda? É muito difícil, e eu ainda não fiz onze anos, vou fazer em outubro.

GALILEU: Mas eu quero que também você entenda. É para que se entendam estas coisas que eu trabalho e compro livros caras em lugar de pagar o leiteiro.

ANDREA: Mas eu vejo que o Sol de noite não está onde estava de manhã. Quer dizer que ele não pode estar parado! Nunca e jamais.

GALILEU: Você vê! O que é que você vê? Você não vê nada! Você arregala o olho, e arregalar o olho não é ver. (Galileu põe a bacia de ferro no centro do quarto). Bom, isto é o Sol. Sente-se aí. (Andrea se senta na única cadeira; Galileu está de pé atrás dele.) Onde está o Sol, à direita ou à esquerda?

ANDREA: à esquerda

GALILEU: Como fazer para ele passar a direita?

ANDREA: o senhor carrega a bacia para a direita, claro.

GALILEU: E não tem outro jeito? (Levanta Andrea e a cadeira do chão, faz meia volta com ele). Agora, onde é que o Sol está?

ANDREA: À direita.

GALILEU: E ele se moveu?

ANDREA: Ele não.

GALILEU: O que é que se moveu?

ANDREA: Eu.

GALILEU (berrando): Errado! Seu burro! A cadeira!

ANDREA: Mas eu com ela!

GALILEU: Claro. A cadeira é a Terra. Você está em cima dela.

DONA SARTI (que entrou para fazer a cama e assistia à cena): Seu Galileu, o que o senhor está fazendo com o meu menino?

GALILEU: Eu o estou ensinando a ver (...). ”

(BRECHT, 1991, *A vida de Galileu*, p.16-19).

### ***A teoria sobre diários: os vestígios de uma existência para a imortalidade***

Os escritos de diários estão dentro do campo das escrituras ligadas ao cunho íntimo, confessional e subjetivo de quem escreve. Muito se tem estudado sobre esse material como maneira de desvelar questões históricas, estilísticas e de pesquisa em diversas áreas.

Allport (1943) faz uma divisão interessante dos tipos de diários que podem ser compostos de acordo com o objetivo do escritor ou da escritora. Em seus estudos, o pesquisador identificou 3 modelos distintos de diários familiares na vida cotidiana:

- i)* o diário íntimo, focando em pensamentos e opiniões privados que possam ser registrados, sem censura pelo escrevente e que na maioria dos casos não quer se tornar público, mas apenas como forma de intimidade;
- ii)* um diário ou livro de memórias – também conhecido como um diário "impessoal", muitas vezes escrito com o objetivo de publicar e que os relatos ali colocados possam ser lidos e circular em sociedade;
- iii)* a agenda que é uma espécie de lista de eventos, afazeres, com relativamente poucos comentários, geralmente composto em tópicos.

Essa divisão realizada por Allport (1943) é de cunho metodológico que toma o diário como apenas um material secundário ou de baixo valor epistemológico de registro de fatos secundários para pesquisas em campos da Sociologia, Antropologia e História. Porém, é com o teórico francês Philippe Lejeune (1938 -), a partir das décadas de 60 e 70, que os diários são tomados para além dessa visão, mas como “uma série de vestígios datados” (LEJEUNE, 2014, p.342) como uma tentativa de registro de uma existência imortalizada de “uma espécie de um corpo simbólico que, ao contrário do corpo real, sobreviverá” (LEJEUNE, 2014, p.306). Ou seja, Lejeune toma os diários e seus escritos não apenas como um instrumento metodológico, mas como categorias importantes de escritos literários.

Tomando essa perspectiva de Lejeune, algumas perguntas são importantes que podem ser levantadas para entender sobre os diários: o que são em fato? Como são compostos? Há uma forma rígida na escritura do diário? E como, a partir disso, podem

ser usados como material ou metodologia de uma pesquisa, por exemplo, autoetnográfica?

Lejeune (2014) não defende uma definição objetiva do que possa ser realmente um diário. Ao contrário, como material entre o contínuo e o descontínuo ou entre a forma e a não forma de compor um diário defende a fragmentação proposital da composição dos diários como maneira de liberdade da escrita. Porém, apresenta algumas características que são importantes para separá-los de outras formas de escritas sobre o Eu. Duas dessas características chamam a atenção. A primeira está ligada a diferenciação de um diário de outras formas de textos ligados a intimidade de um texto, por exemplo, o autobiográfico. A outra corresponde a marcação de uma espinha dorsal para que uma escritura possa ser considerada como diário que é a pontuação objetiva do tempo, ou seja, um diário é composto a partir de datas marcadas e delimitadas, pois sem essa marcação temporal não há um sentido de registro do real. O escritor ou escritora de um diário, segundo Lejeune, tem que marcar, por obrigação e deliberadamente, as datas de seus escritos por dia para que o leitor ou leitora possam situar-se no contexto do tempo e do espaço em que o escrito foi realizado. A data marcada do texto é o que configura o diário como um escrito cotidiano de uma existência.

A primeira diferenciação que Lejeune realiza é a separação entre um diário e uma autobiografia. Grande parte da obra de Lejeune é dedicada a uma teorização e uma conceituação do que é um texto autobiográfico e assim o teórico consegue realizar o exercício de diferenciação de tipos distintos de textos com cunho íntimo. Em seu mais famoso texto, “O pacto autobiográfico” (1991), o pensador, levanta algumas categorias de classificação das autobiografias que ajudam a diferenciá-las dos outros tipos de textos. Para Lejeune uma autobiografia deve conter<sup>23</sup>:

1. *Forma de linguagem*: em narração ou prosa;

Diferentemente de outros textos de foro íntimo uma autobiografia é realizada em formato de narração e prosa.

2. *Tema tratado*: a vida individual, história de uma determinada personalidade;

---

<sup>23</sup> Traduzido do francês: “Le pacte autobiographique”, Philippe Lejeune (1975) (p.14)

O autor ou autora de autobiografia tem interesse exclusivamente em expor e destrinchar sua vida individual como forma de narrar sua personalidade.

3. *A situação em que o autor se enquadra*: qual a identidade do autor ou da autora e do narrador ou da narradora;

Para Lejeune é imperativo na autobiografia que o autor ou autora realizem um pacto com o leitor ou leitora ao identificar-se sinceramente já na capa do livro. A revelação real de que o texto ali exposto é parte integral de uma experiência de vida daquele sujeito é o marco zero da relação entre leitor e autor.

4. *Qual é a posição do autor*: qual a identidade do narrador e da personagem principal; a perspectiva da narração.

Assim, a ocultação da verdadeira identidade do autor ou da autora não permeia o texto autobiográfico.

Esses quatro elementos, para Lejeune, são importantes para enquadrar um escrito em uma perspectiva de autobiografia e diferenciá-las de gêneros vizinhos como:

- i) *biografias* (em que o escrito é sobre outrem e na grande maioria das vezes não tem qualquer ligação com o narrador. O compromisso do escritor ou escritora com seus leitores e leitoras foge ao pacto proposto por Lejeune, visto que a vida de outrem será destrinchada);
- ii) *memórias* (em que não se caracterizam apenas como narrativa de uma vida individual ou de uma determinada personalidade, pois dialogam com o coletivo ou com um tempo que pode ter ou não uma demarcação clara);
- iii) *novela pessoal* (não está atenta aos fatos concretos do real, podem ser fracionados e em muitos casos o ‘pacto autobiográfico não está ligado – por dever – ao narrador. O narrador construído na escritura pode ter sofrido transformações importantes que fogem do narrador real);
- iv) *poema autobiográfico* (não é uma narração em prosa);
- v) *autorretrato, ensaio* (ambos não estão ligados a qualquer uma das exigências autobiográficas. Há um completo afastamento, em muitos casos, do relatar a si);
- vi) *diários íntimos* (não são narrativas em prosa, são fragmentos sem perspectiva de uma retrospectiva).

Os diários mesmo estando em conjunto com a categoria de escritos sobre o Eu, como distinguiu Lejeune, podem ser distinguidos e analisados como uma forma particular de escrita fragmentada como origem de uma nova estética poética e existencial (LEJEUNE, 2014, p.308). Para Lejeune os diários são formas livres de escrita em que “(...) nenhuma forma é imposta, nenhum conteúdo é obrigatório (...)” (LEJEUNE, 2014, p.327) o que possibilita uma maior liberdade de escrita do escritor ou escritora. Porém, a marcação do tempo é o único imperativo que se coloca na escrita do diário como uma maneira da marcação de uma escrita cotidiana, na intenção de deixar uma “série de vestígios datados” (LEJEUNE, 2014, p.299) pelo escritor ou escritora:

A base do diário é a data. O primeiro gesto do diarista é anotá-la acima do que vai escrever (...) chamamos ‘entrada’ ou ‘registro’ o que está escrito sob uma mesma data. Um diário sem data, a rigor, não passa de uma simples caderneta. A datação pode ser mais ou menos precisa ou espaçada, mas é capital. Uma entrada no diário é o que foi escrito num certo momento, na mais absoluta ignorância quanto ao futuro, e cujo conteúdo não foi com certeza modificado. Um diário mais tarde modificado ou podado talvez ganhe um valor literário, mas terá perdido o essencial: a autenticidade do momento. Quando soa a meia noite, não posso mais fazer modificações. Se o fizer, abandono o diário para cair na autobiografia. (LEJEUNE, 2014, p.300).

Essa observação de Lejeune é interessante e importante, pois capta a principal linha de corte que vai separar a escritura de um diário de outras formas do Eu: a marcação imperativa do tempo, das datas. O tempo no diário, segundo o teórico, é mobilizado como instrumento essencial de validação do escrito. Uma data marcada no início de uma escritura nos diz para além de um conjunto de números, mas vincula aquelas palavras a uma intenção de reflexão, de captação de uma realidade naquele instante percebida por aquele sujeito. Apesar do compromisso do diário com o tempo, o diário é um instrumento *contra* o tempo, pois serve para: “fixar o presente etc. – preservar a memória” (LEJEUNE, 2014, p.329), isto é, não permite a traição das memórias que podem se entrecruzar ofuscando o acontecimento. O tempo datado no diário é o regulador da memória.

O que Lejeune quer nos propor é que a escrita do diário ou a construção do mesmo está atrelada à marcação das datas em que os fatos, acontecimentos, reflexões,

sentimentos estavam ocorrendo com o indivíduo ou autor/autora do escrito. Por essa característica da forma do diário, Lejeune defende que o estilo da composição do diário passa por um descontínuo, lacunar, alusivo (referência para quem escreve e nem sempre para o leitor ou leitora), redundante e repetitivo. O teórico se pergunta qual, então, seria a função do diário quando se olha para o indivíduo e para a coletividade que possa ter acesso aos escritos realizados. Para responder enumera oito argumentos que falam a favor da defesa das características próprias do diário:

- *Conservar a memória*: “(...) o diário será ao mesmo tempo arquivo e ação ‘disco rígido’ e memória vida” (LEJEUNE, 2014, p.302). A memória, assim como o texto das memórias, individual ou coletiva, pode trair. A escritura do diário pode funcionar como o desenvolvimento de um arquivo de fatos, acontecimentos, reflexos, emoções. Novamente, a constatação de Lejeune sobre a marcação da data, como estrutura imperativa do diário, se mostra importante;
- *Sobreviver*: “(...) o diário é apelo a uma leitura posterior: transmissão a algum *alter ego* perdido no futuro, ou modesta contribuição para a memória coletiva” (LEJEUNE, 2014, p.303). Importante notar que o registro nos diários pode ser tomado como uma forma de ética em que o indivíduo se reconhecendo como um determinado sujeito no coletivo não quer ser lido como *um outro*. Escrever o diário auxilia nessa marcação para uma leitura futura;
- *Desabafar*: “O papel é amigo. (...) o papel permite expressá-las (as emoções) pela primeira de vez com toda a liberdade” (LEJEUNE, 2014, p.303). Na atualidade, é bem conhecida a função da escrita, principalmente dos diários, como maneiras terapêuticas psicológicas em que o exercício da escrita diária pode lançar o indivíduo a defrontar com problemáticas internas e de certa maneira poder refletir sobre elas;

- *Conhecer-se*: “O papel é um espelho. (...) a aventura do diário é, portanto, muitas vezes vivida como uma viagem de exploração, ainda mais que esse conhecimento de si não é uma simples curiosidade, mas condiciona a continuação da viagem: é preciso escolher e agir” (LEJEUNE, 2014, p.303-304). A reflexão sobre si traz benefícios psicológicos importantes para além dos recursos meramente terapêuticos da escrita, mas como movimento de colocar-se a prova, com total liberdade no papel ou diante da tela do computador, na tentativa de defrontar-se com seu verdadeiro eu;
- *Deliberar*: “Fazer o balanço de hoje significa se preparar para agir amanhã (...) o diário também permite acompanhar de perto uma tomada de decisão” (LEJEUNE, 2014, p.304). Diante do processo e fruto da reflexão do desabafo ou do autoconhecimento colocados em palavras no papel ou na tela do computador esse exercício pode ser importante para clarear fatos e acontecimentos para tomadas de decisões importantes;
- *Resistir*: “Como aguentar a vida que nos submete uma prova terrível? Como transformar o ‘foro íntimo’ em campo de defesa onde recuperamos as energias e buscamos forças? O diário pode trazer coragem e apoio” (LEJEUNE, 2014, p.304-305). Na mesma esteira do escrever diários como forma terapêutica ou de autoconhecimento, a escrita deles pode ajudar no desenvolvimento de resistência frente a uma adversidade. Lejeune nos traz o exemplo de Anne Frank ao escrever seu diário como maneira única e salvadora de resistência diante dos horrores aos quais estava submetida. Para o teórico, a opção, e talvez a única da garota, era ter se lançado na escrita de um diário;
- *Pensar*: “A forma do diário desloca a atenção para um processo de criação, torna o pensamento mais livre, mais aberto a suas contradições, e comunica ao leitor a dinâmica da reflexão tanto quanto seu resultado (...) de maneira geral, pode-se dizer que, em muitas atividades humanas o

diário é um método de trabalho” (LEJEUNE, 2014, p.305). A escrita do diário não tem compromisso, como em outras escrituras, com a forma, com a normas cultas da língua, com estilos ou compromisso com a continuidade da vida. É uma escritura anárquica que ajuda o indivíduo a colocar seu pensamento em experimentação para uma melhor elaboração. Lejeune toma a composição do pensamento de Sartre como exemplo. Sartre, quando convocado para a guerra, elaborou todo seu pensamento fenomenológico, a princípio, por meio de diários de leitura e reflexões - A partir da criação e composição desse pensamento em diários Sartre, posteriormente, construiu sua teoria existencialista;

- *Escrever*. “Um caderno no qual nos contamos – ou folhas que mandamos encadernar – é uma espécie de corpo simbólico que, ao contrário do corpo real, sobreviverá (...) o diarista não tem a vaidade de se acreditar escritor, mas encontra em seus escritos a doçura de existir nas palavras e a esperança de deixar um vestígio” (LEJEUNE, 2014, p.306). Escrever diariamente como um ato de tentar imortalizar o real e a si mesmo para que uma existência não passe despercebida.

Ainda pode somar-se a essas características da função do diário levantada por Lejeune uma outra que é a *leitura dos diários*. O autor ou a autora quer que seus escritos sejam lidos? Ou escrevem apenas para si? Ou ainda: os diários devem ser lidos? Ou seria contra uma ética a permissão ou imperativo da leitura do diário? Lejeune (2014) não deixa claro. Porém, deixa uma pista quando define o suporte em que o diário vai ser escrito. Como suporte, o teórico, chama o material no qual o diário seja composto: cadernos, folhas soltas, folhas espiraladas em formas de caderno, pedaços de papel ou no computador. A hipótese de uma pista deixada sobre a permissão da leitura dos diários depende de seu suporte. Lejeune, ao atualizar seus escritos e pensamentos sobre as escrituras de si, não deixa de analisar, por exemplo, o fenômeno dos *blogs* na internet em que a escrita de si ou diário são autorizados instantaneamente e ao vivo para os leitores que acompanham.

Como vestígios de existência e reflexão do escritor ou escritora sobre sua própria existência, os diários são instrumentos poderosos de escrita e manifestação dos indivíduos no registro de suas existências singulares. No campo da pesquisa raramente são dadas as atenções devidas ao trabalho paralelo de pesquisadores ou pesquisadoras, principalmente em áreas mais técnicas como as ciências sociais ou naturais. A construção de um conhecimento passa por diversas etapas e o uso de um diário por um pesquisador ou pesquisadora pode revelar essas etapas. Além de captar a subjetividade de quem se lança a uma investigação.

Um exemplo interessante sobre essa perspectiva do uso do diário foi realizado pela pesquisadora Marion Engin (2011) em seu artigo "*Research diary: a tool for scaffolding*". A pesquisadora estudava como professores de formação de língua inglesa utilizavam os diários na organização e estruturação das suas aulas. Ao mesmo tempo, Engin manteve seu diário pessoal de pesquisa em que anotou impressões e análises de dados do campo e teóricas sobre sua investigação. Ao longo do seu trabalho percebeu que a escrita no diário não estava apenas centrada em analisar dados e correlacioná-los ali de uma forma aleatória, mas notou que seus escritos no diário estavam intimamente relacionados a construção do conhecimento e crítica que estava realizando em sua pesquisa. Para Engin (2011), o diário funcionava como um diálogo com pares, um tipo de interação social importante que a ajudava na construção da sua pesquisa. E não estava errada em levar a cabo esse exercício, visto que o diário estava proporcionando um momento de reflexão, consigo mesma, sobre o que produzia.

O que é interessante é a maneira como Engin se relaciona com seus escritos no seu diário. A posição da pesquisadora é de transformar os escritos do diário, suas próprias reflexões, em material palpável de dados verificáveis como uma historiografia interpretativa dos achados feitos a partir dos dados coletados. A terceira camada de interpretação que considera, ainda, como uma meta-interpretação dos seus dados de pesquisa foi fundamental para a construção dos saberes na sua pesquisa. O que a análise de Engin traz de novidade para o uso dos diários na pesquisa qualitativa é a natureza da análise que ela realiza dos seus escritos. Engin (2011) busca na teoria de aprendizagem sócio interativa de Vygotsky para explicar e propor o diário como forma de metodologia para a formação do pesquisador. Para a autora o diário funcionou como uma

maneira dialógica e interativa quando estabelecida uma conversa consigo e com os dados coletados. Dessa forma, conseguia realizar construções de conhecimento importantes no seu processo de pesquisa.

Engin (2011) separa a análise dos seus escritos no diário em três dimensões ou categorias:

A primeira é o “questionando a si mesmo” momentos em que realiza perguntas a si mesmo, como maneiras de dúvidas corriqueiras da pesquisa e até perguntas conceituais e fundamentais, um importante movimento de levantamento de dados e resgate de marcadores da evolução conceitual na construção de estratégias de resolução do problema de pesquisa ali estabelecido.

A segunda dimensão ou categoria está centrada nas “justificativas para as decisões tomadas”. Consiste na análise dos momentos em que construiu uma justificativa para as decisões de pesquisa e conscientizou-se que essas justificativas poderiam envolver a tomada de decisões teóricas, O que a pesquisadora ressalta aqui é que esse movimento de justificativa foi importante, pois teve que levantar várias hipóteses e caminhos distintos para que conseguisse escolher um apenas para traçar sua pesquisa. Na mesma esteira ela nos lembra que essa justificativa foi importante para já começar a construir um caminho de uma argumentação lógica para uma audiência ou leitores acadêmicos.

Uma terceira categoria, denominada “Percebendo”, foi a maneira como a autora foi anotando como ela foi percebendo as anotações que estava realizando, como essas anotações podiam conter afetos implícitos e explícitos em seus escritos. Essa é uma categoria muito subjetiva proposta pela pesquisadora, porém de extrema importância. A própria pesquisadora faz críticas a esse momento, pois para ela em alguns momentos de sua pesquisa ela estava tendenciosa ou tomada por alguma vertente teórica, o que poderia trazer de alguma maneira uma interferência ou não neutralidade em suas análises. Apesar de haver uma nomeação confusa de categoria e de difícil tradução, a princípio, é uma categoria importante que pode estar relacionada, por exemplo, a uma etnografia mais tradicional em que o sujeito está separado do objeto que está estudando.

E a quarta categoria ou dimensão que consiste em “Diálogo com outros especialistas” corresponde ao momento em que, diante dos seus dados, a pesquisadora

correlacionou seus achados com as teorias e escritos de outros autores e outras autoras. A partir disso foi estabelecida uma discussão com a literatura especializada, construindo um “diálogo” por meio da intertextualidade.

Engin (2011) conclui que o processo reflexivo da escrita do diário foi de extrema importância não apenas como instrumento de coleta de dados, mas como forma reflexiva da sua própria jornada de pesquisa assim como no processo de construção das suas ideias, na forma como devolveu essa construção de pensamento em formato de uma pesquisa com um texto lógico científico. Para a autora o percurso da escrita do diário, em primeira pessoa, foi o substrato importante para a formação de um outro texto científico.

Os escritos de diários, como forma de pesquisa qualitativa, podem ser ainda mais valorizados no campo dos estudos literários, onde o uso do diário, como de sua finalidade de pesquisa, pode, no entanto, ainda ser tímido.

Retomo o estudo de Eline Santos (2016) que molda a estrutura escolhida e metodológica para essa análise de tese quando faz a leitura de um romance e compõe um diário como instrumento de pesquisa. Agora dou foco no uso do diário pela pesquisadora como maneira de refletir sobre a construção da sua interpretação por meio da leitura do romance “Nove noites” de Bernardo Carvalho indagando quais foram os pontos relevantes percebidos e levantados pela pesquisadora em seu diário. O ponto principal focado por Eline Santos está circunscrito, principalmente, nas emoções e memórias mobilizadas por ela, a leitora e pesquisadora, durante a escrita do diário. Santos (2016) nos alerta que a escrita do seu diário seguiu um padrão favorável ao destaque das experiências das emoções presentes defendidos como essenciais no processo de subjetivação e interpretação da leitura.

Há dois grandes pontos de articulação na análise de Santos dos seus diários de pesquisa que são importantes a serem destacados. O primeiro está relacionado à sua relação direta com o texto, ou seja, ao que percebe sobre linguagem e estilo textual e lhe chamam atenção, podendo influenciar em sua leitura. O segundo está relacionado às emoções que foram mobilizadas na sua leitura enquanto pesquisadora. Santos chama atenção sobre a estrutura de composição do texto que apresenta repetições de frases e palavras que acredita que sejam artifícios literários para prende-la na leitura. Além disso a estrutura da narrativa não linear, fragmentada e repleta de mistérios a serem resolvidos

– ou não serão – expostos pelo escritor. Essa estrutura, segundo o relato da pesquisadora, define sua busca por resposta, como uma investigadora, e motiva sua leitura. Já no campo das emoções mobilizadas na leitura, Santos relata que duas delas foram as principais: a tristeza e a melancolia. Destaca que as questões levantadas em “As nove noites” sobre a população indígena lhe tocaram com importância, pois remetem às suas origens. Tais informações são importantes como forma de destacar que uma leitura não é distanciada. O que Santos (2011) quer nos dizer é que por meio da escrita do diário as emoções que são mobilizadas são o substrato para a construção dos seus saberes, para a crítica da sua leitura e construção da sua subjetividade na interpretação do livro alvo.

Como colocado pela proposta teórica de Lejeune e nos exemplos mobilizados, o uso dos diários tem dimensões múltiplas e profundas que podem ser importantes na análise do contexto histórico, social e político do indivíduo. O seu uso como método de pesquisa, principalmente em autoetnografia, importa na construção de saberes e de uma crítica social em que o Eu pode ser tomado, não apenas como singularidade deslocada, mas como maneira epistemológica.

Dessa forma, no próximo tópico do capítulo trago os escritos de quase um ano da minha leitura e releitura de “A vida de Galileu” de Brecht (1991).

**AUTOETNOGRAFIA I:  
O DIÁRIO DE LEITURA DE “A VIDA DE GALILEU”:  
UMA FORMA DE VESTÍGIO DA EXISTÊNCIA DE UM  
PESQUISADOR**

**INÍCIO: 10/03/2020**

**TÉRMINO: 17/01/2021**

“(…)

DONA SARTI: Mas é verdade mesmo que o senhor ensina essas bobagens? Depois ele vai e fala essas coisas na escola, e os padres vêm me procurar, porque ele fica dizendo coisas que são contra a religião. O senhor devia ter vergonha, Senhor Galileu!

GALILEU (*Tomando café*): Dona Sarti, com base nas nossas pesquisas e depois de violenta disputa, Andrea e eu fizemos descobertas que não podemos mais ocultar do mundo. Começou um tempo novo, uma grande era, em que viver será um prazer.

DONA SARTI: Sei. Eu espero que neste tempo novo, Senhor Galileu, a gente possa pagar o leiteiro.

(…)”. (BRECHT, 1991, *A vida de Galileu*, p.20).

**DATA: 10/03/2020**

Hoje eu dou aula de manhã, das 9 às 12 horas. À tarde me envolvo com trabalhos de orientação ou administrativos da universidade e à noite vou para o outro *campus*, no bairro da Liberdade no centro da cidade de São Paulo, para mais uma turma de aula das 19 às 22 horas. Não consigo ir para casa entre o intervalo de uma aula para outra, pois de manhã dou aula no *campus* localizado na Avenida Santo Amaro e a noite no centro da cidade. Gostaria muito, me sinto fisicamente cansado de doze horas ou até mais na universidade. Não há um espaço reservado com um sofá ou lugar para que os professores e professoras possam relaxar entre um período de aula e outro. Há um

espaço do café com poltronas no meio da sala dos professores que é disputado para apreciar o café expresso forte – quando o café não falta. Como sou horista, ou seja, ganho por hora/aula, o final do período de aula é o de “quebra de hora” ou “quebra de período” em que saímos para almoço sem ganhar um ticket refeição. Também não há vale transporte. É a lei, enfim, acordada, garantida pelo empresariado. O percurso entre um *campus* e outro, devido ao trânsito, consome muito tempo. Meu contrato na universidade é por hora. De manhã cumpro quase quatro horas de sala de aula. Há uma “quebra” de horas e início os trabalhos administrativos que me pagam mais algumas horas, na ocasião 70% do valor da minha hora aula normal, ou seja, nesse período realizo pesquisas, trabalho administrativos que são considerados “menores” e valem “menos”. Toda a minha produção intelectual ou de extensão para a universidade, que conta nos relatórios por exemplo de responsabilidade social da instituição para o MEC saem dessas horas, isso me permite uma ou duas horas de pesquisa e conseguir realizar minhas investigações e me trazer alguma satisfação pessoal.

Hoje tinha esperança de começar a ler e escrever meu diário de leitura de “A vida de Galileu” do Brecht. Alguns fatos são importantes antes. Não era nem sete da manhã ainda e eu já via, da saída da estação do metrô Anhangabaú, a chuva castigar a cidade de São Paulo como não fazia havia mais de trinta anos como noticiava a repórter na chamada no ‘*breaking news*’ da TV meia hora antes de eu sair de casa quando tomava uma xícara de café instantâneo com leite. Ao meu lado dois homens. Um preocupado com a forte tempestade que impedia de conseguir atravessar duzentos metros até o terminal de ônibus da praça do Terminal Bandeira. Olhava angustiado para o relógio do celular. O outro sacou um guarda-chuva de dentro da mochila. “Quer uma carona até a estação”, perguntou o que portava o instrumento valioso que poucos paulistanos lembravam de levar ou que compravam ali mesmo na porta de qualquer estação do metrô, no dinheiro, no débito ou no crédito, das mãos dos ambulantes que surgiam, como num passe de mágica, junto com a primeira nuvem desmanchando em água sobre nossas cabeças, salvando a dez reais na simples sombrinha até a vinte reais em um mais complexo guarda-chuva. “Não, valeu”, disse o outro em muito hesitar. Dava para ver na face do sujeito o estranhamento do convite. Dava para ler que pensou que o outro não oferecia a carona de duzentos metros à toa. Por segundos, dava para ler o desespero da

imaginação na cabeça dele da possível cena de colar seu corpo ao corpo de outro homem embaixo de um pequeno guarda-chuva. “Vamos, é rápido”, insistiu o solidário. “Estou de boa. Obrigado. Pode ir”, prosseguiu disparando no meio da chuva confirmando a suspeita do medo. Ali segui para meu trabalho na Universidade com o celular vibrando como um chocalho de cascavel no bolso: eram as mensagens de dúvidas e pedidos que a avaliação do processo seletivo para vagas de monitoria para as disciplinas fosse cancelada devido à chuva. Era, ainda, o primeiro dia letivo de aula do semestre, mas já esperávamos que os estudantes realmente só fossem aparecer após o carnaval, como de costume: tudo começa depois do carnaval. E estava realmente começando ali. Fazia poucos dias que as aulas haviam começado no “normal”. Minha missão agora, ao me sentar com o tênis encharcado no ônibus, era comunicar o cancelamento do processo avaliativo. A justificativa era que os alunos não poderiam correr riscos no riacho que a cidade de São Paulo havia se tornado com enchentes por todos os lados. No noticiário da internet o choque de que dois colégios elitizados da cidade de São Paulo, lugares educacionais de filhos de empresários e até de ministros de Estado, estavam embaixo d’água. Entre a redação, ali pingando no ônibus, e o envio do comunicado oficial às coordenações pedagógicas, encaminhavam a mensagem de superiores, de que acalmassem os estudantes quanto à chegada, faltas e não perda de conteúdo devido à ausência naquele dia. Os alunos não podiam ser colocados em risco na tragédia da cidade. Mandei uma mensagem de cancelamento. O calor subiu dentro do ônibus fechado e lotado por conta da chuva que persistia torrencialmente. A última mensagem que vi foi no grupo dos professores e das professoras quando uma colega professora relatou que estava parada no trânsito e talvez seria impossível chegar. Foi seguida de outras mais, de outros colegas que diziam o mesmo. Todos estavam ilhados no meio da cidade de São Paulo. Recebemos, novamente, a mensagem para que os estudantes fossem acalmados quanto a chegada, faltas e não perda de conteúdo devido à ausência naquele dia. Outros colegas professores e professoras esperávamos a mesma orientação, mas para nós foi o silêncio. Na verdade, a mensagem estava clara: para os docentes e para as docentes o dia é normal de aula, conseguindo ou não conseguindo chegar na universidade. O mínimo de atraso seria entendido, mas ir era o imperativo. Para os estudantes houve a dispensa. A justificativa dos superiores era que: “não

poderiam colocar os estudantes em risco”. Os estudantes são os clientes, os clientes são tudo.

Na parte da tarde, após a aula que tinha o mínimo de alunos e alunas em aula devido à chuva, consegui sentar para ler e começar o diário de leitura de “A vida de Galileu”. Consegui ler sem interrupções de pessoas entrando na minha sala, sem ligações no celular ou mensagens “urgentes” chegando no aplicativo de mensagens instantâneas (*WhatsApp*) nos grupos de professores da universidade por um pouco mais de trinta minutos – o que é um luxo em uma rotina. Na maioria dos dias resolvendo problemas dos estudantes com o sistema, com certificados que não são emitidos ou se são emitidos há erros ou em muitas vezes questões de leitura dos estudantes com editais de processos dentro da instituição.

Para esse primeiro dia de leitura começo da ordem lógica de leitura, ou seja, indo do princípio do texto de Brecht. Logo percebi outro ponto importante. A cena I e II de “A vida de Galileu” me soam importantes, talvez pelo meu emocional no dia de hoje, em que há Galileu posta algo importante no universo do cientista ou do intelectual: o dinheiro e a sobrevivência.

Na cena I, Galileu apresenta suas ideias, em uma discussão que parece contínua com Andrea – o filho da empregada Dona Sarti – de outros momentos. Galileu é um professor universitário com dificuldades de sustentar a família e sobreviver com o salário que recebe pelo cargo na universidade de Pádua. Na biografia de Galileu Galilei que li no passado escrita por Geymonat isso é um fato verdadeiro. Galileu passou grande parte da sua vida com dificuldades financeiras e tendo que sustentar uma família imensa. Nessa cena I, Brecht expõe ainda o dilema central do dinheiro em que as contas de Galileu estão atrasadas e ele parece não estar muito interessado em pagá-las com precisão. Dona Sarti demonstra preocupação, pois não há dinheiro e Galileu não está interessado em sanar essa questão, pois rejeita continuamente estudantes que querem aulas particulares de Ciências. Galileu alega que não quer mais pegar alunos e ganhar por hora/aula, pois a cada aluno que admite para aulas particulares perde horas importantes para realizar suas pesquisas. Ainda na cena surge Ludovico, um jovem rico que vem a mando da família burguesa para aprender Ciências quando na verdade não quer aprender nada de ciência. Ludovico tem mais interesses em outras áreas, de

comércio por exemplo, do que em saberes refinados em Ciência. Vejo na figura da personagem de Ludovico uma semelhança importante com o público da classe média brasileira que adentra a universidade não por interesse no conhecimento que se possa adquirir durante o processo de formação, mas pelo significado que o diploma tem na sociedade brasileira. Só se é considerado gente no Brasil quando se tem um diploma universitário. O resto é ignorado. O diploma universitário na sociedade brasileira é um símbolo de prestígio antes de ser um símbolo de poder por meio do saber. Gosto dessa fala, que Brecht coloca na boca da personagem de Ludovico, que traz essa ideia: *“Minha mãe acha que um pouco de Ciência é necessário. Hoje todo mundo toma o seu vinho com Ciência, o senhor sabe”* (BRECHT, 1991, p.26). Galileu não consegue escapar da investida de Ludovico e por pressões da necessidade, que dona Sarti faz questão de lembrar devido a conta do leiteiro, e aceita dar aulas particulares ao jovem. É interessante, para mim, como Brecht coloca essa questão importante do cientista e sua força de trabalho. Brecht já na primeira cena localiza o cientista na sociedade capitalista contemporânea não mais como um indivíduo da classe média, mas da classe trabalhadora e submetido a ordem do capital, do lucro e da venda de uma força de trabalho, no caso, o conhecimento. Brecht coloca em Galileu um dilema importantíssimo que eu, e talvez qualquer outro pesquisador brasileiro possa se identificar, é a dicotomia cruel entre a liberdade de poder pensar e criar, intrínseco a qualquer intelectual, e o processo de formação demandado pelo Estado e que no futuro, por questão de necessidade e porque o Estado não vai conseguir absorver o que formou, estar submetido a servir o mercado e os desejos de consumo antes de se voltar para a construção de uma sociedade mais justa e com equidade. Me pergunto: por essa consciência de Brecht, talvez, ele tenha colocado esse dilema logo de início no texto: somos formados para que, afinal?

Na mesma cena, em continuação, após Galileu ter admitido dar aulas para Ludovico, chega o Procurador da Universidade de Pádua, em que Galileu é professor e que havia pedido um aumento de salário. Uma fala do procurador que chama atenção para o pedido de Galileu: *“Eu vim tratar do seu pedido de aumento; O senhor quer ganhar mil escudos. Infelizmente, o meu parecer não será favorável. O senhor sabe que os cursos de matemática não garantem frequência à universidade. A matemática, por assim*

*dizer, não é uma arte nutritiva. Não que a república não a tenha a mais alta conta. Embora ela não seja necessária como a filosofia, nem tão útil quanto a teologia, aos conhecedores ela proporciona infinito prazer!*" (BRECHT, 1991, p.27). É um ponto interessante, novamente que toca o dinheiro e a sobrevivência do cientista, e que Brecht ainda acrescenta na figura do Procurador da Universidade algo de atenção de que há conhecimentos ou áreas de conhecimentos mais valiosas que outras. No mercado, o único conhecimento que rende valor é aquele que vai render um produto e um lucro. O resto é descartável e necessário. Vivemos como pesquisadores e pesquisadoras no Brasil essa realidade: ciências humanas são tidas como desnecessárias e apenas ciências naturais e tecnológicas são importantes porque geram conhecimentos, produtos que são "vendáveis" e geram lucro. No atual governo, do presidente Jair Bolsonaro, essa é uma questão clara quando em vários momentos o próprio presidente ou o ministro da educação Abraham Weintraub atacam verbalmente e com cortes, via CAPES, os programas de pesquisa e de pós-graduação das ciências humanas como "desnecessários" e "improdutivos". Com menos agressividade o governo Dilma, também, deu esse recado quando priorizou no programa "Ciências sem fronteiras" a candidatura, ingresso e deferimento de bolsas de estudos para as melhores universidades no exterior de apenas estudantes das áreas de ciências naturais e tecnologias. A justificativa, de então, era que o dinheiro escasso estava voltado para a formação de cientistas para o desenvolvimento do país. É de entender tal necessidade, mas o desenvolvimento das ciências humanas, com a formação de uma massa crítica importante para o país com a possibilidade das experiências de mundo com pensadores e pensadoras em educação, filosofia, artes, literatura pelo mundo não poderiam criar um ambiente com menor desigualdade social no país?

O que Brecht joga na berlinda neste início de texto, para mim, tem uma importância central em todo o texto: em quais mãos o conhecimento ainda continua? Continua nas mãos da elite. Ludovico tem o dinheiro para pagar as aulas com um dos melhores professores da universidade, pois está impregnado com a ideia de que conhecimento científico é importante apenas para ter assuntos nas rodas de conversa com vinho. Andreas, a quem Galileu demonstra claramente prazer de ensinar (levanto vários motivos, um deles o fato de Andreas ser o filho da empregada), fica sem os ensinamentos

de Galileu como ele demonstra em toda a discussão da explicação de sua nova teoria sobre o movimento do Sol e da Terra e, principalmente, na fala “*As aulas serão de manhã cedo. Vai ser às suas custas, Andreas, não vai sobrar tempo. Você entende, você não paga*” (BRECHT, 1991, p.25). Não é muito difícil pensar na realidade do Brasil em que a elite não paga para estudar nos melhores cursos das melhores universidades às custas da classe trabalhadora que fica renegada a formação de um ensino tecnicista, sem acesso ao refinamento do processo intelectual e cognitivo oferecido pela experiência da investigação intelectual e científica, ofertado pelos grandes tubarões dos conglomerados nacionais e internacionais de capital aberto em educação.

Essa cena l com o Procurador da Universidade ainda toca, a meu ver, outro ponto importante que é a questão da liberdade de pesquisa e que acho importante ressaltar e pensar sobre a realidade brasileira. No texto, Brecht coloca na boca do Procurador da Universidade a negociata de que trabalhando na universidade de Pádua, apesar de ser mal remunerado, Galileu tem liberdade de pesquisa sem sofrer censuras, na ocasião por parte da igreja (que é o Estado), podendo pesquisar o que desejar. Abre outro precipício para a personagem de Galileu que não resta outra coisa a não ser continuar aceitando as condições ruins de trabalho em favor de realizar “pequenos desejos intelectuais” em contraponto a não ter liberdade de realizar qualquer outro. Para um indivíduo com a veia científica e intelectual essa é uma decisão difícil. Imagina o desejo de realizar um projeto de pesquisa, o desenvolvimento de uma ideia ou um trabalho de análise crítica e não ter a chance de levar esse desejo para frente em detrimento de sua sobrevivência? É uma realidade brasileira. As grandes pesquisas e as grandes oportunidades de realizar estudos estão centradas nas universidades públicas mantidas por fomentos do governo federal ou estadual. Poucas, quase inexistentes, universidades privadas realizam pesquisa. Um jovem pesquisador ou pesquisadora que queira realizar pesquisa terá que se submeter a uma parceria com uma instituição pública em que as oportunidades de bolsas são poucas e não conferem direitos trabalhistas que asseguram saúde e integridade de indivíduos que estarão expostos a produtos químicos, biológicos e físicos que podem levar a uma lesão da saúde física e psíquica. Quando há bolsas elas não cobram o custo de vida da grande maioria dos estudantes.

Eu entendo o que Brecht quer com essa primeira cena que é expor a situação social e privada do cientista: um indivíduo da classe trabalhadora. Talvez seja a cena em que mais posso me identificar. Um indivíduo que tem pretensões de trabalhar com o conhecimento e não consegue se dedicar inteiramente a essa profissão, pois tem que estar submetido aos desmandos do mercado científico e educacional. Minha situação não é muito diferente da proposta de Brecht para Galileu. Me divido entre as horas de aula da universidade e as poucas horas para conseguir fazer algum tipo de pesquisa e minha pesquisa é vista como supérflua, pois trabalho com “coisas das humanidades” seja ela direcionada para a educação, em ensino das ciências, ou com pesquisa em filosofia ou literatura. Para os ouvintes elas dão prazer, mas são pouquíssimas aplicadas ao cotidiano, por exemplo, de resolver a questão dos estudantes chegarem ou não na universidade em dia de chuva torrencial. Ou ainda para defender e argumentar a favor dos colegas professores e professoras que também estavam com dificuldades de chegar no campus da universidade. Há ainda o questionamento se meus saberes podem me ajudar a ter uma “inteligência emocional” para lidar com os estresses diários da profissão. Como se reivindicar fosse uma ausência da tal “inteligência emocional”.

Outro trecho que me chama atenção na leitura dessas primeiras cenas, em especial, do final da cena II: “*E eu acho que estou começando a entender alguma coisa de ciência*” (BRECHT, 1991, p.44), diz Ludovico. A cena II é interessante como Brecht coloca a questão da ética científica em cheque com a figura de Galileu. Nela Galileu usa o telescópio que Ludovico havia apresentado como forma de ganhar os seus quinhentos escudos a mais no salário. Na cena I, em diálogo com o Procurador da Universidade de Pádua, o Procurador diz que só poderá ceder o aumento a Galileu caso ele faça alguma pesquisa que possa render “escudos” para a república, ou seja, produzir alguma invenção tecnológica como realizou no passado. Galileu, ambicioso e ao mesmo tempo desejoso, decide usar o telescópio que Ludovico mostrou como uma invenção sua. E o faz apresentando para o Procurador. Na cena II acontece a apresentação da “invenção de Galileu” à sociedade e ao mercado da república. Ludovico, sabendo da verdade, ao final diz a fala que citei acima. O que dá a entender que a Ciência tem muito mais política que a construção de saberes, ou seja, há uma impregnação de política na Ciência. A questão que me chega ao ler essa cena, as armações de Galileu colocada por Brecht é o limite

ético de um cientista quando diante de uma necessidade. Seria eu um Galileu, quando não reivindico, junto aos colegas que possamos também ficar em casa diante da tormenta porque quero minhas horas de trabalho para escrever um pouco da tese? Claro que minha situação não se assemelha a do Galileu de Brecht que mente a autoria de uma invenção. Porém, me calo diante da injustiça e da exploração de outros e da minha pensando em me manter no trabalho porque tenho o foco em realizar a minha pesquisa, porque tenho necessidades, porque tenho um padrão de vida, porque preciso de status. Eu, com certeza, não sou uma voz solitária nisso.

**DATA: 16/03/2020**

Algo que eu escutava com uma certa graça e um certo desdém no final de 2019, a infecção pelo novo coronavírus, que começou na cidade de Wuhan na China, chegou no Brasil depois do carnaval. Desde a sexta-feira havia suspeitas de que o vírus já havia chegado na cidade de São Paulo e o primeiro caso havia sido confirmado. O temor do espalhamento do vírus pelo Brasil havia se tornado uma realidade. As instituições de ensino já haviam suspendido, pela manhã, as aulas. Eu sentia uma tensão no ar se as aulas da nossa instituição seriam suspensas ou não. Colegas profissionais da saúde, conhecedores com autoridade de epidemias, e dessa também, pediram a suspensão urgente das aulas. A instituição comunicou que só iria suspender as aulas caso houvesse a confirmação de algum estudante ou professor contaminado. Misteriosamente, às 19 horas de hoje recebemos um comunicado que as aulas iriam ser suspensas por tempo indeterminado. Ninguém comunicou se algum professor ou professora ou estudante havia apresentado a contaminação. Boatos correram que um dos professores apresentou exame positivo, pois a esposa trabalha como médica ou enfermeira, não sei ao certo, em um hospital que já estava recebendo número grande de casos de suspeitas de COVID-19. Foi impossível ir de metrô para casa. Eram tantas pessoas entrando na estação em um exato momento que a espera para embarcar em um dos vagões do metrô estava batendo de quarenta minutos a uma hora. Preferi acompanhar alguns estudantes na caminhada pelo centro da cidade e vir a pé para casa. A minha sorte é que moro no centro de São Paulo, em um bairro central em verdade - Santa Cecília, próximo ao centro.

O tempo que eu esperaria no tumulto de centenas de pessoas para embarcar no metrô levei para chegar em casa. Exausto da caminhada pela noite da cidade, em que vi, comércios e instituições sendo fechadas, cheguei em casa e encontrei meu companheiro que também estava confuso com a suspensão de suas aulas na escola de línguas que dava aula. Jantei e estou aqui escrevendo para tentar organizar as ideias do dia de hoje. Não temos qualquer notícia do que poderia acontecer e estávamos no aguardo das orientações das instituições de ensino sobre o que seria executado nos próximos dias. As notícias na televisão eram de que a quarentena havia começado em várias cidades do Brasil, naquela noite era na cidade de São Paulo.

Recordo que semanas atrás, antes do carnaval, promoveram um encontro com especialistas em saúde para falar sobre a COVID-19. O tom das falas era amenizado e até um pouco irônicos do desespero das pessoas em relação a essa nova doença. Alguns colegas disseram que é uma “conhecida” e que logo passaria como outras epidemias de outros vírus respiratórios. Até eu achei que seria apenas mais uma doença de vírus respiratório que seria controlada como outras. Pelo visto não é: acho que estamos diante de uma nova forma de vírus mesmo.

Avancei um pouco mais na leitura e pensamento do texto de Brecht. Hoje fiquei na Cena III em que Galileu utilizando o telescópio descobre vários fenômenos celestes que confirmam o sistema copernicano. Nessa cena, Galileu conversa com Sagredo sobre as descobertas que fez sobre a Lua ao utilizar o telescópio. A cena inicia com Galileu mostrando a Sagredo, pelo telescópio, a presença de montanhas no solo lunar – o que era acreditado ser impossível uma estrela ter montanhas como as encontradas na Terra “*Mas isto contradiz a astronomia inteira de dois mil anos*” (BRECHT, 1991, p.48), diz Sagredo a Galileu. Acho a dinâmica dessa cena bem interessante para o dia de hoje, e principalmente, essa fala de Sagredo pelo fato de pontuar algo importante na própria dinâmica da Ciência é que verdades não são concretas e eternas. Fatos novos podem ser construídos, “paradigmas”, como colocado por Thomas Khun (1997) em “As estruturas das revoluções científicas”, podem ser quebrados, verdades podem ser superadas. Desde os primeiros casos em Wuhan, os médicos e médicas chineses/as estão alertando para a possibilidade do aparecimento de uma nova forma do coronavírus.

Acho que vou presenciar uma revolução científica com mudanças de paradigmas significativos no mundo e nas mentes.

**DATA: 17/03/2020**

As orientações das instituições de ensino vieram rápidas, logo hoje pela manhã: as atividades de ensino serão remotas pelos próximos quinze dias de quarentena. Depois dessa decisão, o dia foi bem intenso com a chegada de vídeos explicativos, pelo próprio *WhatsApp*, de como as aulas estavam sendo alocadas no modo remoto. Difícil para mim que estudo educação e ensino entender o que seria a diferença, a princípio, entre as aulas remotas e a EaD. E-mails chegaram com orientações bem explicativas de como abrir, iniciar e ministrar a aula por *webconferência*. As informações de acesso da plataforma aos estudantes chegaram logo para eles. Eu estava, pela manhã, particularmente ansioso de como tudo seria logo na aula à noite. Na minha programação do curso tinha uma aula sobre enzimas. Enviei meu material de aula, slides e uma pequena apostila sobre o tema, para a representante da sala para que ela pudesse enviar aos colegas de sala. Às 19 horas conectei a plataforma com meu coração a mil e como tudo aquilo funcionaria. Descolei um pouco do celular para aliviar a cabeça das mensagens que não paravam de chegar. Colegas professores e professoras reclamavam que não tinha espaço em casa, conexão boa com a internet ou algum lugar sossegado, confortável, silencioso para ministrar as aulas. Outros tantos estavam nervosos como eu de como seria a aula. Os estudantes que tinham meu número de celular entraram em contato irados com a possibilidade de realizar as aulas nos próximos quinze dias de forma online. Alguns se recusaram, pois não tinham os recursos necessários, nem celular com internet banda larga possuíam. Muitos colegas professores e professoras não eram habilitados a lidar com a tecnologia de aula *online*. A coordenação dos cursos pedia que tirássemos fotos ministrando as aulas *online*, em frente ao computador, e encaminhasse nos grupos de *WhatsApp* e em outras redes sociais como maneira de engajamento e motivação dos outros colegas que estavam, encontravam dificuldade e até resistência com o formato das aulas. O incentivo era que em nas nossas redes sociais demonstrássemos calma e entusiasmos com nossas aulas remotas desde o primeiro dia.

Eu deixei tudo isso para o dia seguinte e me concentrei ali na minha primeira aula de enzimas que daria. Mal conseguia mexer em todos os comandos e recursos da plataforma visual quanto mais ficar postando coisas nas redes. Pensei primeiro na aula, depois em outros detalhes. Logo no início da aula de hoje fui atacado por uma avalanche de perguntas dos estudantes de quando as aulas presenciais voltariam, de quanto tempo o distanciamento social sugerido iria durar, se eram apenas os quinze dias que anunciaram, se as aulas iriam ser repostas posteriormente, se os conteúdos ali ministrados iriam ser retomados após os quinze dias de afastamento, se as aulas seriam gravadas e disponibilizadas, como a instituição os ajudaria com notas, se cobraríamos os conteúdos ministrados nas avaliações, e por aí foram os primeiros quinze minutos de aula. Eu não sabia responder nem 80% dos questionamentos. Eu estava na minha mesa de escritório, da sala minúscula do meu apartamento, que até aquele momento era usada apenas para leitura e escrita dos meus textos. Eu não tinha um cenário para mostrar na câmera da aula online. Tive que virar a câmera do computador um pouco para a esquerda de forma que pegasse a minha estante de livros e não o fundo da sala do apartamento que moro que dá para o quarto. Terminei a aula de hoje suado e insatisfeito com o resultado. Jamais havia explicado um gráfico de reação enzimática daquela maneira. Poucos entenderam, pois tentei como pude e usando pobremente os recursos da plataforma de ensino. Na TV, no jornal das 22 horas, as notícias das ordens de distanciamento social, fechamento de comércios em poucos dias, suspensão das aulas chegavam de forma bombástica. Me sinto assustado, apreensivo e com medo do que pode vir. Conversei um pouco com alguns colegas de trabalho, professores, sobre a experiência da primeira aula remota da noite e compartilhavam do mesmo sentimento. Uma professora que trabalha como enfermeira me disse que passaríamos fácil de quinze dias de quarentena, pois quinze dias não seria suficiente para “baixar a curva de infecção” que viria. Tudo é assustador. Antes do feriado de carnaval havíamos realizado na universidade uma palestra com professores especialistas em microbiologia, epidemiologia e imunologia para falar sobre a onda da COVID-19 pelo mundo e os especialistas haviam dito que não precisávamos de tanto pânico, pois em outras epidemias de SARS já haviam sido controladas no passado, mas pelo jeito essa pandemia do novo coronavírus está associada a outro fator que é a quebra do sistema

de saúde pela necessidade do uso de equipamentos, medicamentos e espaços hospitalares refinados, por exemplo, uma UTI. Como já mencionei, acho que estamos diante de uma revolução no conceito dessas doenças com vírus respiratórios.

Hoje não consegui fazer a leitura das sequências de cenas da “A vida de Galileu”. Em leituras anteriores lembrei que a personagem Galileu enfrentava uma pandemia, a da peste negra, e pulei direto para a cena V intitulada “Nem a peste intimida Galileu, que prossegue em suas pesquisas”. A cena é pequena, quando comparada às outras cenas do texto, mas é diabolicamente interessante para hoje. Nela Galileu está trabalhando com suas pesquisas quando é surpreendido pelo desespero de sua filha Virginia e de Dona Sarti que anunciam a chegada da peste, com mortes de vizinhos e outros no hospital, nas proximidades. Assustadas e desesperadas arrumam os pertences para debandada a cidade e isolamento em algum lugar seguro. Gostei do diálogo inicial entre Virginia e Galileu:

*“Virginia: A rua do Mercado foi trancada esta noite. Na cidade velha dizem que há dois mortos, e três doentes estão morrendo no hospital.*

*Galileu: Para variar esconderam tudo, até não ter mais jeito” (BRECHT, 1991, p.91).*

Acho interessante essa frase que Brecht coloca na boca de Galileu, pois faz uma denúncia sutil sobre o poder de controle do governo sobre as informações e a população. O que dá a entender, nessa crítica de Brecht, é que os governantes sabiam da peste, do perigo que estava acontecendo e não fizeram nada para controlar, mas apenas para ocultar da população. O que mais ouvi hoje, em conversas com colegas por telefone e mensagens, é que a China e outros países do mundo ocidental alertavam sobre o perigo do novo vírus e da possibilidade de uma pandemia, porém muitos países, e claro que aqui não seria de menos com um governo autoritário e negacionista, não seria diferente. O que é curioso é que desde 2019 houve o espraiamento desse vírus da China para países importantes da Europa, por exemplo, Itália e Espanha. Países com fluxo de pessoas com o Brasil com certa importância e o primeiro caso só foi aparecer após o feriado do carnaval. A impressão que dá, devido a importância econômica do feriado de carnaval, é que as informações só começaram a ser divulgadas após o “aproveitamento

rentável” do feriado do carnaval. O governo, talvez, não seja tão negacionista ao ponto de negar a existência do vírus e da pandemia, mas seletivo quanto às informações científicas que lhe convém.

A cena V prossegue. A família de Galileu parte para ficar isolada, de quarentena, em algum lugar seguro, Galileu “engana” Virginia e Dona Sarti e permanece sozinho e isolado na casa para continuar seus estudos. A ânsia de conhecer da personagem é maior que o medo da peste negra. Na certa, Galileu, assim como todos nós, pensa que isolado e sem grandes afazeres na quarentena teremos tempo para pensar e fazer coisas criativas...

O pior de tudo são as explicações religiosas que começaram já a surgir sobre a pandemia como um castigo divino ou espectros de espíritos malignos. A sociedade brasileira ainda está apegada ao misticismo barato. Brecht faz uma ironia como essa ainda nessa cena, na página 98, quando Galileu está conversando com a personagem intitulada “A velha” e que houve sons de matraca feito por moradores e guardas, “eles estão fazendo barulho para ver se afugentam os miasmas da peste”, e Galileu cai na gargalhada. A crítica de Brecht, para mim, com essa cena é colocar foco na relação entre fé e ciência. De um lado um governo que nega a existência de um conhecimento científico e do outro um homem da ciência que desacredita que uma doença seja causada por uma questão de fé.

Estou assustado com o que possa vir. Recebi algumas mensagens de parentes que sabem que sou imunologista de formação básica em ciência perguntando o que está acontecendo, que receberam vídeos pelo *WhatsApp* de pessoas morrendo instantaneamente em cidades chinesas. Agora vai começar a avalanche de notícias falsas e sensacionalistas. Eu preciso dormir, já passa da meia noite e ainda não tenho sono. Amanhã pela manhã, preciso estar bem, pois tenho aula remota com a turma da manhã. Minha segunda aula remota.

**DATA: 03/07/2020**

Já faz meses que não escrevo nada neste diário. Meu tempo, assim como acredito que o de muitas outras pessoas, foi consumido entre sobreviver a pandemia e manter o

mínimo de sanidade mental. A quarentena, que acreditamos, que duraria quinze dias, já passa de meses. Eu não consegui escrever nenhuma análise do livro no meu diário e hoje é o primeiro dia das minhas férias que começaram dia 1/07 que eu consigo abrir a pasta do diário para retomar a escrita. Escrevi muitas outras coisas para manter a produtividade e o trabalho. Muitos colegas perderam o trabalho nesses últimos tempos. Me agarrei a esse que tenho, pois não conseguiria imaginar além de todo o estresse da quarentena ainda ficar sem um trabalho. Houve colegas, de outras universidades privadas da cidade de São Paulo, que perderam o trabalho por mensagens de “*pop-up*” ao se conectarem na plataforma de aulas da universidade. A desumanização das universidades privadas com professores e professoras chegou ao limite do aceitável.

Hoje me sinto deprimido e com poucas forças, devido ao cansaço físico e emocional que foram esses últimos meses em casa de trabalho remoto e isolado sozinho dentro do apartamento. Falo do instante de exaustão e alegria pelo início das férias; falo do instante do percurso da dor por ter sido abandonado por meu parceiro no meio da quarentena. Decidiu ir embora com o argumento que o sentimento mudou; falo do instante opaco das incertezas do presente e de um futuro; falo do instante em que vi muitos colegas perderem emprego, uma crise mundial e nacional econômica e social instalada e aguda; falo do instante que pulo a leitura de “A vida de Galileu” para as cenas XI, XII e XIII do julgamento de Galileu. Diante de toda a crise que se instaura uma discussão ficou evidente nesses últimos meses: ciência e política. De um lado os cientistas e médicos discutindo as questões científicas que envolvem a pandemia do novo coronavírus e do outro lado os desmontes e negacionismo por parte do governo da existência de uma pandemia em favor da economia. Com essas cenas, acredito, Brecht expõe na personagem de Galileu a defesa da Ciência contra a ordem política teológica estabelecida pela igreja católica.

Me sinto cansado, pois as aulas remotas foram exaustivas durante o semestre 2020-1. Tivemos que mudar totalmente as perspectivas de aulas. O trabalho remoto e também conhecido como *home office* avançou muito mais que as horas normais de trabalho se estivéssemos no presencial. Chego a trabalhar 15 horas por dia. No trabalho presencial tínhamos, muitas vezes, intervalos grandes entre uma reunião e outra, agora no trabalho remoto, mal conseguia terminar uma reunião e já recebia o *link* da próxima

reunião. Os problemas com a plataforma de ensino foram inúmeros que me sinto desgastado de ficar em frente ao computador. Tentei retomar a escrita do diário de leitura em formato de papel, mas quando pensada, após 12 ou 15 horas de trabalho remoto me sentia completamente desgastado. Aos finais de semana eu só queria me restabelecer e ficar olhando para o teto tentando entender o porquê eu havia sido abandonado. Quer investigação mais angustiante que tentar entender um abandono repetindo? Consumi toda minha energia. Foi em um dia de domingo, não sei qual dos meses da quarentena, pois me perdi um pouco no tempo e no espaço desse semestre, talvez devido ao trauma, meu companheiro diz que não me ama mais e que não quer continuar a relação. Eu atordoado com todo o trabalho remoto, distância de familiares e amigos, tentei me refazer nos finais de semana em casa, na companhia do meu cachorro.

Diante da crise da pandemia, muitas instituições decidiram demitir funcionários. As instituições de ensino superior privadas não fugiram à regra. Na instituição que trabalho tivemos o contrato de trabalho suspenso por trinta dias. A instituição alegou crise e tomou essa decisão ao invés de demitir. Ficaremos sem salário por trinta dias e só retomaremos, com 70% do salário, a partir do final de agosto. Quase ninguém entendeu a matemática e contorcionismos legais da instituição para essa tomada de decisão, mas tivemos que aceitar. Era aceitar ou não ter trabalho no meio dessa crise toda. Outras instituições de ensino decidiram demitir. Algumas demitiram por “*pop-up*”: o professor ou a professora conectava na plataforma para iniciar seu dia de aula e uma mensagem pulava na tela avisando que o docente havia sido desligado ou desligada da instituição. A coisa foi tão traumática para colegas que até quem não era da instituição sentiu a falta de respeito. Conheço alguns colegas que foram dispensados dessa maneira. Aulas não foram dadas, orientações de trabalhos de pesquisa foram encerradas instantaneamente, linhas de pesquisa foram extintas do dia para a noite.

Vejo que a crise econômica e social está instalada de forma aguda. Em meio ao aumento exponencial de mortes pela COVID-19 no Brasil, o presidente Jair Bolsonaro, questionado por jornalistas a respeito desse aumento de mortes, responde “E daí? Quer que eu faça o que? Não sou coveiro”. Frase infeliz e que demonstra o máximo despreparo e falta de empatia do governo diante da maior crise sanitária do século XXI. O que me faz percorrer a leitura da célebre cena XIII de “A vida de Galileu” em que Galileu sai

destruído do julgamento e profere a frase, em resposta a Andrea, “(...) *Infeliz a terra que precisa de heróis (...)*” (BRECHT, 1991, p.202).

Em 2018, Jair Bolsonaro se vendeu para uma parte da população como um “herói” contra a corrupção e salvador da nação para ganhar as eleições presidenciais. O brasileiro, carente de figuras heroicas e de narrativas grandiosas, jogou um aventureiro irresponsável na cadeira da presidência da república. Está aí o herói brasileiro diante da maior crise sanitária, humanitária, social e econômica do século, desviando da sua responsabilidade com uma forma criminosa e desrespeitosa diante da dor da população brasileira.

As cenas que Brecht escreve para falar de Galileu pelo julgamento da igreja vem em seguida de uma cena curiosa, a cena X, em que é uma cena do carnaval de 1632, em muitas cidades da Itália, em que os ensinamentos das descobertas de Galileu estão na festa pública de carnaval. Ou seja, Brecht coloca nessa cena como se o conhecimento científico proposto por Galileu estivesse já sendo incorporado pelo povo em geral. A astronomia é discutida pela massa, a Ciência passa a ser um assunto “popular”. Brecht escreveu essa cena inserindo o coro e o jogral como maneira de marcar a popularização do assunto científico. O que ao mesmo tempo, Galileu, passa a ser uma persona não grata, pois de alguma maneira está difundindo ideias novas e contrárias às ideias vigentes na sociedade “*Galileu Galilei, o mata bíblias!*” (BRECHT, 1991, p.172). Logo essa ousadia de Galileu vai ser refletida nas próximas cenas do julgamento realizado pela igreja e que Galileu, para se preservar e continuar sua obra (a meu ver), abjura suas descobertas.

O que consigo perceber da cena do julgamento como de grande importância é a disputa política entre um plano governamental e uma nova proposta política tensionada no texto por Brecht entre fé e razão. De um lado está o plano estabelecido de governo e Estado pela igreja católica e do outro a nova era científica trazida por Galileu.

**DATA: 06/07/20**

Ponto que há uma discussão sobre ciência e senso comum rolando pelo Brasil afóra. Há uma percepção clara que as pessoas, na grande maioria do Brasil, não

entendem sobre Ciência. Os noticiários desde manhã trazem as notícias de uma expansão grande da infecção do novo coronavírus. Um grupo de cientistas acaba de lançar uma carta aberta à Organização Mundial de Saúde (OMS) pedindo que a mesma lance uma campanha informativa que o vírus é transmitido pelo ar e que medidas protetivas sejam tomadas, por exemplo, o uso obrigatório de máscaras e o distanciamento social. Porém, já estamos em julho e as pessoas estão cansadas e confusas. O presidente Jair Bolsonaro fomenta a confusão na mente dos brasileiros desautorizando as recomendações da OMS, alegando que são “esquerdistas”, e do próprio ministério da saúde que o uso de máscaras é importante para proteção e evitar a disseminação do novo vírus. Bolsonaro está ignorando a Ciência, nega a existência da pandemia, chama de “gripezinha”. Para Bolsonaro todos os alertas sobre a pandemia não passam de conspiração “esquerdistas” ou “comunistas”. Isso não ajuda a conter a pandemia do vírus no Brasil, ao contrário ajuda a fomentar a desinformação, a disseminação de “*fakes news*” e a confusão na população que a essa altura do ano já está exausta da quarentena; desgastada verdadeiramente da quarentena e das consequências sociais e econômicas do distanciamento social; desacreditada na Ciência. O que existe é o discurso econômico suplantando o discurso de saúde e sanitário. Bolsonaro ajuda a emergir o sentimento de que a ordem econômica é muito mais importante que o discurso de proteger a saúde e a vida das pessoas. A liberação do auxílio emergencial de R\$600,00 para a população no período foi esse drama. O governo de Bolsonaro, capitaneado na área econômica, por Paulo Guedes, queria liberar apenas R\$200,00 para a população necessitada e desempregada. A oposição na câmara pressionou por um salário mínimo e conseguiu o valor dos seiscentos. A liberação desses seiscentos foi um drama a parte em um aplicativo mal feito e mal orientado pelo governo. O mau humor do governo pela Ciência é dito todos os dias na mídia e nas declarações pelo próprio presidente nas redes sociais. Esse comportamento autoritário de Estado faz a população, já distante da Ciência, ficar ainda mais reticente com essas questões. E é similar ao que Brecht escreveu em “A vida de Galileu” quando mostra a pressão que o Estado, encabeçado pela igreja católica na figura dos cardeais, inquisidor e Papa, quando pressionam Galileu a abjurar as ideias revolucionárias científicas. Um Estado autoritário não suporta a liberdade de pensamento dada pela Ciência.

Mas a questão científica nessa pandemia não está na berlinda apenas via Governo Federal. Preciso me lembrar que na região que moro no centro da cidade de São Paulo, no bairro de Santa Cecília, em uma região hospitalar. Minha rua fica localizada entre dois grandes hospitais da cidade: um da rede privada que noticiou e se envolveu em um processo investigativo por notificar cerca de 90 mortes por dias na rede; e outro da rede pública. Os comércios na cidade de São Paulo já foram reabertos. O governador do estado, João Dória, e o prefeito da cidade, Bruno Covas, visando a eleição da presidência da república em 2022 e a reeleição da prefeitura de São Paulo decidiram relaxar as normas de prevenção recomendadas e reabrir comércios e bares na cidade. Da minha janela, que em meados de abril eu via o deserto nas ruas, hoje vejo o movimento de como não existisse pandemia. Cientistas, esse tempo todo, estavam nos canais de TVs e na internet fazendo campanhas para que as pessoas não desistissem das normas de segurança e relaxamento de segurança contra a COVID-19. Em vão, pois as pessoas estão todas nas ruas. Acredito que possa haver duas grandes explicações para esse comportamento do brasileiro. Um primeiro ligado a uma questão antropológica de que o brasileiro está acostumado com mortes violentas e dessa forma não está ligando para as mortes silenciosas dentro de um hospital com pessoas morrendo distantes de qualquer realidade. Uma segunda hipótese está ligada ao fato do abandono pelo governo da maioria da população brasileira. O governo brasileiro, via presidente Bolsonaro, demorou a liberar o auxílio emergencial para as pessoas que ficaram sem trabalho. A proposta inicial do governo era um auxílio emergencial de apenas R\$200,00. O que uma pessoa, por exemplo em uma grande capital, como São Paulo faz com R\$600,00 em meio a uma crise sanitária, social e também econômica? Imagine se tivesse só liberado os duzentos? Me sinto muito incomodado com tudo isso. Estou com o salário suspenso na universidade que alegou crises financeiras, mas tenho economias para conseguir passar por esses dois meses sem receber. Imagina quem não tem?

Volto a cena X do carnaval. Toda essa situação me faz ir para essa cena de “A vida de Galileu” que Brecht coloca uma questão muito importante sobre um ‘carnaval’ sobre a Ciência e ainda correlaciono a cena V da peste negra. Se eu tomar essas duas cenas separadas dá uma análise da seguinte maneira. Com a cena V da epidemia da peste negra, interpreto que Brecht quer nos dizer que em meio à obscuridade e desafios

do real a Ciência é a única maneira de nos ajudar a trazer à luz a escuridão da ignorância. Explico. Nessa cena todos e todas fogem com medo da desconhecida doença que acreditam ser disseminada por “miasmas” que voam pelo ar. Galileu, como cientista e homem da razão, ri e não acredita nisso. É o único a permanecer na cidade quando todos partem. Fica na cidade por acreditar na Ciência e porque não quer abandonar o seu trabalho. Interpreto ainda, talvez o que Brecht quer nos dizer, que em meio ao caos da ignorância, o cientista é o indivíduo da “linha de frente” que tem a capacidade racional de enfrentar a situação e propor maneiras de sair dessa situação. É o diferencial do cientista ou de qualquer outro intelectual diante de situações extremas: a resistência com o pensar. E Galileu fica sozinho, isolado na cidade para dar fim ao seu trabalho científico. É a sua responsabilidade diante do caos.

Esse posicionamento não é em vão, pois em consequência dele é que descobertas puderam ser feitas e disponibilizadas para a sociedade. Isso se reflete na cena X do carnaval quando Galileu é exaltado pela população em cantigas e coro devido às suas descobertas científicas. A crise proporcionada pela peste foi importante para que o cientista Galileu, como colocado por Brecht, pudesse trabalhar e trazer à tona conhecimentos importantes. Brecht nos faz pensar que em verdade a Ciência progride por meio de crises sociais. A ideia de progresso científico colocada por Brecht em “A vida de Galileu” está ligada a crise não apenas do conhecimento, como proposta em Khun, mas também as socialmente, politicamente e economicamente instauradas. Porém, é interessante notar em ambas as cenas que a população não faz essa ligação. Na cena do carnaval há uma comemoração das descobertas de Galileu, mas a população não faz a ligação da importância do cientista nessas mudanças sociais. Não há uma exaltação da cientista como um símbolo de importância para essa convulsão social, mas apenas do saber colocado por ele. Talvez precise me explicar melhor. Na cena da peste negra ninguém nota que o cientista é o que enfrenta todos os riscos para continuar pensando em meio ao caos, mas quando tudo se acalma e a ordem volta, por exemplo em momento de festa do carnaval, todos podem se lembrar do saber instaurado, mas não de quem o fez.

Essas duas cenas me fazem pensar muito na situação que estamos enfrentando no Brasil com essa pandemia quando centenas de profissionais da área da saúde estão

na linha de frente para salvar e preservar vidas que estão sendo perdidas por conta da infecção; e outras centenas de cientistas no Brasil e mundo afora que não estão dormindo para propor formas de tratamento e uma possível vacina eficaz contra o novo vírus. Por aqui, mesmo com todo esse esforço em meio a pandemia, os cientistas continuam desvalorizados. Não há qualquer pronunciamento ou aparição ou participação do ministro da ciência e da tecnologia, o “astronauta” Marcos Pontes, sobre como a Ciência brasileira está enfrentando a pandemia ou qualquer plano de fomento da Ciência local. O que há é corte no programa de bolsas das pós-graduações pelo país, desmonte de laboratórios de pesquisa, sucateamento de universidades públicas e completo apagamento da Ciência brasileira. A população, mesmo com todos os benefícios que observam sobre a ciência, mesmo cobrando uma vacina ou medicamento, se comporta como o coro na cena X do carnaval: brindam o conhecimento, mas esquecem de ligar a produção desse conhecimento, valorizando o trabalho, com o operário da ciência: o cientista.

Para mim a situação atual do Brasil é a mesma retratada por Brecht do meio para o fim do texto em “A vida de Galileu”: o Estado autoritário esganando a Ciência para que o conhecimento verdadeiro não venha à tona. A forma como isso é feito é quebrando a estrutura do cientista como a inquisição faz com Galileu de tortura, isolamento e colocando a população contra os cientistas como o governo Bolsonaro tem feito.

**DATA: 09/07/20**

É uma quinta-feira, por volta das 15 horas, e já faz alguns dias que estou em casa de férias da universidade. Já me sinto de certa forma descansado fisicamente da rotina da universidade. Tenho conversado com colegas, feito vídeo chamadas, para evitar a solidão completa dentro do apartamento. Tenho me preocupado com o andamento da tese, pois preciso aproveitar esse tempo de férias para trabalhar na pesquisa já que foi quase impossível trabalhar nele no semestre da quarentena. Todo meu tempo foi consumido para sobreviver, trabalhar e manter a sanidade emocional no meio disso tudo e abandonado. O sentimento de abandono deu uma certa aliviada quando me vi diante de mim mesmo por esses tempos e me acostumei. Já terminei dois capítulos da tese, mas ainda não estão totalmente apropriados. Falta reescrever e revisar muita coisa o que

me dá um desespero imenso, pois minha crítica interna me fará cortar muita coisa que posso não achar apropriado. Na vídeo chamada de ontem conversei com uma amiga da área científica que faz pós-doutorado em uma universidade federal do estado de Minas Gerais. Ela me relatou que sua bolsa está suspensa devido aos cortes que a CAPES e o CNPq realizaram de bolsas. Ela havia sido aprovada em um processo seletivo para uma bolsa de pós-doutorado na área de imunologia, mas devido à crise o governo suspendeu as bolsas para manter o orçamento da união. Em meio à crise em que as universidades federais abriram seus laboratórios para que testes da COVID-19 possam ser feitos, o governo cortou centenas de bolsas de pós-graduação pelo país afora acusando que as bolsas estão sem utilização. Outros amigos meus, docentes de universidades federais, estão receosos com a possibilidade de haver suspensão de salários ou com a situação das verbas destinadas às universidades. Outros também que tem contrato de docente temporário relataram que seus contratos não foram renovados e perderam suas posições de professores temporários. As aulas nas universidades públicas e nas escolas de todo o país permaneceram suspensas e no ensino remoto. Em vários momentos durante o semestre me pego em discussões acaloradas com colegas professores sobre o ensino remoto. É um assunto delicadíssimo. De um lado defendo a possibilidade do ensino remoto como maneira de que estudantes não percam o semestre de aula, diplomas possam ser expedidos com a conclusão dos cursos. De outro, sei da crítica e da realidade que essa possibilidade pode trazer para a educação brasileira. Tubarões do ensino podem se aproveitar dessa onda para abocanhar verdadeiramente o ensino à distância de uma vez. E é o que acontece. Antes do fim do semestre, pelo menos da instituição que trabalho, várias matrizes curriculares foram apresentadas com base na lei de aprovação dos cursos EaD 40%. Não houve saída: ou ajudávamos na implantação do ensino remoto ou perderíamos nosso trabalho. Fiquei em muitos momentos com a consciência pesada sobre o que poderia estar ajudando a pensar.

Talvez tenha sido um momento importante para pensar como Brecht colocou a questão da responsabilidade do cientista em “A vida de Galileu”. Todo texto fala sobre esse caráter de Galileu como um possível vilão da Ciência. Um indivíduo de carne e osso que sente dores e necessidades que vende sua força de trabalho. Foi mais do que eu fiz esse semestre. Eu precisava manter meu trabalho para sobreviver em meio ao caos que

foi o primeiro semestre de 2020 e ao mesmo tempo eu precisava ceder às pressões da empresa privada que eu trabalho para produzir material e formas de ensino remoto. Apresentei muitos resultados que de alguma forma podem colaborar com a aceleração da implantação de ensino à distância e a perda de postos de trabalho dos colegas e até o meu. Para mim o ensino remoto no meio da pandemia é a ação contraditória: de um lado sou pesquisador em educação, cultura científica que foi muito bem aproveitado para ajudar a resolver muitas dessas questões de ensino e do outro sou um trabalhador da área de ciência e educação que está suscetível a ser dragado pela “minha própria construção” sobre o ensino remoto.

Essa minha questão passa pelo texto de Brecht em “A vida de Galileu” ainda no início do texto. Quando Galileu pede aumento para a universidade ou negocia uma estabilidade de trabalho e a ele é exigido uma produtividade pelo Procurador da Universidade. Cercado pelo desejo de fazer o seu trabalho e pela sua sobrevivência cede a pressão para contribuir com o poder do capital, com o mercado. No texto ele cede pela pressão de um caminho não ético do telescópio. Porém, será que quando eu não me nego a contribuir com a aceleração do processo do ensino à distância não estou na mesma posição de Galileu de Brecht?

**DATA: 14/07/20**

Hoje me sinto um pouco mais recuperado. Já há rumores do surgimento de vacinas contra a COVID-19. Em meio a pandemia da COVID-19 e a quarentena pelo mundo, o presidente Jair Bolsonaro no semestre de 2020-1 decidiu demitir o ministro da saúde, Henrique Mandetta, e admitiu Nelson Teich que não durou um mês sequer. A questão da celeuma está no fundo de um antiCiência. Bolsonaro comprou milhões de doses do medicamento hidroxicloroquina, depois de Donald Trump – presidente dos EUA - anunciar irresponsavelmente que a cloroquina é o remédio contra a COVID-19. Semanas depois foi provado por outros estudos que a cloroquina não é o remédio eficaz para o tratamento. Porém, a tragédia já está feita e Bolsonaro virou o garoto propaganda da cloroquina. Bolsonaro tentou forçar que Mandetta e Teich apoiassem, como ministros médicos, a administração de cloroquina. Como não aceitaram as ordens do presidente

foram desligados do governo. Sem provas científicas da eficácia da cloroquina, muito pelo contrário mostrando que não funciona, Bolsonaro insiste na cloroquina.

O que está no fundo disso é a discussão de Ciência e o movimento antiCiência. Bolsonaro está alicerçado na crença teológica e Ciência, para ele, é uma baboseira esquerdista. Desde sua campanha e já quando assumiu bota o slogan “Deus acima de tudo; Brasil acima de todos”. Brecht discute essa questão em “A vida de Galileu”. Pinço novamente para leitura de hoje os meados do julgamento, a cena XII que tem o diálogo impressionante entre o Papa Barberini e o Inquisidor. Na cena o Inquisidor tem uma fala longa onde vai dizendo ao Papa quais são as acusações que são lançadas sobre Galileu. as formas como as ideias de Galileu estão sendo arquitetadas nos escritos, como essas ideias estão ganhando o mundo. Principalmente que as ideias de Galileu estão instaurando a “dúvida” nas mentes “(...) *Eles gritam: são os números que nos convencem! Mas os números de onde vêm? Qualquer um sabe que eles vêm da dúvida. Esses homens duvidam de tudo. Será na dúvida, e não mais na fé, que iremos fundar a sociedade humana?*” (...)” (BRECHT, 1991, p.188). É interessante, via fala do Inquisidor, que qualquer manifestação de pensamento, de questionamento não é bem-vindo. O que entendo que Brecht quer colocar em discussão é que em um governo autoritário qualquer expressão de pensamento, de dúvida não é permitido. Dados científicos são ignorados completamente porque podem ir contra a ideologia do governo.

Sobre essa questão da cloroquina e do comportamento do presidente Bolsonaro, escrevi um conto intitulado “Complexo de Galileu” e que submeti a publicação na revista Literatura em debate.

**DATA: 15/07/2020**

Acordei com a notícia de que uma vacina, produzida pela Moderna, e estudos publicados na *The New England Journal of Medicine* apresentou resultados importantes de imunização com a produção de anticorpos. Uma vacina promissora é fruto de tecnologia refinada de Ciência. Porém, o presidente Bolsonaro ainda insiste no uso da hidroxicloroquina como forma de tratamento para a COVID-19.

Hoje prossigo na leitura de “A vida de Galileu” na cena XII do Papa. O que me chama a atenção no diálogo entre o Papa e o Inquisidor é a ausência de tentativa de levar em conta os argumentos científicos apresentados por Galileu. O Papa Barberini, um matemático, até defende a Ciência, percebe a importância das Ciências, mas não pode deixar os argumentos e ideias de Galileu ganharem mais espaço. A única alternativa para conseguir conter as ideias de Galileu é prendendo-o, julgando-o e condenando-o pelas leis da santa igreja. Essa é a intenção do Inquisidor. Porém, eles, Papa e Inquisidor por conhecerem Galileu, dizem que não será preciso fazer tal empreitada por completo: “(...) *na prática, não será preciso ir longe. É um homem da carne. Ele cede imediatamente*”, diz o Inquisidor, “*Ele conhece mais prazeres que qualquer outro homem que eu tenha encontrado. Ele pensa por sensualidade (...)*”, completa o Papa (BRECHT, 1991, p.190). Um governo autoritário não tem outra argumentação a não ser a força. É isso que Brecht quer nos contar quando coloca na boca dessas personagens que a única forma de parar Galileu e suas ideias é pela força. É a mesma lógica do governo Bolsonaro quando corta os fomentos de pesquisa, é da mesma maneira que uma empresa privada submete seus trabalhadores a não se manifestarem, pois sabem que o salário é a maneira de que faz qualquer trabalhador envergar e não persistir em uma determinada ideia. Tomado por isso, dá para ser um pensador/pesquisador em uma situação de empresa privada, por exemplo, uma universidade privada?

**DATA: 16/07/2020**

“(...)”

*O filósofo: E mesmo sem considerar a possibilidade de tais estrelas, que ano nosso matemático (faz uma medida em sua direção) parece duvidosa, eu gostaria de perguntar com toda a modéstia e como filósofo: seriam necessárias tais estrelas? Divini Aristotelis universum...*

*Galileu: se for possível, eu preferia que continuássemos na língua comum. O meu colega, o senhor Federzoni, não entende latim.*

*O filósofo: é importante que ele nos entenda?*

*Galileu: É.*

*O filósofo: o senhor me perdoa, pensei que ele fosse o seu operário-oculista.*

*Andreas: o senhor Federzoni é operário-oculista e é um estudioso.*

*O filósofo: Obrigado, meu filho. Se o senhor Federzoni insiste.*

*Galileu: Sou quem insiste (...)" (BRECHT, 1991, p.80).*

Hoje fui para a leitura da cena IV quando Galileu troca a república de Veneza pela corte Florentina e é uma cena em que a “elite intelectual”, colocada por Brecht, como matemático, filósofo e teólogo discutem as descobertas de Galileu. O que me chama atenção, logo no início dessa cena, é esse diálogo que transcrevi acima em que Galileu insiste que a discussão sobre Ciência seja mantida na língua comum e que todos na sala presentes possam entender. Ela me chama atenção, em especial hoje, pois os escritos da tese deram uma avançada, mas ainda me sinto muito inseguro quanto ao meu estilo de escrita da tese. Se será aceita ou não. Penso no estilo de Brecht sobre isso quando ele nos diz que gostaria de um estilo de escrita que todos possam ler. Estou lendo os teóricos das teorias pós-coloniais e isso tem de alguma forma me dado certo poder com meu estilo de escrita. Volto a reler um pedaço de “A vida de Galileu” quando Brecht coloca à baila essa discussão na boca de Galileu. Tive alguns artigos aprovados para publicação o que me deixa feliz, pois contribui para a pesquisa em ensino, da ciência em tempo de quarentena e pandemia.

**DATA: 27/07/20**

Faz alguns dias que estou concentrado na redação de dois capítulos da tese e dei um tempo com a leitura de “A vida de Galileu” e escrita desse diário. Hoje em particular decidi retomar. O governador de São Paulo, João Dória, decidiu anunciar que logo os paulistanos, e como consequência a população brasileira, serão vacinados pela CoronaVac a partir de janeiro de 2021. Tal declaração enfureceu o presidente Jair Bolsonaro. A neutralidade da ciência não existe. O governador Dória usa a questão da vacina como palanque político, pois tem interesses na candidatura à presidência da república em 2022. Bolsonaro, antes aliado de Dória em 2018 agora inimigos, também pensa na reeleição e não quer sua candidatura ofuscada pelo aparecimento de Dória. No

fundo, a vacinação é o que menos importa para esses políticos. Importante é se manter ou conquistar mais poder. A Ciência brasileira não é vista como algo importante, mas como palanque de candidaturas. Ambos participaram, em suas gestões, em cortes significativos de verbas e outros fomentos para a Ciência. Agora brigam, disputam os holofotes usando ciência e tecnologia, que não foi produzida no Brasil, mas que o Brasil tem potencial de reproduzir, como forma de convencer a população que são duas pessoas que mantêm interesses públicos importantes. Dá para perceber que a população já sacou e o slogan de “vacina politizada” já está claro nas rodas de conversas. Particularmente me sinto farto dessa postura de Dória e muito mais a de Bolsonaro. Para pesquisadores como eu, com todas as dificuldades diárias de fazer seu trabalho de pesquisa, me sinto completamente desrespeitado, pois há uma contribuição fortíssima do nosso trabalho de anos no desenvolvimento dessas tecnologias científicas, processos educacionais para que políticos dessa laia se apoderem da liderança de Ciência e usem como forma de eleição. Não há a representação de nenhum cientista nessa jogada, não houve o incentivo de que algum grupo de pesquisa do Brasil pudesse desenvolver a sua vacina, mas o que houve foi a importação de tecnologias de fora para que fossem reproduzidas no Brasil. Anos de acúmulo de conhecimentos com a criação e desenvolvimento de vacinas para diversos patógenos tropicais e zero incentivo estrutural e financeiro na Ciência brasileira; anos de pesquisa em educação em saúde para o presidente da república em duas *lives* capengas de dentro da sua casa desmerecer o uso de máscara ou qualquer medida de distanciamento social. Depois, ambos políticos, se agarram a ideia da vacina como “salvadores da pátria” enquanto uma geração de cientistas como nós, formados a duras penas, serem criticados como “bolsistas profissionais”, “estudantes eternos”, “fumadores de maconha nas universidades públicas” e por aí vai até o sucateamento completo das instituições de pesquisa e falta de profissionais para trabalhar no campo científico. A população cobra uma vacina rapidamente, mas ignora o tempo de formação de uma massa crítica e de cientistas que estão quase completamente desempregados ou trabalhando em subempregos.

Toda essa reflexão sobre o cientista brasileiro me faz bater de frente com a personagem de Andreas em “A vida de Galileu”. Andreas é um menino, filho da empregada doméstica de Galileu e com uma curiosidade extrema e inteligência para a

Ciência. Galileu confia nele e faz todo o esforço para lhe dar “aulas” de Ciências por todo o texto, em especial, no início da peça. O que vejo dessa personagem é uma intenção de Brecht de mostrar como uma cientista mais velho pode ensinar novas ideias a uma nova geração e tentar, de alguma forma, mudar essa nova geração de maneira que ela se volte para a Ciência e deixe de vez as ideias teológicas e anti ciências. É o que sentimos do conflito entre a mãe de Andreas, dona Sarti, que não quer que Galileu ensine suas ideias novas e consideradas subversivas e anti igreja para seu filho. Porém, Galileu insiste e acredita que a educação da classe trabalhadora, que é a representação da personagem de Andreas, deve ser educada para a Ciência como maneira de se emancipar do poder autoritário. E Andreas segue esses “conselhos galileanos” e consegue no futuro, como Brecht mostra no avançar do seu texto, virar um cientista. Está aí, à luz da minha interpretação, um posicionamento positivo de Brecht quanto à Ciência e Educação. Andreas, de alguma forma é educado e formado por Galileu, e no futuro é a personagem que consegue dar continuidade a obra científica do seu mestre atravessando os manuscritos de Galileu para longe da fronteira e dos olhos da inquisição e igreja católica que vigiava e punia Galileu. O que Brecht ainda coloca com isso e que me faz pensar com isso, e que ainda não foi discutido por nenhum crítico desse texto, é que uma das responsabilidades de um cientista está na formação da próxima geração para que perpetue as ideias científicas e o trabalho científico.

O que me é curioso no Brasil é essa dinâmica. De 2003 até 2016 houve um esforço gigantesco de formação de cientistas e de uma massa intelectual que deveria estar pronta, apta, empregada, por exemplo, para agora atuar em uma situação crítica de pandemia. Entretanto, não está. E não pela qualidade de formação, mas pela estrutura que é oferecida: não há bolsas, não há salários, não há empregos, não há estrutura de universidades e institutos, não há incentivo. O que há é uma massa de doutores desempregados e desperdiçados na sociedade brasileira que poderiam estar nas linhas de frente e em amplo combate contra a pandemia: a serviço da sociedade! O que vejo que a narrativa de Andrea construída por Brecht é uma narrativa positiva e interessante da dinâmica de perpetuação da cultura científica, mas o “projeto Andrea” como posso chamar para o ninho de formação de cientistas no Brasil está descarrilado ou completamente quebrado.

**DATA: 30/07/20**

Ainda tenho mais vinte dias em casa devido a suspensão do contrato da universidade. Tenho visto e sabido de colegas com dificuldades para pagar as contas e investido em outras formas de ganhar dinheiro. Há um colega pesquisador fazendo bolo de pote para vender, pois tiveram a bolsa de pós-doutorado indeferida. Outro me procurou perguntando se não tinham “algumas aulinhas” na universidade para indicar (essa história das aulinhas irrita um pouco porque até mesmo dentro da classe de pesquisadores e intelectuais de uma forma geral encara a educação, a sala de aula apenas como uma forma passageira de ganhar dinheiro).

Essa questão de “algumas aulinhas” está presente no texto de Brecht. Logo no início do texto, Galileu está com problemas para honrar suas dívidas financeiras e é cobrado pelo padeiro, leiteiro etc. Contas da dívida cotidiana. Não tem um salário de excelência da universidade para se dedicar somente ao desenvolvimento das suas ideias e da sua pesquisa. Tem que dividir o tempo que tem com aulas da universidade e aulas particulares com estudantes. O que alega, e com razão, que isso consome seu tempo para desenvolver suas pesquisas. É com esse argumento que procura a universidade para um aumento que só vem caso Galileu produza algo financeiramente viável para a universidade, ou seja, um produto vendável.

Dona Sarti, preocupada com as contas do cotidiano que não param de chegar, é a personagem oposta e conflitante a essa ideia de Galileu. Ela diz que Galileu precisa aceitar mais alunos para que possa ter mais dinheiro e assim conseguir pagar o leiteiro e o padeiro. A personagem de dona Sarti, criada por Brecht, é interessante nesse sentido. Ela tem várias nuances importantes. A primeira delas é que faz ferrenha oposição às ideias de Galileu. Acredita fielmente nas ideias teológicas da igreja e quer impedir o filho, Andrea, de se filiar às ideias novas e consideradas subversivas de Galileu. O que interpreto que dona Sarti é a criação da personagem representativa da massa resistente a ideias novas. Uma massa ignorante, desprovida de conhecimentos científicos refinados e que aceita de qualquer maneira, de forma acrítica, as ideias impostas pelo governo vigente. Acredito que o grande personagem desse texto de Brecht, depois de Galileu e também Andrea, personagens fáceis de se demonstrar empatia e afeição, seja dona

Sarti, na qual é o desafio do cientista e da cultura científica: deslocar da ignorância e da anti ciência para o mundo da razão. É a personagem desafiadora que nem Brecht consegue resolver, pois do meio da peça em diante ela desaparece e Brecht dá luz apenas ao conflito do julgamento das ideias de Galileu. O que não deixa de ser interessante, também, essa dinâmica do texto dada por Brecht. Me pergunto: seria essa massa de povo no fundo irrelevante para a cultura científica? O esquecimento da personagem de dona Sarti por Brecht no decorrer do texto não seria a intenção de mostrar que o que interessa aos homens da ciência é apenas o poder e não a ciência para a população? Ciência e cotidiano não combinam?

Outro nuance importante de dona Sarti, resgatando meu incômodo com “algumas aulinhas”, é que Brecht coloca na boca de dona Sarti essa questão importantíssima e que vejo refletida no Brasil. Os cientistas alocados em grandes universidades são contratados como professores e recebem uma carga gigantesca de aulas para ministrar e ainda tem que se desdobrar para apresentar projetos e resultados de pesquisa. A cultura de “algumas aulinhas” está presente no *ethos* do cientista brasileira. Na ausência de financiamentos e políticas para ciência, o jovem pesquisador se vê obrigado a dividir seu tempo ministrando aulas em universidade privadas e um pouco do seu tempo nas universidades públicas, sem bolsa ou qualquer remuneração, para realizar uma atividade científica mínima. As aulas empurradas por dona Sarti não são diferentes das aulas “empurradas” nas universidades privadas aos jovens cientistas que não conseguem se manter com projetos de pesquisas. As universidades privadas, em sua grande maioria no Brasil, encaram a formação dos indivíduos como tecnicistas e para o mercado de trabalho não desenvolvem pesquisa oferecendo apenas a formação instrucional a classe trabalhadora em sua grande maioria. Então, a visão de que Galileu tem que dar “algumas aulinhas” para conseguir mais dinheiro que Brecht coloca é nuamente real no cotidiano da sociedade científica brasileira. Talvez eu seja um desses exemplos.

**DATA: 11/08/2020**

Estava escrevendo os outros capítulos da tese e consegui voltar para o diário de leitura da “Vida de Galileu”. Mais dez dias para retorno das aulas. O calendário atrasou

devido a pandemia da COVID-19. Há uma pendenga no ar brasileiro por conta da vacina da COVID-19 entre o governador do estado de São Paulo e o presidente da República Jair Bolsonaro. Novamente, de um lado João Dória defendendo e promovendo a CoronaVac de tecnologia chinesa e de outro Bolsonaro com o sentimento antivacina e enciumado com a disputa de luz do governador.

Leio um pouco mais de “A vida de Galileu” e não consigo não pensar nessa situação em correlação a personagem de dona Sarti. Para mim, Brecht foi genial na composição dessa personagem. Ela representa a personagem de maior benefício das ideias de Galileu: é da classe trabalhadora e operária, está cercada de senso comum, pensa apenas no “dia hoje”, ou seja, na sua sobrevivência imediata (por isso incentiva que Galileu pegue as aulas para ter dinheiro e pagar as contas do cotidiano, imediatas e de sobrevivência), é atingida diretamente com a ideologia do governo vigente, não conhece seus direitos e tem medo da emancipação intelectual. Quando digo que é a maior beneficiária das ideias de Galileu é porque é para ela que a ciência é produzida e se revolve contra as ideias que a oprime. Mas não, ela vai sumindo ao longo do texto, vai virando uma personagem secundária e sem importância na narrativa do texto. Por outro lado, outras personagens vão aparecendo e ganhando espaço. Por exemplo, a elite intelectual do matemático, do filósofo e do teólogo. Outras personagens como Sagredo e o próprio Andreas ganham destaque ao longo do texto. Percebo que enquanto as personagens femininas de dona Sarti e Virgínia ficam relegadas a segundo plano. A ciência não pode ser retratada na boca das mulheres. Os corpos femininos não importam nem mesmo para um escritor e pensador como Brecht.

Acredito que esse apagamento da personagem da classe operária, figurada em dona Sarti, seja intencional de Brecht. O que interpreto por esse apagamento é que no fundo as questões de ciência não estão na discussão da população em geral. Principalmente com a classe trabalhadora e operária que em grande parte do contexto financia, via impostos, sem ao mesmo ter noção disso, as pesquisas científicas. Elas estão figuradas e alocadas nas discussões e nas mãos de uma elite econômica, social e intelectual que decide sobre os rumos desses saberes e dos conhecimentos. Dessa forma, por isso que o texto de Brecht caminha do espaço privado da casa do cientista para as discussões nos grandes salões da elite. Há um suspiro de conhecimento

científico com o povo na cena do carnaval, mas apenas a circulação das ideias de Galileu e não as discussões sobre os rumos desse saber. Todas as outras tentativas são apagadas.

A leitura mais atenta vai apontar que essa discussão de classe ainda permanece nesse texto de Brecht na personagem de Andrea. Concordo que Andrea é o último fio do conhecimento científico de Galileu que está nas mãos da classe operária de alguma maneira. Porém, observo quem é Andrea que é uma personagem masculina. Essa questão de gênero não permeia a obra de Brecht em “A vida de Galileu”. Sou eu que fazendo uma leitura dentro do meu contexto do século XXI faço essa problematização que pode render frutos de como as personagens femininas são representadas em um texto que fala sobre Ciência.

Mas a discussão de ciência fugiu das mãos da classe operária no texto de Brecht, na sociedade em geral e principalmente na sociedade brasileira em voltas com a pendenga da vacina. Quando João Dória e Jair Bolsonaro brigam publicamente pelo comando da vacina da COVID-19 no Brasil me fica claro que a Ciência não é neutra e já está politizada e longe das decisões da massa brasileira.

**DATA: 22/10/20**

Voltei hoje a escrever por aqui. As aulas voltaram na universidade com toda força e fui dragado novamente. São tantas demandas nas costas dos professores, tantas reuniões para explicar novas formas das aulas remotas, tantas novas regras que é exaustivo logo nos primeiros dias. Bolsonaro e Dória ainda continuam brigando publicamente por causa da vacina. A imprensa continua com o discurso que ambos estão politizando a vacina dando a entender que a Ciência é uma questão neutra e isenta de política. A disputa é política e tem fundo xenofóbico. Bolsonaro se recusa a querer comprar a CoronaVac porque é de origem chinesa. Trump, nos EUA, já havia começado essa questão em chamar a pandemia de “vírus chinês” e foi chamado atenção por cientistas e órgãos de imprensa para que parasse com esse comportamento.

Avanço um pouco mais na leitura de “A vida de Galileu”. Me concentrei hoje na leitura da cena VII. A cena escrita por Brecht é quando a inquisição põe a doutrina de

Copérnico no índice. A cena inicia com Galileu chegando ao baile com sua filha Virgínia e seu genro Ludovico. O que percebemos nessa cena é que Galileu já é um cientista bem reconhecido por seu trabalho e exerce alguma influência na sociedade. A cena é marcada pelo encontro de Galileu com os cardeais Barberini (que logo mais será o Papa) e Bellarmino e o choque de ideias entre Galileu, o defensor da razão, e os cardeais, os defensores da doutrina da igreja. É uma cena interessante porque mostra a discussão entre Ciência e não ciência. De um lado Galileu defende as descobertas científicas e do outro os cardeais defendem a doutrina católica e tentam desvalidar as ideias de Galileu. Já para o final da cena, entra o cardeal Inquisidor que trava um pequeno diálogo com Virgínia. Fica claro no diálogo que ele tenta, de maneira furtiva, intimidar Galileu via Virgínia. Como Virgínia não entende muito de Ciência, o Inquisidor faz ameaças veladas a Galileu, seu pai, e dizendo que caso Galileu continuasse com ideias tão subversivas poderia prejudicar seu casamento com Ludovico que é de família importante e não vai querer casar seu filho com a filha de um homem como Galileu metido em polêmicas tão importantes como aquela.

Essa cena revela, para mim, um jogo político importante. Galileu é um homem de Ciência e defende seus argumentos perante a força política da igreja. O conhecimento novo que Galileu traz pode mudar definitivamente a lógica milenar de uma sociedade. A igreja, que detém o poder no momento, não quer perder o local de poder, então, defende de outro lado sua doutrina. Diante da popularização das ideias e da figura do cientista Galileu, a igreja irá usar de todos os métodos para vencer essa disputa política. Os cardeais, Barberini e Bellarmino, sabem das fraquezas de Galileu por seu um homem que “pensa com sensualidade”. Uma dessas fraquezas é a felicidade de sua filha Virgínia com o casamento com Ludovico. O Inquisidor usa desse medo de Virgínia para tentar pressionar Galileu e abafar as ideias revolucionárias que o cientista traz. É a Ciência impregnada de política e a política impregnada de Ciência.

A leitura dessa cena me remete a disputa entre Dória e Bolsonaro por causa da vacina. Longe de mim pensar que Dória seja uma espécie de Galileu. Nem de perto. O que aproximo aqui pensando é como a Ciência está repleta de jogos políticos. Um primeiro entre a disputa clara, e isso é inegável, entre Dória que está investindo em Ciência e acreditando na vacina e do outro Bolsonaro que quer deslegitimar a ciência e

a vacinação, pois não acredita e quer sabotar. Uma segunda coisa que me mostra essa impregnação é que tipo de Ciências as atenções e investimentos estarão concentrados. Apenas na ciência para produção de uma vacina. E todas as outras formas de saberes que podem ser importantes para o combate à pandemia? Educação em saúde, ensino remoto no período de distanciamento, engenharias capazes de auxiliar a vida da população quarentena, a de economia e ciências sociais para pensar as novas formas de relações entre os indivíduos na sociedade pandêmica?

**DATA: 11/11/20**

Vejo o caos se instalando no Brasil. Depois do relato de uma morte por suicídio a ANVISA suspende os testes da CoronaVac realizados pelo instituto Butantan. Bolsonaro, de uma ignorância maldosa, comemora nas redes sociais a suspensão da pesquisa da CoronaVac como se fosse mais uma vitória sobre João Dória. Não há empatia nenhuma por parte do presidente sobre as vidas perdidas durante esse período de pandemia. Em um processo de pesquisa clínica, como esse da vacina, qualquer morte que acontece, seja por causa do produto testado ou outra causa de morte, a pesquisa é paralisada para investigação. Esclarecida a causa da morte, a pesquisa pode ou não ser retomada. Nesse caso da CoronaVac a morte contabilizada foi devido a suicídio, ou seja, uma causa totalmente longe de ser causada pela vacina. Bolsonaro sabendo disso ou não (o que acredito que tenha noção sim desses caminhos técnicos) decide espalhar o pânico e a desinformação nas redes sociais levando a população a duvidar da eficiência de uma possível vacina produzida. O presidente toma esse fato como um “gol” a seu favor na disputa política com o governador João Dória sobre a liderança das decisões durante a pandemia da covid-19. Dória morde a isca e responde a mesma altura de baixaria ao presidente. Mais uma vez a população assiste a uma disputa irresponsável usando o nome e a credibilidade da Ciência.

Continuo a leitura de “A vida de Galileu”. Hoje paro na cena VIII, intitulada “Uma conversa” em que a personagem Galileu trava uma conversa com a personagem chamada de “Pequeno monge” que tem formação em Física, lê e estuda os escritos de Galileu. Brecht caracteriza o Pequeno Monge como “*filho de pobre gente pobre*”. Quer

*saber como o saber se descobre. Quer saber como saber*” (BRECHT, 1991, p.129). Na cena, o Pequeno Monge faz indagações importantes as quais classifico que é da relação entre conhecimento e sociedade. O Pequeno monge, na cena, está angustiado, pois diante do conhecimento que Galileu coloca, que a Terra não é mais o centro do universo como colocado pela doutrina teológica, como ficaria sua família e seu povo quando descobrir que toda a doutrina é uma grande falácia? Acho bela essa passagem que Brecht coloca na boca dessa personagem:

*“O Pequeno Monge: (...) Eles estão seguros – foram ensinados assim – de que o olho de Deus está posto neles, atento, quase ansioso, de que o espetáculo do mundo foi construído em torno deles, para que eles, os atores, pudessem desempenhar os seus papéis grandes ou pequenos. Que diria minha gente se ouvisse de mim que moram num pequeno pedaço de rocha que gira ininterruptamente no espaço vazio, à volta de outra estrela, um pedaço entre muitos, sem maior expressão? Para que tanta paciência e resignação diante da miséria? (...)”.* (BRECHT, 1991, p.133).

Acho esse texto interessante quando penso na função da Ciência como uma possibilidade de autonomia do indivíduo. Um indivíduo que está distante de um saber está em uma espécie de escuridão. Quando se tem contato com os meandros da Ciência, com as formas de fazer Ciência é buscar um conhecimento que gera uma forma autônoma de pensamento.

Se eu correlacionar de forma rápida com a situação atual do Brasil, posso pensar da seguinte maneira: Bolsonaro teria tanto poder em mentir na sociedade brasileira e enganar as pessoas se houvesse uma educação científica de verdade? Ele mentiria para a população, por exemplo, colocando em xeque-mate a pesquisa da vacina se a população soubesse e estivesse envolvida com as formas de produção de conhecimento?

Consigo perceber essa mensagem que Brecht traz com esse diálogo entre O Pequeno Monge e Galileu. Ambos são homens do saber em cena. A personagem do Pequeno Monge tem um encantamento ainda maior pelo fato de ser um homem religioso, mas um homem sensível à Ciência. Acho interessante Brecht colocar essa personagem,

pois interpreto que a fé, de alguma maneira, pode caminhar em conjunto com a razão. Um homem que tem fé pode ser homem da Ciência. Acredito que seja uma cena interessante porque Brecht nos propõe essa discussão, talvez, para evitar a completa polarização entre fé e razão que seu texto poderia levar a um leitor mais desatento ou radicalizado em algum dos polos.

**DATA: 08/12/2020**

Ainda continuo a minha leitura da cena VIII, “Uma conversa”. Há outro trecho da fala do Pequeno Monge que me chama atenção:

*“O Pequeno monge: (...) qual o cabimento da Sagrada Escritura que explicou tudo e disse que tudo é necessário, o suor e a paciência, a fome, a submissão, se ela agora está toda errada? Não, eu vejo o olho deles ficando arisco, vejo como descansam a colher, vejo como eles se sentem traídos e esbulhados. Então, o olho não está posto em nós, é o que pensam. Nós é que precisamos cuidar de nós mesmos, sem instrumentos, velhos acabados como estamos? Nenhum papel nos foi destinado, fora este papel terrestre e lamentável, numa estrela minúscula, inteiramente dependente, não tem nada girando à sua volta? Não há sentido na nossa miséria; fome não é prova de fortaleza, é apenas não ter comido; esforço é vergar as costas e arrastar, não é mérito. O senhor compreende agora a verdadeira miséria maternal, a grande bondade da alma que eu vejo no Decreto da Santa Congregação? (...)”.* (BRECHT, 1991, p.133-134)

Brecht coloca essa pergunta, ao final da fala do Pequeno Monge, para que possamos pensar se talvez o estado de ignorância não seja melhor do que o estado do conhecimento. O estado de conhecimento trará responsabilidades importantes sobre nossa atividade e atitudes humanas. Principalmente nas decisões políticas que tomaremos na nossa sociedade.

Lembro que ontem o governador João Dória anunciou o plano de vacinação para 25 de janeiro de 2021. Escolheu essa data, pois é aniversário da cidade de São Paulo. A escolha tem decisão política para exaltar a “batalha de São Paulo” contra a pandemia. Claro que a intenção é mostrar ele, como governador, na liderança da pandemia. E isso

declara uma guerra. A guerra está declarada entre o governador e o presidente da república mais uma vez pelo holofote de quem será o “salvador da pátria”. Hoje ainda Pazuello diz que só comprará a vacina caso houver “demanda”. Para o Governo Federal não há uma demanda de vacinas. É ridículo. Corpos se acumulam e já batem mais de 150 mil mortes e o Governo Federal acredita que não há necessidade de vacina.

**DATA: 17/12/20**

Bolsonaro dá uma declaração infeliz hoje de que não vai tomar a vacina porque já teve a contaminação pelo vírus e já tem os anticorpos e que o governo não se responsabilizará caso alguém vire um “jacaré”. Primeiro que dá uma declaração falsa e sem comprovação científica de que um indivíduo que entrou em contato com o vírus, por meio da infecção, pode manter a memória imunológica e não ter a reinfeção. Segundo que joga com mais mentiras e inverdades científicas em afirmar que vacinas podem causar mutações significativas no material genético dos indivíduos pelo fato de serem vacinas feitas a partir do material genético do patógeno, RNA nesse caso. A vacina formulada pela indústria farmacêutica da Pfizer é uma vacina que chamamos de terceira geração, ou seja, vacinas formuladas com material genético. No caso dessa vacina é utilizado o RNA do vírus. Esse RNA entra nas células do vacinado e participa, em ribossomos, da produção de proteínas virais que fora da célula vão estimular o sistema imunológico a produzir anticorpos e células T e B de memória. Não há comprovação de que o RNA dessas vacinas possa induzir mutações tão significativas nos indivíduos que possam a transformar ninguém em jacaré ou qualquer outra coisa. O que há é má fé, desinformação e disseminação de falso conhecimento por parte do presidente da república.

Essa celeuma criada por Bolsonaro me lembra uma cena pequena de “A vida de Galileu” que reli. É a cena VI, que Brecht data de 1616, quando o colégio romano, instituto de pesquisa do Vaticano, confirma as descobertas de Galileu. É uma cena pequena e que em uma leitura rápida poderia passar despercebida. Nela, prelados, monges e estudiosos avaliam os escritos de Galileu em uma espécie de “avaliação por pares”. O interessante é que avaliam em uma sala à parte e Galileu espera essa avaliação em uma

sala separada. Ela começa com esse conjunto de “intelectuais” rindo e comentando a obra de Galileu. Zombam da ideia de que a Terra pode estar em movimento e não o Sol. Por fim confirmam, por suas análises, que as ideias de Galileu, ali colocadas, estão corretas. Galileu é comunicado disso. Essa cena é interessante, pois acredito que Brecht quis trazer uma discussão importante com ela. A discussão sobre a ignorância diante de um conhecimento ou verdade científica. Quando os intelectuais riem, fazem chacota dos saberes colocados e ainda “espalham” inverdades demonstram ignorância diante do saber.

O que relaciono a essa cena é o comportamento ignorante de Bolsonaro ao espalhar que uma vacina contendo material genético pode causar uma mutação significativa no ser humano transformando em um jacaré ou qualquer anomalia.

**DATA: 03/01/21**

Desde o dia 31/12 estou sentindo mal-estar. Acordei sentindo a cabeça pesada, uma sensação de carregar água dentro do crânio, e uma dor de cabeça espraiada por toda a cabeça, com maior concentração na testa. O corpo preguiçoso como se um imã me puxasse para deitar na cama. Sinto o nariz fechado, congestionado. O dia está quente aqui no sítio dos meus pais na cidade de Salto de Pirapora no interior do estado de São Paulo, mas há horas que sinto o corpo gelar e arrepiar em calafrios. Não consegui ler e nem ver nenhum filme na TV, adormeci instantaneamente e profundamente. Meu namorado também está sentindo o mesmo. Investiguei e meus pais não sentem nada, ainda bem. Minha preocupação é ser COVID-19, mas ainda sentimos o olfato e o paladar; também não apresentamos tosse até agora e a febre que tivemos foi baixa.

Tudo mudou no dia 1/01. Resistimos acordados para a virada e fomos dormir logo em seguida. Queríamos nos despedir de 2020 com toda certeza simbólica. Dia 1/01 tomamos café e almoçamos nos arrastando entre o sofá e a cama de tanta moleza no corpo e dor de cabeça. À noite, quando fui colocar a primeira colherada de comida na boca, não senti o cheiro da comida e nem o sabor. A temperatura também estava imperceptível. Ao final do almoço havia café. Eu não conseguia distinguir o sabor entre uma xícara de café e um copo d’água: o sabor era o mesmo, ou seja, sem sabor. Parti

um limão e lambi uma banda. Nada, sem sabor. Espremi a casca com a unha. Nada. Meu olfato e paladar haviam sumido instantaneamente. O mesmo para meu namorado que também percebeu a perda desses sentidos. Nossa decisão foi voltar para a capital de São Paulo e procurar imediatamente uma consulta e realizar, mais uma vez, o exame para detecção da presença do vírus da COVID-19.

Ao chegar em São Paulo realizamos, via convênio, uma teleconsulta com um médico pelo celular mesmo. Havia espera de mais de duas horas por uma teleconsulta de tantos os casos que haviam aflorado nos últimos dias em que as pessoas, irresponsavelmente, haviam saído para o feriado de final de ano e ficado em festas e em aglomerações que não estavam recomendadas pela OMS. Infelizmente o brasileiro, e também várias pessoas pelo mundo, não levam a sério as recomendações da Ciência. Saímos da consulta com um pedido de exame para testagem da COVID-19. Amanhã realizaremos o exame.

**DATA: 04/01/21**

*“Vale escudos somente o que rende escudos. Se o senhor quer dinheiro, precisa produzir outras coisas. O senhor não pode cobrar mais pelo saber que vende, do que ele rende a quem compra. Por exemplo, a filosofia que o senhor Colombo vende em Florença rende pelo menos dez mil escudos anuais ao príncipe. A sua lei da queda dos corpos levantou poeira, é verdade. O senhor é aplaudido em Paris e em Praga. Mas as pessoas que o aplaudem não pagam o que o senhor custa à Universidade de Pádua. A sua desgraça, prezado Galileu, está na sua especialidade” (...)* (BRECHT, 1991, p.30) *“(...) os nossos cidadãos mais eminentes têm interesse pelas suas pesquisas, vem visitar o senhor, pedem que demonstre as suas descobertas, gente cujo o tempo é precioso. Meu caro Galileu, não despreze o comércio (...)*” (BRECHT, 1991, p.31).

Não tem como não pensar o dia de hoje sem refletir nas palavras que Brecht colocou na fala do Procurador da Universidade de Pádua, logo na primeira cena quando Galileu tenta negociar um aumento de salário na Universidade.

O dia de hoje começou com uma notícia que assustou qualquer jornalista ou outro cidadão brasileiro quando se revelou que estava em negociação, desde meados de 2020,

a possibilidade das clínicas particulares de imunização em importar 5 milhões de doses de uma vacina produzida da Índia para ser comercializada no Brasil. Tal empreitada não é ilegal desde que seja com intuito de ajudar na dinâmica do programa de vacinação do SUS que oferece, constitucionalmente, ampla possibilidade de vacinação e assistência gratuita a todos os brasileiros. Entretanto, estamos diante de um governo perigoso, mal-intencionado, negacionista da Ciência e afetado pelo movimento antivacina. O presidente Jair Bolsonaro deu várias declarações no final de 2020 de que não tomaria a vacina, pois já havia contraído o vírus. Uma falácia, ignora a dinâmica da infecção que nem os cientistas ainda conhecem. Assim, já chegamos ao início de 2021 sem qualquer exposição de um plano de vacinação ou acordo firmado de importação de doses de vacina em massa para imunização da população. O que há no fundo e fica mais explícito é o desinteresse do governo em comprar as vacinas para distribuição gratuita para a população. Como negacionista e antivacina, Bolsonaro, dá o recado a população que investir em vacinas é desperdício de dinheiro. A opção que oferece a população brasileira, que já contabiliza quase 200 mil mortes e uma tragédia social e econômica país afora, o desespero por adquirir a vacina via iniciativa privada. É um plano claro de desmonte do SUS como direito da população brasileira, pois o ministério da saúde no último pregão do ano falhou drasticamente em adquirir insumos como seringas, agulhas e algodão para imunização da população quando vacina existir. É claro que é proposital.

Tão proposital que a Ciência brasileira teve seu orçamento, via CNPq, divulgado de apenas 22 milhões para o ano de 2021. É um orçamento pífio diante da magnitude e da importância da Ciência no Brasil em uma pandemia e até agora sem nenhuma vacina ou programa de vacinação iniciando.

Quando Brecht traz essa fala na boca do Procurador é interessante relacionar ao que está acontecendo agora. Para o bolsonarismo a Ciência não serve e está ideologicamente alinhada ao pensamento de esquerda. A forma de acabar com essa ideologia que o bolsonarismo enxerga é sufocar a Ciência cortando os gastos. Tecnologia, para o governo, só serve a importada de outros países idealizados dos ditos de primeiro mundo. Ciência é só um negócio da tecnologia estrangeira. O que é produzido internamente, pelos cérebros e tecnologia interna, não serve. O governo não é de um todo negacionista com a Ciência. Nega o que lhe convém para continuar mantendo o

país subordinado a tecnologias estrangeiras e ao capital externo, transformando a população brasileira em apenas desesperados consumidores de tecnologias externas e incapazes de produzir seu próprio conhecimento. Aliás conhecimento brasileiro, pode ser tomado como na fala do Procurador, como uma “desgraça de especialidade”.

**DATA: 14/01/2021**

O Papa Francisco e o Papa Bento são vacinados para a Covid-19 - dia histórico. Enquanto no enredo de Brecht ele relata o conflito entre Ciência e Fé, como até mesmo o cientista Galileu [o histórico] publicou a obra prima “Ciência & Fé”, hoje vemos o movimento da igreja validando a Ciência no ato vital, e porque não simbólico, da vacinação dos dois maiores líderes da igreja católica que antes queimava cientista na fogueira.

Hoje, em especial, não consigo ler e escrever muito. Estou sentindo bem os sintomas da Covid-19. Corpo dolorido, cansaço e sono descomunal, dor de cabeça irritante e uma sensação estranha de energia baixa e depressão. Só quero ficar deitado e não estou conseguindo me concentrar direito. Fico só monitorando os meus sintomas e temeroso em evoluir para os sintomas mais graves. Meu companheiro também está com Covid-19 e está sentindo o mesmo. Meus pais também positivaram para a Covid-19 e apresentaram sintomas leves. A cada hora, estou obsessivo, falo com minha mãe e meu pai sobre a taxa de oxigenação deles que medem via oxímetro caseiro. O número de mortos bate mais de 200 mil no Brasil. Mortes causadas pela anti-Ciência no Brasil quando quase um ano atrás o governo brasileiro deu as costas para os alertas dos cientistas sobre a pandemia e apostou jogando a população para o projeto de “imunidade de rebanho”. Bolsonaro usa completamente errado o conceito de imunidade de rebanho. Acredita que é uma imunidade adquirida pelo contato da população com o vírus. Ignora os conhecimentos científicos sobre mutação de vírus, aparecimento de novas cepas, outras epidemias e pandemias pelo mundo que o vírus não desapareceu apenas pelo contato das pessoas com o vírus, mas sim pela erradicação pela vacinação em massa. Esse comportamento ignorante e maldoso por parte do presidente me lembra a cena V de “A vida de Galileu” sobre a peste que assolava a cidade. Galileu ouviu soldados

agitando matracas para espantar os “miasmas da peste” (BRECHT, 1998, p.98) como se isso fosse capaz de afugentar o mal no ar. As matracas de Bolsonaro contra os “miasmas da peste” da covid-19 são cloroquina, ivermectina e ozônio anal que ele defende como tratamento para a doença, ou seja, inoculo e fantasioso. Brecht retrata nesse momento o apego do governo da igreja a crenças inúteis e ignora a ciência que poderia ajudar a resolver a situação. O clima de anti-ciência no texto de Brecht e no Brasil de 2021 é o mesmo. No fim das contas, o que ganha é o “E daí? Não sou coveiro” emitido pelo presidente Bolsonaro. Diante do horror instalado, a peste comendo a política e a economia por incompetência governamental, vidas pouco importam, as mais de 200 mil vidas perdidas até hoje não valem nada. Brecht refletiu sobre isso na mesma cena:

*“(...) A velha: Quando há alarme de peste, eles não apagam mais o fogo. Só pensam na peste.*

*Galileu: Tal pai, tal filho! É o sistema deles. Eles cortam a gente como se fossemos o galho doente de uma figueira que não dá mais fruto.*

*A velha: O senhor é injusto. O que é que eles vão fazer? (...)” (BRECHT, 1991, p.97).*

No dia em que a igreja católica simboliza o apoio à Ciência, ao qual rivalizou por muitos anos, o espírito negacionista, anti ciência ainda impera no governo do Brasil.

**DATA: 17/01/2021**

Estou me sentindo bem melhor que dias atrás, mas ainda sinto muito cansaço, pouca concentração e sem olfato e paladar algum. A ANVISA libera o uso emergencial da CoronaVac da China. Ufa que temos uma vacina e que a vacinação se inicie já! Porém, falo do lugar do desespero de quem teve que se agarrar nos últimos tempos ao oportunismo de políticos neoliberais para ver uma vacina ser aprovada e parar o mais rápido possível esse extermínio de pessoas pelo país - já não é mais uma "apenas uma pandemia", mas necropolítica governamental escancarada. Há uma carência tão grande de lideranças culturais, filosóficas, intelectuais e, principalmente, políticas no país que transformamos qualquer entrega de direitos, de bem-estar social, de proteção coletiva ou

de ação política ética em atos de heroísmo ou saímos dando títulos de heróis por aí. O brasileiro, de alma despedaçada e violentada, precisa de heróis e nos entregamos as migalhas de amparo social dadas por homens com sede de poder. "(...) *infeliz a terra que precisa de heróis (...)*" (BRECHT, 1991, p.202)., já colocava Brecht na boca da sua personagem Galileu, na cena em que Galileu está despedaçado e violentado após a tortura pela inquisição.

### ***Algumas considerações sobre o processo de composição e término do diário***

Aqui tomei como liberdade de escrita desse diário por meio das memórias, diálogos e pensamentos comigo mesmo<sup>24</sup>. Um dos seus principais textos de Lejeune, "Como terminam os diários?" (2001)<sup>25</sup>, versa sobre essa preocupação: um diário termina? Como ele é encerrado? Há essa possibilidade? Para tentar responder essas questões, o teórico levanta alguns argumentos importantes sobre o que leva um autor ou autora a pôr fim dos registros escritos em um diário:

---

<sup>24</sup> Algumas considerações sobre a materialidade da escrita desse diário que chega até vocês. Em muitos dias escrevi o diário no momento da leitura da obra "A vida de Galileu". Em outros realizava a leitura do texto primeiro pela manhã, acompanhava as notícias do país e escrevia a noite de maneira retrospectiva. Em alguns dias escrevi ideias em um pedaço na mesa da cozinha de casa e posteriormente as trabalhei no diário no computador no escritório. O diário todo foi escrito quando eu morava no bairro Vila Buarque (também conhecido como Santa Cecília) no centro da Cidade de São Paulo, próximo à Praça da República. O que é significativo, pois da janela do meu escritório, que tinha vista para hospitais da região, vi o movimento intenso – dia e noite – de ambulâncias, doentes chegando e caminhões frigoríficos para retirada do excesso de corpos que a doença gerava. Além de presenciar o nítido aumento da miséria, desespero e degradação das pessoas em situação de rua que foi agravado com a pandemia no centro da cidade. Aproximadamente 95% do diário eu escrevi quando estava sozinho da companhia de outras pessoas, apenas na companhia do meu cachorro Perseu, no apartamento na quarentena da COVID-19 com saídas unicamente aos domingos de manhã para o supermercado/sacolão do bairro para compras de alimentos. Como mencionado, eu havia separado e permaneci no apartamento assolado por um estado melancólico. Ainda passei por um período com salário suspenso pela universidade devido a crise econômica como alegara a universidade na ocasião. Nesse período sobrevive de algumas economias até as atividades e salário retornar em meados de outubro de 2020. A partir de janeiro de 2021, ainda o final do diário e grande parte da tese, foi escrita sob os efeitos das suspeitas de duas infecções covid-19 de sintomas leves, incômodos e prolongados que tive de janeiro até o presente momento. O que vocês encontraram nesse diário é um recorte do autor em 2020, com as experiências desse período.

<sup>25</sup> Em LEJEUNE, Philippe. O pacto autobiográfico - de Rousseau à internet. Tradução de Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes; Organização de Jovita Maria Gerheim Noronha. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

- *O fim como um horizonte de expectativas e as finalidades possíveis do diário*: muitos diários são escritos com objetivos de exprimir-se, desabafar, comunicar-se, refletir, fixar tempo e prazer de escrever. Caso essa finalidade já tenha sido esgotada, a continuação do diário passa a ser inócua. Por exemplo, quando coloca que “(...) diários de férias, de viagens, diários de trabalho ou pesquisa; diários de retiro espiritual, gravidez e etc. a limitação desses cadernos é ao mesmo tempo cronológicas e temáticas: são diários parciais, dedicados a um período, e centrados em uma zona de experiência particular: o eu ultrapassa o campo do diário e sobreviverá ao seu final. O problema do fim só é crucial nos diários ‘generalistas’ escritos para acompanhar uma vida o maior tempo possível” (LEJEUNE, 2014, p.313);
- *O fim do diário como realidade*: ou seja, o fim físico do diário devido a morte do autor ou da autora dos registros escritos.

Para esse estudo o meu diário terminou acompanhando os dois primeiros pontos de Lejeune, mas também trago alguns pontos a mais que estão em diálogo com as condições ao qual escrevi o diário.

Acompanhando os argumentos de Lejeune meu diário terminou porque adotei essa escrita como horizonte de expectativas; o fim do meu ponto de vista, ou seja, dos principais objetivos que me mobilizaram a escrevê-lo durante um período de um ano. Lejeune coloca que o ponto principal sobre o horizonte de expectativas do diário é que o diário é uma escrita sem fim: “Toda escrita de um diário pressupõe a intenção de escrever pelo menos mais uma entrada que, por sua vez, convocará a seguinte, e assim sucessivamente, sem fim...” (LEJEUNE, 2014, p.312-313). Sobre as finalidades, “O diário é, muitas vezes, uma atividade de crise: a descontinuidade lhe é habitual e se inscreve, aliás, no âmago do seu ritmo” (LEJEUNE, 2014, p.318), ou seja, há uma finalidade que está ligada às características enumeradas por Lejeune em: exprimir-se, desabafar, comunicar-se, refletir, fixar o tempo, sentir prazer em escrever. E foi com esse objetivo

que realizei a escrita desse diário de leitura para me envergar diante de mim em reflexão com a leitura de “A vida de Galileu”.

Sobre o fim do diário como fim de uma realidade, aqui não pautada pela morte do autor, mas a “morte do prazo” para uma análise: a escrita da tese e prazo de finalização de um projeto de pesquisa datado. O que não significa que a escrita do diário não poderá continuar em um outro dado momento. Ela poderá ser retomada para análises futuras contemplando outros ou a continuação desse primeiro objetivo. O que morreu, no meu caso, foi o prazo para escritura da tese e finalização dessa parte da investigação. A realização da pesquisa está situada em um tempo-espço determinado. A escritura da tese obriga que as reflexões, discussões e saberes construídos em um determinado tempo sejam delimitados para que se tenham dados, fatos que possam ser “palpáveis” para a discussão a ser construída.

A escrita do diário, como se dá a perceber, não foi fácil ou simples por todo o contexto que eu estava e continuo inserido. Acreditei que apenas o contexto profissional poderia ser o grande ponto da dificuldade de pesquisa, escrita e rachaduras importantes para análise da questão da Ciência e do fazer Ciência no contexto brasileiro. Ledo engano quando fomos assolados pela pandemia do coronavírus e ainda em choque com as políticas negacionistas, antiCiência e autoritárias do governo Bolsonaro. A sensação de finalidade da escrita, pela morte do autor, em vários momentos foi sentida. No primeiro mês de início da escrita do diário nos perguntávamos “Quem de nós vai sobreviver a tudo isso?”. Tirar forças para a escrita do diário, a realização da tese, a sobrevivência das consequências das mudanças bruscas no ritmo e na forma de trabalho me foi sentida no real. Muitos de nós não sobreviveram ao caos. No momento que escrevo esse pedaço da tese mais de 300 mil vidas brasileiras já haviam sido perdidas para a infecção pelo vírus, a escassez de vacinas ainda assola as esperanças de uma saída da pandemia, outros tantos estão assombrados de morrer sem oxigênio que falta nos hospitais ou pela finitude dos medicamentos para a concorrida intubação nas raríssimas vagas que ainda sobram nos hospitais por todo o país. Não há ninguém no país que não olhe para o lado e não veja alguém doente ou alguém morrendo ou quando não está a si mesmo doente pela COVID-19 e suas consequências físicas e psicológicas. A única preocupação do governo, nos últimos tempos pós encerramento do diário, foi a movimentação de suas

“peças” – ministros – e generais das forças armadas em um ensaio tosco e atabalhado de golpe institucional com um desejo de declaração de “estado de sítio”.

Ressalto também o esforço físico e mental para realizar a escrita da tese após passar pelos sintomas da misteriosa Covid que deixou o corpo e a mente mais morosos o que, também, forçou o término do diário de leitura. Na atualidade da escrita desse trecho já estou contemplado com as duas doses da vacina da Pfizer (de mRNA) anticoronavírus.

O que vem depois da escrita do diário? Lejeune encerra seu texto analítico sobre os diários com o que há “Depois” do diário com um “Não existe depois” (BRECHT, 1991, p.326) com a ideia arriscada de o diário dar “pista” para estudos sobre a genética ou de um texto derivado dele. O diário “é o material (ele é a fonte de toda a sua substância) e a oficina (é nele que é representado progressivamente o trabalho do autor)” (BRECHT, 1991, p.326). Aqui, para a próxima parte deste capítulo, utilizo essa ideia de Lejeune para realizar uma outra camada de análise autoetnográfica, uma *autoetnografia II*, do como interpretado e pinço os pontos principais dos escritos de um ano de registros realizados<sup>26</sup>.

Ainda sobre os diários como pesquisa concordo com as conclusões de Engin (2011) quando diz que os diários podem ser considerados como parte integral e fundamental da construção de conhecimento pelo pesquisador ou pela pesquisadora como parte da construção do conhecimento não apenas como forma de como o conhecimento foi conceitualmente construído, mas como registro da sua jornada na pesquisa e do contexto no qual a pesquisadora estava inserida. O que Santos (2016) vai valorizar como a subjetividade do pesquisador como princípio importante nesse processo.

---

<sup>26</sup> Importante demarcar que não houve nenhuma revisão ou edição de adição, supressão ou correção gramatical textual no diário de leitura. O diário apresentado está na íntegra como foi escrito. Possíveis erros de linguagem foram mantidos para preservar a integridade do diário tal como foi escrito no espaço e tempo definidos em 2020.

## **AUTOETNOGRAFIA II: O EFEITO DO ESTRANHAMENTO: UMA CAMADA AUTOETNOGRÁFICA DE UM ANO – E PÓS – DA ESCRITA DO DIÁRIO DE LEITURA SOBRE “A VIDA DE GALILEU”**

“GALILEU (lavando o tórax, fungando alegre): Ponha o leite na mesa, mas não feche os livros.”  
(BRECHT, 1991, *A vida de Galileu*. p.11).

Essa segunda autoetnografia está dividida em duas partes. Na primeira parte tomo distância e recorro ao painel de análise dos escritos do diário em discussão com teorias para analisar o que está no conjunto de dados. Na segunda parte trabalho com as ideias mais presentes nos escritos do diário: a questão da homossexualidade, da vulnerabilidade no mundo do trabalho e da precarização do trabalho intelectual e científico.

### ***Tomando distância***

Realizar uma análise do próprio diário é uma atividade complexa. Há uma barreira psicológica que forma uma neblina ao tentar separar o que se foi sentindo, e se ainda está sentindo, se aquilo capturado pode ser apenas passageiro ou traz alguma relevância para o contexto. O fenômeno fica mais agudo quando envolve a obra de terceiros, como no caso da leitura de “A vida de Galileu”, colocando a questão de saber se o que se lê e se penetra na leitura está ou não vinculado com a mensagem do escritor. Porém, é inegável a potência da captura de uma realidade espaço-tempo da subjetividade do pesquisador ou pesquisadora ao escrever um diário.

Qualifico aqui alguns atos significativos. Em primeiro lugar, é o exercício de tentar perceber quais foram os tópicos abordados e os sentimentos envolvidos. Em segundo é

o caminhar em terreno movediço para não influenciar na leitura de terceiros sobre o seu diário. Talvez eu possa ter percebido algo durante a análise dos escritos com o qual o leitor ou a leitora possa não concordar. O cuidado nesse processo é o convite, sempre, à recepção do leitor ou da leitora ao diário. O terceiro é se defrontar com os sentimentos que estão impregnados nos escritos. No momento da análise do diário revisitar os momentos, via memória, e se impressionar com “como você poderia estar sentindo aquilo naquele momento e daquela maneira” é um jeito interessante de pescar as subjetividades que permeiam o processo criativo e de crítica. Essas questões são bem discutidas no processo autoetnográfico como intrínsecas ao próprio método ora como percurso metodológico, ora como questão ética da pesquisa (DOLORIERT, 2009).

Esse movimento não é novidade. Brecht já o havia identificado e desenvolvido em sua teoria teatral. É um movimento interessante na própria obra teórica de Brecht na formação do ator, o sujeito diante do texto, tem que interpretá-lo, trazer o material do seu universo de forma crítica. Esse movimento é conhecido como “efeito do estranhamento<sup>27</sup>”, ou seja, basicamente é quando o ator diante da leitura e interpretação do texto realiza pausas pontuais nas falas do texto para colocar sua crítica sobre a questão tratada no texto. Ou seja, é como se o ator realizasse uma investigação autoetnográfica ali diante do seu público e juntos construíssem uma crítica pontual sobre determinado fato. Essa técnica é uma das pedras centrais características da teoria cênica de Brecht.

“O efeito do estranhamento” é uma técnica que foi bem explorada do ponto de vista teórico-pedagógico do teatro de Brecht. Tal processo é bem caracterizado e aprofundado pela pesquisadora Ingrid Dormien Koudela, em “Brecht: um jogo de aprendizagem” (2010), em que a pesquisadora caracteriza a técnica da teoria do teatro épico de Brecht como um processo didático importante para a formação do ator, ou seja, do sujeito que realiza a interpretação no palco para um público.

---

<sup>27</sup> Há diversas adoções para esse termo entre os estudiosos da teoria de Brecht. Por exemplo, “efeito de distanciamento” como adotado por Anatol Rosenfeld (2012) do termo “*Verfremdungseffekt*”. Outros críticos e estudiosos de Brecht realizam outras traduções do termo como revisados por Rodrigues (2010). Aqui vou acompanhar o termo “estranhamento” de Koudela, pois para além do efeito da pausa para realizar o pensamento proposto, me filio ao ligar o estranhamento ao ser estranho proposto por *queer*, na base da teoria *queer*. Ou seja, estranhar para pensar é se tornar um estranho.

É a explicitação desse ponto que me interessa enquanto professor/cientista para análise descritiva do que capto no meu diário de leitura. Esse movimento de “estranhamento” me é importante nessa etapa da pesquisa. Durante a composição do diário de leitura, o processo de escrita foi realizado com base na realidade de cada momento, de cada instante que estava vivenciando. Agora, utilizando a técnica do “efeito do estranhamento” de Brecht, realizo com distância uma análise de todo esse processo autoetnográfico da escrita do diário.

A análise por Koudela (2010) do processo pedagógico proposto por Brecht me é importante como método para “estranhar” o mundo pela leitura do diário. Assim, vou encarar nesse processo autoetnográfico a leitura do diário por mim escrito como um “ator” imerso na técnica da teoria brechtiana, como frisado por Koudela (2010), que “a atualização do texto só pode realizar-se através do vínculo que o atuante estabelece com sua própria experiência (com seu cotidiano)” (p.18), como forma de desvelar os principais temas que envolveram e estão impregnados nos escritos do diário de leitura.

O ponto que Koudela estuda, que me interessa e me guia, está ligado à questão didática dentro da teoria do teatro épico: “Brecht propõe, através dos procedimentos com a peça didática, uma ‘literalização’ do espectador/atuante. O espectador não mais ocorre acidentalmente ao teatro. Ele participa de um processo de aprendizagem” (KOUDELA, 2010, p.110). O rompimento de Brecht com o teatro tradicional, de cunho aristotélico, traz a proposta de uma forma dessa arte não estar ligada a proporcionar a catarse do espectador diante da identificação do público com a personagem, em uma sentimentalização pura e sem pensamento racional, mas ao fato que a experiência do espetáculo possa ser uma experiência crítica, ou seja, pedagógica:

Os instrumentos didáticos propostos por Brecht – modelo de ação e estranhamento – tem por objetivo a educação estético-política. A peça didática não é uma cópia da realidade, mas sim um quadro (recorte), no sentido de representar uma metáfora da realidade social (em oposição ao drama histórico, as peças didáticas passam-se em lugares distantes – China, Roma etc.). O caráter estético do experimento com as peças didáticas é um pressuposto para os objetivos de aprendizagem. Resultam daí as consequências de uma forma de atuação. Em oposição a um processo de identificação e/ou redução do texto da peça didática ao plano da “experiência”

(...) o objetivo da aprendizagem é unir a descrição da vida cotidiana à evocação da história, sem reduzir uma à outra, mas sim como vistas ao reconhecimento de características que são típicas e que podem ser identificadas em uma determinada situação social. O estranhamento entendido como procedimento didático-pedagógico, visa exatamente possibilitar, pelos meios do jogo teatral, o conhecimento veiculado pela forma estética que está prefigurada no “modelo de ação”. (KOUDELA, 2010, p.110-111).

A experiência pedagógica proposta por Brecht não fica apenas restrita ao público contemplado pelo espetáculo, mas também se estende ao sujeito que interpreta o texto no palco, ou seja, o pensamento proporcionado no momento do “estranhamento” toma o sujeito que profere o texto:

Brecht refere-se aí o contato entre o palco e a plateia, que normalmente se realiza com base na identificação. O objetivo principal do ator tradicional é a invocação desse ato psíquico. Já na técnica que provoca o efeito “V” é diametralmente oposta – o ator é levado a não provocar o ato de identificação. (KOUDELA, 2010, p.105).

Koudela detecta, desenvolve mais essa proposta e vai além dela quando traz que Brecht toma o processo de montagem de um espetáculo como um processo pedagógico importante na formação:

O processo de montagem visa romper com o conceito de evolução, decompondo a situação em outros tantos elementos particulares, que o espectador (no teatro épico artístico) e o atuante (na peça didática) remontarão em seguida. Brecht privilegia a forma do processo – diversas interpretações, diversas significações coexistem. A construção por fragmentos descartáveis (estilo épico) propõe versões diferentes de um mesmo fato, colocando o atuante diante de opções. (KOUDELA, 2010, p.103).

O importante dessa detecção pedagógica estudada por Koudela está na valorização de como o processo dos sujeitos em contato com o texto pode abrir possibilidades, junto ao seu universo, chaves de crítica, e como a crítica, externalizada, pode ecoar no público em alguma maneira de pensamento que leve à ação. Esse processo pedagógico e de investigação é bem correspondente à estrutura do próprio

processo autoetnográfico dividido em “processo” e “produto”, como colocado por Ellis, Adamns e Bocchner (2015), o que pode nos dar a pensar e, talvez nos permita relacionar o processo de montagem do espetáculo, a preparação do ator com base na teoria do teatro épico de Brecht com uma forma de pesquisa autoetnográfica: em que a experiência do sujeito envolvido com o texto e a montagem é relevante e deve se impregnar na composição do trabalho. O diário, nesse processo, em especial para mim, é um instrumento poderoso que possibilita ao pesquisador, e em meu caso possibilitou, uma “improvisação” crítica do pensamento. O meu espectador era eu mesmo. São as marcas das pegadas de Lejeune (2014) que deixo como fragmentos de construção de um pensamento mais lógico e elaborado.

Koudela traz esse ponto da proposta de Brecht quando afirma:

A improvisação é introduzida a partir do texto e “deve ser bem pensada”, segundo Brecht. O conceito de peça didática, partindo de equívocos, foi muitas vezes mal interpretado. Não se trata de ensinamentos a um público através do autor ou diretor à medida que se entenda por ensinamentos a transmissão de ideias e/ou pontos de vista. Os atuentes “ensinam” a si mesmos. Eles aprendem por meio da conscientização de suas experiências e a peça didática é um meio de aprendizagem. (KOUDELA, 2010, p.31).

O ponto a que chegamos é que a autoetnografia da leitura que realizei me surte o pedagógico efeito do distanciamento brechtiano: o diário funcionou como esse hiato entre a fala e ação na formulação da crítica.

O uso do material *diário* como metodologia de pesquisa é difuso. Alguns pesquisadores e pesquisadoras utilizam como material secundário das investigações realizadas como forma de registro dos bastidores da produção do conhecimento. Entretanto, nas últimas décadas, principalmente no campo da Sociologia e da Antropologia, com o movimento do “giro narrativo” em que a narrativa do sujeito que pesquisa passou a ser objeto importante de pesquisa, os diários com anotações datadas, impressões e análises “a quente” passaram a ser importantes materiais como fonte diretas das pesquisas.

Nesse contexto, recorro novamente às propostas de investigação de Engin (2011) e Santos (2016) que, utilizando os diários diretamente como metodologia, ainda possibilitam perspectivas de análises distintas. Enquanto Engin (2011) toma e expõe seus diários, como já relatado, como a fonte de uma investigação dos seus processos cognitivos de construção de conhecimento, Santos (2016), se detém a explicitar os sentimentos e emoções diante do seu processo de leitura e construção de perspectiva da interpretação do romance. Essas duas vertentes importantes e distintas inspiram uma terceira via, em que junto as duas categorias das autoras, uma de aspecto *cognitiva* e outra de aspecto *emocional*, para a construção do meu estranhamento: o distanciamento crítico da minha realidade.

O “efeito do estranhamento” que tenho ao ler os escritos de 1 ano do diário me faz captar o principal ponto que permeia os meus escritos desse tempo: a questão da *vulnerabilidade* no mundo.

Para me ajudar a pensar essa questão, recorro à discussão de Judith Butler (1956) em seu ensaio “A vulnerabilidade corporal e a política de coligação” publicado no livro “Corpos em aliança e a política das ruas” (2018) que vou relacionar o *ato de fazer Ciência por cientistas* como uma *coligação pública e democrática de corpos*. Os cientistas se reúnem para discutir sobre suas condições de existência ou apenas para propor conhecimento sobre a natureza do mundo?

A Ciência é uma instituição de cultura coletiva realizada a partir do compartilhamento de espaços físicos e ideias por corpos reunidos. Essa reunião de corpos em direção a um pensar funciona como conjunto de assembleias de construção, desenvolvimento, reivindicações e deliberações de propostas que podemos chamar de *práticas científicas*. Ou seja, o exercício científico requer a reunião de corpos em plataformas físicas de diversas dimensões. Entretanto, com a própria fragmentação e individualização do exercício de fazer Ciência, reunida entre as lógicas do próprio pensamento científico e as políticas neoliberais do capitalismo contemporâneo, essa fragmentação traz a individualização extremada, a precarização, a competição exagerada por verbas e tem como consequência a vulnerabilidade dos corpos que reivindicam o performar o trabalho com a Ciência enquanto forma de expressão e como ação política de sua existência. O fazer Ciência pelo cientista ou pela cientista deve ser

encarado com um ato de fazer política como discuti em um ensaio prévio (MANZONI-DE-ALMEIDA, 2019).

A pandemia da COVID-19 que vivemos fez essa questão da precarização e vulnerabilidade ficar mais aguda, pois exigiu ainda mais individualização e distanciamento dos corpos. A COVID-19 pode ser intitulada como “peste da distância”: um sintoma perfeito do plano neoliberal. Sobre a precarização, as angústias e incertezas da ação política e científica trago, com o meu um ano de relatos no diário, a separação e o agudo individualismo que a sociedade elaborou nos últimos tempos, impossibilitando a coletividade. A solidariedade como amálgama essencial da coletividade de vulnerabilidade, como nos traz Butler (2018), está comprometida. Dessa forma, sem coligações ou compartilhamento, como a Ciência é feita? Que políticas científicas são adotadas? Que espaço há para o cientista no mundo? Quais rumos os cientistas tomam diante da precariedade e vulnerabilidade pessoal e coletiva? Há esperança para reunir corpos científicos para uma solidariedade e para os usos responsáveis da Ciência no mundo? Ainda: há a questão da responsabilidade do cientista diante do desespero que a biopolítica e necropolítica dos governos pelo mundo impuseram diante do viver ou morrer pela infecção? Há uma nova ética das políticas científicas diante do desespero de vacinar a massa planetária?

O que passo a discutir distanciado é como corpos tão individualizados e vulneráveis tem o desafio de estabelecer uma coligação solidária para os usos responsáveis da Ciência.

### ***Uma bixa na Ciência: eu sou um gay cientista***

É importante já iniciar essa etapa alinhado a teoria da “Ética bixa” de Paco Vidarte (2019) localizando meu corpo, primeiramente, como um corpo “bixa”, cientista e professor, filho de imigrantes, vindo da periferia da cidade de São Paulo e construído a partir das oportunidades dos programas sociais de educação de ciência das políticas sociais entre 2003-2016. Dadas essas condições históricas, minha análise crítica e estilo de exposição não estão alienadas dessa perspectiva. Ler e interpretar a “A vida de Galileu” em meio à maior crise sanitária, política, econômica, científica e social do início

do século XXI não se fez (e faz) na neutralidade da localização de corpos como o meu. Entender uma Ciência responsável e crítica como uma coligação em solidariedade não pode ser feito a partir da exclusão da vulnerabilidade que está em corpos dissidentes como o meu. A Ciência é feita por corpos, então qual a voz desses corpos que geram a Ciência?

Começo por esse ponto. O que num corpo como o meu tem relação com a “Vida de Galileu”? A obra “A vida de Galileu”, como já discutido anteriormente, é uma ficção para criticar a instituição científica e a responsabilidade do cientista diante do conhecimento que ela formula e disponibiliza para a sociedade. Há no texto perguntas tais que, por exemplo: qual foi a responsabilidade de Albert Einstein, cientista que descreve a relação entre matéria e energia, na explosão da bomba atômica de Hiroshima e Nagasaki?

Brecht se vale da figura histórica do cientista Galileu para construir sua personagem do universo científico e expor como a vida privada do sujeito, com seus anseios pessoais, pode influenciar no desenvolvimento científico e político da Ciência. Por mais que Brecht tenha escancarado a intimidade da vida de uma cientista em “A vida de Galileu”, o autor não fez qualquer referência ou exploração do tema da sexualidade de Galileu nem construiu uma personagem nesse sentido. A única pista, que não é confiável, é a existência da filha Virgínia do cientista. Digo que não é confiável, pois a existência da paternidade da personagem não está ligada exclusivamente a apenas uma orientação ou prática sexual da heterossexualidade. Porém, quando o texto é posto em perspectiva histórica, a de meados do século XX, momento em que esse ponto em específico ainda não era discutido de forma abrangente no campo da sexualidade, e ainda mais se tomamos a perspectiva da própria figura histórica do cientista Galileu Galilei, pode-se dizer que Brecht ignorou deliberadamente a questão da sexualidade de Galileu. Porém, como essa intenção pode ser entendida?

Não se pode dizer que a sexualidade está ignorada totalmente nas peças de Brecht. Katy Phillipps, estudando a homossexualidade presente nos textos brechtianos, nos traz em “*Between the third sex and the third Reich: Brecht early texts*” (2000) que Brecht abordou a questão da sexualidade, em especial a homossexualidade, em seus textos. Em seus três primeiros textos, o homossexual, e o relacionamento entre dois

homens, estava presente como uma maneira de confronto com a sociedade conservadora da República de Weimar, que tomava fervorosamente a homossexualidade como um comportamento desviante. Segundo Phillipps (2000), a abordagem da homossexualidade nesses textos brechtianos está ligada a um ato contestador do autor como um manifesto de contracultura sexual vigente na sociedade alemã do início do século.

Então, por que Brecht não envolveu a exploração da intimidade sexual da vida de um cientista? Levanto algumas hipóteses para tal. É intrigante a ausência da reflexão entre a sexualidade e o cientista em “A vida de Galileu”. Brecht escolhe a figura do cientista Galileu para criticar a Ciência por motivos históricos e políticos da Ciência (FITAS, 1998; LOPES, 2002; MUHSIN, 2014; ROESSLER, 2008; SOBRINHO, 2015) já que historicamente não há evidências das questões de uma possível homossexualidade de Galileu. Ao contrário, seu biógrafo sugere uma vida heterossexual e a construção familiar tradicional ao campo heterossexual (GEYMONAT, 2008). Outro ponto importante que reforça esse descarte de Brecht da questão da sexualidade é a escolha de tomar Galileu como o modelo da discussão da Ciência e não outro cientista da era moderna, por exemplo Leonardo da Vinci, como Sigmund Freud escolhera para explicar a sublimação da libido para a criação intelectual na sua teoria da Psicanálise em “Leonardo da Vinci e uma lembrança da sua infância” (1997). O que sugere pensar que essa vertente da vida privada do indivíduo que produz conhecimento não foi importante para Brecht na arquitetura da condição do cientista na sociedade ocidental. Ou seja, a sexualidade do cientista, o que dá a entender na concepção de Brecht, não faz parte do envolvimento da estrutura da vulnerabilidade do cientista na sociedade capitalista, como proposto em “A vida de Galileu”, e tal característica está ignorada. Ou ainda: a impregnação de teoria racionalista da Ciência positivista nas concepções literárias e artísticas do projeto teórico de Brecht não permitiram espaço para envolvimento com essa camada da vida privada do cientista, o que inversamente para a concepção freudiana de uma nova proposta científica da psicanálise era essencial. Mas a partir da perspectiva da análise de que a não-neutralidade da Ciência, envolvendo a moral e a política como partes das engrenagens do conhecimento produzido e público científico subentendidas por Brecht “A vida de Galileu” como levantei no Capítulo 2, não fica difícil

entender que Brecht nos seus últimos anos de vida e na redação da última versão de “A vida de Galileu” não tenha aceitado que a Ciência é não neutra e tais questões privadas são importantes na dinâmica científica.

Por outro lado, Phillipps (2000) propõe outra explicação para a escassez do tema da homossexualidade nos textos de Brecht que me ajuda a pensar em outra hipótese da ausência do tema em “A Vida de Galileu”. Em “*Writing the truth*” (1935), Brecht teria escrito que durante os tempos de perseguição e censura a resistência, também, está na camuflagem de certas informações, por exemplo, de foro íntimo. Várias formas de comportamentos na sociedade eram condenáveis pela ordem política vigente. A condição da homossexualidade era vista como um desvio da natureza, uma doença nas lentes eugênicas e do darwinismo social impregnado no nazismo. Uma máscara escondendo a homossexualidade seria uma forma de preservação e exercício de resistência. Lembrando que durante o período de 1933 e 1944 os nazistas condenaram entre 50 e 63 mil homens por homossexualidade e estima-se que 5 a 15 mil morreram em campos de concentração (PLANT, 1986 *apud* PHILLIPPS, 2020). A declaração da homossexualidade poderia ser vista como mais uma forma de se tornar inimigo do governo. A interpretação que pode ser tomada do texto de Brecht para esse apagamento, então, seria o próprio silenciamento da personagem Galileu dos seus resultados científicos como forma de proteção e resistência diante do autoritarismo ao qual está submetido. O Galileu de Brecht é uma personagem que fala sobre a opção pelo silêncio como maneira de preservação da vida e resistência política. Muitos homossexuais na história da humanidade preferiram o silêncio sobre sua condição para conseguir sobreviver e continuar suas atividades. Alguns até foram condenados juridicamente por “homossexualismo”, vide a história do escritor irlandês Oscar Wilde que fora denunciado e amargou na prisão como relata a si próprio em “*De profundis*” de 1897. Da mesma forma como Galileu abjurou seus estudos científicos, muitos homossexuais abjuram sua condição de existência como maneira de preservar sua paz e sua vida física. O silêncio de Brecht diante da sexualidade de Galileu é a metáfora do silêncio de muitos de nós.

Entretanto, a leitura com olhos e corpo no século XXI, essa questão não me escapa, pois as circunstâncias são relativamente diferentes. Poderia eu, um cientista, hoje abjurar e optar pelo silêncio da minha condição homossexual? Já digo rapidamente:

jamais. Com os avanços das discussões e reivindicações dos movimentos feministas, negro e dos LGBTQPIA+ no final do século XX, a questão da sexualidade dos indivíduos não deve ser ignorada como fator histórico-social da caracterização de uma análise. Dessa forma, ao ler “A vida de Galileu”, além da identificação explícita da vulnerabilidade econômica, social e política do cientista, acrescento a sexualidade do indivíduo como quebra desse silêncio em associar performance científica e sexualidade. Refleti sobre a questão da sexualidade dos cientistas como vingança à razão falocêntrica no ensaio que escrevi *“Examples of testis and supertes in the intimate production of scientific truths”* e está em vias de publicação. A escrita de um corpo como o meu tem o corpo de escritura acadêmica não hetero-cis-normativo. Quando coloco a “vingança da razão” em corpos como o meu que trago no ensaio é, antes disso, um chamado para corpos que importam (BUTLER, 1993) e escrituras que subvertam as escritas impregnadas da essência hetero-cis-normativa. Há um ensaio que estou escrevendo em que retomo a ideia da subversão da “vingança da razão” e em que realizo uma autoetnografia coletiva junto com orientandos homossexuais que partem das suas experiências de vidas homossexuais, como material para a construção de educação em ciência e saúde.

O que trago nessa primeira camada de análise é a tomada de consciência em atender a chamada de Paco Vidarte em “Ética Bixa” (2018):

(...) fazer-se poderoso, deixar que o poder corra por suas veias, mineralizar-se ter iniciativa, tudo isso deriva de uma só decisão: a decisão política de converter-se, de ser um sujeito político LGBTQ. Isso ninguém dá de presente, ninguém concede, não precisa de cerimônia de reconhecimento, nem se filiar em lugar nenhum: depende de cada um tomar a decisão de ser uma bixa, uma lésbica, uma trans que elevam a si mesmas às categorias de conflito e a posição de luta de sujeitos políticos. Sujeitos políticos por decisão. Vontade de guerrear. Determinação de batalhar contra o inimigo comum. Isso é tão fácil como dar esse passo, em vez de ficar no limbo da ociosidade dos direitos concedidos ou obtidos por outros, que lutaram por nós. (VIDARTE, 2018, p.62).

Ou seja, em que a nossa existência LGBTQPIA+ deve ser posta em primeira instância e nos tornar sujeitos políticos como forma de resistência contra a censura às nossas existências. A liberdade de expressão intelectual, como questionada por Brecht

(1991) em “A vida de Galileu”, é sustentada pela liberdade de existência em primeira instância. A liberdade da expressão das sexualidades, como trago e reforço, é a base da liberdade de pensamento e existência plena.

### ***A vulnerabilidade e corpos em aliança***

Aqui faço uma divisão e um acréscimo importante a partir dessa leitura e análise do texto de Brecht sobre as camadas da *vulnerabilidade* do cientista e da cientista, em especial no Brasil.

Para tal, ao ler, sentindo e pensando a proposta de “A vida de Galileu”, enquanto na condição de homossexual e cientista não consigo deixar de lado essa camada, pois ela me atinge. Na condição de homossexual e cientista que sou, tomo o conhecimento que produzo não estar desligado da localização do meu corpo no contexto histórico-social (HARAWAY, 2009) e da minha narrativa política enquanto sujeito “bixa” como já mobilizado (VIDARTE, 2019), visto que, a condição de homossexual, em se tratando principalmente de sociedade brasileira, me coloca em uma situação de vulnerabilidade, exclusão e preconceito. Portanto, a condição da vulnerabilidade por ser homossexual impacta diretamente na minha produção de saber em como é produzido. As condições da produção do meu saber são impactadas diretamente em como tenho acesso a espaços ou se terei acesso a esses espaços de pesquisa. Chegar aos espaços de produção de saber para um homossexual declarado é antes de tudo se deparar com sua própria condição sexual no mundo em primeira instância. As camadas se vou conseguir um trabalho, como vou conseguir exercer esse trabalho, quais são as disputas de poderes do machismo e do patriarcado nesses ambientes, os preconceitos que posso vivenciar, as discriminações que terão que ser superadas se somam às outras fragilidades, precariedade e vulnerabilidades sociais, econômicas do exercício de realizar Ciência. Negar que essa condição de existência interfere no exercício democrático, intelectual e científico é tornar o trabalho ainda mais precário e violento. Persistir no silenciamento dessa camada nos torna mais vulneráveis. Concordar com a não discussão da abordagem explícita da sexualidade de Galileu em “A vida de Galileu” seja apenas mais um reflexo do privilégio do indivíduo homem e heterossexual no campo da

produção intelectual no mundo é contribuir com a manutenção da Ciência enquanto braço ativo do capitalismo. Acrescentar a questão da sexualidade na vida privada do cientista traz mais uma camada da vulnerabilidade a que corpos como o meu estão sujeitos no campo da produção de saberes. Estar envolto em mais essa camada de vulnerabilidade me traz ainda mais perspectivas de precariedades que podem ser somar a atividade intelectual e científica no mundo contemporâneo neoliberal mundial e, em especial, brasileiro.

A vulnerabilidade faz sentir a mundo com mais intensidade o que encaminha, por uma questão de sobrevivência, para pensar a realidade com mais objetividade. Todos os indivíduos têm estados de vulnerabilidades. Outros mais devido às condições sociais aos quais estão inseridos. Em meu caso, em primeira instância, estou na comunidade LGBTQIAP+, que sofre um espectro diverso de violências, precariedades e vulnerabilidades. Outra dentro da questão do mundo do trabalho científico e educação ao qual a instabilidade da profissão somada à desvalorização pelo Estado e sociedade brasileira tornam a vulnerabilidade mais sentida. A noção de se sentir vulnerável, por mais desagradável que possa parecer, impulsiona em muitas tomadas de decisão. Entretanto, essa condição social e psicológica não pode ser romantizada em todos os aspectos e situações ao qual ela pode emergir ou estar instalada. Durante esse um ano de pesquisa e leitura de “A vida de Galileu” fui me sentindo e percebendo a vulnerabilidade das condições sociais que podem ter me impulsionado a uma crítica maior da realidade que me cercava (e talvez em alguns aspectos ainda me cerca). Foi sentindo e prestando atenção na vulnerabilidade da minha figura enquanto sujeito e pesquisador que a usei como mola propulsora para a indignação que se expressa em como fui associando a leitura da obra de Brecht à realidade e tecendo a crítica ao texto e ao contexto para além da catarse. Aparentemente a vulnerabilidade e a indignação não tem uma ligação direta como uma seja ação e consequência da outra. Como efeito do estranhamento brechtiano percebo a vulnerabilidade como uma face e a indignação como outra face da uma mesma moeda. Essa moeda “*vulnerabilidade-indignação*” é como Butler vai nos propor como uma das formas de resistência (BUTLER, 2018). Ou seja, a vulnerabilidade pode ser tomada para além de uma condição psicológica

individual, mas como uma ação política em coligação à um coletivo. E “A vida de Galileu” de Brecht (1991) versa, também, sobre a *resistência*.

A vulnerabilidade é um tema do pensamento político da filósofa Judith Butler (2018) para além de um estado psicológico individual. Em “Corpos em aliança e a política das ruas” no ensaio “A vulnerabilidade corporal e a política de coligação”, Butler desenvolve a ideia da posição de “vulnerabilidade como uma forma de ativismo ou como aquilo de que de algum modo mobilizado em forma de resistência” (BUTLER, 2018, p.137). Butler trabalha com a ideia das assembleias proposta por Hannah Arendt e as reuniões realizadas pela população em forma de manifestações públicas de ação política. Dessa forma, para Butler a vulnerabilidade não está apenas ligada às formas de precariedade de uma vida, mas como esses corpos vulneráveis podem se unir em solidariedade como forma de resistência. Avançando na proposta sobre as assembleias, e deslocando a ideia romantizada por Arendt como ação política pura, Butler advoga que a condição de vulnerabilidade dos corpos, de forma física, social e política, pode ser impulsionadora dessa ação política de forma individual para uma coletiva. Ou seja, a vulnerabilidade sentida como individual não é descartada e deve ser levada em consideração como maneira de se abrir para o mundo em solidariedade com outros corpos em mesma situação.

Coligando a chamada que Vidarte faz em “Bixa como sujeito político” (2019) e os “Corpos em aliança” de Butler (2018) não é difícil de entender que a vulnerabilidade pode ser um instrumento potente de ação política para discutir os corpos LGBTQIA+ no fazer Ciência. Tecendo sobre o sentido da vulnerabilidade individual primeiramente, trago a questão da minha homossexualidade face à sociedade. Logo no início da construção da crítica da leitura aparece o primeiro ponto de identificação que é o substrato de um dos espectros da vulnerabilidade em que vou sentir: o preconceito relacionado à sexualidade.

Dado todo o preâmbulo, não é à toa que em primeiro lugar, nesse momento, eu trago a percepção do preconceito da sexualidade quando identifico na cena à qual presenciei que dois homens não podem ser vistos caminhando juntos embaixo de um

guarda-chuva<sup>28</sup>. Aparentemente parece ser algo comum, mas na sociedade brasileira isso parece ser uma grande problemática. O interessante, olhando agora com certa distância desse dia de escrita do diário, e estranhando, é o recorte que pode ser feito a partir dessa primeira cena em que relato o que sinto ao perceber uma cena simples de preconceito contra a questão da sexualidade. Os dois homens poderiam ser ou não homoafetivos, eu nunca conseguira saber, mas deu para perceber que a questão foi posta. Posta pelo meu olhar vulnerável daquele instante ou de uma história que percebe, por ter na pele, essa sensação. A questão foi posta da minha vida privada enquanto pesquisador em que abordo a sexualidade como uma questão de espinha dorsal na minha existência. O corpo do sujeito que faz pesquisa e produz conhecimento não traz importância. O que importa é o distanciamento frio entre sujeito e objeto. Haraway discute essa questão de importância quando traz em “saberes localizados” (2005) o saber nesses corpos. Para mim, esse ponto é central na minha produção de saber, pois é a partir de uma experiência pessoal que me lanço à Ciência que quero entender o mundo biológico à minha volta como colocado na introdução. *Não haveria uma carreira e contribuições científicas de pesquisador até aqui se a minha sexualidade não estivesse em questão.* Foi o primeiro momento do “efeito de estranhamento” lá na infância que me despertou a curiosidade de querer saber, de querer entender a Biologia e no impulso, inconsciente, me torno imunologista. Com mais clareza, no percorrer da minha carreira científica, essa questão dicotômica entre Ciência e Sexualidade vai ficando mais desvelada e mais tarde se fundem.

A questão do preconceito como marca da vulnerabilidade vai estar espalhada por todo meu o meu escrito e formatado de acordo com as circunstâncias. Vou pensar sobre o preconceito em todo o diário o que faz com que salte do sentimento da vulnerabilidade para pensar a indignação do lugar da Ciência no contexto brasileiro. O que liga a vulnerabilidade individual à coletiva, “em aliança” (BUTLER, 2018).

---

<sup>28</sup> Ver escrito no diário da “DATA: 10/03/2020”, página 165.

Ou seja, contrariando a postura de Galileu em se silenciar para resistir, aqui falo da sexualidade como vulnerabilidade como parte da engrenagem de resistência e como me convoca Vidarte (2019) para a coligação de corpos de Butler (2018) como ação política nos espaços de construção de saberes. Se o Galileu de Brecht foi construído como símbolo de resistência via ceder, aqui falo da homossexualidade como forma contrária dessa maneira de resistência: não ceder a essa verdade de existência.

A homossexualidade é apenas uma das camadas da vulnerabilidade e resistência. Outro aspecto da vulnerabilidade que detecto e levanto é a posição social em que um pesquisador pode se encontrar no mundo científico, em especial, no brasileiro. Enquanto os políticos em questão, citados no meu diário, debatiam sobre vacinar ou não a população brasileira teço a crítica com base na indignação, como maneira de resistir individualmente e na tentativa de uma coligação coletiva.

O Galileu de Brecht é um sujeito vulnerável economicamente e socialmente. Não consegue uma remuneração e uma estabilidade profissional para garantir seu sustento e o da sua família; presencia disputas políticas que atrapalham o avanço da sua pesquisa, então, trapaceia para conseguir dinheiro para continuar suas pesquisas. O que leva a perguntar se a vulnerabilidade de Galileu no texto de Brecht (1991), e que transporto para minha experiência pessoal, estaria ligada não a uma performance pessoal, mas a uma derivação das condições sociais e materiais da política da precariedade instaladas na cultura intelectual? Seria Galileu de Brecht uma crítica resultante da precarização do trabalho científico? Quais são as condições necessárias para que um cientista possa desenvolver suas atividades sem ter que recorrer a uma competição não ética para suas pesquisas? Ainda, quais são as condições necessárias para que um cientista possa desenvolver suas atividades sem ter que recorrer a acordos submetidos a interesses das instituições privadas e do Estado?

Lander (2008), intelectual venezuelano importante, traz a discussão importante sobre o neoliberalismo e suas políticas na Ciência e como o exercício científico está dependente dessa política econômica. O cientista não consegue produzir se não estiver financiado, se não estiver localizado em um bom espaço físico, condições adequadas de trabalho. Toda essa dependência está atrelada a um financiamento de instituições públicas e privadas que têm interesses claros no que será produzido e nos resultados

que serão obtidos pelo cientista. Os resultados gerados geram lucros e os posicionam em mais poder para o financiador? Seja o Estado ou a instituição privada o benefício objetivado é a geração do lucro ou bens para poder. Assim, os espaços de produção científica viraram espaços de competição de pesquisadores, grupos restritos de pesquisa fragmentados e desconectados uns com os outros em disputas por financiamentos. O romantismo da lógica interna de saberes produzidos como colocado por Thomas Kuhn, por exemplo em “As estruturas das revoluções científicas” (1962), fica muitas vezes em segundo plano. Um grupo ou um pesquisador em específico é visto como bom profissional a partir do volume de artigos que consegue produzir e como os resultados desses artigos podem ser transformados em lucro e cargos de poder e influência diante de outros grupos. A lógica neoliberal da Ciência não está atrelada ao desembaraço apenas das leis da natureza durante os processos científicos como Latour & Woolgar descreve em “A vida de Laboratório” (1986), *mas é como o que é produzido pode gerar lucro, poder e status* como discutido no capítulo 2. O Galileu de Brecht (1991) ao criar a narrativa do telescópico para conseguir dinheiro e uma posição de poder obedece a essa lógica. Nós ao reduzirmos nosso trabalho a números de produções, índices de produção da CAPES para atender as demandas políticas do mercado científico internacional, ou seja, as demandas e desejos de poder científicos de países do hemisfério norte obedecemos, em dobro, à mesma lógica.

A liberdade de expressão, criação e científica está ameaçada quando o que impera é a contaminação neoliberal na Ciência. Os espaços de produção de saberes no mundo precisam ser revistos para que *a ideia original de compartilhamento e solidariedade* em comunhão contra as opressões do mundo precisem ser restabelecidas. Essa ideia vai de encontro com a proposta da discussão de Butler. Butler que reflete sobre o importante aspecto do ambiente físico para o desenvolvimento de um coletivo. A abordagem de Butler vai no seguinte sentido: para a pensadora, uma reunião de pessoas em prol de uma defesa de ideias comuns necessita de plataformas físicas de ação, que podem seguir o tradicional espaço físico das ruas como colocado por Arendt ou nos tempos mais contemporâneos as redes sociais. Em ambas as circunstâncias o importante é o suporte que pode reunir corpos. É importante notar que atividade intelectual não foge à regra. A Ciência é uma instituição coletiva que se alimenta da troca

de reuniões de corpos, como formas de manifestações, em plataformas. Ideias, resultados e discussões científicas dependem de estruturas físicas para serem executadas. O esfacelamento ou a negação dessas condições podem impedir o nascimento e circulação de ideias e reivindicações. Além: o poder de verdades científicas ficar apenas nas mãos de um grupo restrito de pessoas:

Portanto, quando as condições de infraestrutura para as políticas são dizimadas, diziam-se também as assembleias que dependem delas. Nesse ponto, a própria condição do político é um dos bens pelos quais as assembleias públicas acontecem. Esse pode ser o duplo significado da infraestrutura em condições nas quais os bens públicos são crescentemente desmantelados pela privatização. (BUTLER, 2018, p. 141).

Dessa forma a fragmentação dos espaços de produção de saber, enxergando o conhecimento e sua produção como maneira de expressão de lucro e poder impedem a reunião de corpos para uma manifestação coletiva. Ao tornar precário o trabalho de uma massa de pesquisadores e pesquisadoras, os jogando em trabalhos informais e sem condições físicas e sociais de exercício, a reunião de corpos em favor de uma causa ou ideia fica prejudicada. Como não defender o plano de vacinação de Dória em um momento de desespero em que não conseguimos nos reunir? Como não nos apegar a oferta de vacinas de um, duas ou apenas três grandes indústrias farmacêuticas no mundo? Como não olhar com indignação que estamos dependentes de uma, duas ou apenas três potentes indústrias farmacêuticas que produzem vacinas contra a COVID-19 ao olharmos o potencial científico e intelectual brasileiro acumulado por décadas, principalmente a partir de 2003, está fragmentado, precarizado e mal aproveitado? O plano neoliberal na Ciência, como nos aponta Lander (2008), produz, intencionalmente, as desigualdades sociais, políticas e econômicas dentro e fora do espaço científico. A celeuma entre Dória e Bolsonaro, como relato no diário<sup>29</sup>, por conta da vacina não é em favor de uma política pública, mas um sintoma do neoliberalismo impregnado na Ciência e no exercício científico. Isso não escapa a pensar que o Galileu de Brecht toque nesse ângulo de que a precarização e vulnerabilidade social e econômica do cientista seja uma

---

<sup>29</sup> Ver escritos no diário na “DATA 11/08/20”, página 196.

maneira de silenciar expressões de pensamento que possam vir a ruir o politicamente estabelecido. Na peça de Brecht (1991), Galileu só é “promovido” (ir para outra posição em outra instituição e ganhar um salário melhor) quando entra “em acordo” com a política do Estado. O Estado, em seu benefício, quer controlar o que pode ser produzido ou não. Para silenciar Galileu o coloca isolado por anos sem papel, livros ou outras formas de comunicação. Essa cena que Brecht escreve serve de alerta ao que o filósofo da ciência, Paul Feyerabend, resumidamente, traz em “A Ciência em uma sociedade livre” (2011) que a Ciência deveria ser controlada, financiada e regulada pela sociedade civil em assembleias e não por instituições privadas ou pelo próprio Estado que vão usar a Ciência em seus interesses, enquanto em verdade, a Ciência como instituição pública deve atender aos interesses da sociedade civil.

A sensação de desamparo político e social naquele momento da escrita do diário, e que não se apagou, foi real. A minha produção intelectual podia ter ficado comprometida caso eu tivesse perdido realmente o trabalho nessa época como vi muitos dos meus colegas perderem. O corte de bolsas de pesquisa, de demissões de professores nas instituições privadas de ensino, a debandada de estudantes dos cursos das universidades privadas por terem perdido bolsas ou por ausência monetária para continuar os estudos foi gigantesca. Não houve qualquer política de amparo para as Ciências. E ainda não há. Recentemente, durante a escrita final da tese, houve a notícia que o governo Bolsonaro cortou em 92% os recursos destinados à Ciências. Os resultados rápidos das Ciências estão sendo cobrados, mas não há investimento ou continuidade nos programas existentes. O que houve e continua é a precarização do trabalho intelectual e científico e de suas plataformas de performance: as universidades públicas. Nesse processo todo a sociedade civil está distanciada o suficiente das decisões científicas, pois há uma quase ausência das discussões científicas da população em geral. Como interferir se não sabe o que acontece? Ou quando só é alvo dos resultados tecnológicos e imediatos, quando se é aliado de todos os processos de produção? Novamente, o pensamento de Feyerabend sobre a liberdade da sociedade com a Ciência é importante ser mobilizado. A liberdade de uma sociedade está condicionada a sua *coligação* com a produção dos saberes. Entretanto, cabe perguntar: como ter essa tomada de decisão tão refinada quando o Estado está jogando, como

agora na situação do Brasil, a população de milhões de brasileiros a insegurança alimentar básica das filas dos restos de lixo dos alimentos e dos ossos nos açougues?

A precarização do trabalho intelectual e científico é um projeto político de desmantelamento da resistência ao fascismo e autoritarismo. A personagem do Galileu de Brecht tem essa camada de interpretação. A vulnerabilidade dos cientistas pelo mundo é enorme. No contexto brasileiro, ainda somado a uma crise sanitária e político-econômica, fica ainda maior.

A história da Ciência no Brasil não escapa ao autoritarismo. É uma história do transplante das ideias de fora e não do desenvolvimento de uma Ciência soberana. Isso fica claro na investigação profunda realizada por Ana Maria Fernandes em seu livro “A construção da ciência no Brasil e a SBPC” de 1990, publicado pela editora da UnB (Universidade de Brasília), em que a pesquisadora nos traz que a ideia de ciência no Brasil é desenvolvida por meio do modelo militar na década de 60 com a ditadura militar, ou seja, a Ciência no Brasil não foi desenvolvida como uma ideia de progresso do país, mas como uma ideia, que já vinha sendo desenvolvida durante a segunda guerra mundial, de ciência ligada ao desenvolvimento militar. Relembrando mais uma vez o caso clássico: não podemos esquecer de todo o valor monetário, social e político envolvidos no desenvolvimento da bomba atômica nos EUA na segunda guerra mundial. Tudo isso nos leva a concluir que a ciência no Brasil foi construída por um espírito do autoritarismo e como instrumento do aparelho do Estado de exercício de controle da população, espírito crítico e ciência independente não estavam nos tópicos das políticas científicas de então e muito menos por aqui. A importação de tecnologias e de ideias dos países do hemisfério norte foram as estruturas da formação do pensamento científico brasileiro. Permanecem até hoje na cultura científica brasileira. Os cientistas, nos mais diversos institutos de pesquisa, estão subordinados às normas da CAPES e são avaliados quanto o número de publicações em revistas estrangeiras e validando ideias que nos chegam, ou seja, quanto maior for o impacto da publicação da revista internacional, maior o “valor” da nossa pesquisa. Revista científicas, com o DNA brasileiro, são desprezadas ou não desenvolvidas. O importante é ter a validação do olhar estrangeiro sobre as suas ideias no laboratório do terceiro mundo. A compra de ideias e tecnologias vindas do hemisfério norte faz parte do jogo científico e intelectual por aqui. Se foi feito no hemisfério norte tem

validade, podemos adquirir, reproduzir as ideias por aqui e alcançar os pontos da CAPES para os relatórios do banco mundial e FMI. A ideia da cloroquina não foi diferente. Bolsonaro transplantou essa ideia do tratamento sem qualquer respeito à Ciência. Os cientistas, distantes por aqui do diálogo com a sociedade, amarrados totalmente ao Estado, sem forças para conter essa infecção paralela.

Esse espírito “acolhedor” de ideias científico-intelectuais de fora não é novidade e foi notado por Machado de Assis no final do século XIX quando escreveu “O alienista” (1882 [edição 1979]). Na história Machadiana, Simão Bacamarte, o alienista, passou uma temporada e se formou em medicina na Europa. De volta à pequena cidade Itaguaí, dotado de todo o conhecimento científico adquirido na Europa “evoluída” decide abrir uma espécie de manicômio com o simpático e apaziguador nome de “Casa verde”. Tomado por toda a ideologia científica psiquiátrica da época decide “transplantar” as ideias de doenças mentais europeias na pacata e tipicamente brasileira Itaguaí. Sob o olhar de régua médica da metrópole do Dr. Simão Bacamarte, todos e todas estão mentalmente doentes e merecem ser internados. De colegas, vizinhos e até a própria esposa são internados na Casa Verde. Todos os comportamentos são considerados desviantes, então, o tratamento adequadamente europeu é a internação. Em momento algum, passa na cabeça do Dr. Simão as peculiaridades culturais de Itaguaí, dos conhecimentos locais e dos indivíduos dessa cidade. São ignorados e o tratamento via internação passa a ser política pública. Qualquer semelhança entre Jair Bolsonaro e Simão Bacamarte não pode ser considerada mera coincidência: ambos partem do transplante descabido de ideias, da colonialidade como força motriz, do autoritarismo do uso do pensamento científico, do negacionismo da pura ciência e mais do que nunca: das soluções mágicas e compradas dos cérebros de outrem. Produção nacional e pensamento interno não são valores que importam.

O contraditório da cultura brasileira com a Ciência fica evidente em meio a pandemia da COVID-19. Enquanto era o momento de valorização e superação da problemática via toda a estrutura científica construída por anos, o que se é visto é o desmonte explícito e ao vivo da Ciência e de toda a cultura científica. A Ciência brasileira fica reduzida, transmitida pelas câmeras e ao vivo pela mídia, ao sequestro e a disputa partidária e eleitoreira entre o presidente da República e o governador de São Paulo.

Essa questão do negacionismo, obscurantismo e autocracia do governo no papel da Ciência em meio a pandemia da COVID-19 é mais um momento de estranhamento na leitura e análise da obra “A vida de Galileu” e o diário.

Além do próprio distanciamento da produção da Ciência ainda fiquei (ficamos) distantes uns dos outros, impossibilitados de ocupar as plataformas físicas de protesto.

Mas essa fragmentação do trabalho científico está alicerçada apenas no plano político econômico para a Ciência ou traz um embasamento coletado dentro da própria lógica científica? Essa vulnerabilidade do trabalho científico e intelectual que trago, é um sintoma, traduzido em culpa, como traz Butler (2018) sobre a culpa do trabalhador em se auto explorar, que na Ciência pode ainda ser reforçada pelo próprio desenvolvimento que essa instituição tomou ao longo do século XX, que fez perder o espírito coletivo para uma performance individual. O que quero dizer é que a Ciência incorporou em seus métodos e dinâmicas internas legítimas o individualismo e a competitividade desejada pelo neoliberalismo. Ou seja, as práticas científicas são tomadas apenas como performances individuais e não como formas de realizações coletivas.

Vou precisar recuar um pouco e usar a história e filosofia da Ciência para explicar essa hipótese.

### ***A confusão do indivíduo na epistemologia da Ciência com o individualismo neoliberal em fazer Ciência***

A Ciência toma um corpo de importância significativa com a expansão do projeto capitalista. Paul Feyerabend foi um dos grandes pensadores da Ciência no século XX.

Em sua obra “Contra o método”, Paul Feyerabend (2007) cria o conceito de anarquismo epistêmico e defende a tese de que *todo cientista é um anarquista* e de que *não existe um método único na construção do conhecimento*, ou seja, um cientista lança mão de vários caminhos metodológicos para construir um conhecimento. Essa ideia de Feyerabend, perigosamente original, trazia à baila maneiras diferentes e múltiplas de orquestrar a metodologia científica, considerando inclusive que outras formas de produção de saberes, por exemplo o misticismo, estavam dentro do campo da discussão da cultura científica e eram formas legítimas de conhecimento. Para Feyerabend (2007),

o anarquismo não se resumia a ir contra um poder estabelecido, no caso o método científico, sendo antes a expansão da visão do campo científico. O anarquismo feyerabendiano é isso: a explosão do lugar canônico da Ciência petrificada em direção de um campo mais amplo de constituição dos saberes do mundo. Um mundo com várias possibilidades de caminhos e verdades. Obviamente, que a chamada para o conceito e para o livro foi um artifício polêmico de Feyerabend para atrair leitores e atenção para suas ideias. O objetivo do filósofo era que a Ciência deixasse de ser um monumento canônico e de ter um método estático, passando a ser controlada pela própria sociedade, que o Estado tire seu domínio sobre a condução científica. Para o pensador, uma Ciência que esteja ligada ao Estado, via financiamentos por exemplo os quais ditam o que deve ser pesquisado ou produzido, não é uma postura democrática e que obedece aos interesses de uma sociedade. Claro que essa proposta não foi bem recebida pelos intelectuais e cientistas de sua época. Na ocasião da publicação do livro “Contra o método” Feyerabend chegou a relatar que se deprimiu profundamente, se afastando por um período significativo dos debates, devido às críticas severas que sofreu por erros de entendimento da sua proposta de visão da Ciência.

Para argumentar sua tese e convencer a audiência da presença do espírito científico anarquista na essência do comportamento do cientista ao longo da história da Ciência, Feyerabend utiliza-se da figura histórica de Galileu como o seu modelo de cientista anarquista. Para Feyerabend (2007), Galileu foi subversivo ao contrariar toda a lógica epistêmica de então, representada pelo aristotelismo, e ao propor novas formas de construção de conhecimento: por exemplo, a inserção de experimentos, antes não utilizados, nesse processo. Feyerabend se agarra a postura combativa e criativa de Galileu Galilei para colocar que Galileu nunca obedeceu a regras científicas e as violou deliberadamente ao longo do seu processo de construção do conhecimento. Para o pensador, Galileu não era apenas um cientista preocupado em descrever a natureza, mas um sujeito determinado a não cumprir as regras estabelecidas e a violá-las a todo custo. Essa postura entende-se como definidora, não apenas de um sujeito científico, e sim de um sujeito político do seu tempo, que por meio instrumental e técnico quer virar o mundo de ponta a cabeça. Essa visão de Feyerabend sobre a ciência galileana se mostrava completamente diferente de todas as outras interpretações de Galileu e da

Ciência. Não era, contudo, um momento isolado, e já vinha sendo preparado pela onda contestadora da epistemologia científica, na qual se pretendia inserir processos sócio-históricos tais como polemizado por Thomas Khun em “As estruturas das revoluções científicas” (1962). Porém, Feyerabend foi além não apenas considerando o aspecto coletivo dos processos sócio-históricos na construção do conhecimento, mas trazendo foco para a importância do sujeito, o próprio cientista, como parte estruturante do processo, ou seja, trazendo para o cerne da discussão sobre como acontecem os processos de construção do conhecimento a importância do individual enquanto mola propulsora para as revoluções. Seria ou não um ato político? A prática estéril da quebra dos paradigmas científicos, como colocado por Kuhn, poderia ser pensada na microfísica das revoluções, ou seja, a nível do sujeito? Como Feyerabend pensou na participação do cientista como um anarquista, um sujeito político? Isso me levou a refletir sobre uma influência brechtiana no pensamento de Feyerabend, não só pelo sucesso de Brecht à época do pensamento de Feyerabend e por causa da efervescência das mudanças culturais, mas também pelo convívio que ambos tiveram em um determinado período. Além de toda a aproximação de Brecht com o universo da Ciência. Teria ali forças para a construção de uma nova forma de ver Galileu Galilei para pensar o contemporâneo? O cientista é um político em verdade que utiliza o experimento, os resultados desse instrumento, assim como a forma de negociação de sua inserção e de sua verdade no mundo. Dessa forma, para mim estava claro, via fusão do pensamento de Feyerabend e Brecht, que o cientista é um sujeito político que por meio das suas barganhas de dados empíricos, conhecidos como “verdades”, podia fazer mudanças significativas na sociedade. Um exemplo forte, no mundo temporal mais perto de nós, a de Albert Einstein (1879-1955) que passou rapidamente da mente brilhante do mundo puramente da Física para um agente político a favor da paz e contra a bomba atômica.

Tempos depois, devido a minha experiência como cientista brasileiro, pude perceber que talvez essa tese não se sustente por si só entre nós. Isto se deve não apenas à minha experiência individual, como também à ascensão no mundo, do fenômeno do anti-intelectualismo em que sujeitos passam a negar os fatos científicos estabelecidos em adesão a teorias estapafúrdias. Por exemplo, em pesquisa de opinião pública do Datafolha, divulgada em setembro de 2019, 7% dos brasileiros acreditam que

a Terra é plana; de outro lado as eleições para presidência da República de 2018 caminham para a vitória sob fortes suspeitas de estarem recheadas por notícias falsas, as famosas *fake news*. Há quem leia a proposta do “Contra o método” como o ovo da serpente do relativismo extremo, radical e hipnotizante, solapando os constructos que edificam a ciência, que trazem a descrença nos saberes colocados, flertando com o negacionismo inconsequente, produzindo a explosão do irresponsável “tudo vale”, chegando a nomear Paul Feyerabend como o maior “inimigo da Ciência” (HORGAN, 1993; OLIVA, 2005). Essas leituras devem ser respeitadas como instrumentos importantes de contraponto legítimo, diante das interpretações de Feyerabend que pendem para o “tudo vale”. O “Contra o método” de Feyerabend (2007) vem, entretanto, no calor do final da década de 60 em que toda uma cultura estrutural esfacelava e pedia por diálogo. O “tudo vale” feyerabendiano, clarificando, nos traz a perspectiva democrática e de liberdade na construção de saberes.

A princípio, confesso, o que me chamou mais atenção na obra de Feyerabend foi a sua audácia e coragem de discutir sobre Ciência com aquela linguagem e postura crítica com a instituição. Vi no pensamento de Feyerabend não apenas a rebeldia ingênua da postura do contrariar, mas uma possibilidade de abrir as formas de pensar o saber para um mundo mais múltiplo e democrático na Ciência. Ciência como instrumento social e político e não apenas a geração de um amontado de dados, publicações para um suposto “progresso”, quando na verdade não se travava de um diálogo intenso com o exterior do mundo científico e acadêmico. Depois aprofundando fui descobrindo outros pontos interessantes na proposta filosófica de Feyerabend para além da catarse da audácia da escrita.

Há vários pontos na obra de Feyerabend (2007) que podem chamar atenção para discussões sobre o caráter da Ciência para o século XXI. Destaco dois que me fizeram construir a primeira ideia de tese: i) a construção dos saberes em Ciência de forma anarquista, ou seja, a possibilidade de saber por todos os caminhos disponíveis; e ii) a Ciência como forma de fazer política.

O primeiro ponto está relacionado à discussão da sua proposta de Ciência como uma entidade anárquica, ou seja, como método científico utilizado para produção de conhecimento não de uma forma única imutável e rígida, mas como conjunto de métodos,

formas anárquicas, ao contrário do que vinha sendo discutido na tradição da filosofia da ciência. Os estudos sobre a Ciência tomaram corpo e força no início do século XX principalmente com os estudos e discussões das escolas sobre a linguagem. Desses grupos de estudos, os expoentes do pensamento floresceram a importância de o conhecimento científico estar ligado a uma linguagem concreta e verificável, ou seja, a linguagem científica deve estar expressa por meio de um conhecimento verificável e analítico. Entretanto, para Feyerabend o conhecimento, e em consequência, sua linguagem está intrinsecamente ligada a uma ideologia: conhecimento e ideologia são inseparáveis e o que vale é o campo de forças em que há disputa, política assim por dizer, entre os fatos. Para Feyerabend (2007) a ciência é um empreendimento anárquico. A tomada do termo anarquismo causou uma grande confusão de interpretação, como esclareceu o pensador na introdução de uma das edições mais recentes do seu livro “Contra o método”. O filósofo tomou emprestado da filosofia política o termo “anarquismo” para construir sua ideia de uma ciência que não significa ser contra qualquer procedimento metodológico, mas contra uma hegemonia de uma única forma metodológica de encarar a construção dos saberes. O anarquismo epistemológico de Feyerabend (2007), então, está ligado a possibilidade reflexiva de olhar para o empreendimento científico não apenas por uma visão única e pilar do racionalismo, mas para uma diversidade e abertura epistemológica do que seja racionalismo, enquanto diversas formas de construção de conhecimentos e várias maneiras de pautar o real. Por exemplo, para o autor existe a possibilidade de considerar construções de saberes que estejam no campo místico ou da magia até em experimentos de alta complexidade em laboratórios de última geração. Um segundo ponto está relacionado ao papel que a política toma na obra de Feyerabend e a relação que ela estabelece com a lógica científica que reflete diretamente na cultura de uma Ciência.

Explico, Feyerabend inaugura outro ponto nevrálgico na Ciência: o *relativismo*. Para Feyerabend o cientista vai beber de diversas fontes, e não apenas de uma forma rígida e metodológica, mas de uma maneira anárquica para construir um conhecimento. Para Feyerabend (2007), Galileu foi um dos maiores anarquistas epistêmicos da história, pois nunca seguiu um método científico rígido e foi usando a pluralidade de possibilidades de instrumentos, transgredindo outras formas de pensar, realizando primeiramente

experimentos, utilizando modelos matemáticos, que conseguiu realizar sua obra científica. Ou seja, foi indo contra o poder instalado de uma ciência baseada no aristotelismo que conseguiu romper com o pensamento vigente.

Claro que essa defesa de uma ciência metodologicamente plural, sem regras rígidas do fazer ciência, buscando métodos alternativos para responder aos mais diversos questionamentos lhe rendeu inimigos e o título de maior inimigo da ciência, pois é com Feyerabend que se passa a pensar em “relativismo científico” que hoje é deturpado e motivo de preocupação.

Quando tomamos a possibilidade do pensamento de Feyerabend como uma via para pensar o relativismo científico pensamos na possibilidade de enxergar um fenômeno da natureza ou social por diversos prismas. E era isso que Feyerabend (2011) pensava quando propôs o “tudo vale” quando pensamos em ciência, ou seja, as teses de conhecimentos contraditórios podem conviver plenamente em “harmonia” sem anular uma ou outra, mas trazem com essa convivência a ideia de progresso para Feyerabend. Para Feyerabend a ideia de progresso científico não está ligada a uma verdade absoluta, mas a convivência de teses contraditórias e possibilidades de vozes. O que no fundo a tese feyerabendiana defende é a possibilidade da existência de vozes e a igualdade de convivência de ideias contraditórias circulantes em sociedade. Ou seja, o que podemos relacionar as “coligações” de Butler.

Para os mais tradicionais esse relativismo, ou seja, uma “verdade científica” pode ser tomada ora como útil ora como descartável envenena a estrutura científica e não traz o benefício necessário dos “produtos” científicos para a sociedade. É justamente nesse ponto que podemos explorar e colocar o pensamento de Feyerabend em contraponto a de outro pensador do século XXI, Herbert Marcuse (1967) como já discutido no capítulo 2. Em “A responsabilidade do Cientista”, traz um questionamento importante: a ciência não é isenta de valores, mas cabe ao cientista o exercício da *responsabilidade* com esse conhecimento.

Estaríamos em um ponto importante da discussão que posso valorizar essas duas palavras, *relativismo* e *responsabilidade*, como faces de uma mesma moeda. As palavras relativismo e responsabilidade são essenciais para entender o desmonte da ciência brasileira contemporânea. Sobre a primeira, a questão do relativismo, não é tomada

como “tudo vale” no sentido de que diversas vozes podem conviver, mas como o “achismo”, “o negacionismo”, “o duvidar dos dados encontrados” fosse uma espécie de *ethos* “fanfarrão”. Teses como “terra plana” não são cabíveis, pois não são formas de saber, mas mentiras e não campo de saberes. O que há é mentira, achismo e fantasia delirante o que está longe de ser relativo ou dentro das possibilidades do relativismo. O uso do posicionamento do relativismo exige responsabilidade como colocada por Marcuse (1967).

Porém, esse relativismo e responsabilidade ainda continua dentro da discussão inicial de individualismo. Feyerabend foi o primeiro a trazer luz para a discussão das possibilidades da diversidade na ampliação de como pensar a Ciência não mais como uma entidade totalitária e homogênea. Claro, que essas ideias da pluralidade de formas de produção de conhecimento para cientistas de áreas mais tradicionais e exatas, como a Física e a Química, são chocantes. Já em uma outra Ciência, a Biologia, ganha outra dimensão. A Biologia não trabalha com a possibilidade uníssona de uma resposta ou resultado, mas com o *indivíduo*.

Quem traz essa revolução na forma e estrutura de pensar as ciências biológicas é Ernst Mayr (1904-2005). Para esse pensador a Biologia é uma Ciência autônoma de outras ciências naturais como a Física, por exemplo. O princípio sustentado por Mayr para sua Filosofia da Biologia é que essa ciência apresenta objetos distintos e singulares de interesse de estudo, construindo conceitos, que não são contemplados e encaixados nas leis absolutas das outras ciências naturais.

Além dos trabalhos desenvolvidos no campo da Biologia evolutiva, Mayr desenvolveu um pensamento centrado, principalmente nas obras “*This Is Biology*” (1998) e “*What Makes Biology Unique?*” (2004), na proposta, com base filosófica, de tornar a Biologia uma ciência autônoma das outras ciências naturais, como a Física e a Química. Mayr, ainda, afirmou que há diversos fatores que sustentam a defesa da Biologia como diferente das outras ciências naturais. Podemos dividi-los em fatores de *refutações* e *afirmações* de ideias.

Poliseli, Oliveira & Christoffersen (2013) realizaram um trabalho primoroso de síntese das ideias sobre a filosofia da Biologia de Mayr.

As ideias refutadas por Mayr para engendrar a Biologia são: 1) a do essencialismo; 2) a do mecanicismo; 3) a do vitalismo; e 4) a da teleologia. No campo das ideias de afirmação como pertencentes a Biologia são: 1) a da convicção de que certos princípios da Física não são aplicáveis à Biologia; 2) que diferentemente da Física, não existem leis universais na Biologia. A Biologia, assim como a Filosofia, trabalha na esfera da produção conceitual; e 3) que algumas características aplicáveis do mundo inanimado não podem ser aplicadas à Biologia. A base de sustentação dos argumentos para as ideias refutadas são:

Para os gregos antigos cada espécie de ser vivo representava um número limitado de *eidos* durante a vida, ou seja, essenciais e imutáveis. A partir do século XIX essa corrente de pensamento começou a sofrer oposição com os trabalhos de Lamarck-Darwin-Wallace que deslocaram a discussão para a capacidade de mudanças que os seres vivos podem sofrer ao longo de sua história. Mayr, como um biólogo evolucionista e proponente de um novo conceito biológico de espécie, chega à conclusão sobre a alopatria como a principal causa da origem das espécies, rejeita a ideia de essência única e imutável para organismos vivos;

Descartes traz à tona a ideia de que o organismo vivo é como uma máquina e determinista dando origem ao mecanicismo. Mayr rejeita o mecanicismo para a Biologia argumentando que é uma ciência que tem como objeto um organismo vivo e que qualquer proposta de analisar as partes desligadas de um sistema é impossível, visto que, cada parte é mutuamente dependente de outra para manutenção da vida do organismo;

A discordância de alguns naturalistas em aceitar que um organismo vivo podia comportar-se como uma máquina sofreu oposição nos séculos XVIII e XIX trazendo à tona a discussão do vitalismo para a Biologia. Os vitalistas rejeitam a ideia do mecanismo para um organismo vivo no questionamento se uma máquina poderia replicar ou reparar partes de si mesma? Ou possuir sentimentos? Dessa forma, os organismos seriam possuidores de uma *vis vitalis*. Mayr rejeita o vitalismo para a Biologia, pois não há um programa metafísico para a vida;

A vida com um fim e uma meta determinada. Essa é a ideia de teleologia que cercava a Biologia. A teleologia é o recurso argumentativo utilizado para explicar o desenvolvimento de estruturas biológicas que teriam um fato final, uma *causa finalis*

(meta) como resposta. Mayr rejeita essa ideia na Biologia utilizando o argumento do processo evolutivo darwiniano da seleção natural como um processo sem um fim determinado e sem propósito pré-definido.

Como articulação de defesa dos campos afirmativos, para justificação da Biologia como ciência autônoma, Mayr apresenta como sintetizado por Polisel, Oliveira & Christoffersen (2013):

A Física, como ciência, lida com a compreensão dos fenômenos passando profundamente pelo mecanicismo, visto que, fenômenos físicos podem ser isolamento de sistemas maiores e complexos e estudados separadamente para a compreensão de um todo. Esse processo de construção e reconstrução, característico do mecanicismo, não poderia ser aplicado à Biologia. Nesse ponto, Mayr coloca a proposição de que a Biologia lida no campo da organização, enquanto a Física lida com eventos;

A Física, como área de um saber, trabalha com leis universais, enquanto a Biologia trabalha com conceitos. Diferentemente da Física, a Biologia tem fenômenos altamente variáveis, instáveis, com indivíduos (únicos, portadores de informações genéticas singulares) submetidos ao espaço físico e que sofrem fortemente influências desse espaço. O mundo orgânico é formado por sistemas altamente interconectados com uma mútua adaptação das partes. Assim, os indivíduos podem ser analisados, como objetos de estudo, em um contexto histórico contidos num espaço-tempo limitado e sem perspectivas de regras, mas sim de previsões (probabilísticas);

Assim, sustenta-se a diferença entre as ciências biológicas e as ciências físicas no aspecto, visto que, a Biologia trabalha com características conceituais, com propriedades específicas dos organismos e características metodológicas específicas.

Para Mayr a questão metodológica na Biologia é um problema. Na tentativa de descolar a Biologia das outras ciências naturais, Mayr elimina elementos importantes, como o mecanicismo, que engendram o método científico clássico como legítimo para atender as demandas epistemológicas da Biologia. Mayr ressalta que no século XVIII foi empregado um método que atendia as necessidades do estudo da Biologia, o método da observação-comparação, ou a Biologia Organísmica como Mayr desejava incorporar a tradição científica. Método esse orquestrado na ausência da contabilização de dados,

da matematização, mecanicista, pautado na observação empírica e formulação de hipóteses adicionais na formulação de teorias.

Assim, o pensamento de Mayr tem uma importância em radicalizar a Biologia como a Ciência do indivíduo, ou seja, generalizações em Biologia podem ser temporais e devem ser considerados os resultados individuais. Dessa forma, o crescimento da Biologia, como uma das ciências mais importantes do século XX, pode ser relacionado ao processo individualização dos sujeitos nos nossos tempos.

Essa discussão vai ficando ainda mais aguda quando descemos ainda a especialidades da Biologia, por exemplo a Imunologia, minha ciência de formação base, quando a teoria do filósofo francês Thomas Pradeau traz uma reforma radical na teoria da imunologia. Para Pradeau a Imunologia não é apenas o reconhecimento do próprio ou do não próprio, mas é a Ciência da identidade, uma identidade biológica que forma indivíduos. O filósofo parte da ideia de que cada indivíduo tem seu repertório genético e responde de maneira singular a resposta a uma interação com um antígeno. Posso mobilizar o caso dos transplantes de órgãos para explicar melhor. Um coração do indivíduo X só pode ser transplantado para o indivíduo Y se ambos forem 99% compatíveis geneticamente, pois não sendo o sistema imunológico de um pode rejeitar o tecido do outro. Dessa forma cada indivíduo pode montar uma resposta imune singular e única na natureza (PRADEAU, 2012).

O caso das vacinas, mobilizado na pandemia da COVID-19, pode ser outro bom exemplo. O indivíduo X pode responder com proteção 100% a vacina, enquanto o indivíduo Y responderá apenas 50% ao estímulo antigênico da vacina. O interessante é que apesar da discrepância de resposta imunológica individual ambos estão protegidos da infecção, pois em uma população, apresentando diferentes respostas ao estímulo à vacina, a proteção coletiva é aumentada pelo enfraquecimento da partícula viral, no caso da COVID-19. Ou seja, a vacinação, apesar do fenômeno da resposta biológica individual, é um ato político coletivo de coligação de corpos em manifestação em reivindicação contra a vulnerabilidade coletiva. Quando Bolsonaro nega a vacina adota uma estratégia refinada não de puro negacionismo ignorante da Ciência, mas utiliza a particularidade da biologia, em favor de um plano biopolítico. Dória não foge da biopolítica por aderir à vacinação, mas utiliza o desejo de reunião de corpos como estratégia

biopolítica de ascensão de poder da presidência da República. A Ciência mais uma vez é utilizada como instrumento de controle político. Porém, a Ciência não é isenta de cumplicidade do plano nefasto político da extrema direita do capitalismo. A experiência de realizar essa reflexão durante a pandemia da COVID-19 me faz ampliar a crítica à Ciência enquanto instituição pública e me perceber, ainda mais e para além apenas epistemológica e metodológica, de ser o sujeito híbrido de Bruno Latour (1991). A individualização contemporânea da Ciência faz parte da hibridização entre a política e a própria epistemologia da Ciência que foi criando compartimentalizações e afunilamento das áreas dos saberes como estratégia de um progresso científico, político e econômico. Latour (1991), ainda, ajuda a explicar que esse fenômeno com a ideia de relativismo de uma antropologia-simétrica pela existência de quase-sujeito/quase-objetos que se interconectam e se relacionam formando uma rede dinâmica que se altera com o passar do tempo.

A pandemia da COVID-19 no Brasil exigiu uma concentração maior, sem dúvida, na racionalidade e como essa racionalidade está engajada ou aderida a uma responsabilidade social. O plano governamental que jogou a população para cima do vírus no uso incorreto do conceito de “imunidade de rebanho” exige que o pensamento lógico fosse aflorado. Diante do autoritarismo da autocracia política a racionalidade de quem está no campo oposto deve vir em primeiro lugar como estratégia de sobrevivência e luta. Quando Brecht constrói sua pedagogia via sua teoria do teatro épico e propõe “o efeito do distanciamento” era um convite ao pensamento antes de sentir apenas que o teatro aristotélico propunha (KOUDELA, 2010). O movimento de pensar é importante para entender o que se vai sentir para o que se for sentir não seja destrutivo e a vulnerabilidade seja usada a favor da resistência e não como forma de eliminação.

### ***O complexo de Galileu***

A forma que encontrei na ocasião para pensar sobre a pandemia, a questão do cientista e as políticas envolvidas foi por meio da literatura. É nessa ocasião que escrevo o conto que menciono e no diário. “O complexo de Galileu” que coloco no conto está relacionado a fusão desses dois sentimentos que levantei até aqui, vulnerabilidade e

indignação, que dão a base do cientista no Brasil: no desamparo para executar sua função brota a resistência pela tentativa de coligação<sup>30</sup>.

Essa noção de coligação não nos é passada durante a formação científica. Brecht discute isso no seu texto quando traz a personagem de Andreas e de Ludovico. Andreas é o filho da empregada e Ludovico filho de uma elite. Ambos estão tocados pela Ciência. A um é dado o valor de como se faz metodologicamente a Ciência, ao outro a Ciência é passada como um jogo de poder. Claro, que sobre o jogo de poder fica nas mãos da elite. Para Andreas a Ciência é passada como um método por Galileu. Isso não foge ao que nos é passado na formação científica e que ainda é o tendão de Aquiles dos programas de políticas públicas educacionais e científicas que os governos Lula e Dilma instalaram: a Ciência como um valor instrumental e de construção, apenas, técnica na sociedade e não como exercício de liberdade e crítica cultural.

Vamos a essa dinâmica. Como tantos outros e outras colegas jovens cientistas, pesquisadores uma coisa havia sido emendada na outra, uma pós-graduação com outra e assim tinha sido. Até então eu sabia que queria trabalhar com Ciência, conhecimento, cultura e ser professor. Que todo esse desejo de trabalho com o conhecimento poderia estar ligado com temas de envergadura social em qualquer um dos campos. Como um sujeito da classe trabalhadora a única forma era agarrar as oportunidades, poucas, que iam surgindo pela oferta de uma bolsa aqui em uma temática específica de alguém como já professor, ou pela disponibilidade de vagas no laboratório ou grupo de pesquisa. Raras são às vezes em que um cientista, em início de carreira no Brasil principalmente, desenvolve ou tem oportunidade e liberdade de desenvolver, em um laboratório de universidade ou instituto de pesquisa, suas próprias ideias sem a “supervisão”, das ideias de outrem que já está ali há bastante tempo e tem experiência, ou talvez seja mais apropriado falar em relações de poder, necessárias para o desenvolvimento da pesquisa. Os ingressantes na carreira, por mais que tenham ideias boas e válidas, têm que encaixar, “submetem-se” à linha de pesquisa do chefe do laboratório, ou não se faz pesquisa. Muitas vezes os projetos de pesquisa estão destinados a responder às perguntas do chefe do grupo e não do pesquisador em nível de mestrado e doutorado. O

---

<sup>30</sup> Ver escrito no diário da “DATA: 14/07/20”, página 188.

pesquisador entra como “estudante” (e que pesquisador não o é?) para desenvolver sua dissertação ou tese de doutoramento e obtenção da titulação ao final.

Entretanto, pode pecar diante das pressões por publicações e outras atividades burocráticas a que os pesquisadores brasileiros estão submetidos. A presença dos estudantes de pós-graduação pode ser usada para o desenvolvimento de projetos paralelos gerando mais artigos publicados, mais participações em congressos e, como consequência, aumentando índices de produção do laboratório ou grupo de pesquisa para angariar os minguados recursos financeiros disponibilizados às duras penas pelo Estado brasileiro para financiar pesquisas. O afastamento intenso do estudante no desenvolvimento da sua própria pesquisa gera uma confusão de lugar. O implícito é que há um sentimento de gratidão, por parte do estudante, ao grupo de pesquisa, pela oportunidade; por parte dos integrantes e chefia do laboratório, em muitos casos, há o sentimento estranho de altruísmo por ter aberto as portas do laboratório para que o estudante possa realizar seu “sonho” em tornar-se mestre ou doutor em um país tão devastado de cérebros como o Brasil. Nessa confusão, a mão de obra preciosa do jovem cientista é usada para a produção de conhecimento sem que ele saiba para que fins reais, públicos ou privados, servirá; do lado do pesquisador sênior o estudante contribui para a produção de dados que viraram artigos, para a pontuação nas planilhas e relatórios destinados às agências de fomento, que garantem assim, financiamentos atuais e futuros de bolsas para outros estudantes e até mesmo bolsas pessoas de produtividade em pesquisa. Sem tradição familiar forte na Ciência ou outras oportunidades que pudessem me levar àquele lugar, precisei agarrar a oportunidade de assumir a narrativa de ser um aluno oriundo de uma escola pública que com muito custo estava conseguindo chegar à torre de marfim do conhecimento. Talvez a angústia do “apagão de historicidade” na minha hora da escrita do memorial para pleitear a vaga na universidade seja consequência do vazio epistêmico em que me encontrei. O que eu queria estudar daquela área de conhecimento para fazer de bálsamo para a minha “ferida” na alma que havia me levado à Ciência? Afinal, o que era meu, o que eu havia produzido de saber, e o que era do Outro, da ferida de outrem, que havia incorporado na minha narrativa? As políticas científicas no Brasil, em especial, ainda não incorporaram o sujeito híbrido de Latour (1992) como expressão da Ciência do século XXI.

A cealeuma da vacina contra a COVID-19 é um momento importante e grave de reflexão nesse sentido. No momento que se precisa de uma massa de indivíduos híbridos para formar coligações solidárias e críticas em Ciência, o que há é uma massa sucateada de cérebros e “desplataformizadas” para exercício de Ciência. Em primeira instância pelo mau uso político da Ciência descarado pelas lideranças políticas brasileiras no caso das vacinas. Em segundo, pela questão das liberdades individuais e a coletividade que o tema que os imunizantes suscitam.

A disputa entre o governador de São Paulo e o presidente da República não é em favor de uma solidariedade, mas por uma biopolítica, ou seja, o controle das eleições e disputa do poder pelo controle dos corpos. A população está em vulnerabilidade decorrente da expansão da disseminação de um vírus mortal pelo mundo. A solução mais palpável é a vacina. Quem entregar a solução com mais destreza irá manipular os corpos no espaço público. A Ciência, então, entra como um instrumento de uso político importante. Em primeira instância é fácil pensar que a Ciência se entrega de maneira inocente para ser usada como instrumento de disputa política eleitoral. Dependentes do dinheiro vindo do Estado, as instituições científicas e os cientistas se unem ao poder para que possam receber os financiamentos, continuar suas pesquisas e o exercício, muitas vezes individual, de poder do cientista que está sendo financiado no momento. Nesse momento gera, dentro do próprio espaço científico, uma desigualdade social e econômica escandalosa em que algumas áreas do conhecimento recebem mais valores do que outras que ficam relegadas ao dispensável. Esse jogo de interesses não é exclusivo de políticas neoliberais ou de extrema direita, mas também nas mãos de governos progressistas. Vale lembrar que nos tempos do governo Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT) o programa “Ciência sem fronteiras” privilegiou exclusivamente às áreas das ciências naturais e tecnológicas com o argumento de que o desenvolvimento do país estava vinculado ao desenvolvimento técnico. Pesquisadores e pesquisadoras das humanidades ficaram sem a oportunidade plena de disputar e usufruir do programa dessa forma. Como trânsito entre as fronteiras das ciências naturais e humanidades pude perceber como testemunha o abismo econômico entre as áreas.

Ainda diante dessa dependência de financiamento do Estado ou até mesmo da iniciativa privada, os escândalos das contradições do posicionamento da Ciência em

meio a pandemia da COVID-19 podem ser sentidos. Alguns fatos importantes aconteceram nesse sentido após o término do diário. Um deles foi o anúncio da conquista da chegada de um robô no solo do planeta Marte e festejado por todo o mundo. Milhões de dólares foram investidos por anos para tamanha conquista de um robô que ficará por cerca de dois anos no solo de Marte. Sem dúvidas é uma grande conquista e tamanha empreitada científica tem sua importância para desenvolvimento de tecnologias para a humanidade. Por exemplo, um apenas e simples, da empreitada da missão do homem à Lua na década de 60-70 foi originado o forno de micro-ondas que anos depois chega às mais diversas casas da população mundial. Tais missões espaciais de cifras literalmente astronômicas são importantes até mesmo para entendimento do surgimento de epidemias por microrganismos no planeta Terra. A investigação de vida microscópica em outros planetas e pedaços de asteroides pode trazer importantes respostas sobre a origem de microrganismos no nosso planeta de chegada desses seres do espaço. Essas pesquisas sinalizam grandes progressos na humanidade. Será que se não houvesse todo o investimento financeiro, a partir da década de 80, na biologia de retrovírus do HIV teríamos conseguido pensar em diversas formas de vacinas de forma tão rápida no momento da pandemia da COVID-19 causada também por um outro tipo de retrovírus? A questão vai para outra direção, a do mal uso desse poder da Ciência.

Ainda no campo da Astronomia no ano de 2021, em meio a pandemia em que ainda não há vislumbre de uma queda significativa de mortes pelo planeta, foi comemorada a primeira viagem para o espaço tripulado apenas por civis. Em um primeiro momento a comemoração é válida pelos mesmos argumentos agarrados ao progresso e transferência de tecnologias para o cotidiano das populações ou além: a possibilidade de civis ganharem o espaço sideral no século XXI. Passada um pouco da emoção e analisando a situação com um pouco mais de proximidade não há como não mobilizar a indignação e constatar mais uma vez a vulnerabilidade diante da situação e perceber que ao mesmo tempo que a Ciência se mostra ao lado dos interesses legítimos da humanidade também se filia a interesses escusos do capital. As perguntas latentes são: quem são esses civis que tripulavam essa gloriosa missão? Como foi o financiamento dessa façanha? A resposta à primeira é que grande parte dos poucos passageiros dessa missão foi tripulada por bilionários dos EUA que financiaram individualmente cifras na

casa de milhões de dólares cada uma das suas passagens. Destacando que um desses milionários é o dono da rede de negócios Amazon.com, uma rede de vendas de produtos online que cresceu significativamente seus lucros e valores de suas ações no mercado a partir de 2020 durante a pandemia da COVID-19 com as vendas online, o chamado *e-commerce*, em consequência do distanciamento social das populações mundo afora. A questão que se impõe faz derreter a importância técnica da expedição ao espaço, mas brotar a ética tão defendida pela própria Ciência: era, realmente, esse o momento para endossar a viagem de bilionários para o espaço enquanto pessoas estão morrendo por uma doença descontrolada no mundo? É moralmente aceitável que um grupo financie seu deleite de apenas 11 minutos no espaço nas cifras na casa de milhões de dólares enquanto países da África, da Ásia, da América Latina, do leste europeu estão na “xepa” da fila da compra de vacinas ou dependente das sobras de doação dos EUA, Canadá, França e outras nações poderosas por que não tem condições econômicas para compra das grandes empresas farmacêuticas as vacinas para suas populações? Nesse ponto a Ciência financia moralmente a precarização das vidas, que devem valer a pena serem vividas como coloca Butler (2018). A verdadeira “Impostura intelectual”, como acusa Sokal & Bricmont (1997) na era pós-moderna sobre os campos dos saberes, não está na camada do relativismo das possibilidades técnicas e metodológicas científicas, que estão intactas mesmo com toda crítica da pós-modernidade vide as tecnologias da Astronomia e das vacinas, mas no cinismo de mais uma camada do negacionismo, dessa vez, do negacionismo da própria Ciência que artigo novamente com Butler (2018): que vidas realmente importam de serem vividas? Essa não é uma questão nova e que a Ciência e os cientistas não tenham se deparado com ela antes. Só basta pensar que ela cutuca sem sucesso faz algum tempo. Um dos exemplos mais emblemáticos é a descoberta do nitrogênio como parte do ciclo de fixação e desenvolvimento de vegetais que foi aplaudido e celebrado como promissor para a Agronomia. O uso de nitrogênio, então, em plantações potencializaria a agricultura e produção de alimentos e foi visto como um caminho na produção agrícola em larga escala de alimentos vegetais para a população mundial e fim da fome no planeta. E foi. A produção agrícola, após essa descoberta, aumentou significativamente, mas não mexeu em um centímetro das porcentagens de finalização da fome do planeta, pois a produção de alimentos agrícolas e suas

disponibilidades ainda continuou sendo disponibilizada e má distribuída no planeta. Ainda, a tecnologia do nitrogênio ainda foi sequestrada para o desenvolvimento de armas químicas, utilizadas em guerras do século XX e dizimação de milhares de vidas de forma industrialmente organizada (HAGER, 2009). Outro exemplo é o clássico da bomba atômica em que todo o marco da física atômica foi assediado, recrutou os melhores cérebros, em troca de salários, prêmios pessoais e prestígio político, para a construção de um instrumento de destruição em massa (PARKER, 2018). O Galileu de Brecht que me possibilitou, como descrevo no capítulo 2, possibilitam claramente o encaixe das categorias que extrai sobre os interesses e benefícios privados do cientista que performa Ciência no capitalismo: há mais galileus brechtianos nos laboratórios do mundo do que se pode imaginar.

Como relatei em vários pontos do meu diário, a política científica, antes de mais nada, não conseguiu nem ao menos proteger as sociedades das vulnerabilidades. Giorgio Agamben (1942 -), logo no início de 2020 quando a Itália estava devastada pela pandemia, tentou entender de forma precipitada a situação da pandemia. Em uma série de artigos Agamben, transformado em um livro digital (*e-book*) (2020), defende que não existe uma pandemia, mas uma continuação do plano de um Estado de exceção, que defende há anos em sua filosofia, planetário de desarticulação das formas de manifestações democráticas e liberdade individuais. Tal defesa suscitou críticas ferrenhas e identificarem o pensamento de Agamben em alinhamento negacionista com o de governos da extrema direita de Donald Trump nos EUA e Jair Bolsonaro no Brasil e flertar com a ausência de empatia com as pilhas de mortos e mórbidas humanas derivadas da infecção maciça do vírus pelo mundo. Fratesci (2020) entende que o posicionamento de Agamben está apegado e limitado a sua própria filosofia de se autoexplicar pelo mesmo quadro teórico e não realizar a amplificação da visão crítica além do seu próprio ego. Já Neto (2021) vai na direção de denunciar a ausência e consideração de uma biologia na filosofia biopolítica de Agamben. Ambos estão corretos quando criticam Agamben de aderência explícita ao negacionismo científico. Agamben não enxerga a pilha de corpos, as valas em exponencial pelos cemitérios do mundo e a superlotação de hospitais e setores de UTIs pelo mundo, ou seja, o vírus existe e a pandemia é uma verdade. Por outro lado, esquecem que Agamben foi precipitado ao

taxar que a pandemia não existe. O filósofo tentou se explicar de que a peste que se refere está no quadro da peste do Estado de exceção e não no campo biológico. Digo que Agamben foi precipitado, talvez até por se encaixar nas categorias extraídas de “A vida de Galileu” que propus no capítulo 2, porque fez a sua análise do calor do desespero italiano da pandemia em 2020. Com o afastamento de quase dois anos do início do pesadelo pandêmico o que se vê é um outro uso da infecção viral para criação do Estado de exceção agambeniano: a instrumentalização do negacionismo em favor da própria Ciência.

Esse exemplo está presente no meu diário, que descrevo sem ainda o percebê-lo, quando acredito na pureza do negacionismo do presidente e governo de Jair Bolsonaro. A crença, dividida em coletivo com a população brasileira, é que o plano da biopolítica e necropolítica do governo Bolsonaro está alicerçado no negacionismo puro e ideológico da ciência que se materializa na ideologia da “imunidade de rebanho” e na “solução da bala de prata” da distribuição de cloroquina e hidroxicloroquina como forma de tratamento. Uma Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado brasileiro (CPI) foi instalada no início de 2021 para investigar as omissões e deliberações do governo durante a pandemia desvenda para além da “simples” defesa da imunidade de rebanho como estratégia governamental de combate à pandemia e do negacionismo da vacinação em massa para conter o surto do vírus pelo Brasil. Colocam à baila um esquema de corrupção e propina na venda e compra de doses de vacinas, ou seja, vacinas só seriam compradas pelo governo caso houvesse a negociação via atravessadores o que ficou conhecido como a vida de cada brasileiro vale 1 dólar. O calor da análise de Agamben (2020) não permitiu olhar, logo de primeira, que o negacionismo combatido pela Ciência estava sendo usado como uma cortina de fumaça em uma espécie de negacionismo do negacionismo. Talvez agora podemos concordar com Agamben que a pandemia, enquanto política, realmente não exista. O que existe é apenas o negacionismo das vidas que merecem ser vividas em favor de um plano de poder de um real e planetário Estado de exceção que performa no afastamento das coligações dos corpos, da formação de assembleias, da precarização dos processos educacionais, universitários, científicos e relações humanas. Quando Brecht coloca a peste e o isolamento de Galileu estava dialogando com a necessidade da formação de coletivos para democratização de

saberes e pensamentos. A alegria de Galileu em estar isolado, e até a minha durante a quarentena de 2020, como possibilidade legítima de liberdade de produção de trabalho e pensando de certa maneira contribuímos com a ideologia do negacionismo da peste e fomento ainda mais da precarização do nosso trabalho intelectual e científico que deve se exercer no coletivo, no modus “assembleia”, democrático e público e não isolado e desarticulado com as reuniões de corpos em plataformas de reivindicações como propõe Butler. De certa maneira Butler (2018) e Agamben (2020) dialogam em convergência nesse sentido quando olhamos ambas propostas de análises tomando a expressão das liberdades dos corpos individuais na composição dos espaços de coletividade.

Eu não escapo dessa experiência da COVID-19 na tocada da ideologia política do governo na corporeidade. Tomada dessa racionalidade ela me prepara para sentir a infecção do vírus da COVID-19 quando sou alvo diretamente da política de Estado contraindo o vírus. O que passo a sentir a ideologia do governo por meio da contaminação da COVID-19<sup>31</sup>.

O mais impressionante de passar por essa infecção por esse vírus é como nos impregnamos de uma culpa implantada pela política de Estado. É claramente nesse trecho que estou tomado pela culpa e pela angústia de como será esse processo de infecção. E ao mesmo tempo tomado por uma culpa de qual a minha parcela de participação nesse processo de infecção que as políticas negacionistas do governo em questão nos implantam. O sentimento de culpa por um fracasso individual que em verdade não passa de um sintoma de um fracasso da ausência de políticas que visam uma vida que valha a pena ser vivida e não uma política de produção de mais vulnerabilidades ou a “uberização” da vida (ANTUNES, 2020).

Sobre isso Butler pode ajudar:

(...) a vulnerabilidade pode ser uma forma de escolher uma população para dizimação. Isso produziu um paradoxo no neoliberalismo e sua noção de ‘responsabilização’, que designa essas populações como responsáveis pela sua própria posição precária, ou da sua experiência acelerada de precarização (...). (BUTLER, 2018, p.158).

---

<sup>31</sup> Ver escrito no diário da “DATA: 03/01/21”, página 204.

Tal noção de me ajudar a pensar para além do conto que escrevi e que passo a chamar de “Complexo de Galileu”: *o dilema encontrado por um cientista-intelectual entre os limites da contaminação dos desejos e necessidades privadas e a responsabilidade pública com o conhecimento que se produz para uma coligação em solidariedade no mundo.*

Estaríamos presos, como cientistas, a um complexo entre sobrevivência pessoal e ação política coletiva?

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

“(...) GALILEU: infeliz a terra que precisa de heróis” (BRECHT, 1991, *A vida de Galileu*, p.202)

É estranho falar sobre conclusão quando se faz autoetnografia. A pesquisa autoetnográfica começa a partir de um ponto aberto e não há possibilidade de colocar um ponto final. Ou seja, a autoetnografia é um processo de pesquisa “ao vivo” que ocorre quando se percebe que algo pode atravessar as análises e tomar o espaço daquilo que poderia já ser considerado como dado. A partir desse fenômeno outras possibilidades podem então se abrir e outras análises podem surgir. A oportunidade de explorar e descentralizar deliberadamente “sujeitos cristalizados”, como nos traz Versiani (2005), faz da atividade autoetnográfica um caminho sem volta, uma posição nas disputas políticas e epistêmicas por narrativas e uma maneira plural de colocá-las na ágora como possibilidades de existências. O ponto importante da postura pesquisadora em autoetnografia é a escolha das alianças e coligações (BUTLER, 2018) que o sujeito que relata a si mesmo e decide entrar na disputa epistêmica faz. Essa foi a estratégia de resistência pela qual decidi optar utilizando como combustível a exposição da minha vulnerabilidade enquanto maneira de chamar a atenção para outras vulnerabilidades silenciadas.

Escolhi, em primeira instância, me aliar a Brecht, o qual expôs sua aliança com a história de Galileu, algo que me permitiu entender, refletir abertamente e propor uma discussão sobre a não neutralidade da Ciência na construção de saberes. Essa questão não era inédita e já estava na berlinda há mais de meio século. Entretanto, o “testamento literário” de Brecht com esse texto chegou até mim e me possibilitou uma interpretação, um “estranhamento” temporal, aproveitável na construção de um outro texto, ele mesmo em diálogo com certa realidade que pode suscitar a identificação de alguns mais parecidos comigo, os quais poderão produzir outras práticas ou formas de resistência. Esse ato de estranhamento pela leitura do Galileu de Brecht suscitou a minha prática de resistência por meio da escrita de um ano de diário, gênero que Lejeune (2014) define como “vestígios de uma existência”, e permitiu que se abrisse um tópico, ou não, de

discussão sobre a prática científica, a responsabilidade de cientistas nas sociedades e sobre as formas como corpos dissidentes produzem conhecimento. Ou como o conhecimento produzido é, sim, perfume de um corpo localizado - para me aliar a Haraway.

O efeito do estranhamento ao realizar uma pesquisa tomando a autoetnografia como metodologia é coletivo e não pertence apenas ao sujeito que pesquisa. Tal distanciamento é bem-vindo, pois possibilita que a pesquisa autoetnográfica seja “ao vivo” e suscite incômodos importantes – razão da pesquisa. Assim, trago três questões, sintetizadas, levantadas ao longo desse período e do processo de pesquisa autoetnográfica. Foram questões importantes para a construção desse material e as abro para a ampliação da discussão:

- 1) *Por que você não escreve um livro de forma independente ao invés de fazer outra tese de doutorado?*

É uma pergunta lógica e interessante. Realizar uma tese de doutorado exige muita dedicação. Horas de leitura, um volume imenso de texto para ler, entender e interpretar. Outras muitas horas de escrita, reescrita e críticas. Sem contar o valor incalculável da compra de livros e textos científicos, e sem contar as horas a menos de outras formas de trabalho que poderiam pagar por algum serviço remunerado.

Como já mencionei na introdução, a vontade de pensar e falar sobre o tema me era imperativa a tal ponto que não existia um meio caminho a não ser me lançar na pesquisa e na escrita de uma tese. Por que uma tese e não um livro independente?

No início desse processo de pesquisa a resposta era operacional: o processo de confecção de uma tese me daria um suporte de disciplina para que o que eu queria fazer e dizer pudesse ser feito com alguma propriedade. Porém, como todo processo de pesquisa é terapêutico, esses quatro anos foram bem importantes para isso, e resultaram em alguns pontos importantes. O primeiro é que ao buscar a realização de uma tese, estou tentando fazer uma aliança com um centro intelectual importante da sociedade brasileira e do mundo que é a universidade pública. Esta última, no Brasil atual, ainda é um dos poucos espaços de liberdade de expressão diante do horror do autoritarismo.

Mesmo que haja ainda casos de ataques e perseguições a professores e professoras que resistem. Permito-me uma licença poética para colocar que a universidade pública brasileira funciona como uma forma de “aquilombamento” em que ainda conseguimos nos reunir para a crítica. Assim, hoje afirmo que realizar uma tese de doutorado é preservar a garantia da construção saudável, ética, coletiva com outros pensamentos, é assegurar o compartilhamento de ideias e comprometido com a sociedade, tal como o espaço da universidade pública ainda permite. Me lançar a desenvolver um trabalho crítico como uma tese de doutoramento é valorizar esse espaço e realizar alianças importantes na resistência de lugares de pensamento e cultura no país.

*2) Por que falar de você: qual a sua importância para o mundo?*

Para dialogar comigo e me ajudar a pensar sobre a questão científica e sobre meu corpo no processo de fazer ciência escolhi Brecht e o seu texto canônico “A vida de Galileu”. Sobre Brecht muita gente quer saber. Um escritor virulento, combativo e que teve grande participação em um momento triste da humanidade que foi a Segunda Guerra mundial. Seus textos ficaram imortalizados e chegam até nós.

Eu entendo a pergunta e a preocupação de quem a profere em relação a eu achar que importa a experiência no mundo de um professor, pesquisador, gay, que não fez nenhuma descoberta científica importante, não tem nenhum artigo científico de grande impacto, nenhum livro literário lido por mais de vinte pessoas, nenhuma premiação, que ministra aulas em uma universidade privada para meia dúzia de trabalhadores etc. Nenhuma característica que chegue perto daquilo que tornou Brecht e sua obra dignos de atenção séria. Em momento algum tenho a pretensão de me igualar ou de me aproximar da dimensão da obra brechtiana ou da importância de qualquer outro cânone literário ou cientista de renome. Sei, perfeitamente, o lugar que ocupo no mundo científico. Justamente por saber esse meu lugar no mundo científico é que acredito no potencial de realizar uma tese autoetnográfica: há dezenas de outros corpos como o meu que têm experiências de mundo significativas e pensamentos brilhantes, porém estão silenciados. A oportunidade de fazer uma pesquisa autoetnográfica possibilita que esses corpos se inspirem, se reconheçam e que suas vozes possam ser escutadas e validadas.

Quando Brecht propôs sua pedagogia do “efeito do estranhamento” com o teatro épico, a proposta era de que a classe trabalhadora não apenas tivesse uma experiência catártica diante do espetáculo, mas fosse estimulada à crítica. O que fiz na tese foi expor meu estranhamento que o texto “A vida de Galileu” de Brecht me despertou. Neste sentido, a possibilidade do meu recorte autoetnográfico consiste em provocar outros efeitos de estranhamento em corpos dissidentes como o meu. Assim, a importância do meu relatar a mim mesmo como objeto de pesquisa não está na minha fama ou importância científica ou literária, mas na possibilidade democrática e plural de que todos os corpos importam. Ou, devolvo a quem questiona, se há algum corpo no mundo que seja descartável?

*3) Você faz críticas ao neoliberalismo na Ciência, porém trabalha com uma metodologia que privilegia a experiência individual. Como essa metodologia pode assumir uma crítica e não aderir ao individualismo neoliberal?*

Lander (2008) e Chauí (1999), como já citados anteriormente, trazem uma discussão importante sobre o neoliberalismo na Ciência e nas Universidades, respectivamente. Ambos argumentam sobre os efeitos trágicos que as políticas neoliberais estão trazendo aos processos de produção de conhecimento, às relações nesse contexto e ao papel da universidade na sociedade. Em especial, destacam a ideologia do individualismo que tomou conta das propostas de cientistas e professores, os quais se encontram constantemente em seus trabalhos em situação de competição por números de publicações que possam se reverter em verbas para pesquisas ou em posições de destaque, e isso se dá em muitos casos em detrimento da qualidade e da reflexão profunda do ato investigativo do qual uma pesquisa necessita. Essa crítica do pensador e da pensadora supracitados não está distante da que Brecht fez em forma de literatura em “A vida de Galileu”, tal como discuti no Capítulo 2 em especial. A ideologia do individualismo tomou por completo os processos de construção de conhecimento e o papel da universidade na sociedade contemporânea. Ora não é difícil, em uma leitura rápida, tomar certos movimentos epistemológicos contra determinadas formas opressoras de construção de saberes como uma maneira de validação de políticas

individualistas. Para um olhar desatento, as autoetnografias podem enquadrar-se facilmente nessa categoria, pois é imperativo que, ao fazer uma pesquisa autoetnográfica, o papel de destaque e valor seja atribuído ao indivíduo. Mas volto a recorrer a Butler (2018) e à proposta das alianças de vulnerabilidades. Ao realizar uma autoetnografia o pesquisador ou a pesquisadora expõem suas vulnerabilidades para que possam ser formas de aliança com outras vulnerabilidades e para que as construções de coligações de resistências às situações de opressão e às precarizações de vidas possam ser estabelecidas. Ou seja, realizar uma autoetnografia pode ser encarado muito mais como um ato coletivo do que individualista, pois a base que fundamenta as autoetnografias (Ellis; Adams & Bochner, 2011; e Versiani, 2005) são as alianças que o pesquisador ou a pesquisadora realiza com outros pensamentos já disponibilizados, em diálogo com as suas subjetividades construídas e em construção. Dito de outra maneira, a exposição de narrativas e subjetividades publicamente possibilita a construção de coligações políticas coletivas importantes.

Em conclusão, e já em contradição por botar um ponto final necessário ao presente trabalho, retomo a metáfora inicial do anticorpo: para além de gerar uma molécula de anticorpo, trata-se de estimular todo um sistema para desenvolver muitos outros anticorpos que juntos e coletivamente desencadeiam mecanismos importantes de proteção às vidas e às muitas existências.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAHÃO, L.H.L. Um elogio da fragmentação: comentários sobre o “último trabalho” de Paul Feyerabend. In: FEYERABEND, P. *Ciência, um Monstro: lições trentinas*. Tradução de Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- ADAMS, T; ELLIS, C; JONES, S. *Autoethnography: Understanding Qualitative Research Series*. New York, NY: Oxford University Press, 2015
- AGAMBEN, G. *Reflexões sobre a peste: ensaios em tempos de pandemia*. Tradução de Isabella Marcatti e de Luisa Rabolini. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.
- ASSIS, M. O Alienista. In: *Obra Completa. Vol. II, Conto e Teatro*. Organizada por Afrânio Coutinho, 4ª edição, ilustrada. Rio de Janeiro, Editora Nova Aguilar, p. 253-288, 1979.
- ALBUQUERQUE, V. S.; MOREIRA, C. O. F.; TANJI, S.; MARTINS, A. V. A narrativa da prática como uma estratégia de construção do conhecimento na formação superior em saúde. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, Editora UFPR, n. especial 2, p. 191-206, 2010.
- ALLPORT, G. *The Use of Personal Documents in Psychological Science*. New York: Social Science Research Council, 1943.
- ANDERSON, L. Analytic Autoethnography. *Journal of Contemporary Ethnography*, v. 35, p. 373-395, 2006.
- ANTUNES, Ricardo (org.). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. 1. ed. São Paulo: Boitempo. 333 pp, 2020.
- ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética*. Trad. Antonio Pinto de Carvalho. São Paulo: Difel, 1964.
- ARISTÓTELES. *Poética*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Os pensadores)
- ASSIS, M. *O alienista*. São Paulo: Ática, 2000.
- BENJAMIN, W. One-way street. Trans. Rubens Rodrigues Torres Filho. In: *Selected works*. São Paulo: Brasiliense, v.2. 1995.
- BLAGA, L. *O experimento e o espírito matemático*. São Paulo: É Realizações, 2014.
- BLANCO, M. “¿Autobiografía o autoetnografía?”, en *Desacatos. Revista de Antropología Social*, núm. 38, enero-abril, México: CIESAS, 2012.

BORGES FA, SILVA ARN. O diário de pesquisa como instrumento de acompanhamento da aprendizagem e de análise de implicação do estudante/pesquisador. *Interface (Botucatu)*, 2020.

BRECHT, B. A Shot Organum for the Theatre. *Brecht on Theatre: The Development of an Aesthetic*. In: WILLET, J. (ed & trans). New York, Hill & Wang, pp.179-206, 1964.

BRECHT, B. A vida de Galileu. In: Brecht, Bertold. *Teatro completo*, em 12 volumes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BRECHT, B. *Escritos sobre teatro*. Barcelona: Alba Editorial, 2004.

BRECHT, B. *Estudos sobre teatro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

BRECHT, B. *Teatro dialético*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

BRECHT, B., FOREMAN, R., ROESSLER, N., WILLET, J., & MANHEIM, R. *Life of Galileo*. New York, NY: Penguin Books, 2008.

BROCKMEIER, J.; HARRÉ, R. *Narrativa: problemas e promessas de um paradigma alternativo*. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v.16, n.3, 2003.

BRUNER, J.S. The narrative construction of reality. *Critical Inquiry*, v.17, p.1-21, 1991.

BUTLER, J. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa da assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 266p, 2018.

BUTLER, Judith. *Bodies that matter: on the discursive limits of 'sex'*. New York: Routledge 1993.

CALDIN, C. F. A leitura segundo Wolfgang Iser. *DataGramZero - Revista de Informação* - v.13 n.5, 2012.

CHALMERS, A. F. *O que é ciência afinal?* Tradução: Raul Filker: 1ª. Ed. – São Paulo: Brasiliense, 1993.

CHAUÍ, M. A UNIVERSIDADE OPERACIONAL. *Avaliação: Revista Da Avaliação Da Educação Superior*, 4(3), 1999.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

CLANDININ, D. J; CONNELLY, F. M. *Pesquisa narrativa: experiência e história em pesquisa qualitativa*. Tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEI/UFU. Uberlândia: EDUFU, 2011.

CLANDININ, D. J. CONELLY, F. M. Pesquisa narrativa: experiências e história na pesquisa qualitativa. Tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEL/UFU. Uberlândia: EDUFU, 2011.

COMPAGNON, A. O demônio da teoria. Minas Gerais: UFMG, 2010.

COSTA, P. J.C. Uma autoetnografia dos estados de vulnerabilidade: ensaio num caso de disfunção da tireoide. Atas do 5º Congresso Ibero-Americano de Qualitativa. V.3, 2016.

DAWSEY, J. C. Por uma antropologia benjaminiana: repensando paradigmas do teatro dramático. *Mana*, 15/2, p. 349-376, 2009.

DELAMONT, S. Arguments against auto-ethnography. *Qualitative Researcher*, 4, 2-4, 2007.

DENEKKINA, A. Exo-Autoethnography: An Introduction. *Forum: qualitative social. Research. ISSUE. VOL. 18. N.3*, 2017.

DIENER, E., & CRANDALL, R. Ethics in social and behavioral research. U Chicago Press, 1978.

DOLORIERT, C; SAMBROOK, S. Ethical confessions of the "I" of autoethnography: the student's dilemma". *Qualitative Research in Organizations and Management: an International Journal*, v. 4, n.1, p. 27- 459, 2009.

ECO, U. Interpretação e Superinterpretação. Trad. Monica Stahel. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ECO, U. Ironia intertextual e níveis de leitura. In: *Sobre a literatura*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, p. 199-218, 2002.

ELLIS, C. The Ethnographic I: A Methodological Novel About Autoethnography. 1. ed. Walnut Creek, CA: AltaMira Press, 2004.

ELLIS, C.; BOCHNER, A. P. Autoethnography, personal narrative, reflexivity: research as subject. In.: NORMAN, D.; LINCOLN, Y. *Handbook of qualitative research*. Thousand Oaks, CA: SAGE, 2000.

ELLIS, Carolyn; ADAMS, Tony E.; BOCHNER, Arthur P. Autoethnography: an overview. *Forum: Qualitative Social Research*, v.12, n.1, p.1-18, 2011.

ENGIN, M. Research Diary: A Tool for Scaffolding. *International Journal of Qualitative Methods*, 10(3), 2011.

ESSLIN, M. 1971, Bertold Brecht, Paris, Union Générale d'Éditions (10-18), 1971.

ESSLIN, M. Brecht: dos males, o menor. Um estudo crítico do homem, suas obras e suas opiniões. Tradução: Barbara Heliodora [1979]. Zahar Editores, 1959.

FARIA, R. C. Situando Longino no debate sobre os valores na ciência. *Scientie Studia*, São Paulo, v.15. n1, p.163-73, 2017.

FERNANDES, A. M. A construção da ciência no Brasil e a SBPC. Brasília: Editora da Universidade de Brasília: Anpocs; CNPq, 1990.

FEYERABEND, P. Ciência em uma sociedade livre. Tradução de Vera Joscelyne. São Paulo: UNESP, 2011.

FEYERABEND, P. Ciência, um Monstro: lições trentinas. Tradução de Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

FEYERABEND, P. Contra o método. 3. ed. Tradução de Cezar Augusto Mortari. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

FISH, S. Is there a text in the class? Trad. Rafael Eugenio Hoyos-Andrade. *Alfa*, São Paulo, v. 36, p. 189-206, 1992.

FITAS, A.J. Brecht, Galileu e os Físicos, (comunicação apresentada no colóquio internacional Bertold Brecht, Évora, 1998), *Adágio*, 21/22, 181-189, 1998.

FORBER-PRATT, A. J. "You're Going to Do What?" Challenges of autoethnography in the academy. *Qualitative Inquiry*, 21(9), 821-835, 2015.

FRATESCHI, Y. Agamben sendo Agamben: o filósofo e a invenção da pandemia. Blog da Boitempo, 2020. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/05/12/agamben-sendo-agamben-o-filosofo-e-a-invencao-da-pandemia/> Acesso em: julho, 2021.

FREIRE, Paulo; MACEDO, Donaldo. Alfabetização: Leitura do mundo, leitura da palavra. Tradução de: OLIVEIRA, Lólio Lourenço de. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREUD, S. Leonardo da Vinci e uma lembrança de sua infância. Rio de Janeiro, Imago, 1997.

FURMAN, R. Using poetry and narrative as qualitative data: Exploring a father's cancer through poetry. *Family, Systems & Health*, 22(2), 162170, 2004.

GEYMONAT, L. Galileo Galilei. Torino: Einaudi, 1984.

GIL, M. F. Literatura e ciência: Galileu e Brecht. *Biblos n.s. I*, 135-149, 2003.

HARAWAY, D. "Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial". *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 7-41, 2009.

HOLT, N. L. Representation, legitimation, and autoethnography: an autoethnographic Writing Story. *International Journal of Qualitative Methods*, v. 2, n. 1, p. 1-22, 2003.

HORGAN, J. Profile: Paul Feyerabend - The Worst Enemy of Science. *Scientific American*, 36-37, 1993.

HORKHEIMER, M. & ADORNO, T. W. O conceito de esclarecimento. In M. Horkheimer & T. W. Adorno (Orgs.), *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos* (G. A. Almeida, Trad., pp. 19-52). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1947), 1985.

ISER, W. O ato da leitura: uma teoria do efeito estético. São Paulo: Ed. 34, 2 v, 1996-1999.

ISER, W. O jogo do texto. In: JAUSS, H. R. *A literatura e o leitor: textos de estética da recepção*. 2. ed. Revista e ampliada. Coord. e trad. Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 105-118, 2002.

JACOBY, R. Os últimos intelectuais: a cultura americana na era da academia. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Trajetória Cultural: Edusp, 1990.

JAKOBSON, R. *Linguística e comunicação*. Trad. José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 2003.

JAUSS, H. R. A estética da recepção: colocações gerais. In: *A literatura e o leitor: textos de estética da recepção*. 2. ed. Revista e ampliada. Coord. e trad. Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 67-84, 2002.

JAUSS, H. R. O prazer estético e as experiências fundamentais da poiesis, aisthesis e Katharsis. In: *A literatura e o leitor: textos de estética da recepção*. 2. ed. Revista e ampliada. Coord. e trad. Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 85-104, 2002.

JESUS AF, PEZZATO, LM, ABRAHÃO, AL. O uso do diário como ferramenta estratégica da análise institucional para abordar o cotidiano do profissional de saúde: o caso do dom queixote. In: L'Abbate S, Mourão LC, Pezzato LM. *Análise institucional & saúde coletiva*. São Paulo: Hucitec, p. 206-35, 2013.

KELMAN, H. "Ethical issue in different social science methods", in T. Beauchamp, R. Faden, R. Wallace and L. Walters (eds) *Ethical Issues in Social Science Research*, Baltimore, MD, Johns Hopkins University Press, 1982.

KNORR-CETINA, K. *Epistemic cultures: How the sciences make knowledge*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1999.

KOUDELA, Ingrid Dormien. Brecht: um jogo de aprendizagem. São Paulo: Perspectiva, 2010.

KUENZER, A. Z., MACHADO, L. R. de S. A pedagogia tecnicista In: MELO, G. (org.). Escola Nova; tecnicismo na educação compensatória. São Paulo: Loyola, 1986.

KUENZER, Acácia. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: SAVIANI, D.; SANFELICE, J.L.; LOMBARDI, J.C. (Org.). Capitalismo, trabalho e educação. 3. ed. Campinas: Autores Associados, p. 77-96, 2005.

KUHN, Thomas S. A estrutura das revoluções científicas. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1997.

LACEY, H. A imparcialidade da ciência e as responsabilidades dos cientistas. Scientia Studiae, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 487-500, 2011.

LACEY, H. Aspectos cognitivos e sociais das práticas científicas. Scientiae Studia 6, v. 1, p. 83-96, 2008a.

LACEY, H. Valores e atividade científica 1. São Paulo: Associação Filosófica Scientiae Studia/Editora 34, 2008b

LACEY, H. Existe uma distinção relevante entre valores cognitivos e sociais? Scientiae Studia 1, 2, p. 12149, 2003.

LANDER, E. La ciencia neoliberal. Tabula Rasa, Universidad Colegio Mayor de Cundinamarca Bogotá, Colombia núm. 9, pp. 247-283, 2008.

LATOUR, B. & WOOLGAR, S. Laboratory Life: The Construction of Scientific Facts. Princeton: Princeton University Press, 1986

LATOUR, B. Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica. Tradução de Carlos Irineu da Costa. 1. Ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LEJEUNE, P. O pacto autobiográfico - de Rousseau à internet. Tradução de Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes; Organização de Jovita Maria Gerheim Noronha. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

LONGINO, H. E. The fate of knowledge. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2002.

LONGINO, H. Valores, heurística e política do conhecimento. Scientiae Studia, 15, 1, p. 39-57, 2017.

LOPES, T. O palco de Brecht e o céu de Galileu, tudo se move. Estudos de Teatro. Faculdades de Letras/Lisboa. O palco de Brecht e o céu de Galileu, tudo se move, 2002.

LOURO, G. L. Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e a teoria Queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MACKLIN, R. 'The problem of adequate disclosure in social science research', in T. Beauchamp, R. Faden, R. Wallace and L. Walters (Eds) Ethical Issues in Social Science Research, Baltimore, MD, Johns Hopkins University Press, pp.193-214, 1982.

MAGALHÃES, C. E. Autoetnografia em estudos da linguagem e áreas interdisciplinares. Veredas, v. 22, n. 1, 2018.

MANZONI-DE-ALMEIDA, D. O desenvolvimento da escrita argumentativa nas aulas de imunologia do ensino superior por metodologias ativas. Compartilhe Docência 1, 3-19, 2016.

MANZONI-DE-ALMEIDA, D. Pensar o cientista como um experimentador político? Uma leitura sobre a figura de Galileu Galilei com base nos textos de Bertolt Brecht e Paul Feyerabend. Anais do SETA (UNICAMP), v. 9, p. 253-263, 2019.

MANZONI-DE-ALMEIDA, D. Uma autoetnografia sobre os bastidores de Ensino de literatura na formação de futuros cientistas em um curso de ciências biológicas. Em Faces da leitura e da escrita: teóricas e práticas. Organizadores: Lidia Spaziani; Patricia Gimenez Camargo e Roger Henrique Pozza – V. 1. Ed. 1 – São Paulo, Even3 Publicações, livro digital, 193, 2020.

MANZONI-DE-ALMEIDA, D., MARZIN, P., TRIVELATO, S.L.F. Analysis of epistemic practices in reports of higher education students groups in carrying out the inquiry-based activity of immunology. Investigações em Ensino de Ciências, 21 (2), 105-120, 2016.

MARCUSE, H. One-dimensional man: studies in the ideology of advanced industrial society. New York: Routledge, 2002 [1964]

MARCUSE, H. The responsibility of science. In: KRIEGER, L. & STERN, F. (Org.). The responsibility of power: historical essays in honor of Hajo Holborn. New York: Doubleday, p. 439-44, 1967.

MASO, I. Phenomenology and ethnography. In Paul Atkinson, Amanda Coffey, Sara Delamont, John Lofland & Lyn Lofland (Eds.), Handbook of ethnography (pp.136-144). Thousand Oaks, CA: Sage, 2001.

MAYR, E. This Is Biology: The Science of the Living World, Harvard University Press, Cambridge, MA, Publication Date, July 1998.

MAYR, E. *What Makes Biology Unique? Considerations on the Autonomy of a Scientific.* Cambridge: Cambridge University Press. 2004.

MORSE, J. M. Writing my own experience. *Qualitative Health Research*, 12, 1159, 2002

MUHSIN, I. A. The Politics of Ideology in Brecht's Life of Galileo. *Al-Adab Journal*, v. 106, Baghdad University, 2014.

MURPHY, E., DINGWALL, R. "The ethics of ethnography" in Paul Atkinson, Amanda Coffey, Sara Delamont, John Lofland and Lyn Lofland (Eds) *Handbook of Ethnography*". London, Sage, pp.339-351, 2011.

NATALE, C.C, MELLO, P.S., TRIVELATO, S. L. F, MARZIN-JANVIER, P., MANZONI-DE-ALMEIDA. Evidence of Scientific Literacy Through Hybrid and Online Biology Inquiry-Based Learning Activities. *Higher Learning Research Communications*, 2020.

NETO, M.P. BIOPOLÍTICA SEM BIOLOGIA? Agamben e a pandemia do COVID-19. *Revista Humus*, v.11, n.32, 2021.

OLIVA, Alberto, *Anarquismo e conhecimento*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

OLIVEIRA, M. B. Neutralidade da ciência, desencantamento do mundo e controle da natureza. *scientiæ zudia*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 97-116, 2008.

PAIVA, R. C. *Contando estórias para pesquisar ensino-aprendizagem de língua inglesa por meio de projetos: uma autoetnografia / Rodrigo Calatrone Paiva. – Curitiba, 179 f, 2018.*

PARKER, S.K. The public intellectual and myth of heroic resistance: a critique of Brecht's post-atomic bomb version of Galileo. Senior Honors Thesis. Bachelor Arts. Appalachian State University, USA, 2018.

PHILLIPS, K. *Between the third sex and the third reich: brecht's early works.* In. *Literature and Homosexuality.* Edited by Michael J. Meyer, Amsterdam-Atlanta, GA, 2000.

PLANT, R. *The pink triangle. The nazi war against homosexuality.* New York: Holt, 1986.

PLATÃO. *Banquete, Fédon, Sofista e Político.* [Tradução José Cavalcante de Souza, Jorge Paleikat e João Cruz Costa] Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

PLATÃO. *Górgias.* [Tradução Manuel de Oliveira Pulquério] Lisboa: Edições 70, 2006.

POLISELI, L.; OLIVEIRA, E. F.; CHRISTOFFERSEN, M. L. O Arcabouço filosófico da biologia proposto por Ernst Mayr. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 106-120, 2013.

POPPER, K. R. A lógica da pesquisa científica. São Paulo: Cultrix, 2001.

PRADEU, T. The Limits of the Self: Immunology and Biological Identity. Oxford University Press, New York, 2012.

RICOEUR, P. Tempo e narrativa 1: a intriga e a narrativa histórica (C. Berliner, Trad.). São Paulo: Martins Fontes, 2010.

RODRIGUES, L; GONZALES, F. J. Autoetnografia na pesquisa em educação histórica um desafio autonarrado. História & Ensino. 21(2):343, 2015.

RODRIGUES, MR. Traços épico-brechtianos na dramaturgia portuguesa: o render dos heróis, de Cardoso Pires, e Felizmente há luar!, de Sttau Monteiro [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 147 p, 2010.

ROESSLER, N. In BRECHT, B. Life of Galileo. New York, NY, Penguin Books, 2008.

ROSENFELD, A. Brecht e o teatro épico. São Paulo: Perspectiva, 2012.

SANTOS, E. M. Interpretação e subjetividade: uma leitura autoetnográfica de Nove Noites / Eline Marques dos Santos; orientadora Josalba Fabiana dos Santos. São Cristóvão, SE, 2016. 100 f. Dissertação (mestrado em Letras) – Universidade Federal de Sergipe, 2016.

SOBRINHO, A. B. Bertolt Brecht nos EUA: um refugiado anticapitalista na pátria do capital. Rebento, v. 5, ed. 5., p.309-331, 2015.

SOKAL, A, BRICMONT, J. Imposturas intelectuais. Rio de Janeiro: Record, 1999.

STEVENSON, L. "Is scientific research value-neutral? Inquiry. An interdisciplinary journal of philosophy, v. 32, issue 2, 1989.

VERSIANI, D. B. Autoetnografias: conceitos alternativos em construção. Rio de Janeiro: 7Letras, 2005.

VIDARTE, Paco. Ética bixa: proclamações libertárias para uma militância LGBTQ. São Paulo: n-1 edições, 2019.

WATSON, J. "Toward an anti-metaphysics of autobiography". In: FOLKENFLIK, Robert (ed). The culture of autobiography. Constructions of self-representation. Stanford, California: Stanford UP, pp.57-79, 1993.

ZILBERMAN, R. Estética da recepção e História da literatura. São Paulo: Ática, 1989.